



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
Instituto de Economia

**Novos contornos ocupacionais no meio rural fluminense: um estudo
sobre a pluriatividade entre agricultores familiares**

Vanessa Lopes Teixeira

Tese de Doutorado apresentada ao Instituto de Economia da UNICAMP para obtenção do título de **Doutor em Ciências Econômicas**, área de concentração: **Teoria Econômica**, sob a orientação do **Prof. Dr. José Francisco Graziano da Silva**.

*Este exemplar corresponde ao original da tese defendida por **Vanessa Lopes Teixeira**, em 19/10/2009 e orientada pelo **Prof. Dr. José Francisco Graziano da Silva**.*

CPG, 19/10/2009.

A handwritten signature in blue ink, appearing to read "JFG", is written above a horizontal line.

Campinas, 2009

**Ficha Catalográfica elaborada pela Biblioteca
do Instituto de Economia/UNICAMP**

	Teixeira, Vanessa Lopes
V235n	Novos contornos ocupacionais no meio rural fluminense: um estudo sobre a pluriatividade entre agricultores familiares / Vanessa Lopes Teixeira. – Campinas, SP: [s.n.], 2009. Orientador: José Francisco Graziano da Silva. Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia. 1. Agricultura familiar. 2. Pluriatividade agrícola. 3. Rio de Janeiro (Estado) - Zona Rural. I. Silva, José Francisco Graziano da, 1949. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Economia. III. Título.
	09-035-BIE

Título em Inglês: New occupational dimentions in the rural area fluminense: a study of the pluriactivity among family farmers

Keywords: Pluriactivity; Family farming; Rio de Janeiro (State) – Rural area

Área de Concentração: Teoria Econômica

Titulação: Doutor em Ciências Econômicas

Banca Examinadora: Prof. Dr. José Francisco Graziano da Silva
Prof. Dr. André Pires
Prof. Dr. Maria José Teixeira Carneiro
Prof. Dr. Pedro Ramos
Prof. Dr. Walter Belik

Data da defesa: 19-10-2009

Programa de Pós-Graduação: Ciências Econômicas

Tese de Doutorado

Aluno: **VANESSA LOPES TEIXEIRA**

“NOVOS CONTORNOS OCUPACIONAIS NO MEIO RURAL FLUMINENSE: UM ESTUDO SOBRE A PLURIATIVIDADE ENTRE AGRICULTORES FAMILIARES”

Defendida em 19 / 10 / 2009

COMISSÃO JULGADORA



Prof. Dr. JOSÉ FRANCISCO GRAZIANO DA SILVA
Instituto de Economia / UNICAMP - Orientador



Prof. Dr. ANDRÉ PIRES
Pontifícia Universidade Católica de Campinas – PUC-CAMPINAS



Prof. Dr. MARIA JOSÉ TEIXEIRA CARNEIRO
Universidade Federal do Rio de Janeiro



Prof. Dr. PEDRO RAMOS
Instituto de Economia / UNICAMP



Prof. Dr. WALTER BELIK
Instituto de Economia / UNICAMP

À memória do meu pai Velloso e do meu irmão Fábio que não puderam estar aqui, fisicamente, para compartilhar mais este passo na minha vida.

Às mulheres mais importantes da minha vida - minha mãe Jocélia, tia Jocely e vovó Judith, que sempre estiveram ao meu lado em todos os momentos.

AGRADECIMENTOS

Ao meu orientador Professor Dr. José Graziano da Silva pela atenção, compreensão, confiança e estímulo para eu concluir este trabalho. Mesmo com a distância física não abandonou o barco. Ao meu co-orientador professor Dr. Mauro Del Grossi que foi um interlocutor fundamental e muito presente ao longo desta jornada. Sem a sua orientação e estímulo este trabalho não deslancharia.

À minha família pelo constante e carinhoso apoio, em especial minha mãe Jocélia, tia Jocely - minha segunda mãe, minha avó Judith, Haissa, Pablo e tia Nildéia (*in memorian*), que abriu suas portas nas diversas madrugadas de indas e vindas de São Paulo.

Para a realização desta tese tive a ajuda de várias pessoas. Elas foram, direta ou indiretamente, importantes para a construção deste estudo. Entre estas estão: a professora Maria José Carneiro que desde a minha graduação, em Economia na UFF, vem acompanhando minha trajetória, estimulando-me e contribuindo para a minha formação. Os colegas do Projeto Rurbano, em especial, o professor Carlos Alves que me auxiliou na elaboração das tabelas com os microdados da Pnad, e os professores Lauro Mattei, Sérgio Schneider e Marcelino Souza. Os pesquisadores Carolina Braga, Generosa, Fagner, Adeilson, Ocimar e Neli que me auxiliaram nas pesquisas de campo. A minha amiga antropóloga Mônica Lepri pelas leituras, discussões e contribuições com os seus conhecimentos sobre a localidade estudada. Os professores Walter Belik e Pedro Ramos do IE/Unicamp que contribuíram com suas leituras e apontamentos ao participarem da banca de qualificação e de defesa da tese. O professor André Pires que também integrou a banca de defesa da tese. Os funcionários do Instituto de Economia da Unicamp, em especial Tiana, Alberto, Fátima, Cida e Alex. Os colegas de turma da Unicamp Daniel Willcox, amigo e companheiro de viagem, Mônica Schroder, Humberto Nascimento e Jadson. A tia Lenirce Sepúlvida e as amigas Sylmar e Ivone Albuquerque pelo carinho e gentileza de realizarem a revisão ortográfica da tese. O professor e amigo Fábio de Sá Earp pela gentileza de ler a primeira versão da tese para a qualificação e as conversas de conforto ao longo desta trajetória. Os professores do CPDA Leonilde Medeiros, Sérgio Leite, Eli de Fátima e o amigo Paulo Alentejano que sempre me apoiaram. Os amigos Rossana, Ciro, Marcelo Maciel, Augusto César, Priscila Wood, Rodolfo Lepri e Letícia Bogado pelo carinho, incentivo e apoio. Os meus alunos de economia Camilla de Souza, Arthur Aragon e Paulo Curcio. Os amigos da

comunidade de São Pedro da Serra que me acolheram, em especial Rita, Beto e Jorge Miguel. Os agricultores de Lumiar e São Pedro da Serra que tão bem me acolheram, responderam prontamente as inúmeras perguntas que viabilizaram este trabalho, proporcionando-me um acúmulo de vivência e conhecimento ao longo de vários anos de pesquisa nessas comunidades.

Resumo

Esta tese analisa as transformações em curso das formas de ocupação e meios de reprodução social entre famílias rurais, a partir do estudo de casos, que envolve o acompanhamento de uma década de pesquisa entre famílias na região serrana do estado do Rio de Janeiro, município de Nova Friburgo. O relato de histórias reais de vida durante esse período da pesquisa, sob um mesmo grupo de famílias, permitiu fazer uma leitura mais profunda da trajetória de vida e de trabalho de seus membros, em um entorno rural diversificado. Pode-se, assim, compreender os distintos significados e pesos das rendas agrícolas e não-agrícolas para a reprodução social dessas famílias; as alterações nas formas de trabalho, no uso da terra e na própria agricultura provenientes dessa maior diversificação inter-setorial, contribuindo assim, para o aprofundamento do debate sobre a pluriatividade no país. O presente estudo demonstrou que a pluriatividade é uma forma de trabalho estável e estrutural, e que tem permitido a manutenção dessas famílias no campo com melhorias de renda e qualidade de vida.

Abstract

This thesis analyzes the transformations in progress of the occupation and social reproduction manners of rural families, from the study cases, which involve the attendance of a decade research of families in the Serrana Region of Rio de Janeiro state, at Nova Friburgo city. The description of real life histories during this research period, of the same families group, allowed a deeper interpretation of the trajectory of life and work of their members, in a diverse rural area. Therefore it is possible to comprehend the different meanings and weights of the agricultural and non-agricultural incomes for the social reproductions of these families; the changes in the work manners, land use and in the very agriculture from this bigger inter-sectorial diversity, contributing thus, for the deepness of the debate about pluriactivity in the country. This present study demonstrates that the pluriactivity is a stable and structural way of work, and has allowed the maintenance of these families in the field with income and life quality improvement.

Índice

INTRODUÇÃO	01
CAPÍTULO 1: Emprego e trabalho na ruralidade contemporânea: a diversificação ocupacional no meio rural	11
1.1 Introdução	11
1.2 O referencial analítico: o debate sobre a pluriatividade e a sua interface com a multifuncionalidade da agricultura e o desenvolvimento rural	12
1.3 Os diferentes significados da pluriatividade no caso brasileiro	26
1.4 Ocupações e pluriatividade: uma leitura de dados mais recentes das Pnads (2000-2006)	37
1.5 Pluriatividade, múltiplas fontes de renda e diversificação da economia local: um debate sobre a pobreza rural	50
CAPÍTULO 2: O caminho da roça: a revitalização do interior fluminense	63
2.1 Introdução	63
2.2 O processo de metropolização e a desruralização	67
2.3 A reestruturação produtiva recente: desconcentração espacial e revitalização do interior	75
2.4 Transformações do espaço rural: a articulação da cidade com o campo fluminense	81
2.5 As ocupações não-agrícolas e a pluriatividade no meio rural fluminense	98
CAPÍTULO 3: Ocupação e renda de famílias rurais na região serrana do estado do Rio de Janeiro	111
3.1 Introdução	111
3.2 Delimitação da área de estudo da pesquisa quantitativa sobre rendas nos domicílios rurais	113
3.3 O município e seu entorno	115
3.4 As comunidades estudadas	126
3.4.1 Características do questionário e a unidade de análise adotada do estudo de caso da terceira fase do Projeto Rurbano	134
3.4.2 Características gerais da amostra em 2001	135
3.4.3 Tipologia das famílias	136
3.4.4 Posição na ocupação	144
3.4.5 Composição da renda familiar	146
3.4.6 Índice de nível de vida	151
3.5 A pluriatividade como um novo modo de reprodução social	152
3.5.1 Características gerais da amostra em 2008	157
3.5.2 Tipologia das unidades familiares	158
3.5.3 Natureza ocupacional dos membros	173
3.5.4 A composição da renda familiar: o papel da renda agrícola e não-agrícola para a reprodução social das famílias rurais	183
3.5.5 Produção para o autoconsumo	189

CONSIDERAÇÕES FINAIS	195
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	209
ANEXO	241

Relação de tabelas, gráficos e figuras

CAPÍTULO 1

Tabela 1: População residente segundo a situação de domicílios, condição de ocupação e ramos de atividade. Brasil, 1981-99 (milhões de pessoas)	27
Tabela 2: Brasil. Distribuição das famílias com domicílio nas áreas rurais não-metropolitanas (Rural Agropecuário) segundo o tipo de atividade em que está ocupada, 2006	37
Tabela 3: Número de famílias residentes em áreas não-metropolitanas, rural agropecuário, Brasil, 2001 a 2006	39
Tabela 4: Composição das rendas médias das famílias extensas: Brasil (sem norte rural), 2006 (R\$ set. 2006)	41
Tabela 5: Condição de ocupação das pessoas, segundo a situação do domicílio. Brasil, 2001 a 2006	42
Tabela 5a: Condição de ocupação das pessoas, segundo a situação do domicílio. Brasil, 2001 a 2006 (rural agropecuário)	43
Tabela 6: Posição na ocupação segundo os ramos de atividade das pessoas ocupadas, residentes em domicílios rurais. Brasil, 2001-2006	45
Tabela 7: Ramos de atividade das pessoas ocupadas e residentes em áreas não-metropolitanas e em áreas rurais. Brasil, 2002-2006	47
Tabela 8: Ocupações não-agrícolas mais freqüentes. Regiões não-metropolitanas – rural agropecuário. Brasil, 2006	49
Tabela 9: Contribuição para a mudança do coeficiente Gini rural (1992-2005)	58
Tabela 10: Contribuição para o aumento das rendas área rural (1995/1996 contra 2005/2006)	58

CAPÍTULO 2

Tabela 1: Estimativas do Produto Interno Bruto, a custo de fatores (remunerações, rendimentos de autônomos e excedente operacional bruto, sem impostos) 1980; a preços correntes (preço de mercado) 1995, 1996, 1998, 1999, 2000, 2002 a 2005, segundo as regiões de Governo – Estado do Rio de Janeiro (%)	66
Tabela 2: Arrecadação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias - ICMS, segundo as Regiões de Governo e municípios Estado do RJ (2002-04)	67
Tabela 3: População residente e taxa de crescimento, segundo as regiões de Governo- Rio de Janeiro - 1940/1970	73
Tabela 4: Participação das atividades econômicas no valor adicionado bruto a preço básico, RJ	79
Tabela 5: Pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas no período de referência de 365 dias por condição de atividade e de ocupação na semana de referência e ramos de atividade do trabalho principal. RJ (1.000). 2002-2007	80
Tabela 6: Confronto dos resultados dos dados estruturais dos Censos Agropecuários Rio de Janeiro - 1970/2006	88

Tabela 7: condição de ocupação das pessoas, segundo a situação do domicílio. Rio de Janeiro, 2001 a 2006	89
Tabela 8: Condição de ocupação das pessoas, segundo as regiões metropolitanas e situação do domicílio. Rio de Janeiro, 2001 a 2006 (1.000 pessoas)	100
Tabela 9: Domicílios particulares permanentes que têm acesso a alguns serviços e bens básicos (%). Rio de Janeiro, 2001-2007	102
Tabela10: Ramos de atividade das pessoas ocupadas e residentes em domicílios rurais. Rio de Janeiro, 2002-2006	103
Tabela 11: Ocupações mais frequentes das pessoas ocupadas em atividades não-agrícolas e residentes áreas rurais. Rio de Janeiro, 2002-2006	104
Tabela 12: Rio de Janeiro. Distribuição das famílias com domicílio nas áreas rurais não-metropolitanas segundo o tipo de atividade em que está ocupada, 2006	105
Tabela 13: Evolução das famílias não metropolitanas rurais segundo a ocupação principal na semana de referência. Rio de Janeiro. 2001/2006	106
Tabela 14: Composição da renda média das famílias extensas: Rio de Janeiro, 2006 (R\$ set. 2006)	107

CAPÍTULO 3

Tabela 1: Número de estabelecimentos por condição de acesso a terra, no município de Nova Friburgo, em 1996	118
Tabela 2: Número de estabelecimentos, área e valor bruto da produção categorias familiares e patronal. Nova Friburgo e estado do RJ	119
Tabela 3: Atividade do empreendimento onde a pessoa trabalhava - Nova Friburgo, Censo Demográfico 2000	121
Tabela 4: Pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência por grupos de ocupação (antiga classificação) no trabalho principal, sexo e grandes grupos de ocupação no trabalho principal.	122
Tabela 5: Nova Friburgo – amostra do Censo Demográfico 2000. Número de famílias segundo o tipo e posição na ocupação	123
Tabela 6: Indicadores do nível e composição da renda, 1991 e 2000. Nova Friburgo	125
Tabela 7: características gerais da amostra em Nova Friburgo. RJ, 2001	136
Tabela 8: Distribuição dos domicílios amostrados segundo o número de residentes. Nova Friburgo, RJ, 2001	137
Tabela 9: Distribuição dos domicílios amostrados de acordo com a localidade. Nova Friburgo, RJ, 2001	140
Tabela 10: Distribuição dos domicílios amostrados segundo a ocupação no trabalho principal de todos os residentes, na última semana de setembro de 2001, Nova Friburgo	141
Tabela 11: Distribuição dos residentes nos domicílios amostrados segundo o local da ocupação principal. Setembro de 2001, Nova Friburgo.	142
Tabela 12: Distribuição dos domicílios amostrados segundo a escolaridade dos residentes. Nova Friburgo, 2001	143

Tabela 13: Proporção da aposentadoria em relação à renda bruta anual total do domicílio. Nova Friburgo, 2001	147
Tabela 14: Indicadores de pluriatividade na composição do rendimento domiciliar total. Setembro de 2001, Nova Friburgo, RJ	148
Tabela 15: Distribuição do rendimento domiciliar segundo a fonte. Setembro de 2001, Nova Friburgo, RJ.	150
Tabela 16: Rendimentos médios e despesa dos domicílios da amostra, de outubro/2000 a setembro/2001. Nova Friburgo, RJ.	151
Tabela 17: características gerais da amostra em Lumiar e São Pedro da Serra - Nova Friburgo, RJ. 2008	158
Tabela 18: Distribuição dos domicílios amostrados segundo o número de residentes. Nova Friburgo, RJ, 2008	165
Tabela 19: Faixas de idade e distribuição dos membros por tipos de famílias da amostra, 2008	168
Tabela 20: Idade/sexo dos membros que compõem as famílias da amostra, 2008	168
Tabela 21: Número total de famílias e membros por tipo de famílias da amostra, 2008	168
Tabela 22: Tipo de família por condição legal da terra	170
Tabela 23: Escolaridade por tipo de família 2008	172
Tabela 24: Ocupação principal dos membros maiores de 10 anos das famílias de agricultores e pluriativos nas comunidades selecionadas por posição na família, 2008	173
Tabela 25: Principais ocupações não-agrícolas das famílias pluriativas, segundo o sexo, 2008	175
Tabela 26: Ocupações dos filhos acima de 10 anos segundo tipo de família e a condição da terra	176
Tabela 27: Principais motivos de saída dos filhos	180
Tabela 28: Local de residência dos filhos que saíram da casa paterna nos últimos dez anos	181
Tabela 29: Ocupação dos filhos que saíram da residência paterna nos últimos dez anos	181
Tabela 30: Composição da renda familiar, por tipo de família	185
Tabela 31: Indicadores de pluriatividade na composição do rendimento domiciliar total	187
Tabela 32: Alteração da produção mercantil nos últimos três anos por tipo de família	187
Tabela 33: Renda mais importante para a manutenção da família	188
Tabela 34: Indicadores de condições materiais	188
Tabela 35: Estimativa de renda de autoconsumo mensal por condição legal da terra e tipo de família, 2008	190

GRÁFICOS

CAPÍTULO 1

Gráfico 1: Evolução das rendas do trabalho principal das pessoas ocupadas no meio rural brasileiro, segundo o ramo de atividade. Brasil, 1992/99	28
--	----

CAPÍTULO 2

Gráfico 1: População residente em região metropolitana – Estados – 2000	64
Gráfico 2: População residente por situação de domicílio (%) – 2000	65

CAPÍTULO 3

Gráfico 1: Distribuição percentual dos domicílios segundo a posição na ocupação no trabalho principal da pessoa de referência, na última semana de setembro de 2001. Nova Friburgo, RJ	145
Gráfico 2: Distribuição percentual dos domicílios segundo a posição na ocupação no trabalho principal de todos os residentes, na última semana de setembro de 2001. Nova Friburgo, RJ	145
Gráfico 3: Origem da renda familiar dos domicílios amostrados segundo o número de residentes. Nova Friburgo	146
Gráfico 4: Renda média total e <i>per capita</i> mensal dos domicílios da amostra de outubro/2000 a setembro/2001 em salários mínimos (R\$180,00). Nova Friburgo, RJ	148
Gráfico 5: Tipo de unidade Familiar: 1998 a 2008	165
Gráfico 6: Tipo de família por condição legal da terra – 1998-2008	171
Gráfico 7: Renda média mensal total familiar por tipo de família em salário mínimo	184
Gráfico 8: Renda média mensal <i>per capita</i> por tipo de família em salário mínimo ...	184
Gráfico 9: Estimação da renda de autoconsumo mensal por condição do produtor, 2008	191
Quadro síntese da tipologia dos agricultores em Lumiar e São Pedro da Serra	164

Introdução

Começar a escrever sobre as mudanças em curso no meio rural não é uma tarefa fácil. Mas talvez seja uma saída explicar porque o interesse do estudo sobre o campo e, especificamente, porque sobre um segmento de produtores rurais - os agricultores familiares.

Em relação ao primeiro ponto, é possível reconhecer que o espaço rural tem sido marcado por uma revitalização como meio de vida e de trabalho, aguçando assim, o interesse do pesquisador em desvendar as transformações latentes nessa nova ruralidade. Quem são e como vivem as famílias hoje no campo? Quais são os significados atribuídos à agricultura e as demais ocupações não-agrícolas, que passam, cada vez mais, a empregar os residentes rurais? Os projetos de vida e trabalho dos jovens ainda passam pelo rural – reafirma-se rural e não agrícola? Essas são algumas questões que permeiam esse estudo.

O segundo interesse explicitado, o foco sobre agricultores familiares, parte do interesse de contribuir para o debate sobre a pluriatividade no país, através de um estudo de comunidades rurais situadas na região serrana do estado do Rio de Janeiro. As idas e vindas ao campo, ao longo de quinze anos de pesquisa, aguçaram o olhar para além das transformações da paisagem física, mas para a paisagem social e econômica de um determinado território. Foi possível, assim, acompanhar a trajetória de vida e de trabalho de diversas famílias de agricultores familiares, que com suas histórias permitiram entender, não apenas como elas se reproduziram ao longo de uma década, mas também fazer uma leitura dos processos em curso no meio rural, isto é, compreender as transformações em uma dada localidade.

O objetivo deste trabalho é analisar as mudanças ocupacionais em curso entre famílias rurais residentes no município de Nova Friburgo, região serrana do Estado do Rio de Janeiro. Em outros termos, trata-se de analisar o processo de diversificação e ampliação do mercado de trabalho no meio rural, tendo em vista não apenas a atividade agrícola, mas também as outras atividades econômicas,

decorrentes da ampliação do “urbano” sobre o “rural”. Nesse sentido, espera-se apontar alternativas de renda que, combinadas à agricultura, possam contribuir para a permanência da população rural no campo.

O estudo aqui proposto, na realidade, dá continuidade a uma pesquisa anterior¹ e pretende avançar na compreensão do fenômeno da pluriatividade em comunidades rurais na região serrana do estado do Rio de Janeiro, à luz dos debates sobre a redefinição da ruralidade, desenvolvimento rural e multifuncionalidade da agricultura. Compreender os impactos destas atividades não-agrícolas na dinâmica econômica, política e social da região, são de suma importância para avaliar novas formas de gestão pública e política que dêem conta dessa heterogeneidade do meio rural; assim como, contribui analiticamente para a complexificação do debate sobre agricultura familiar no país.

No período recente, a expressão “agricultura familiar” vem ganhando legitimidade social e científica no país em diversos espaços - na academia, nas instâncias decisórias de políticas públicas, no interior dos movimentos sociais, dentre outros, num contexto marcado por grandes mudanças e reorientações das políticas públicas para o meio rural brasileiro. Em meados da década de 1990 houve até a criação de um programa específico voltado para esse segmento social - o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). Elege-se assim, a *agricultura familiar* como a *base social* sobre a qual se pretende implementar um novo modelo de desenvolvimento rural no país. Essa reorientação da política pública merece destaque, pois até o início da década de 1990 não existia nenhum tipo de programa com abrangência nacional orientado para o atendimento das necessidades deste segmento social. Inclusive, esse segmento era identificado por termos como pequenos produtores, produtores de baixa renda ou produtores de subsistência. A própria

¹ Desde 1995 os distritos de Lumiar e São Pedro da Serra situados no município de Nova Friburgo têm sido privilegiados pela autora em pesquisas. Inicialmente o foco da pesquisa estava orientado para a análise do trabalho feminino na agricultura, dando origem à monografia no curso de Economia da UFF (Teixeira, 1996), e posteriormente a pesquisa passou a investigar a ampliação do mercado de trabalho em função do turismo e a crescente importância da pluriatividade como estratégia de reprodução social para os pequenos produtores familiares, dando origem à dissertação de mestrado (Teixeira, 1998).

política de modernização da agricultura conduzida através do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), nas três décadas anteriores, privilegiou a grande propriedade como modelo a ser estruturado no país, e acabou excluindo do seu raio de cobertura um grande contingente de pequenos produtores familiares.

O resgate do tema sobre agricultura familiar também está assentado em bases diferentes dos temas abordados no passado em torno das categorias analíticas camponato, pequenos produtores, e produtores integrados aos complexos agroindustriais (CAI's). Os focos de análises privilegiados nestes últimos se assentavam em saber como os agricultores se inseriam ou não na economia de mercado, ou até mesmo em entender as especificidades em torno desses grupos que contrapunham uma ordem capitalista. Em outras palavras, em entender como esse segmento social da agricultura conseguia sobreviver e se reproduzir sob o capitalismo, e como a agricultura cumpria seu papel, suas funções no processo de acumulação capitalista. Nos anos 80, com o rápido processo de transformação da agricultura brasileira, a unidade analítica fundamental da agricultura para vários autores, passa a ser o complexo agroindustrial, isto é, as inter-relações estabelecidas entre a agricultura e a indústria e os outros setores da economia, evidenciando, para alguns autores, o caráter subordinado deste setor à lógica de reprodução do capital.

O tema da agricultura familiar além de incorporar novos referenciais teóricos e analíticos, suscita também novos temas e debates que não se restringem à agricultura e à produção agrícola, mas ao rural *lato sensu*. Assim, emergem nas leituras analíticas e nas representações sociais outras dimensões, tais como: a natureza, as famílias rurais, as paisagens, o patrimônio cultural e as tradições, a multifuncionalidade da agricultura, a pluriatividade, a segurança alimentar, entre outras.

Uma questão importante que se destaca na atualidade com o foco na agricultura familiar, diz respeito à reflexão sobre o papel da agropecuária e das atividades não-agrícolas, e/ou fontes de rendas externas ao estabelecimento agrícola no processo de desenvolvimento para solucionar, particularmente, as questões de emprego e da pobreza rural.

Diversos estudos recentes vêm apontando mudanças importantes no meio rural, seja no que diz respeito a aspectos ocupacionais, seja na interpretação de sua noção ou significado contemporâneo. Entre os exemplos destas transformações, estão as “novas funções” atribuídas ao meio rural (turismo, casas de segunda moradia, lazer etc.), alterando não somente a paisagem, como também as relações e significados sociais no espaço agrário.

Em relação à mudança no perfil do emprego, várias pesquisas têm constatado a perda da centralidade da agricultura na reprodução social para parcelas significativas dos agricultores familiares, em determinadas áreas rurais, mas não necessariamente numa redução do emprego rural.

Dentre essas pesquisas pode-se citar o Projeto Rurbano, formado por uma equipe multidisciplinar de pesquisadores, que vem desde 1997 analisando as tendências do emprego no meio rural brasileiro. O projeto se desenvolveu em três fases. No início (Fase I do projeto), o estudo focou a ocupação das pessoas, a partir dos dados secundários da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (Pnad). Numa segunda etapa da pesquisa (Fase II), a unidade de análise passa a ser a família rural, ao invés da pessoa ocupada, com o intuito de analisar a combinação da agricultura com as práticas não-agrícolas (pluriatividade). No ano de 2000, inicia-se a terceira fase do projeto que buscou aprofundar, a partir de estudos de campo: (i) a composição da renda das famílias rurais de algumas regiões do país; (ii) o estudo das novas atividades rurais (agroindústrias, terceirização, turismo rural) e (iii) seus impactos ambientais, socioeconômico e na dinâmica da família.

De uma maneira geral, esses estudos constataram uma redução dos postos de trabalho agrícola, ao mesmo tempo em que crescia a importância de ocupações não-agrícolas e outras fontes de rendas para a reprodução social dos residentes rurais. Esse quadro remete a noção analítica da pluriatividade, isto é, esta combinação da atividade agrícola com a não-agrícola por um ou vários membros de uma unidade familiar. Tal combinação tem sido identificada na literatura internacional e nacional com as noções da "agricultura de tempo parcial" e, mais recentemente, da "pluriatividade", como uma perspectiva de

desenvolvimento rural capaz de amenizar os efeitos negativos da modernização agrícola, implementada nas décadas anteriores. Principalmente na nossa realidade, contribui para a geração de mecanismos de inclusão social, de redução da pobreza, de combate às desigualdades e de uma importante alternativa para viabilizar a reprodução social para muitos agricultores familiares descapitalizados e não integrados a cadeias agroindustriais. Esse recurso garantiria assim, a esse segmento, através de um vínculo com a atividade agrícola, a possibilidade de permanecer no meio rural e de uma maior estabilidade na reprodução familiar, em face das incertezas do mercado de trabalho.

Na Europa e nos EUA, esse debate vem ganhando espaço, sobretudo a partir dos anos 70, e com mais intensidade nos anos 80, apontando a pluriatividade como uma forma de reprodução social para os agricultores familiares. Um número significativo de agricultores nos países desenvolvidos, embora permaneça residindo em áreas rurais, sua principal ocupação não está diretamente associada à agricultura (Schneider & Navarro, 1998). Isso remete ao questionamento da emergência de uma nova categoria social - o "agricultor pluriativo".

No Brasil, a discussão acadêmica em torno da pluriatividade ainda é recente e carece de estudos. Os primeiros estudos sobre o tema se deram em meados da década de 90 no contexto da agricultura familiar sulina. A partir de então, este tema passa a ser objeto de estudo de diversos pesquisadores em diferentes contextos. Mas são poucos os trabalhos que têm de fato acompanhado o processo de evolução da pluriatividade em uma determinada realidade com a perspectiva de averiguar até que ponto trata-se de uma nova conformação no campo. E esse é um dos objetivos centrais deste trabalho.

A tese se baseia em fontes secundárias, com a realização de duas pesquisas: uma com aplicação de questionário quantitativo em domicílios rurais em três comunidades (Boa Esperança, Vargem Alta e Janela das Andorinhas); outra, com um questionário mais qualitativo, a famílias de agricultores que abrange a mesma localidade da pesquisa anterior, excetuando a comunidade de

Janela das Andorinhas, pertencente ao município de Nova Friburgo, região serrana do estado do Rio de Janeiro.

Na primeira pesquisa, o questionário foi elaborado pela equipe do Projeto Rurbano, com questões fechadas que permitiram levantar dados dos domicílios, das famílias e das pessoas residentes, no mesmo formato do questionário da Pnad, porém com um número muito menor de questões. O objetivo central era obter um detalhamento das ocupações e da renda das pessoas com 10 anos ou mais de idade, durante o período de outubro do ano de 2000 até o final de setembro de 2001.² O interesse específico deste estudo, foi explicitar o grau e a intensidade da pluriatividade entre as famílias rurais e realizar um levantamento da composição e distribuição da renda, destacando: a importância relativa da renda oriunda das ocupações rurais agrícolas e não-agrícolas; o peso relativo da renda de autoconsumo na renda domiciliar total, e a importância das transferências públicas e/ou privadas na composição da renda.

A metodologia da pesquisa quantitativa sobre ocupação e renda estava centrada nos domicílios rurais, que na região estudada se confunde com a noção de família nuclear, dentro do padrão neo-local. Essa família rural ou domicílio constitui uma unidade social independentemente do estatuto sócio-profissional de seus membros e está situada num território com determinadas características sócio-econômicas, culturais e ambientais. A idéia foi justamente analisar o peso e a importância das atividades agrícolas e, sobretudo não-agrícolas para a população rural, sem, contudo, viesar a pesquisa selecionando apenas domicílios que tinham algum agricultor. A análise abrangeu universos distintos das comunidades que contam com expressiva presença da população rural e que situam-se fora da região metropolitana do município de Nova Friburgo. As áreas selecionadas apresentam certa distinção no que se refere à participação da agricultura na reprodução social das famílias.

Em termos mais específicos este trabalho teve como objetivos:

- Verificar a evolução das ocupações (agrícolas e não-agrícolas) e sua distribuição na composição da renda familiar, por categoria de produtor.

² O mesmo período utilizado pela Pnad para coletar as informações.

- Verificar o papel da agricultura e seus significados para os diferentes tipos de famílias que recorrem à pluriatividade.
- Analisar o significado e o peso das práticas não-agrícolas nas estratégias reprodutivas das famílias rurais fluminenses, examinando os efeitos desta nova forma de organização do trabalho sobre a estrutura familiar.

A outra pesquisa trata de um retorno ao campo em dois períodos distintos marcados por diferentes conjunturas econômicas, um no período de julho a outubro/2005, e outro de julho a agosto de 2008, com o objetivo de avaliar a trajetória das famílias rurais entrevistadas em 1997/98 que compuseram o universo da pesquisa da dissertação de mestrado da autora. O interesse dessa investigação era de qualificar as possibilidades sociais da pluriatividade como uma tendência na região serrana fluminense e comparar as diferenças sociais e econômicas entre as famílias de agricultores com as famílias pluriativas.

Cabe aqui uma explicação adicional sobre o rumo dessa pesquisa. O caminho inicialmente delineado sofreu alterações em função de um atraso, não previsto, ocorrido no processo de doutoramento. Todavia, o que poderia ser considerado ruim ou negativo acabou contribuindo para o enriquecimento do trabalho e a construção de uma pesquisa mais abrangente e inédita sobre o tema, na medida em que permitiu acompanhar as histórias de vida e trajetórias de um mesmo grupo social por uma década de pesquisa.

E isso é importante porque não basta concentrar o foco da análise na pluriatividade em si ou constatar o crescimento das atividades não-agrícolas no meio rural, como tem sido abordado pela maioria das pesquisas sobre o tema. Deve-se entender como as famílias operam e quais são os significados atribuídos à combinação de múltiplas ocupações produtivas por partes dos seus membros. De que modo essas decisões são informadas pelos ambientes em que se verifica a emergência de atividades não-agrícolas. Para tanto é importante acompanhar a evolução da pluriatividade nas localidades estudadas.

Podem-se indagar algumas questões centrais de fundo:

- Qual o significado da pluriatividade para as famílias? É uma estratégia acionada que pode viabilizar a permanência da agricultura ou, de fato, pode levar ao abandono da atividade agrícola?
- A atividade fora da propriedade pode ser apenas um trabalho acessório ou temporário para fazer frente às dificuldades conjunturais da atividade principal (agrícola)?
- O que leva os membros das famílias a recorrerem a atividades não-agrícolas?

A hipótese central dessa pesquisa é que a pluriatividade não pode ser concebida como um refúgio, ela persiste ao longo do tempo, e pode constituir-se em uma estratégia de reprodução social da família e da unidade de produção. Tal estratégia contribuiria para reduzir o atual grau de envelhecimento e masculinização da população rural. Uma segunda hipótese é que a geração de ocupações não-agrícolas é concebida como fundamental para elevar e também para estabilizar a renda das famílias residentes no meio rural, contribuindo assim, para o arrefecimento do êxodo em direção às regiões metropolitanas.

Nesses termos acredita-se que há um espaço de política pública para viabilizar a permanência das famílias rurais no campo, e, especificamente a dos jovens, através de um estímulo à diversificação produtiva. O trabalho compreende, além dessa introdução, três capítulos e as considerações finais. No **primeiro capítulo, Emprego e trabalho na ruralidade contemporânea** – a análise dar-se-á nas mudanças sociais nas formas de trabalho no meio rural entre agricultores familiares, a partir de uma revisão bibliográfica sobre o tema, e de dados secundários sobre as mudanças ocupacionais sugeridas pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (Pnad), com o foco na noção analítica da pluriatividade.

No **segundo capítulo - O caminho da roça: a revitalização do interior fluminense** – a análise se volta para as mudanças ocupacionais no estado do Rio de Janeiro, com foco nas transformações do espaço rural fluminense. Finalmente, o **terceiro capítulo - Ocupação e renda de famílias rurais na**

região serrana do estado do Rio de Janeiro - analisa os dados empíricos das duas pesquisas de campo referidas acima.

Capítulo 1: Emprego e trabalho na ruralidade contemporânea: a diversificação ocupacional no meio rural

1. Introdução

O objetivo deste capítulo é analisar as dinâmicas recentes no mundo do trabalho, e especificamente, as mudanças sociais nas formas de trabalho no meio rural entre agricultores familiares, à luz do debate da noção analítica da pluriatividade.

Vários estudos têm apontado uma mudança no perfil do emprego em determinadas áreas rurais, num contexto marcado pela maior diversificação de ocupações e fontes de rendas, que vai além da agricultura para os residentes no espaço agrário.

O que ocorre no campo pode ser interpretado como um sintoma de um processo de transformação que afeta a sociedade atual. O que está em questão é o próprio modelo de desenvolvimento e as relações surgidas no pós-guerra. A aplicação de recursos e esforços no processo de concentrações urbano-industriais provocou uma importante mudança nas funções atribuídas às áreas rurais. A agricultura teve um importante papel de motor de desenvolvimento, transferindo seus excedentes para as zonas em expansão. Este modelo proporcionou uma grande elevação da produtividade agrícola, com o crescimento extraordinário da produção global de alimentos, ao lado de uma redução das populações que tradicionalmente ocupavam as áreas rurais; alterações no processo de trabalho, cuja produção de base familiar se vê obrigada cada vez mais a buscar novas formas de reprodução social; degradação do meio ambiente, entre outros. Diante desse contexto, há um questionamento das políticas voltadas para o setor agrícola e sua subordinação ao contexto macroeconômico, assim como as suas funções atribuídas no processo geral de desenvolvimento, que se alteraram ao longo do processo. A função produtiva, antes restrita à agricultura, passa a incorporar diversas atividades; a função populacional, que nos períodos de intensa industrialização

consistia em liberar mão de obra para as cidades, agora se propõe melhorar as condições de infraestrutura, serviços e geração de ofertas de empregos para manter a população no campo; e a função ambiental, antes negligenciada no modelo produtivista, passa a ganhar mais prioridade na condução das políticas públicas atuais.

Portanto, é nesse cenário de mudanças e questionamentos das consequências deste modelo de desenvolvimento que as noções da pluriatividade e da multifuncionalidade ganham relevância, sobretudo, quando se reconhece a limitação da atividade agrícola como papel central de geração de renda e emprego, e se passa a conceber outras remunerações aos agricultores, seja de bens públicos ou de amenidades associadas à sua atividade produtiva.

Este capítulo pretende contribuir na análise dessas mudanças ocupacionais. Para tanto, foi dividido em três seções. Na primeira, analisa o debate sobre a pluriatividade, na segunda serão tratadas as mudanças ocupacionais no meio rural, a partir dos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (Pnad) no âmbito dos estudos do Projeto Rurbano, e por último, algumas reflexões sobre pluriatividade, desenvolvimento rural e superação da pobreza serão desenvolvidas.

1.2 O referencial analítico: o debate sobre a pluriatividade e a sua interface com a multifuncionalidade da agricultura e o desenvolvimento rural

Vários estudos recentes, que retratam o mundo do trabalho rural contemporâneo, apontam a redução da atração da vida urbana e das oportunidades de emprego sobre as migrações na atualidade. Uma das explicações para essa perda da atratividade do meio urbano como meio de vida tem sido as transformações em curso das relações sociais e de trabalho no campo, proporcionadas pela maior diversificação econômica e social de regiões rurais.

Entre os fenômenos mais recorrentes nas análises, associados a essa nova ruralidade, estão o peso crescente das atividades não-agrícolas no

emprego e na renda da população rural, e, portanto, a importância que vem assumindo a pluriatividade; o papel da agricultura (seja a atividade orientada para o mercado, ou para o autoconsumo) para a manutenção e reprodução social da família associada à questão da segurança alimentar; a gradual articulação entre os grandes centros urbanos e seu entorno rural; o peso cada vez maior das cidades de médio porte no desenvolvimento dos espaços rurais; a crescente demanda da população urbana por produtos agrícolas de qualidade e por novas formas de consumo; a valorização de outras funções ligadas ao meio ambiente, à qualidade de vida e bem estar da população.

Os estudos sobre agricultura de tempo parcial e pluriatividade proliferaram a partir dos anos 80 nos países europeus e nos EUA. Somente na década de 1990 essa noção passou a ser objeto de estudo entre os pesquisadores no Brasil que retratavam as estratégias de reprodução social da agricultura familiar (Schneider, 1994a, 1994b; Anjos, 1995, Carneiro, 1996; Teixeira, 1998).

O exercício da combinação de práticas agrícolas com não-agrícolas por parte dos membros das famílias de agricultores, como estratégia acionada para preencher as suas necessidades, é observado e analisado em diversos estudos no Brasil. A pluriatividade abarca uma multiplicidade de situações e regiões em diferentes contextos e períodos. Mas, apesar do avanço dos estudos empíricos em torno desta noção, até hoje para Carneiro (2006) não houve um aprofundamento sobre seu estatuto teórico, o que compromete seu conteúdo heurístico e, por consequência, seu valor como categoria analítica. Na realidade essa noção é muito ampla e abarca categorias e processos sociais distintos, que respondem a diferentes questões que são historicamente datadas, apreendendo uma multiplicidade de formas de trabalho e de renda das unidades agrícolas. No entanto, pensar na agricultura familiar, através da noção de pluriatividade, implica possibilidade de ampliar o foco de análise, incorporando novas relações entre o rural não-agrícola e a agricultura, a partir da observação e análise da família.

Uma questão importante de fundo que se coloca é: o que nos permite distinguir a pluriatividade hoje das atividades não agrícolas exercidas no passado?

Embora as práticas não-agrícolas sempre estivessem presentes na sociedade rural, o termo pluriatividade é recente na academia, e deve ser entendido a partir de um contexto socioeconômico específico, identificado como “ruralidade contemporânea”. Distinta, portanto, do recurso às atividades não-agrícolas inseridos na reprodução social camponesa. Muitos estudos têm identificado este fenômeno como resposta aos impactos da modernização agrícola (tecnificação, especialização e crise de superprodutividade) nos países europeus e nos EUA, como também às mudanças ocorridas na economia como um todo, em que a descentralização industrial, verificada a partir dos anos 70, criou oportunidades de empregos não-agrícolas nas zonas rurais.

Para compreender como e quando se dá essa associação é importante resgatar algumas abordagens e significados atribuídos à presença de atividades extra-agrícolas para o agricultor e sua família, ligadas a quatro fases distintas da economia dos países centrais.

A primeira fase refere-se ao século XIX, no período conhecido como proto-industrialização. Neste estágio do capitalismo, o “putting out system”³, permitia e ampliava as alternativas de rendas através de diversas atividades não-agrícolas disponíveis para os camponeses. O ato de trabalhar na agricultura e na confecção de artigos fabris e artesanais era um elemento comum e inerente à lógica de reprodução social desses camponeses-artífices e de suas famílias. Eles exerciam a agricultura em tempo parcial. Nesse contexto, a atividade não-agrícola não era concebida como uma prática excepcional ou uma ruptura com o modelo de reprodução do campesinato. Não constituía, portanto, objeto de estudo para os historiadores.

A segunda fase é compreendida pela reestruturação da economia na pós-segunda guerra mundial até os anos de 1950. Nesse período, houve um avanço

³ O sistema “put out” significa uma inter-relação entre as fábricas e as “indústrias domésticas”, onde partes de componentes do processo produtivo eram realizadas na unidade doméstica e depois finalizadas nas fábricas.

do processo de industrialização nos grandes centros urbanos e uma interiorização de indústrias para regiões “sem vocação agrícola” na Europa. Pequenos produtores da Alemanha Ocidental e na França foram estimulados a se tornarem trabalhadores industriais, sem deixar de produzir e morar nas suas propriedades. Esse tema foi muito estudado, sendo designado pelo termo camponês-operário (worker-peasants)⁴ e reconhecido como uma agricultura de tempo parcial conjuntural (Fuller, 1984).

A terceira fase refere-se à modernização da agricultura baseada na especialização do produto e na produtividade. É nessa fase que se instaura o debate sobre agricultura de tempo parcial, onde vários estudos foram produzidos na década de 60 até meados de 70, demonstrando a presença de estabelecimentos de tempo parcial. O debate estava focado na análise da viabilidade econômica dos estabelecimentos e no seu caráter conjuntural e instável (Kolankiewicz, 1979), além de remeter a idéia de obstáculo à modernização produtiva das unidades agrícolas. Nessa época, estava em vigor na Europa um modelo de modernização agrícola produtivista, que preconizava a ideologia técnico-produtivista. Os produtores que não desviassem recursos humanos e/ou materiais para outras atividades fora da agricultura, eram reconhecidos como os “verdadeiros agricultores”. A agricultura de tempo parcial era encarada como uma prática discriminada e depreciada pelos pesquisadores; técnicos do governo; políticos; produtores rurais “full-time” e representantes dos agricultores (Carneiro, 1996). Nesse contexto a pluriatividade surge na literatura acadêmica internacional como uma noção importada do campo técnico-político, para distinguir os que não eram considerados os “verdadeiros agricultores”, a partir do modelo de modernização agrícola produtivista. Devido a essa origem, Carneiro (2006) defende que a pluriatividade não se trata de um conceito, e sim, de uma noção que abarca uma heterogeneidade de práticas.

A princípio, o recurso à atividade não-agrícola era concebido como um caráter transitório, um problema conjuntural, associado a uma baixa rentabilidade proveniente da agricultura e da pequena propriedade. Ou seja,

⁴ Para maiores informações sobre a categoria “worker-peasants” ver Franklin, 1969.

eram os pequenos agricultores pobres que se localizavam em áreas “marginais” ou desfavorecidas, que exerciam a agricultura de tempo parcial para ampliar a renda familiar e/ou manter uma paridade com os trabalhadores urbanos (Fuller, 1984, 1990).

O caráter transitório atribuído ao fenômeno da agricultura de tempo parcial era explicado em função de determinadas dificuldades circunstanciais. Nesse sentido, a unidade de produção ou retornaria à exploração de tempo integral, ao término de um período conturbado, ou se encaminharia para a proletarianização do produtor. Essa abordagem nos remete ao debate clássico e antigo, sobre o paradigma leninista da diferenciação social, que se baseia na polarização de classes (burguesia *versus* proletariado) e na decomposição de grupos intermediários⁵, isto é, o progresso técnico e a correspondente transformação das relações de trabalho levariam a um crescente processo de decomposição das categorias sociais mais empobrecidas do rural.

A decomposição do campesinato russo descrito por Lênin no final do século XIX, se deu a partir de uma crítica as teorias populistas. Segundo essas teorias, o capitalismo não se daria na agricultura. O desaparecimento da velha propriedade (do antigo sistema), baseada no sistema de prestação pessoal, cederia lugar para um sistema de pequena produção mercantil. Para Lênin, no entanto, o capitalismo se desenvolve através da destruição completa das velhas formas de produção. O resultado final desta destruição seria a decomposição do campesinato patriarcal, e a criação de novos tipos de população rural, caracterizada pelo aumento da classe burguesa e do proletariado, que poderiam ser tanto agrícolas como industriais ou comerciantes. Esse aumento seria mais intenso nos ramos industriais e comerciais, do que na própria agricultura, evidenciando assim, um êxodo agrário. O conceito da pequena produção mercantil não era concebido por Lênin como um modo específico e particular, com suas leis próprias e lógicas de funcionamento, pelo contrário, era percebido como uma situação transitória que levaria à proletarianização de parte de seus

⁵Buttel (1982) vê na agricultura de tempo parcial uma alternativa para retardar o processo de concentração de capital e diminuir a polarização de classe na agricultura. Nesse sentido, percebemos uma âncora nas formulações de Lênin sobre a diferenciação social no campo.

trabalhadores e à transformação em empresários capitalistas do restante. Esta decomposição do campesinato, portanto, se opõe à coexistência da pequena produção mercantil no capitalismo (Carvailhes, 1979).

A partir de meados da década de 1970 ressurgiu-se o interesse pela pesquisa sobre a agricultura de tempo parcial. Houve uma considerável maturação dos enfoques, em que esta prática deixa de ser vista como um fenômeno conjuntural e passa a ser considerada estável na estrutura agrária. É revalorizada a possibilidade de (através dela) reter a população no meio rural; reduzir as migrações e assimilar os impactos da modernização agrícola (Fuller, 1984).

Verifica-se que ao longo do tempo, a própria terminologia atribuída ao fenômeno da combinação das atividades agrícolas e não-agrícolas por parte dos membros das famílias dos produtores, foi se alterando, juntamente com o foco da análise adotada. Até a década de 60, sob o termo "agricultura de tempo parcial", focava-se o produtor e as fontes de renda. No final desta década, o foco passou para a família e para o tempo de trabalho. Já na década de 60, o termo "*multiple job-holding farm households*" foi utilizado em vários estudos empíricos, direcionando o foco da análise para além do estabelecimento agrícola. Ou seja, para as atividades não-agrícolas, e destacaram-se outros fatores, tais como: composição e ciclo familiar e o contexto abrangente (econômico, político). No final dos anos 80, a noção da pluriatividade corresponde às atividades ou trabalhos não necessariamente remunerados em dinheiro. Houve, portanto, uma evolução das noções de "agricultura de tempo parcial" para "empregos-múltiplos" e, finalmente, para "pluriatividade" (Fuller, 1990).

A pluriatividade tem sido também associada a um processo de mercantilização no âmbito da agricultura familiar, isto é, de intensificação da inserção da agricultura familiar nos circuitos mercantis. A atual combinação das atividades produtivas (agrícolas e não-agrícolas) entre os agricultores familiares, se diferencia das atividades não agrícolas exercidas no passado justamente por não ser mais encarada como forma de trabalho complementar, ocasional e temporário, passando a ser resultado de uma estratégia planejada e permanente

de inclusão dos membros das famílias rurais no mercado de trabalho. Nesse contexto, o surgimento da pluriatividade tende a estar associado a um processo de mercantilização, isto é, à ampliação da dependência do mercado, principalmente o de trabalho, assegurando a reprodução social da família (Ploeg, 1992; Schneider, 2005;). É justamente nesse ponto que essa investigação contribui para o debate, isto é, o acompanhamento das estratégias acionadas pelas famílias de agricultores, ao longo de uma década de pesquisa, poderá corroborar com a hipótese da estabilidade da pluriatividade no campo.

Essa maior mercantilização não leva necessariamente ao abandono da agricultura e à proletarização desses produtores. Assim, não há associação ao antigo debate clássico sobre o paradigma leninista da diferenciação social. Pelo contrário, vários estudos têm indicado que a pluriatividade é um fenômeno estável e diversificado, e que deve ser analisado a partir das estratégias de reprodução social acionadas pelas famílias rurais por diferentes razões (adaptação, estilo de vida), não sendo a pobreza o único fator determinante.

No âmbito dessa discussão cresce o interesse pelos temas de desenvolvimento rural, local e territorial, sendo a pluriatividade uma das formas de integração das famílias, pessoas ou empresas nas redes econômicas e sociais locais, e mercados locais e nacionais (Kageyama, 2006).

A relação entre pluriatividade e o desenvolvimento rural dá-se a partir da análise da criação e ampliação de sustentabilidade dos territórios rurais, e do potencial estímulo de desenvolvimento endógeno. Considerando que a ruralidade passa a ser concebida como um conceito de natureza territorial e não-setorial (Abramovay, 2003). A base espacial da atividade não seria mais a propriedade ou o estabelecimento familiar, mas um território específico. Ou seja, as famílias rurais passam a estar atentas a todas as alternativas de trabalho e as potencialidades apresentadas em um território (Carneiro, 2006), com vistas a melhorar a sua qualidade de vida.

Assim fica explícito, que a noção de desenvolvimento deve contemplar tanto o aspecto econômico (aumento do nível e estabilidade da renda familiar), como o aspecto social (melhoria na qualidade de vida), e que um dos meios para

alcançar esse desenvolvimento é a ampliação da diversificação das atividades produtivas em um dado território. Quanto maior for a vitalidade do tecido social e a dinâmica de desenvolvimento local ou regional, maior será a chance de criar um desenvolvimento mais sustentável. Esse enfoque do desenvolvimento territorial rural já tem sido privilegiado na condução da política econômica européia desde meados dos anos 80, como reflexo da adaptação da sua política agrícola às novas exigências da sociedade para o meio rural. Isto vem ocorrendo com a adoção de reformas da Política Agrícola Comum (PAC) e modificações nos fundos estruturais para a política regional.

O termo desenvolvimento territorial rural foi utilizado em uma primeira comunicação, em 1965, da Comunidade Européia sobre a necessidade de prever os problemas de “reconversão regional” na construção de um espaço comum. Todavia, somente uma década depois, houve a criação do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDR), que deu origem à institucionalização da política comunitária de desenvolvimento regional. Os objetivos do FEDER eram reforçar o potencial econômico das regiões menos avançadas através de um financiamento comunitário (proveniente da Comunidade Européia e dos Estados membros) para investimentos na construção de infraestrutura, dotação de novos serviços e reconversão produtiva. Somado a estes objetivos, em 1988 a CE acrescentou três novas estratégias para o desenvolvimento dos territórios rurais: i) promover a proteção de ecossistemas vulneráveis; ii) incentivar a diversificação de fontes de renda, como uma forma de reforçar os espaços rurais com potencialidade econômica; e (iii) expandir o ecodesenvolvimento dos territórios rurais considerados marginais (Llambí, 2004). Estas estratégias se traduziram em um conjunto de fundos estruturais comunitários que estavam à disposição dos Estados membros, onde estes tinham autonomia de desenhar seus próprios programas.

Atualmente, a estratégia de desenvolvimento rural da União Européia está pautada em três componentes básicos, segundo Sumpsi (2004): (i) as políticas de desenvolvimento regional direcionadas, principalmente, para regiões mais atrasadas, financiadas pelos Fundos Estruturais; (ii) a política agrária comum

(PAC); e (iii) política de desenvolvimento local em áreas rurais (iniciativa comunitária LEADER).

Com a crise de superprodução agrícola nos anos de 1980, a PAC passou por uma série de adaptações, com marcos nos anos: 1992; 2000 (Agenda 2000) e 2003 (reforma de Fisher). Estas reformas instituíram uma desvinculação entre as ajudas com os volumes de produção. Na reforma de 2000 a substituição das ajudas em relação à produção foi direcionada para o desenvolvimento rural, e principalmente para o meio ambiente (Bonnal, et alii, 2004).

O Programa Leader (Ligações entre Ações de Desenvolvimento da Economia Rural) trata-se de um modelo de desenvolvimento rural baseado na capacidade de ação da iniciativa local. Esse programa teve início em 1991 (LEADER I para o período de 1991-1994), prorrogado em 1995 (LEADER II compreendendo o período de 1994 a 1999) e reforçado pela Agenda 2000 (LEADER + para o período de 2000-2006). A iniciativa Leader tem como característica o enfoque territorial; a valorização dos recursos locais; a geração de vínculos produtivos intersetoriais; a participação no enfoque de baixo para cima; a associação e cooperação pública e privada; a gestão descentralizada; o trabalho em rede e a cooperação entre territórios rurais (Sumpsi, 2004). É neste marco que se processa a abordagem da agricultura multifuncional, que possibilita repensar a condução das políticas agrárias domésticas em relação às transferências sociais de benefícios aos agricultores, tendo o cuidado de compatibilizar os compromissos internacionais vigentes nos acordos comerciais, no âmbito da Organização Mundial do Comércio (OMC), com os objetivos domésticos.

O conceito da multifuncionalidade teve sua formulação inicial no Fórum Mundial sobre meio ambiente no Rio de Janeiro em 1992. Mas com o tempo esse conceito foi perdendo força e deixou de ser utilizado nos fóruns internacionais sobre o desenvolvimento, até voltar à cena novamente em alguns fóruns importantes, entre eles pode-se citar: a Conferência de Berlim em 1999 para discutir a reforma da PAC (Agenda 2000), onde foi criado um componente específico voltado ao desenvolvimento rural; e estudos realizados pela

Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) em 1998 para definir o conceito da multifuncionalidade (Bonnal, 2005).

De acordo com a OCDE (1998) a multifuncionalidade pode ser definida como: “Além de sua função primária de ofertar alimentos e fibras, a atividade agrícola pode também moldar a paisagem, prover benefícios ambientais tais como a conservação do solo, manejo sustentável dos recursos naturais e preservação da biodiversidade, e contribuir à viabilidade de muitas áreas rurais”. Nesta mesma direção, o documento do Governo da Noruega (Norway, 1999) ressalta que além da provisão de bens privados (alimentos e fibras, agroturismo e outros comerciais), à agricultura associa-se a provisão de um conjunto de bens públicos que incluiria a segurança alimentar, a qualidade dos alimentos e a herança cultural.

Durante uma reunião da OMC em Seattle, em 1999, inicia-se uma rejeição progressiva do termo “multifuncionalidade”, devido sua vinculação, por parte dos países agroexportadores (grupo de Cairns), a um instrumento de permanência do protecionismo dos países ricos, indo de encontro, portanto, ao processo de liberalização do comércio agrícola. A partir disto, a FAO passa a dar ênfase aos “papéis da agricultura” ao invés do uso do vocábulo multifuncionalidade. O termo multifuncionalidade foi de fato, segundo Bonal (op. cit.) retirado em 2002 da agenda internacional a partir da conferência das Nações Unidas sobre desenvolvimento sustentável na África do Sul, com o acirramento desta visão do grupo de Cairns. Isso não significou o abandono do conceito. Na Europa a multifuncionalidade ainda continua sendo referência importante para a revisão da PAC, e mais recentemente o termo está sendo utilizado não só no Brasil, como pelos países do antigo grupo do Cairns. Nesse sentido, o debate ainda em construção do enfoque da MFA não está isento de conflitos, sobretudo quando se trata da dimensão política em função das negociações na OMC sobre a agricultura. Geralmente se associa a promoção da MFA nos países avançados com a manutenção de instrumentos protecionistas. Questiona-se se a MFA não está sendo utilizada para encobrir novas modalidades de subvenção à agricultura, ou seja, para acobertar formas disfarçadas de sustentação de renda

agropecuária sobre o enfoque da provisão de bens públicos ou bens não mercantilizados (Maluf, 2002).

Somado a isto alguns autores têm questionado a aplicabilidade e abrangência do enfoque da multifuncionalidade na prática. Ao realizar uma análise da reforma da PAC em 1992, Abramovay (1999) faz uma reflexão sobre a multifuncionalidade concluindo que “a sustentação da renda dos agricultores europeus não visa fundamentalmente o pagamento de funções múltiplas, socialmente valorizadas e não remuneradas pelo mercado: ela consiste basicamente numa forma de garantir o lugar dos maiores produtores europeus no mercado mundial”. As ajudas diretas se concentram em alguns países (França, Alemanha, Reino Unido, Espanha e Itália, principalmente); em algumas regiões; alguns produtos (grãos/cereais, oleaginosas e proteoleaginosas) e numa minoria de agricultores. (Abramovay, 1999:2). Portanto, ressalta o autor “o importante é que a passagem de sustentação de preços aos pagamentos diretos tal como realizada na reforma da PAC de 1992 e reiterada em 1999 em Berlim não se confunde com a idéia de multifuncionalidade. Não se tratou, até agora, de remunerar um conjunto de externalidades positivas cujo pagamento o mercado é incapaz de assegurar, mas simplesmente de garantir rendas compensatórias para agentes econômicos penalizados pela reforma da PAC” (Abramovay, 1999:9). Além disso, as ajudas diretas não beneficiam as áreas menos favorecidas ou montanhosas, conforme aparece como prioridade nas orientações da PAC, e sim naquelas que têm maior participação na oferta, nas exportações, justamente onde as funções sociais, territoriais e ambientais são pouco valorizadas pela sociedade.

Na mesma direção, Sumpsi (2004) argumenta que mesmo tendo uma nova preocupação com políticas que fomentem o desenvolvimento rural, sobretudo orientadas para regiões mais atrasadas, o gasto público da União Européia destinado à política de garantia de preço mínimo e de subsídios agrários, financiado pelo FEOGA-O, que compõe os Fundos Estruturais

Comunitários⁶, tem sido muito superior ao gasto em desenvolvimento rural. O autor chama atenção que no período de 1994-1999 quase 60% do gasto comunitário em desenvolvimento rural foi destinado a regiões atrasadas, mas a dispersão espacial e a natureza setorial da maior parte das medidas aplicadas nestas regiões (modernização agrária e melhora da indústria agroalimentar) permitem duvidar do seu impacto sobre o desenvolvimento e sobre a diversificação da economia rural. Esses dados são importantes para diferenciar a forma-discurso através da forma-gasto.

Mesmo com essas críticas, há um reconhecimento do enfoque da MFA em deslocar o foco setorial para o territorial, em ampliar a lente para além da questão produtivista da agricultura, conciliando as “prestações de serviço” (funções) da agricultura com as exigências (demandas) da sociedade. Trata-se, portanto, de uma construção social da política pública, que não deixa de ser um instrumento importante na medida em que torna o uso dos recursos públicos mais transparentes, respeita os objetivos construídos socialmente e estimula, ao mesmo tempo, a criação de instâncias locais de concertação.

A aplicação da noção da multifuncionalidade da agricultura à realidade brasileira é bem recente. Trata-se na realidade da iniciativa de um grupo interdisciplinar de pesquisadores franco-brasileiros⁷ que testa a utilização dessa noção na nossa realidade, e em que medida as políticas públicas orientadas para a agricultura familiar, a reforma agrária e os territórios rurais poderiam se beneficiar.

Como a questão da produção agroalimentar ainda não está resolvida, devido a elevada heterogeneidade e desigualdade social, o apoio à agricultura multifuncional estaria necessariamente vinculado ao aumento da produção

⁶ As políticas estruturais comunitárias se instrumentalizam mediante ajudas públicas e empréstimos. As ajudas públicas são financiadas pelos Fundos Estruturais Comunitários, que são compostos pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER), destinado para políticas que objetivam reduzir as disparidades regionais; o Fundo Social Europeu (FSE), que visa fomentar as oportunidades de emprego e o Fundo de Garantia e Orientação Agrícola Seção Orientação (FEAGA-O), que tem como objetivo financiar a melhora e a modernização das estruturas agrárias.

⁷ Projeto de Pesquisa denominado "Estratégias de desenvolvimento rural, multifuncionalidade da agricultura e agricultura familiar: identificação e avaliação de experiências em diferentes regiões brasileiras", apoiado pelo CNPq/COAGR. Ver Carneiro e Maluf (2003).

agroalimentar pela questão da segurança alimentar (abastecimento interno e auto-consumo) e mesmo ao aumento de exportação, e como parte do combate à pobreza rural (Maluf, 2002). Nesse sentido, Maluf (op. cit) ressalta que no plano normativo, o enfoque da MFA implica valorizar a produção de alimentos de formas a abranger várias funções (equidade social, diversidade cultural, sustentabilidade, entre outras). Portanto, a noção da multifuncionalidade abarca elementos importantes para o tema da segurança alimentar e sua relação com o desenvolvimento rural.

Não se pode deixar de mencionar, embora de forma ainda incipiente, algumas alterações que ocorreram nas diretrizes e objetivos gerais dos programas orientados para a agricultura familiar e de reforma agrária, em que a MFA pode ser estimulada. Entre eles pode-se citar as mudanças ocorridas no próprio Pronaf, para atender públicos específicos (grupos A, B, C, D, E)⁸, numa perspectiva territorial, com novas institucionalidades, como Conselhos de Desenvolvimento Territorial, Conselhos Municipais e Estaduais de Desenvolvimento Rural e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (CONDRAF), além da crescente preocupação com temas de equidade e sustentabilidade, etnodesenvolvimento, questões de gênero e geracionais, o reconhecimento do rural não-agrícola e a produção agroecológica.

O que distingue o debate da pluriatividade do debate sobre a multifuncionalidade, já que ambos estão inseridos no mesmo contexto socioeconômico e enfrentam os mesmos efeitos proporcionados pelo esgotamento do modelo técnico-produtivista nos países avançados, informados pela mesma concepção de desenvolvimento (desenvolvimento rural sustentável), e se apresentam como alternativas para alguns dos principais problemas que afetam as populações rurais, tais como: geração de emprego, melhoria da renda, êxodo dos mais jovens etc.?

⁸ Os programas são voltados para comunidades rurais negras quilombolas, extrativistas florestais, ribeirinhos, pescadores artesanais, povos da floresta e seringueiros, povos indígenas, entre outros. Para maiores detalhes ver MDA (2005). Secretaria de Agricultura Familiar. www.mda.gov.br e www.pronaf.gov.br.

Alguns autores defendem a ideia de que a noção da multifuncionalidade é mais abrangente que a da pluriatividade. Para Laurent (1996, 1999, 2000) a pluriatividade está contida na noção da multifuncionalidade, a qual esta última, pode até estimular o reconhecimento da pluriatividade nas definições legais, estatísticas oficiais e na própria legitimação social, onde o recurso à pluriatividade deixa de ser concebido como uma situação de precariedade e passa a ser retomado nas pesquisas acadêmicas. Essas noções não estão separadas, “pois a partir do momento que se considera a produção de outras riquezas, e não somente a produção de bens primários, se coloca a questão da natureza dessa atividade e o estatuto que ela confere para aqueles que a exercem (...). A reviravolta da perspectiva induzida pelo reconhecimento da multifuncionalidade conduz a interrogar, simultaneamente, sobre a definição de atividade agrícola, sobre as fronteiras móveis da pluriatividade e sobre o estatuto que confere o exercício de atividade agrícolas qualificados de uma nova maneira na ótica da tributação e da proteção social”(Laurent, 1996:42).

Já Maluf (2002) concebe que a noção da multifuncionalidade é mais abrangente do que a de pluriatividade, pois incorpora além dos bens privados não-agrícolas, os bens públicos no reconhecimento de formas de produção e de fontes de renda no universo rural.

De fato, os estudos sobre a noção da pluriatividade estão mais amadurecidos e o enfoque da multifuncionalidade é mais operacional, isto é, uma maneira de instrumentalizar a política pública.

Feita esta breve revisão sobre as origens das noções analíticas que fundamentam o as reflexões de fundo desta tese, a pluriatividade e a sua interface com os temas da multifuncionalidade e o desenvolvimento rural, cabe investigar como a noção da pluriatividade tem sido utilizada pelos estudiosos no Brasil das condições de produção agrícola com base no trabalho familiar e quais os significados a ela atribuídos.

1.3 Os diferentes significados da pluriatividade no caso brasileiro

Embora haja um amplo reconhecimento em diversos trabalhos (em especial nas pesquisas desenvolvidas pela equipe de pesquisadores em torno do Projeto Rurbano⁹) da tendência em curso de redução da população ocupada no setor agropecuário, ao mesmo tempo em que novas atividades não-agrícolas e/ou outras fontes externas à unidade de produção passam a incorporar cada vez mais a realidade do nosso campo, é importante diferenciar a natureza dessas ocupações e o papel dessas atividades para a reprodução social dos agricultores familiares.

Uma forma de analisar essa nova ruralidade brasileira e, mais especificamente o fenômeno da pluriatividade, é estudar as ocupações desenvolvidas pelos residentes rurais. O Projeto Rurbano vem desde 1997 pesquisando as tendências de ocupação no meio rural brasileiro a partir das análises dos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD), do IBGE.¹⁰

Desde meados dos anos 1980, os estudos das Pnads já indicavam uma tendência de queda sistemática do emprego agrícola, ao mesmo tempo em que a população rural ocupada (PEA rural)¹¹ se mantinha constante, ou até mesmo crescia em algumas regiões do país. Esse quadro foi explicado pelo aumento

⁹ É um Projeto Temático denominado “Caracterização do Novo Rural Brasileiro, 1981/99” que tem sido desenvolvido por uma equipe multidisciplinar, e conta com financiamento parcial da Fapesp e Pronex-CNPQ/FINEP. O projeto tem analisado as principais transformações ocorridas no meio rural em onze unidades da Federação (PI, RN, AL, BA, MG, RJ, SP, PR, SC, RS e DF). Para maiores informações ver a homepage do projeto na Internet (www.eco.unicamp.br), entrar no Núcleo de Economia Agrícola, Projeto Rurbano.

¹⁰ A PNAD é uma pesquisa amostral que tem como referência o universo dos dados fornecidos pelo último censo demográfico disponível e utiliza as informações por domicílio como unidade de análise.

¹¹ Cabe chamar atenção que a equipe do Projeto Rurbano quando realiza uma comparação entre os anos 80 e 90 vem utilizando o conceito de População Economicamente Ativa (PEA) usual ou “restrita” para distinguir dos dados publicados das Pnads de 1992 a 1999, identificado como “PEA ampliada”. Isso se deve porque a partir de 1992 o IBGE ampliou o conceito de trabalho utilizado nas Pnads, visando captar determinados grupos de pessoas envolvidas em atividades econômicas que anteriormente não eram incluídas na população ocupada. Essa expansão conceitual, segundo Del Grossi (1999) abrangia basicamente aposentados, jovens em idade escolar, e de mulheres envolvidas nas suas tarefas domésticas com cuidados com hortas domésticas e pequenos animais.

observado das ocupações não-agrícolas no campo no mesmo período, ou seja, a perda dos postos de trabalho agrícola foi compensada com a criação de novos postos não-agrícolas, como pode ser observado na tabela 1.

Tabela 1 - População residente segundo a situação de domicílios, condição de ocupação e ramos de atividade. Brasil^a, 1981-99 (milhões de pessoas)

	Milhões de pessoas				Taxa de crescimento (% ao ano)			
	1981	1992	1996	1999	1981/92		1992/99	
Urbano	85,2	113,4	122,4	127,8	2,6	***	1,7	***
Ocupados ^b	31,7	46,5	50,4	52,8	3,6	***	1,8	***
Agrícola	2,6	3,7	3,4	3,4	3,3	***	-1,6	***
Não-agríc	29,1	42,9	47,0	49,3	3,6	***	2,0	***
Rural	34,5	32,0	31,7	32,6	-0,7	***	0,2	***
Ocupados	13,8	14,7	13,9	14,9	0,6	***	-0,2	***
Agrícola	10,7	11,2	9,9	10,2	0,4	***	-1,7	***
Não-agríc	3,1	3,5	4,0	4,6	1,2	***	3,7	***
Total	119,7	145,4	154,0	160,3	1,8	***	1,4	***

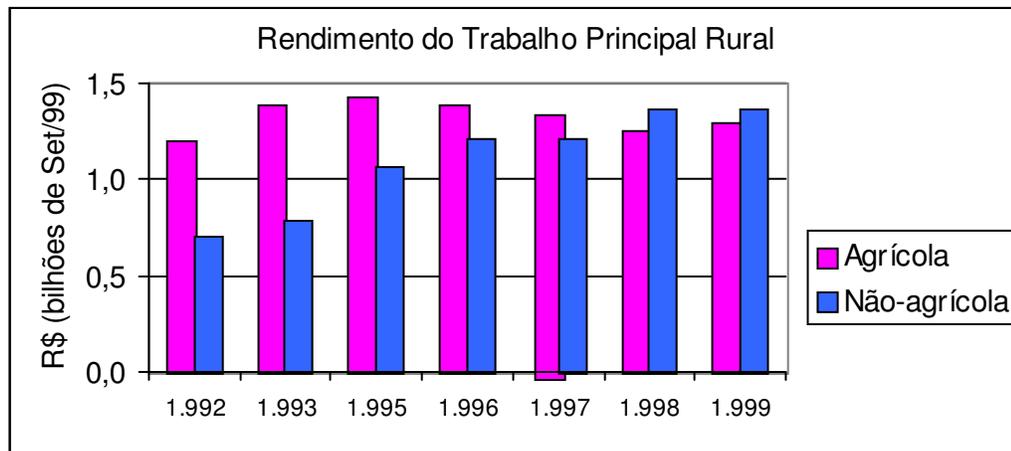
Fonte: Tabulações especiais das PNADs de 1981 e de 1992 a 1999, Projeto Rurbano, novembro 2000.

NOTAS: a) não inclui as áreas rurais da região Norte, exceto Estado de Tocantins
b) PEA restrita, que exclui os não remunerados que trabalham menos de 15 horas na semana e os que se dedicam exclusivamente ao autoconsumo.

No ano de 1999, das 15 milhões de pessoas economicamente ativas no meio rural brasileiro (exceto a região Norte), quase um terço – ou seja, 4,6 milhões de trabalhadores - estavam exercendo ocupações rurais não-agrícolas (ORNAs). E as ocupações não-agrícolas cresceram na década dos anos 90 a uma taxa de 3,7% ao ano – mais que o dobro da taxa de crescimento populacional do país, enquanto as ocupações agrícolas se reduziram a uma taxa de 1,7% ao ano no mesmo período.

Além disso, os dados revelam que desde 1998 e 1999 os rendimentos não-agrícolas das pessoas que habitam os espaços rurais já superavam os rendimentos provenientes das atividades agrícolas, corroborando assim, mais uma vez, para a evidência do aumento da importância das ORNAs no campo (gráfico 1).

Gráfico 1: Evolução das rendas do trabalho principal das pessoas ocupadas no meio rural brasileiro, segundo o ramo de atividade. Brasil, 1992/99.



Elaboração: Projeto Rurbano.

Quando se observa a família rural, em vez da pessoa ocupada, pode-se constatar que a pluriatividade já estava presente em 35% do conjunto das famílias que exerciam atividades agropecuárias no país neste período.

Quais são essas atividades e quais são os principais significados atribuídos a pluriatividade no país? Geralmente se atribui um papel estratégico da pluriatividade no processo de desenvolvimento rural, ao contribuir para a geração de mecanismos de inclusão social, redução da pobreza e combate às desigualdades.

Todavia também é verdade que as atividades não-agrícolas que mais vêm crescendo no país são aquelas ligadas à prestação de serviços, sobretudo associadas ao trabalho doméstico assalariado, refletindo assim, altos níveis de concentração de renda no país e um nível baixíssimo do salário mínimo vigente.

As rendas não-agrícolas em várias localidades constituem fontes precárias de recursos obtidos em ocupações que exigem pouca qualificação e baixa remuneração, seguindo, portanto, a tendência de emprego criada ao longo dessas últimas duas décadas. O recurso às atividades não-agrícolas tem sido associado a situações mais precárias como “empregos de refúgios” ou de

“trabalhos acessórios”, mas em ambos os casos, as diferentes manifestações da pluriatividade cumprem funções estratégicas na reprodução social das famílias rurais.

Assim, uma das formas de entender a pluriatividade nos anos 1990 é a sua associação como uma estratégia de sobrevivência acionada por membros de famílias agrícolas mais pobres. Essas famílias vêm tendo perdas substanciais de sua renda, em função da queda dos preços das nossas principais *commodities*, não sendo, portanto, resultado do crescimento da produtividade do trabalho agropecuário (Graziano da Silva, 1999).

Essa queda da renda agrícola está associada às mudanças no cenário macroeconômico, sobretudo na década de 1990 com a política de abertura comercial e acirramento na concorrência com os produtos estrangeiros. O câmbio foi mantido sobrevalorizado, principalmente, entre os anos de 1994 e 1999, em que a agricultura teve um importante papel na política antiinflacionária - a chamada “âncora verde” do Plano Real; além de sofrer com limitações no suporte técnico-comercial e no acesso ao recurso financeiro. Segundo Lopes (1996), a rentabilidade dos principais produtos da nossa agropecuária reduziu-se em torno de 40% no período de 1991-95, quando comparado com o período de 1981-1985. Mesmo assim, as atividades agrícolas ainda representam a única fonte de renda para uma parte significativa da população rural, especialmente a dos mais pobres.

Os dados do Projeto Rurbano mostraram que a perda do trabalho agrícola não é automaticamente compensada pelas ocupações não-agrícolas. Parcelas significativas destes trabalhadores agrícolas dispensados são pessoas de meia idade, sem qualificação profissional e sem escolaridade formal para exercerem as ORNAs disponíveis.

Além disso, pesquisas têm apontado a importância do entorno rural para a geração de empregos, tanto agrícolas como não-agrícolas. Segundo Graziano da Silva (2002) os dados do Projeto Rurbano revelam que nas regiões mais atrasadas não há nem emprego agrícola e muito menos, ocupações não-

agrícolas. Na mesma direção Jonasson & Helfand (2008) ao analisarem as informações do nosso Censo Demográfico chegaram à constatação que nas regiões mais pobres, o número de ocupações não-agrícolas também é reduzido, sobrando apenas a oportunidade agrícola para essas famílias. Em outros termos, os autores constataram que as oportunidades de empregos e rendas não-agrícolas são mais escassas em lugares onde a pobreza é mais elevada; e o acesso a empregos não-agrícolas bem remunerados, depende de ativos, como capital humano e material, que geralmente são mais frágeis nas localidades mais pobres.

Entretanto alguns estudos, principalmente no Sul do país, em Santa Catarina (Mattei, 1998, 1999; Schneider, 2003) e Rio Grande do Sul (Schneider, 1996; 2003; Anjos, 1994, 1995, 2003), já associam a pluriatividade ao processo de modernização da agricultura, que libera mão de obra, aliada às mudanças nos mercados de trabalho proporcionadas pela descentralização de indústrias do ramo têxtil-confecção (situadas no Vale de Itajaí, em Santa Catarina); da indústria coureiro-calçadista (no Rio Grande do Sul); indústrias do gênero metal-mecânico, e, mais recentemente, do ramo de alimentação do Litoral Norte Catarinense. Essa descentralização industrial decorre da flexibilização dos processos produtivos pós-fordistas e da importância das economias locais. Todavia, não se deve deixar de mencionar que sob esta condição ocultam-se formas precárias de trabalho e relações de produção (como subcontratação e informalidade).

É importante ressaltar que é principalmente a partir destes estudos realizados no Sul do país, que o termo da pluriatividade começa a ser empregado no Brasil.¹² Antes disso, há o trabalho pioneiro da Seyferth (1983),

¹²Como observou Anjos (2003) em um dos fóruns importante de discussão sobre a questão agrária e agrícola no país o “Congresso Anual de Economia e Sociologia Rural” (SOBER) o termo pluriatividade aparece pela primeira vez somente no ano de 1994, empregado inclusive pelo próprio autor, e num espaço de tempo de quatro anos, na Sober de 1998, o número de artigos apresentados sobre o tema passa para 14, envolvendo diversos pontos da geografia nacional.

que foi quem inaugurou o estudo sobre colono-operário (worker-peasants¹³) no Brasil, ao analisar as mudanças ocorridas numa área de colonização, predominantemente alemã, no Vale de Itajaí, com a articulação da atividade agrícola com a indústria têxtil.

Cabe também lembrar que a combinação da atividade agrícola com a não-agrícola por famílias camponesas é uma prática muito antiga, não só no campesinato brasileiro, como no mundo. São vários os exemplos nas etnografias do campesinato brasileiro que retrataram a presença de atividades não-agrícolas entre agricultores em distintos locais, que vão do Rio Grande do Sul ao Ceará, em diferentes contextos sócio-econômico e cultural, dentre eles pode-se citar: Lovisoló (1989); Garcia Jr. (1989); Garcia, M.F. (1984); Carneiro (1976), Neves (1979); Peloso (1986) e Graziano, E. (1986).¹⁴

Como foi abordado, o que permite distinguir o recurso às atividades extra-agrícolas hoje, como uma estratégia distinta da combinação de múltiplas fontes de renda exercida no passado, é o estatuto de quem a exerce (se é camponês ou agricultor familiar) e o ambiente socioeconômico que está ancorado. Esse ambiente não é caracterizado apenas pelos processos de modernização agrícola e de interiorização da indústria; mas também, pela crescente integração dos mercados rurais e urbanos.

O debate da pluriatividade também está vinculado à crescente demanda no meio rural por moradia, ao turismo, a sítios de recreio e outros serviços diversos (Wanderley & Lourenço, 1994; Graziano da Silva, 1996, 1997; Teixeira, 1998, Pires, 2004). Verifica-se assim a expansão de construções rurais voltadas

¹³ Worker-peasant é uma categoria analítica cunhada por Franklin em 1969, que designa uma situação de camponeses que têm emprego regular fora da agricultura, mais especificamente na indústria.

¹⁴ Para uma análise mais detalhada sobre o surgimento e desenvolvimento da noção da pluriatividade no Brasil e na discussão acadêmica internacional ver: Fuller (1984; 1990); Gasson (1988); Barlett, (1986); Vries (1993); Kageyama (1998); Efstratoglou-Todoulou (1995); Marini & Pieroni (1987); Carneiro (1995); Schneider (2005); Teixeira (1998), entre outros.

tanto para casas de segunda moradia de famílias urbanas de rendas média e alta, como para população de baixa renda.¹⁵

Nesse sentido, um outro significado atribuído à pluriatividade seria a diferenciação social e econômica das famílias agrícolas através da diversificação de serviços, num ambiente caracterizado pelo renascimento do rural por parte dos cidadãos, que valorizam a natureza e a vida no campo. Na década de 90 observa-se em algumas localidades uma intensificação de “novas” atividades agrícolas e não-agrícolas no campo brasileiro, impulsionadas por demandas específicas das classes média e alta urbana (Graziano da Silva, 1997). Essas novas atividades atuam em “nichos” específicos de mercado, são atividades como: piscicultura; criação de pequenos animais de alto valor agregado, como rã, scargort; produção orgânica de ervas medicinais e de temperos e condimentos; produção orgânica de verduras e legumes; turismo rural; fazenda-hotel e revitalização crescente de atividades tradicionais como o artesanato. Além dessa dinâmica patrimonialista, Laurenti & Del Grossi (2000) reconheceram várias dinâmicas específicas que impulsionam o desenvolvimento das ocupações não-agrícolas no meio rural brasileiro. Essas dinâmicas estão associadas às mudanças no lado da oferta de bens e serviços, tanto no âmbito das atividades econômicas que contam com uma etapa agrícola no processo de produção e circulação de mercadorias, como daquelas situadas fora do agronegócio e, pelo lado da demanda, pela mudança no padrão de consumo da população.

A pluriatividade também é apontada como uma alternativa para ampliar as opções de renda e emprego nos assentamentos (Alentejano 1997, 2003).

Por fim, para enriquecer a revisão sobre os principais significados da pluriatividade no país, vale a pena reproduzir alguns resultados importantes encontrados nos estudos de campo realizados pelos pesquisadores do Projeto

¹⁵ Entre as principais atividades não-agrícolas das pessoas ocupadas no meio rural brasileiro em 2006 se destacavam serviços domésticos em primeiro lugar e a construção civil em seguida, ao lado de vendedores, professores de ensino fundamental, entre outros. Mais adiante este ponto será analisado.

Rurbano, que abrangeram diferentes realidades socioeconômicas. Foram aplicados 662 questionários quantitativos em domicílios rurais, no ano de 2001, em 11 localidades (municípios) de 8 unidades da federação: Rio Grande do Norte, Alagoas, Bahia, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Rio Grande do Sul e Goiás. As localidades foram escolhidas pelos pesquisadores, de forma intencional, dado o conhecimento de estudos anteriores.¹⁶

O questionário aplicado abrangia informações sobre a demografia e o perfil ocupacional prevalecente na semana de referência (a última semana de setembro de 2001). O objetivo básico foi o de obter um detalhamento mais exaustivo das ocupações e da renda das pessoas com 10 anos ou mais de idade durante o período de outubro do ano de 2000 até o final de setembro de 2001. A escolha dessa última semana de setembro teve por objetivo a utilização do mesmo período de referência das PNADs a fim de permitir sua comparação. Todavia, o ano de referência procurou incluir toda a diversidade das ocupações rurais ao longo do ano, possibilitando a comparação dos dois períodos de referência (semana e ano de referência).¹⁷

A unidade básica de amostragem foi o domicílio rural particular permanente, situado fora da região metropolitana, que pode abrigar qualquer tipo de morador. Neste sentido, o tipo de domicílio que compõe a amostra independe da natureza da ocupação de seus residentes, podendo ser estes agricultores, aposentados, empresários, neo-rurais, caseiros etc. Esta unidade de análise também é empregada pela PNAD.

A partir de uma leitura dessas pesquisas quantitativas, excluindo o estado do RJ que será contemplado no terceiro capítulo, pode-se constatar alguns pontos importantes relacionados aos diversos significados da agricultura, das atividades e/ou fontes de renda não-agrícolas e da pluriatividade para a reprodução social das famílias rurais encontrados nestas pesquisas:

- ✓ São as famílias pluriativas que sobressaem, mesmo em regiões tidas como polos de desenvolvimento agrícola (como a fruticultura

¹⁶ Ver O novo rural brasileiro: rendas das famílias rurais, v. 5, 2004.

¹⁷ Para maiores informações sobre as variáveis utilizadas nos estudos de casos ver anexo elaborado por Del Grossi (2004: 488-495).

irrigada no município de Ipanguaçu –RN; complexo fumageiro no Vale do Rio Pardo- RS; município de Barreiras-Ba, e São João d’Aliança-GO), evidenciando uma situação em que são as atividades agrícolas que acabam impulsionando o desenvolvimento de ocupações não-agrícolas para a comunidade local, como também, em contextos marcados por uma agricultura pouco dinâmica (município de Arapiraca-AL).

- ✓ A pluriatividade também tem sido impulsionada pelo dispêndio de renda da população de origem urbana no meio rural (patrimônio Espírito Santo, município de Londrina-Paraná; município gaúcho de Barão-RS). Neste último exemplo, o recurso à pluriatividade se dá também pela proximidade de várias fábricas ligadas à confecção de sapatos e metalurgia, tendo, portanto, o entorno rural como elemento chave explicativo para a dinamização das atividades não-agrícolas.
- ✓ As famílias não-agrícolas se sobressaem tanto nas regiões em que o setor agrícola está passando por uma crise (município de Ilhéus numa região cacaueteira da Bahia), o que na ausência de ocupações agrícolas, as famílias são levadas a buscarem ocupações não-agrícolas; como num contexto marcado por uma agricultura empresarial numa região rural bem desenvolvida (bairro de Inhumas, município de Piracicaba, SP).
- ✓ As transferências sociais também têm cumprido o mesmo papel de elevação da renda familiar, que as rendas não-agrícolas, em regiões onde a agricultura tem enfrentado crise (município de Iricê, semi-árido baiano).

Considerando o conjunto das informações coletadas, também foram constatados segundo Kageyama & Hoffmann (2004):

- ✓ A pluriatividade e as atividades não-agrícolas estão estatisticamente associadas à menor pobreza, à maior

escolaridade e ao melhor nível de vida no conjunto da amostra dos estudos de caso. Mas são as famílias não-agrícolas que apresentaram uma escolaridade mais elevada e um nível de vida maior.

- ✓ A maior proporção de pobres incide sobre as famílias agrícolas, e o menor grau de pobreza aparece entre as famílias não-agrícolas e as de inativos, constatando novamente a importância das rendas não agrícolas e das transferências sociais para a redução do nível de pobreza no meio rural.
- ✓ E quanto à composição da renda, as rendas de ocupações não-agrícolas já representam 34% da renda domiciliar na amostra agregada, e se além da renda das ocupações, incluírem as aplicações financeiras, aposentadorias e pensões, aluguéis e arrendamento; estas passam a representar a maior parte da renda domiciliar (cerca de 64%).

Portanto, a presença das atividades não-agrícolas no meio rural brasileiro não é exclusividade de uma região específica, mas está disseminada em diversas localidades do país. Além disso, não ocorre somente em contextos marcados por uma agricultura em crise, mas também pode ser estimulada pela própria expansão e dinamismo vivenciado pelo setor agrícola.

É possível então reconhecer duas principais vertentes de interpretação sobre o debate da pluriatividade nesta última década no país. Uma está associada às dinâmicas recentes de mudança no perfil socioeconômico proveniente da diversificação das atividades econômicas produtivas, identificadas como um “novo rural”, ou um “transbordamento do urbano sobre o rural” (Graziano da Silva, 1999). E a outra, associada a uma prática inerente às dinâmicas de reprodução social das famílias agrícolas, mas que está ancorada num ambiente socioeconômico específico, isto é, decorrente da crise da modernização da agricultura; da ampliação de alternativas de emprego ou ocupação oriundas de um estreitamento entre as relações campo-cidade

(Schneider, 2005). A diferença entre ambas as interpretações está na ênfase dada às práticas agrícolas e não-agrícolas. A primeira evidencia mais a redução do peso da atividade agrícola para a manutenção das famílias rurais, com até mesmo uma tendência de substituí-la, a longo prazo, pela ocupação não-agrícola. Enquanto a outra, realça que a pluriatividade não pode ser entendida como um fenômeno transitório ou conjuntural.

A pluriatividade, portanto, de fato é uma realidade no Brasil, mas um mesmo rótulo abarca fenômenos de naturezas distintas. Além disso, nestes últimos dez anos de pesquisa, a pluriatividade ganhou visibilidade na academia como categoria analítica das mudanças ocupacionais no meio rural, e até reconhecimento na esfera da política pública¹⁸, não houve, porém, um avanço no estatuto teórico dessa noção.

Schneider (2005) tem até investido mais sobre o conteúdo explicativo das diferentes formas e feições que a pluriatividade pode assumir no meio rural, através da elaboração de uma tipologia: a pluriatividade intersetorial; a de base agrícola; a de trabalho informal; a para-agrícola e a tradicional-camponesa. Se por um lado este esforço analítico permite esclarecer melhor as distintas naturezas desse fenômeno; por outro, tal flexibilidade atribuída ao fenômeno pode levar a uma perda do conteúdo explicativo dessa noção, ao englobar qualquer prática não-agrícola no interior do próprio estabelecimento e até mesmo agrícola, fora do estabelecimento, dedicada à prestação de serviços como: plantio, colheita, manejo, transporte e outros para terceiros, que muitas vezes são práticas corriqueiras e que sempre fizeram parte da reprodução social desses agricultores.

¹⁸ No âmbito da principal política voltada para os agricultores familiares- o Pronaf- o fenômeno da pluriatividade passou a ser reconhecido, e até estimulado com recurso destinado a práticas não-agrícolas dentro das unidades produtivas, como as agroindústrias caseiras, modalidades de turismo rural, entre outras.

1.4 Ocupações e pluriatividade: uma leitura de dados mais recentes das Pnads (2000-2006)

Esses estudos de casos acabaram por confirmar o que os dados secundários mais recentes das Pnads vêm apontando. No ano de 2006, de acordo com a classificação utilizada pela equipe do Projeto Rurbano, do total de 6.183 milhões de famílias brasileiras residentes em domicílios localizados nas áreas rurais não metropolitanas, 21,4% (1,321 milhão) já eram pluriativas¹⁹ e 16,8% (1,040 milhão) estavam ocupadas apenas em atividade não-agrícolas. Já as famílias agrícolas representavam pouco menos da metade do conjunto dessas famílias (49,3% - 3,050 milhões).

Tabela 2. Brasil. Distribuição das famílias com domicílio nas áreas rurais não-metropolitanas (Rural agropecuário), segundo o tipo de atividade em que está ocupada, 2006

Tipos de Famílias	Total (em 1.000 famílias)	%
<i>Agrícola</i>	3050	49,3
Pluriativa	1321	21,4
Não-agrícola	1040	16,8
Não-ocupada	773	12,5
Total de famílias	6183	100,0

Fonte: Tabulações especiais da PNAD, Projeto Rurbano, 2006.

Ao realizar um corte metodológico a partir de uma classificação de famílias extensas por atividade e posição na ocupação (empregadores, conta-própria, empregados e não-ocupados), se observa as mesmas evidências dos dados provenientes dos estudos de caso. Ou seja, sobressaem as famílias de conta-própria, que no ano de 2006 representavam cerca de 46,7% das famílias residentes no meio rural brasileiro, com destaque para as famílias agrícolas

¹⁹ Cabe acrescentar que na metodologia adotada pelo Projeto Rurbano sobre a pluriatividade capatada por uma combinação setorial (agrícola + agrícola) e outra intersetorial (agrícola + não-agrícola), cerca de 75% da pluriatividade refere-se à intersetorial, como pode ser observado na tabela 3. Para maiores informações sobre os cortes metodológicos do Projeto ver anexo da tese.

(cerca de 57,3% destas famílias conta-própria eram agrícolas). Ao considerar que estas famílias ocupadas por conta-própria constituem a parcela que forma os agricultores familiares, pode-se dizer que já existem cerca de 918 mil famílias de agricultores familiares pluriativos²⁰, o que representa cerca de 31,8% do total dos ocupados por conta-própria. E também que cerca de 11% (316 mil) das famílias de trabalhadores por conta-própria exerciam somente ocupações não-agrícolas no ano analisado.

O segundo contingente mais numeroso entre as famílias rurais é o de empregados assalariados, somando quase 2,24 milhões de famílias em 2006. Entre este segmento cerca de 302 mil (13,4%) já recorriam a pluriatividade e 679 mil (30,2) exerciam apenas atividades não-agrícolas.

Os dados mais recentes das Pnads têm reafirmado algumas tendências observadas na década passada. Entre os anos de 1992-1999 houve um crescimento significativo das famílias dos empregados, sobretudo os não-agrícolas entre os residentes rurais em todas as regiões do país, exceto a população rural do Norte que não era coberta pela Pnad. Também se destacava o aumento das famílias de trabalhadores não-ocupados e uma estagnação das famílias consideradas de agricultores familiares (conta-própria e pluriativas) (Del Grossi e Graziano da Silva, 2006b). Na primeira metade dos anos 2000 são principalmente os empregados ocupados em atividade não-agrícolas e os pluriativos, os que mais cresceram entre as famílias rurais. Já nas famílias dos trabalhadores por conta-própria se observa a mesma tendência de redução das famílias ocupadas apenas na agricultura, enquanto as famílias não-agrícolas cresceram a uma taxa de 7,1% e as pluriativas 1,7%. As famílias de trabalhadores não-ocupados também aumentaram neste período.

²⁰ Além dos trabalhadores por conta-própria ao acrescentar a categoria de empregadores com até dois empregados, as famílias pluriativas saltam de 918 mil para 1.003 mil, representando cerca de 32,2% das famílias que se encaixam no público alvo do Pronaf. Em outras palavras, cerca de um terço dos agricultores oficialmente concebidos como agricultores familiares são pluriativos.

Tabela 3: Número de famílias residentes em áreas Não Metropolitanas, Rural Agropecuário, Brasil, 2001 a 2006.

LOCAL DOMICÍLIO / TIPO DE FAMÍLIA	2001	2002	2003	2004	2005	2006	tx cresc. (% aa.)
							2001/2006 ^a
NÃO METROPOLITANO RUR AGROPECUÁRIO							
Empregadora com mais de 2 empr	53	49	48	49	53	48	-0,7
Agrícola	15	14	11	13	13	8	-9,5 **
Pluriativo	20	15	18	16	18	15	-2,6
Não-agrícola	17	19	20	20	22	24	6,3 ***
Empregadora com até 2 empr	251	178	217	230	240	226	1,3
Agrícola	133	85	117	130	125	120	2,1
Pluriativo	93	79	87	84	94	86	0,2
Não-agrícola	24	15	13	16	22	20	1,6
Empregadora Total	303	227	265	279	293	273	0,9
Agrícola	149	99	128	143	137	128	1,0
Pluriativo	113	94	105	100	112	101	-0,3
Agrícola+agrícola	31	23	31	32	36	32	4,7
Agrícola+não-agrícola	79	68	68	64	71	64	-2,8 *
Agrícola+ trab. dom.	2	3	4	2	4	4	-
Agríc.+não-agríc.+ trab.dom	1	0	2	1	0	1	-
Não-agrícola	41	34	33	36	44	44	3,7
Não-agrícola	39	32	32	36	43	42	3,9
Não-agrícola+ trab.dom	2	2	1	1	1	2	-
Conta-Própria	2859	2938	2982	2882	2845	2889	-0,2
Agrícola	1756	1780	1749	1713	1581	1655	-1,9 **
Pluriativo	874	938	920	908	967	918	0,9
Agrícola+sgrícola	267	306	346	302	312	294	1,2
Agrícola+não-agrícola	540	565	508	540	576	548	0,6
Agrícola+ trab. dom..	45	55	51	49	57	55	3,0 *
Agríc.+não-agríc.+ trab.dom	22	12	15	17	21	20	3,8
Não-agrícola	230	220	312	261	297	316	6,9 **
Não-agrícola	215	208	285	245	270	295	6,5 **
Não-agrícola+ trab.dom	15	12	27	17	27	22	11,7 *
Empregados	2053	2031	2050	2167	2302	2248	2,6 ***
Agrícola	1269	1229	1264	1289	1351	1267	0,8
Pluriativo	262	275	267	297	309	302	3,4 ***
Agrícola+não-agrícola	147	148	149	158	170	180	4,4 ***
Agrícola+ trab. dom..	102	113	107	123	124	112	2,5
Agríc.+não-agríc.+ trab.dom	13	13	11	15	15	10	-1,7
Não-agrícola	522	527	518	582	642	679	5,9 ***
Não-agrícola	410	392	382	439	482	501	5,2 ***
Não-agrícola+ trab.dom	112	135	136	143	160	178	8,5 ***
Não-ocupado na semana	631	578	645	637	677	773	4,3 ***
TOTAL	5847	5774	5941	5965	6117	6183	1,3 ***

Fonte: PNAD/IBGE - Tabulações especiais do Projeto Rurbano - IE/UFU.

Nota 1: exclusive as famílias sem declaração de renda e tipos de famílias com menos de 6 observações. Nota 2: Sem o rural da região Norte.

a) Estimativa do coeficiente de uma regressão log-linear contra o tempo. Neste caso, o teste t indica a existência ou não de uma tendência nos dados. b) ***, **, * significam respectivamente 5%, 10% e 20%.

Para ampliar o olhar sobre as mudanças recentes nas ocupações e meios de reprodução social entre as famílias rurais é importante analisar a composição da renda entre estas famílias (tabela 4). Em geral, a família agrícola recebe uma renda média inferior à das pluriativas e não-agrícolas, e as aposentadorias e transferências sociais passam a desempenhar um importante componente na renda familiar, sobretudo para a reprodução social dos agricultores familiares (30,4% para os conta-própria agrícola, 15,9% para os conta-própria pluriativos, 23,5% para os empregadores com menos de 2 empregados agrícolas, e 12,2% para os empregadores pluriativos). Em relação a este último ponto, Beltrão et alii (2005) constataram que a extensão da seguridade social no meio rural tem permitido uma inversão na tendência de queda entre as famílias de mais de três gerações, ocorrendo assim um padrão de co-residência e suporte intergeracional, sobretudo num contexto marcado pela redução de oportunidades econômicas para a população jovem nas cidades.²¹ Logo, combinar a renda agrícola com as transferências sociais e rendas não-agrícolas, juntamente com a extensão de serviços públicos essenciais (escolas, saneamento básico, postos de saúdes...) poderia manter a população no campo, melhorar a qualidade de vida e elevar a rendas das famílias rurais.

No entanto é importante registrar que, embora a renda não-agrícola seja superior à renda agrícola, ainda permanece um diferencial significativo entre os trabalhadores residentes em áreas urbanas. Essa desvantagem da remuneração entre os residentes rurais ocorre segundo Del Grossi e Graziano da Silva (2006b), em todos os ramos de atividades quando comparados com os trabalhadores urbanos.²² Todavia, não se pode deixar de mencionar que as informações disponíveis na Pnad relacionadas às variáveis de renda não são totalmente adequadas. Isso se deve ao caráter amostral adotado na PNAD e à

²¹ Segundo os autores no período de 1992 a 2002 estas famílias passaram de 17,5% para 19,3% do conjunto das famílias rurais.

²² Segundo o autor, em setembro de 2006 os residentes rurais com algum rendimento estimavam uma remuneração média de R\$440,00, enquanto os residentes urbanos em torno de R\$911,00.

dificuldade de mensuração da renda agrícola, sobretudo, a renda do autoconsumo.²³

A renda é uma variável importante para a definição da pobreza ou riqueza da população. E existe uma série de problemas para captá-las. Destacam-se entre eles: a subestimação intencional por parte do informante (cuja intensidade varia conforme o valor e a natureza do rendimento declarado²⁴); questões conceituais; erros de memória do informante; variação de preços dos produtos agropecuários ao longo do período; não computação das rendas monetárias, entre outros (Barbosa et alii, 2004).

Tabela 4: Composição das Rendas Médias das famílias Extensas: Brasil (sem Norte rural), 2006 (R\$ set. 2006).

LOCAL DOMICÍLIO / TIPO DE FAMÍLIA	AGRÍCOLA	NÃO- AGRIC	APOS/PENS	OUT_FONT	2006
	%	%	%	%	R\$
Não Metropolitano Rural Agropecuário	42,0	26,6	24,1	7,3	842,19
Empregadora com mais de 2 empr	33,6	56,4	5,1	4,9	5.223,16
Agrícola	90,0	0,0	5,5	4,6	4.095,87
Pluriativo	44,5	42,6	4,8	8,1	7.936,84
Não-agrícola	0,0	93,8	5,3	0,9	3.857,81
Empregadora com até 2 empr	62,2	18,5	16,6	2,7	1.713,75
Agrícola	73,7	0,0	23,5	2,8	1.523,20
Pluriativo	60,8	24,3	12,2	2,7	2.031,00
Não-agrícola	0,0	97,6	1,0	1,4	1.501,23
Empregadora total	51,0	33,3	12,1	3,5	2.324,79
Agrícola	76,1	0,0	20,8	3,1	1.680,30
Pluriativo	54,1	31,9	9,1	4,9	2.935,38
Não-agrícola	0,0	94,7	4,3	1,0	2.793,32
Conta-própria	47,1	21,6	23,6	7,8	855,21
Agrícola	60,4	0,0	30,4	9,2	735,44
Pluriativo	45,9	30,3	17,5	6,4	1.018,39
Não-agrícola	0,0	78,4	15,3	6,4	1.008,38
Empregados	41,5	38,2	14,1	6,2	748,04
Agrícola	77,6	0,0	14,8	7,6	556,28
Pluriativo	45,6	38,3	11,5	4,5	1.100,71
Não-agrícola	0,0	79,8	14,6	5,6	949,01
Não-ocupado na semana	0,0	0,0	85,6	14,4	542,83

Fonte: PNAD/IBGE - Tabulações Especiais do Projeto Urbano - IE/UFU.

²³ Para uma discussão mais detalhada sobre as limitações das rendas declaradas nas PNADs ver Hoffmann (1998), Del Grossi (1999) e Rocha (2002).

²⁴ Estudos têm demonstrado que o grau de subestimação é maior nas classes que apresentam rendimento mais elevado.

Quando se investiga apenas o corte agrícola e não-agrícola (tabela 5), a Pnad de 2006, revelou que a PEA rural não-agrícola representava cerca de 33% da PEA total, envolvendo 4,7 milhões de pessoas, mantendo a tendência de crescimento apontada anteriormente. Já a população ocupada na agricultura passou a ter uma certa “estabilidade” nos últimos anos, revertendo assim a tendência de queda observada nas duas últimas décadas.

Tabela 5: Condição de ocupação das pessoas, segundo a situação do domicílio. Brasil, 2001 a 2006.

Situação do Domicílio	Condição e	2.001	2.002	2.003	2.004	2.005	2.006	Taxa 01/06	
	Ramo de atividade	(milhões)	(milhões)	(milhões)	(milhões)	(milhões)	(milhões)	(%)	(% ^a a)
População urbana		143.350	145.943	148.439	151.124	152.892	155.934		1,7 ***
Economicamente ativa		67.699	70.215	71.978	74.283	76.580	78.339	100%	3,0 ***
Ocupados (a)		60.059	62.462	63.533	66.298	67.953	70.489	90%	3,2 ***
	Agrícola	3.424	3.675	3.824	3.989	3.798	3.690	5%	1,5
	Não-agrícola	56.635	58.787	59.710	62.309	64.154	66.800	85%	3,3 ***
Procurando emprego		7.640	7.753	8.445	7.985	8.627	7.850	10%	1,1
População rural		27.462	27.448	27.549	30.936	31.709	31.294		3,5 ***
Economicamente ativa		12.667	12.845	12.762	14.457	14.841	14.300	100%	3,4 ***
Ocupados (a)		12.233	12.404	12.328	13.919	14.244	13.673	96%	3,2 **
	Agrícola	8.846	8.973	8.877	9.750	9.525	8.935	62%	0,9
	Não-agrícola	3.386	3.431	3.451	4.169	4.720	4.738	33%	8,4 ***
Procurando emprego		434	442	434	538	597	627	4%	8,8 ***
População total		170.812	173.391	175.988	182.060	184.601	187.228		2,0 ***
Economicamente ativa		80.366	83.061	84.740	88.740	91.420	92.639	100%	3,0 ***
Ocupados (a)		72.292	74.866	75.861	80.217	82.197	84.162	91%	3,2 ***
	Agrícola	12.270	12.648	12.700	13.739	13.323	12.624	14%	1,1
	Não-agrícola	60.022	62.218	63.161	66.478	68.874	71.538	77%	3,6 ***
Procurando emprego		8.074	8.195	8.879	8.523	9.224	8.477	9%	1,6

Fonte: Tabulações especiais da PNAD, Projeto Rurbano.

***, **, * significam respectivamente 5%, 10% e 20%.

Notas: a) exclusive as áreas rurais dos Estados de Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia e Roraima.

b) PEA restrita: exclusive os ocupados na produção para auto-consumo e não-remunerados, com menos de 15 horas semanais de trabalho.

Mesmo naquelas áreas destinadas exclusivamente à exploração agropecuária (rural agropecuário), essa tendência de aumento significativo das atividades não-agrícolas é constatada (tabela 5a).

Tabela 5a: Condição de ocupação das pessoas, segundo a situação do domicílio. Brasil, 2001 a 2006 (Rural agropecuário)

Situação do domicílio	Condição e Ramo de atividade	2.001 (1.000)	2.002 (1.000)	2.003 (1.000)	2.004 (1.000)	2.005 (1.000)	2.006 (1.000)	Taxa 01/06 (% ^a a)	
População não metropolitana	Rural agropecuário	23.246	23.066	23.204	25.770	26.220	25.826	2,9	***
	Economicamente ativas	10.822	10.961	10.887	12.203	12.394	11.908	2,8	**
	Agrícola	8.193	8.325	8.213	8.962	8.765	8.217	0,7	
	Não-agrícola	2.346	2.369	2.418	2.891	3.256	3.287	8,4	***
	procura emprego	282	267	256	350	373	405	9,3	***
	Não economicamente ativas	12.424	12.105	12.317	13.567	13.825	13.918	3,1	***

Fonte: Tabulações especiais da PNAD, Projeto Rurbano. ***, **, * significam respectivamente 5%, 10% e 20%. Notas: a) exclusive as áreas rurais dos Estados de Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia e Roraima. b) PEA restrita: exclusive os ocupados na produção para auto-consumo e não-remunerados, com menos de 15 horas semanais de trabalho.

Esse fato é importante e merece uma atenção especial. O emprego agrícola experimentou uma significativa redução nos anos 90, em torno de 1,7% a.a. no período de 1992/1999, já apontado anteriormente. Entre os anos de 2001 a 2006 houve uma taxa de crescimento de 0,9%, mas que não é significativa estatisticamente. E ao ampliar o olhar sobre a agricultora para além da produção mercantil, pode-se constatar a sua importância para a reprodução social de diversas famílias rurais, inclusive em termos de produção para o autoconsumo, que tem apresentado um forte crescimento, cerca de 5,6% a.a entre 2001 a 2006 (Del Grossi & Graziano da Silva, 2006). Esta “estabilidade” da PEA agrícola pode estar associada às recentes alterações na conjuntura macroeconômica em relação à política cambial. A partir de janeiro de 1999 houve uma inflexão no regime de taxa de câmbio vigente desde a implementação do Plano Real. O sistema, que operava há mais de quatro anos sob a vigência de um câmbio fixo, passa a funcionar como uma taxa de câmbio flutuante, com interferências pontuais do Banco Central. Entre o período de dez/1998 a dez/1999 ocorreu uma desvalorização real da taxa de câmbio na ordem de 15,66%, e no período compreendido entre jan/ 2000 a ago/2002 novamente ocorreu uma desvalorização na ordem de 14,36%. Tais desvalorizações têm efeitos favoráveis para o setor exportador, na medida em

que estimulam as exportações e encarecem as importações, promovendo assim, um mecanismo de proteção para os produtores agrícolas nacionais contra a concorrência dos produtos importados no período. Neste contexto, a agricultura deixou de ter na taxa de câmbio, uma variável negativa para seu desempenho, respondendo positivamente à mudança no regime cambial, possibilitando um crescimento da produção das lavouras, que também foi acompanhado por situações favoráveis dos preços internos. Houve, portanto, uma recuperação da renda interna da agricultura (Nascimento, 2005).

A fase de expansão da agricultura, acompanhada pela melhora dos preços internacionais, sobretudo a partir de 2002, se deve em boa parte ao bom desempenho do “agrobusiness” brasileiro. Para se ter uma ideia, a área plantada de grãos aumentou cerca de 22,8% ao longo de apenas três anos agrícolas (2001/02, 2002/03 e 2003/04), com destaque para a plantação de soja, que cresceu neste período 39,8% nas regiões Sul-Sudeste e cerca de 66,1% na região Centro-Oeste (Brandão et alli, 2006). Quanto à pecuária o Brasil, a partir de 2004, passou a ser o maior exportador mundial de carne bovina.

Além disso, está ocorrendo uma certa formalização na agricultura nos últimos anos, pois são os empregos formais agrícolas, sobretudo de caráter temporário, que têm apresentado maior tendência de crescimento, em torno de 29,7% a.a. (tabela 6). Entretanto, tal fenômeno está longe de atingir a maioria dos empregados agrícolas.

Tabela 6: Posição na ocupação segundo os ramos de atividade das pessoas ocupadas, residentes em domicílios rurais. Brasil, 2001-2006.

RAMO DE ATIVIDADE	2.001	2.002	2.003	2.004	2.005	2.006	Taxa 01/06
POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO	(1.000)	(1.000)	(1.000)	(1.000)	(1.000)	(1.000)	(%) ^a
PESSOAS COM RESIDÊNCIA RURAL							
Agrícola	8.846	8.973	8.877	9.750	9.525	8.935	2,3 **
Empregados permanentes	1.528	1.501	1.472	1.539	1.611	1.486	1,3
com registro	635	617	620	685	720	661	3,6 **
sem registro	893	884	852	854	891	825	-0,4
Empregados temporários	1.047	1.080	1.130	1.297	1.374	1.316	7,5 ***
com registro	30	55	68	76	92	102	29,7 ***
sem registro	1.017	1.025	1.062	1.221	1.282	1.214	6,6 ***
Conta própria	3.049	3.114	3.132	3.428	3.266	3.280	2,4 *
Empregadores	277	194	243	289	290	263	5,0
Não remunerados	2.945	3.085	2.899	3.197	2.984	2.590	0,6
Sem declaração							
Não-agrícola	3.386	3.431	3.451	4.169	4.720	4.738	9,0 ***
Empregados (permanentes+temp.)	2.373	2.419	2.382	2.918	3.186	3.243	8,1 ***
com registro	1.124	1.189	1.251	1.500	1.604	1.706	9,9 ***
sem registro	1.221	1.230	1.128	1.418	1.581	1.537	6,8 *
Conta própria	800	787	857	993	1.121	1.133	9,5 ***
Empregadores	78	84	78	89	119	114	9,6 **
Não remunerados	135	140	134	169	293	249	18,9 **
Sem declaração	-	-	-	-	-	-	

Fonte: Tabulações especiais da PNAD, Projeto Rurbano. ***, **, * significam respectivamente 5%, 10% e 20%. Notas: a) exclusive as áreas rurais dos Estados de Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia e Roraima. b) PEA restrita: exclusive os ocupados na produção para auto-consumo e não-remunerados, com menos de 15 horas semanais de trabalho.

Cabe também um outro esclarecimento quanto à composição da PEA rural: embora as pessoas residam no meio rural, nem sempre elas desenvolvem suas atividades na mesma localidade, pois dada a facilidade de transporte, a migração pendular pode ser acionada, o que pode levar até a uma superestimação da PEA não-agrícola rural.

Por outro lado, Del Grossi e Graziano da Silva (op.cit.) alertam que as informações dos anos 2000 não são inteiramente compatíveis com as dos anos 90, por diversas razões. Entre elas, os autores citam uma reclassificação da base censitária com uma atualização cartográfica dos domicílios feita neste período, o que na prática aumentou o número de domicílios classificados como

urbanos a partir do Censo Demográfico de 2000.²⁵ Desta forma, a população rural se reduz de 32,6 milhões de pessoas em 1999 para 27,4 milhões em 2001. Então, parte desta diminuição de pessoas deve-se à tendência de queda da população agrícola, mas outra parte é explicada pela redução das áreas rurais originária desta reclassificação censitária.

Quando se analisa as mudanças no perfil ocupacional do meio rural, a partir dos dados das Pnads, não se pode deduzir que as perdas populacionais em determinadas áreas rurais estariam necessariamente associadas a uma evasão populacional. Como vem ressaltando Veiga (2002), o Brasil é bem mais rural do que oficialmente se calcula.²⁶ Isso se deve, segundo ele, à incoerência dos órgãos oficiais que estabelecem uma única regra de classificação, em que se considera urbana toda sede do município (cidade) e de distrito (vila), independentes de suas características estruturais ou funcionais. Tal incoerência é dada como exemplo: uma sede de município de 18 habitantes (Município União da Serra/RS) que foi classificada como cidade, de acordo com os critérios utilizados no último Censo Demográfico. Uma alternativa para corrigir esta distorção seria combinar o número de habitantes do município com a densidade demográfica (pressões antrópicas) e sua localização. Isso ocorre porque cada município, por meio de Leis Municipais define seu próprio perímetro urbano, em função de vários fatores como: arrecadação de impostos, IPTU da nova área urbana *versus* extensão de equipamentos e serviços públicos; água tratada, saneamento, iluminação; entre outros.

Del Grossi e Graziano da Silva (2006) chamam atenção para uma tendência recente que é a perda de impulso das migrações rural-urbano quando se foca os anos de 2001 a 2006, e, portanto, após a atualização cartográfica, com as delimitações das áreas rurais mantidas fixas. Neste período houve um aumento da população rural nas Pnads, de 27,5 para 28 milhões de pessoas. Há

²⁵ As Pnads, portanto, embora sejam realizadas anualmente elas mantêm inalterada a área geográfica para análise, pois a delimitação geográfica é mantida fixa nas estatísticas oficiais do IBGE, sendo atualizadas apenas quando ocorre a realização do Censo Demográfico.

²⁶ A partir de seus estudos e critérios específicos de classificação o autor chega a conclusão que cerca de 80% dos municípios brasileiros podem ser classificados como rural, abrangendo 30% da população.

assim, mais uma evidência de que o meio urbano deixa de ser tão atrativo como fora nas décadas de 1950 a 1970, marcado por intensa industrialização e urbanização. Para os autores, as perdas de população rural que vêm ocorrendo atualmente, são decorrentes muito mais da atualização dos perímetros urbanos pelos municípios, que são posteriormente captadas pelas Pnads quando ocorre a atualização da base cartográfica.

As principais atividades não-agrícolas empregadoras no meio rural, no período mais recente, ainda continuam sendo as mesmas identificadas nas décadas anteriores. O ramo de serviços ocupava 65% das ocupações não-agrícolas, com destaque para os ramos de 'comércio e reparação' (25,6%); 'serviços domésticos'²⁷ (23,3%), e 'educação, saúde e serviços sociais' (17,2%). O ramo da indústria de transformação absorvia sozinho cerca de 23,3% da PEA não-agrícola no ano de 2006 (tabela 7).

Tabela 7: Ramos de atividade das pessoas ocupadas e residentes em áreas não-metropolitanas e em áreas rurais. Brasil, 2002-2006.

RAMOS DE ATIVIDADES NÃO-AGRÍCOLAS	2.002	2.003	2.004	2.005	2.006	Taxa
	(1.000)	(1.000)	(1.000)	(1.000)	(1.000)	02/06 (% ^a a)
RESIDÊNCIA RURAL						
Agrícola	8.973	8.877	9.750	9.525	8.935	0,6
Indústria	1.191	1.198	1.394	1.734	1.644	10,7 ***
Indústria	68	82	85	96	82	5,4
Indústria de transformação	759	770	916	1.211	1.099	12,7 ***
Construção	365	346	393	427	463	7,1 ***
Serviços	2.240	2.253	2.775	2.986	3.095	9,7 ***
Comércio e reparação	552	532	695	727	793	10,9 ***
Alojamento e alimentação	135	138	172	214	203	13,3 ***
Transporte, armazenagem e comunicação	153	184	203	210	220	8,9 ***
Administração pública	194	167	244	245	251	9,3 *
Educação, saúde e serviços sociais	416	415	497	549	532	8,0 ***
Serviços domésticos	583	583	673	733	721	6,7 ***
Outros serviços coletivos, sociais e pessoais	98	109	146	151	161	14,2 ***
Outras atividades	96	110	126	132	184	16,1 ***
Atividades mal definidas ou não declaradas	12	15	18	23	30	24,5 ***

Fonte: Tabulações especiais da PNAD, Projeto Rurbano. ***, **, * significam 5%, 10% e 20%.

²⁷ Para uma análise mais apurada sobre a incidência do serviço doméstico no meio rural ver Nascimento et alii (2001) e Nascimento (2004).

Entre as ocupações não-agrícolas mais frequentes entre os residentes rurais (tabela 8) estavam os trabalhadores dos serviços domésticos em geral; vendedores em lojas ou mercados; moleiros; trabalhadores em manutenção e conservação de edifícios; trabalhadores envolvidos na construção civil; educação pública, entre outros. Manteve assim, a tendência de ocupações que requerem baixa qualificação e pouca escolaridade.

Tabela 8: Ocupações não-agrícolas mais frequentes. Regiões não-metropolitanas – Rural Agropecuário. Brasil, 2006.

OCUPAÇÕES NÃO-AGRÍCOLAS	2.006	Taxa 02/06	
	(1.000)	(% ^a a)	
OCUPAÇÃO PRINCIPAL			
Gerentes de produção e operações	49	6,6	***
Professores (com formação de nível superior) 5a a 8a séries	31	28,8	**
Professores (com formação de nível superior) ensino médio	5	-5,6	
Professores de educação física	2		
Desenhistas industriais (designer), escultores e pintores	29	23,8	***
Professores (com formação de nível médio) educação infantil	12	17,5	**
Professores (formação de nível médio) ensino fundamental	85	4,5	**
Professores leigos na educação infantil e ensino fundamental	25	-5,3	
Agentes da saúde e do meio ambiente	66	11,4	**
Escriturários em geral, agentes, assistentes e auxiliares	37	24,5	***
Secretários de expediente e estenógrafos	17	10,9	**
Trabalhadores dos serviços domésticos em geral	478	6,2	***
Cozinheiros	101	8,8	***
Garçons, barmen e copeiros	54	9,0	
Trabalhadores nos serviços de administração de edifícios	19	4,6	
Trabalhad. nos serviços de manutenção e conservação de ed	112	12,4	**
Guardas e vigias	42	6,3	
Outros trabalhadores dos serviços	61	22,6	***
Vendedores e demonstradores em lojas ou mercados	253	13,0	***
Repositores e remarcadores do comércio	5	1,9	
Vendedores a domicílio	11		
Vendedores em quiosques e barracas	11	4,1	
Vendedores ambulantes	76	5,2	**
Produtores agrícolas	21		
Produtores na pecuária	12		
Trabalhadores na agropecuária em geral	5		
Trabalhadores agrícolas	18	-3,6	
Trabalhadores na pecuária	5		
Extrativistas florestais	47	22,9	*
Trabalhadores da mecanização agropecuária	7		
Supervisores da construção civil	39	9,7	
Trabalhadores da extração de minerais sólidos - mineiros	15	-0,4	
Trabalhadores de estruturas de alvenaria	99	5,0	*
Ajudantes de obras civis	107	9,1	**
Operadores de máquinas de costura de roupas	44	8,7	*
Trabalhadores artesanais da tecelagem	60	5,7	
Condutores e operadores polivalentes	26	12,8	
Condutores de veículos sobre rodas (transporte particular)	31	3,6	
Condutores de veículos sobre rodas (distribuidor de mercado)	58	7,8	*
Trabalhadores de embalagem e de etiquetagem	29	8,0	
Trabalhadores artesanais de materiais de construção	33	-6,5	
Moleiros	155	89,6	***
Magarefes e afins	23	22,0	***
Total	3.287	10,0	***

Fonte: Tabulações especiais da PNAD, Projeto Rurbano. ***, **, * significam 5%, 10% e 20%.

1.5 Pluriatividade, múltiplas fontes de renda e diversificação da economia local: um debate sobre a pobreza rural

Os dados analisados remetem, portanto, a uma questão importante na atualidade: a reflexão sobre o papel da agropecuária e das atividades não-agrícolas, e/ou fontes de renda externas à unidade produtiva no processo de desenvolvimento, particularmente para solucionar as questões de emprego e da pobreza rural, voltadas para o segmento da agricultura familiar.

O tema da pluriatividade se insere neste debate como uma espécie de suporte para a agricultura familiar, ao evitar o êxodo rural e a proletarização com empobrecimento, especialmente para aqueles segmentos mais desestruturados (descapitalizados, não integrados aos circuitos mercantis e produtivos, sem acesso a inovações tecnológicas etc.). Nesses termos, o reconhecimento e o incentivo à pluriatividade podem representar uma importante alternativa de reprodução para um segmento significativo de produtores familiares residentes nas áreas rurais do país.

A importância das atividades não-agrícolas na geração de renda e ocupações vem inclusive ganhando destaque no cenário internacional. A título de exemplificação, duas organizações importantes - a OIT e a CEPAL - vêm destacando o crescimento dessas atividades como uma importante estratégia na elaboração de políticas públicas para a redução da pobreza no espaço rural. O relatório da OIT diz que as atividades não-agrícolas podem promover e aumentar o bem estar e a qualidade de vida da população rural na medida em que contribuem para atenuar o desemprego e a sazonalidade das ocupações. Assim como, ajudam na redução da migração rural-urbana e permitem o acesso a alimentos, bens e serviços (OIT, 2005). A CEPAL (2000), através de seus estudos, tem indicado a relevância das rendas provenientes das atividades não-agrícolas, sobretudo para parcelas mais pobres do meio rural na América Latina, sendo esta renda, muitas vezes, a única fonte de renda monetária para parcelas significativas da população rural.

Sem dúvida esse não é um debate onde imperam consensos. Embora diversos estudos, e particularmente os inseridos no âmbito do Projeto Rurbano, como foi visto, têm constatado a importância das rendas não-agrícolas *vis-à-vis* as agrícolas. No entanto, alguns autores (Guanziroli et alii, 2001; Buainain, Romeiro e Guanziroli, 2002) têm sido críticos em relação ao papel da pluriatividade no meio rural brasileiro. Estes autores têm destacado que a busca das atividades não-agrícolas pelas famílias rurais seria um recurso pouco importante e até mesmo transitório, devido a crise vivenciada pela própria atividade agrícola no período recente e também como consequência dos efeitos contraditórios do modelo de modernização agrícola implementado nos anos 70. O recurso atual das atividades não-agrícolas representaria assim uma alternativa de sobrevivência, que, em geral, é considerada precária para os produtores que ficaram à margem da modernização técnico-produtiva da agricultura (sem acesso à tecnologia, com terra insuficiente e crédito escasso). Neste sentido, para eles não seria justificável estimular essas atividades não-agrícolas com políticas públicas, pois, além de não resolver o problema, poderia até ampliar a precarização do trabalho no meio rural brasileiro. A saída seria uma intensificação do apoio do Estado nas atividades agrícolas, sobretudo orientado para os agricultores familiares, permitindo por um lado, a consolidação dos seus sistemas produtivos; e por outro lado, a redução dos riscos e da precariedade produzidos pelas atividades não-agrícolas.

É possível assim distinguir duas teses de polarização sobre esse debate: (a) a do Graziano da Silva (1999), que ressalta a importância da criação de empregos não-agrícolas em zonas rurais como estratégia mais adequada para reter a população rural pobre nos seus atuais locais de moradia e, ao mesmo tempo, elevar sua renda; (b) a tese do Guanziroli, et.alii (2001) que argumentam que “mais do que nunca, é necessário ampliar o apoio fundiário e agrícola, aos produtores familiares, de modo que suas famílias não sejam obrigadas a buscar formas alternativas precárias de sobrevivência (...)”. Pois, para os autores, os dados de uma pesquisa de campo, realizada no âmbito do convênio FAO/INCRA, envolvendo as cinco regiões, revelam que as rendas obtidas fora

da unidade familiar tendem a diminuir quando os produtores familiares contam com apoio suficiente.

Segundo Veiga e colaboradores (2001)²⁸, esse debate remete a outro que distingue dois grandes projetos de desenvolvimento para o meio rural brasileiro na atualidade: um que prioriza o caráter setorial, e tem como objetivo maximizar a competitividade do *agribusiness*, e outro, de caráter multissetorial, que visa maximizar as oportunidades de desenvolvimento humano em todas as mesoregiões e microregiões rurais do país. Enquanto o primeiro focaliza a especialização e maximização da competitividade do agronegócio, que leva a uma tendência de redução de postos de trabalho; o outro centra na diversificação das economias locais, iniciando pela própria agropecuária, particularmente a agricultura familiar. Os autores argumentam que quanto maior a capacidade de diversificação da economia local, mais dinâmico será o futuro dessa região. Esse trabalho elaborado por Veiga e colaboradores (2001) suscitou uma controvérsia acadêmica, dando origem a um artigo do Graziano da Silva (2001)²⁹ que ressalva algumas concordâncias e divergências com os autores, e aponta caminhos alternativos. Uma dessas divergências refere-se à oposição desses dois projetos antagônicos para o campo: o *agribusiness* e a agricultura familiar, que segundo Graziano baseia-se “(...) num falso e maniqueísta conflito patronal x familiar (...)”, sendo assim equivocado derivar daí a oposição entre maximização da competitividade do *agribusiness* e a diversificação das economias locais viabilizada pela agricultura familiar. (Pg. 3). Discorda de que, no caso brasileiro, a diversificação e a associação da pluriatividade com o aumento da produtividade na agricultura familiar seriam os pontos chaves.

Em relação a esta última divergência, o papel da pluriatividade associado ao aumento da produtividade na agricultura familiar, Graziano chama atenção que estes autores tomaram este conceito igual ao utilizado na Comunidade

²⁸ Veiga, José Eli, e colaboradores. O Brasil rural precisa de desenvolvimento. Série Textos para Discussão, nº 1, Convênio FIPE-IICA (MDA-CNDRS/NEAD), 2001.

²⁹ Graziano da Silva, José. Quem precisa de uma estratégia de desenvolvimento? Textos Para Discussão Nead, Campinas/SP, v. 2, p. 5-52, 2001.

Européia e nos EUA. Como foi salientado anteriormente, as atividades não-agrícolas que mais vêm crescendo no país são aquelas ligadas à prestação de serviços, sobretudo associadas ao trabalho doméstico assalariado. Isso fica mais claro quando se tem a informação de que a única região onde a pluriatividade apresentou um crescimento significativo na década passada, foi a do Nordeste, e este crescimento foi impulsionado principalmente pelo serviço doméstico remunerado, sobretudo entre as famílias de conta-próprias e de empregados (Nascimento, 2002).³⁰ Portanto, trata-se de uma pluriatividade não “virtuosa”, mas que, segundo Nascimento (op. cit.) se revelou, na maioria dos casos analisados, como uma estratégia de reprodução familiar melhor, em termos de fonte de renda, quando comparada com a família que possui apenas renda proveniente da atividade agrícola.

A associação do recurso da pluriatividade à pobreza é uma das principais conclusões da tese de doutorado de Nascimento, defendida no Instituto de Economia da Unicamp, e que integra a equipe do Projeto Rurbano. Nascimento (2005) procurou investigar se a pluriatividade pode ser encarada como um instrumento no qual a agricultura familiar, particularmente seu segmento mais desestruturado residente nas áreas rurais das regiões Nordeste e Sul³¹, poderá se apoiar. As principais questões do autor passam pelas indagações: “em qual região a pluriatividade tem mais perspectiva de crescer e servir de apoio à agricultura familiar? No mesmo sentido, em qual região do país a pluriatividade tem contribuído para ampliar ou pelo menos sustentar a base social (agricultura familiar) do novo modelo de desenvolvimento rural para o país. Em acréscimo,

³⁰ Nascimento (2002) na sua dissertação de mestrado realizou um estudo sobre a pluriatividade no Brasil a partir dos microdados das Pnads (1992-1999), e teve como foco central a análise do impacto e da representatividade dos serviços domésticos remunerados (SDR). O autor chegou à conclusão que a pluriatividade no período analisado (i) ficou estagnada na região Centro-Oeste; (ii) teve queda generalizada no Sul; (iii) no Nordeste sustentou-se com o Serviço Doméstico Remunerado (SDR); (iv) e nas demais regiões apresentou um desempenho positivo, no sentido de que aumentou a pluriatividade intersetorial sem SDR, parcialmente no Sudeste e plenamente em São Paulo.

³¹ O autor optou em fazer uma análise comparativa da evolução das famílias pluriativas entre as regiões Nordeste e Sul, por abrigarem cerca 77,4% das famílias do universo da agricultura familiar no país (famílias conta-própria agrícolas e pluriativas), e por corresponderem – Nordeste, de um lado, e Sul, de outro – a extremos resultantes da “modernização dolorosa” da agricultura do país.

qual o tipo familiar, segundo a tipologia adotada, que mais cresce nas áreas rurais brasileiras?”. Entre os principais resultados obtidos pelo autor, e que fornecem uma série de contribuições para o debate em questão, pode-se citar: (i) a forte correlação entre o *entorno rural pobre* (caso do Nordeste) e o crescimento de famílias pluriativas *intersectoriais* (agrícola com não-agrícola); (ii) a ‘cultura da pluriatividade’ se confunde com a ‘cultura da pobreza’ da região; e (iii) o aumento da importância das famílias não-agrícolas no meio rural ao longo das últimas duas décadas.

Em relação ao primeiro ponto, a pluriatividade no Brasil tende a crescer e persistir, segundo o autor, na região mais pobre do país (Nordeste) nas décadas de 1980 e 1990, contribuindo assim para a não-redução do universo da agricultura familiar. Enquanto na região Sul se observa o inverso: a pluriatividade não está evitando o aprofundamento do processo de proletarização das famílias conta-próprias pobres – a sua conversão em famílias rurais de assalariados e/ou não-agrícolas e de não ocupados. Embora a pluriatividade tenha crescido no Nordeste entre as famílias conta-próprias pobres, ela não consegue reverter a combinação ‘proletarização *com* empobrecimento’ em ‘proletarização *com* superação do empobrecimento’ – ou seja, essas famílias se proletarizam, tornando-se pluriativas, mas permanecem pobres. Segundo o autor, ocorre nessa região uma combinação de práticas agrícolas tradicionais, com técnicas rudimentares, em economias locais pobres e pouco diversificadas, além de baixíssimo dinamismo econômico. Ao comparar a evolução dos diferentes tipos de famílias ao longo das duas últimas décadas, as famílias não-agrícolas foram as que mais ganharam espaço nas áreas rurais agropecuárias. São essas famílias que detêm os melhores indicadores de renda e de qualidade material de vida.

Portanto, para Nascimento, a persistência e o crescimento da pluriatividade entre um contingente significativo de agricultores familiares numa região pobre, como a do Nordeste, dá-se pela “fraqueza de suas economias locais”, por não oferecerem oportunidades ocupacionais e de emprego que justifiquem a substituição da agricultura por outros setores da atividade econômica. Já na

região Sul, por apresentar um entorno que favorece a diversificação da economia local, com uma oferta maior de emprego e renda não-agrícola (sendo estas superiores às rendas agrícolas), a agricultura e a prática da pluriatividade, cedem lugar à transformação de famílias de assalariados não-agrícolas, indo de encontro com os dados de pesquisa do Schneider (2003).

Logo, neste contexto com as características do Sul, a pluriatividade é encarada pelo autor como “(...) **um rito de passagem de famílias agrícolas para famílias não agrícolas**”. [grifo nosso] Ou seja, a pluriatividade pode estar associada a processos graduais de abandono da atividade agrícola (pg.171). Mas, alerta o autor, isso não significa, necessariamente, o desaparecimento por completo de famílias pluriativas e da agricultura familiar no seu segmento mais pobre no Sul, mas no seu enfraquecimento como uma base social para um novo modelo de desenvolvimento rural, se não houver uma política pública que de fato dê conta deste segmento e possa até estimular a pluriatividade, como vem ocorrendo nos países europeus, por exemplo.

Esse debate sobre desenvolvimento rural e superação da pobreza remete, portanto, a um outro questionamento referente a que público se deve orientar ou focar a política pública. Para Graziano, dado que a maioria dos excluídos do processo de ‘modernização dolorosa’ foi fundamentalmente de famílias de empregados residentes em áreas rurais (e não apenas os agricultores familiares), não faz sentido apostar no desenvolvimento das áreas rurais com base exclusivamente na agricultura familiar para reduzir a pobreza. Até porque, quase a metade dos pobres rurais no Brasil é de famílias constituídas de empregados (agrícolas e não-agrícolas).³²

A redução da pobreza passa, portanto, para o autor pela geração de empregos (agrícolas e não-agrícolas); pela elevação da taxa de salário, e particularmente pelo poder aquisitivo do salário mínimo. A própria dinâmica da

³² Mesmo o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) elegendo, a partir de meados dos anos 1990, a agricultura familiar como a base social sobre a qual se pretende implementar um novo modelo de desenvolvimento rural no país, através do Pronaf, o programa ainda não tem sido bem-sucedido na medida em que atinge apenas a uma pequena parcela dos agricultores, aqueles que já estão integrados aos circuitos mercantis (e ainda de forma não homogênea), deixando de lado vários estabelecimentos concebidos como *periféricos* (Bittencourt, 2003).

agricultura familiar depende tanto dos mercados de produtos, como das condições do mercado de trabalho. Salários mais elevados favoreceriam a agricultura familiar na medida em que ampliam o mercado de alimentos e a sua competitividade. Isso ajudaria a romper com o círculo vicioso de “baixos salários, redução da demanda de alimentos, aumento da capacidade ociosa na agricultura familiar voltada para o mercado interno” (Graziano da Silva, 2001).

Vários estudos têm apontado que o salário mínimo é muito significativo para as remunerações do trabalho do país. Isso fica mais evidente no caso do Nordeste, onde quase metade das pessoas ocupadas no ano de 2003, recebiam menos que o salário mínimo, e cerca de dois terços dos ocupados ganhavam menos de 1,5 SM.³³ Um caminho para tentar quebrar este círculo vicioso seria o investimento em direção à valorização do poder de compra real do salário mínimo.

Como já foi salientado, não existe consenso na literatura sobre a condução da política para reverter este quadro. Embora diversas pesquisas tenham demonstrado a relevância das atividades não-agrícolas para a compensação parcial da renda domiciliar rural, alguns estudos indicam que, do ponto de vista de equidade, as atividades não-agrícolas contribuem pouco na melhoria da distribuição da renda da população rural. Nesta direção, Neder (2004) argumenta que os rendimentos provenientes de aposentadorias, transferências, pensões e trabalho agrícola teriam um efeito maior na desconcentração de renda, corroborando, assim, à conclusão do estudo de Delgado e Cardoso Júnior (2000) sobre os efeitos benéficos da universalização de direitos sociais para as condições de vida da população rural.

Helfand e Del Grossi (2008) ao realizarem um estudo sobre a pobreza rural no país entre o período de 1995 a 2006³⁴ (a partir de dados da Pnad),

³³ Ver Sabóia (2005) e Baltar (2005).

³⁴ A escolha desse período se deve a um corte que retrata a economia pós-estabilização da inflação com o Plano Real, e a abrangência de conjunturas mais ou menos favorável à agricultura a fim de verificar sua relação com a pobreza rural. Uma das primeiras constatações dos autores foi que embora o período de 2002 a 2004 tenha sido altamente favorável para os principais grãos e produtos agropecuários, especialmente soja, algodão, carne de aves,

constataram que a pobreza extrema se reduziu de 30% para 19%, e a pobreza de 58% para 43% nas áreas rurais brasileiras. Em termos absolutos eram 12 milhões de pessoas pobres, e 5 milhões que viviam na extrema pobreza no ano de 2006.³⁵ Essa redução da pobreza rural porém, não ocorreu de maneira uniforme em todas as regiões. Nas regiões Sudeste, Sul e Centro-oeste, a redução foi em torno de 16 a 22 pontos percentuais, enquanto no Nordeste reduziu apenas 12%. A taxa de incidência de pobreza rural em 2006 era 2,5 vezes maior que a pobreza urbana. Cerca de 2/3 da população rural considerada pobre nesse ano, residia no Nordeste.

O estudo ainda revelou que a renda que mais impactou positivamente a redução da pobreza no campo foi a da seguridade, seguida de outras rendas – transferências de rendas condicionadas.³⁶ Todavia, estas rendas, quando analisadas pelo índice de Gini (tabela 9), ampliaram a desigualdade, diferenciando-se dos estudos do Neder (op. cit.). As rendas provenientes do trabalho (agrícola e não-agrícola) tiveram um impacto maior na redução da desigualdade e representavam 70% da composição das rendas rurais (tabela 10). Foram as rendas do não-trabalho que cresceram no período analisado em todas regiões, e com forte impacto no Nordeste. O setor agrícola cresceu nas regiões Sul e Centro-oeste do país. As atividades não-agrícolas cresceram em todas as regiões, exceto a do Nordeste. Assim, uma das principais questões levantadas pelos autores é como ampliar as rendas provenientes do trabalho no Nordeste, região que apresenta a maior concentração de pobreza, e sofre com mais intensidade a redução dessas rendas. Como nas regiões mais pobres o número de ocupações não-agrícolas também é escasso, torna-se maior o desafio de geração e diversificação de postos de trabalho.

impactando positivamente na renda agrícola dos produtores da região Centro-oeste, não houve no período analisado (1995-2006) um *boom* dos preços agrícola sustentável.

³⁵ A definição de linha de pobreza utilizada foi quem ganhava $\frac{1}{2}$ salário mínimo referente a agosto de 2000 (R\$ 120,00) o que equivalia a R\$120,54 (valor mensal de 2006 e U\$ 55,55), e a extrema pobreza referia-se ao valor de R\$ 60,27 (U\$ 27,77), seguindo a mesma classificação do PNUD/IPEA.

³⁶ Enquanto a seguridade social contribuiu em 50% na redução da pobreza rural no país, as contribuições das outras rendas (transferências de rendas condicionadas) foram em torno de 19%, e a agricultura 16%.

Tabela 9: Contribuição para a mudança do coeficiente Gini rural (1992-2005)

Agrícola	25%
Não-agrícola	31%
Seguridade social	-14%
Outras	58%

Fonte: Pnad apud Helfand &DelGrossi (2008).

Tabela 10: Contribuição para o aumento das rendas área rural (1995/1996 contra 2005/2006)

Macro- região	Agrícola	Não-agrícola	Seguridade social	outras
Brasil	10%	12%	57%	21%
Nordeste	-8%	-33%	85%	57%
Sudeste	-14%	42%	59%	13%
Sul	36%	18%	39%	7%
Centro-oeste	31%	24%	33%	12%

Fonte: Pnad apud Helfand &DelGrossi (2008).

Obs.: Ao se referir ao Brasil, se considera as áreas rurais de todos os menos seis estados do Norte.

Esse retrato da realidade descrita acima ressalta bem a importância da extensão dos benefícios da previdência social, juntamente com investimentos em áreas sociais para proteger a população mais vulnerável. Esses investimentos sociais não devem se resumir às políticas compensatórias ou assistenciais, e sim permitir mudanças estruturais como as iniciativas de transferências condicionadas de renda (como o Bolsa Família), com integração com políticas de capacitação profissional, inserção no mercado de trabalho, entre outras. Nesse sentido, acredita-se que não se pode negligenciar a viabilização das atividades agropecuárias, que ainda continua sendo um elemento muito importante para a reprodução social das famílias rurais no nosso país, embora com diferenças regionais no interior do país. Essas atividades são fontes diretas de renda monetária e de alimentos para o autoconsumo, estimulam até o desenvolvimento de muitas atividades não-agrícolas, como foi

visto nas pesquisas dos integrantes do Projeto Rurbano, no caso do Rio Grande do Norte estudado por Gomes da Silva et alii (2004); das empresas agroindustriais fumageiras no RS estudado por Prieb (2004); além de outros exemplos na literatura sobre a importância da transformação agroindustrial de produtos agropecuários; turismo rural, entre outros. Pode-se também adiantar que os dados referentes à pesquisa de campo desta tese, que serão analisados no terceiro capítulo, retratam a trajetória de famílias rurais que diversificaram suas atividades produtivas, sem, contudo, abandonarem a agricultura.

Além disso, várias pesquisas têm apontado os assentamentos como uma importante alternativa de trabalho e inserção social, sobretudo, em um momento de elevados índices de desemprego e relativo fechamento do mercado de trabalho para as parcelas menos escolarizadas da população.

Dentre estas pesquisas pode-se citar “Os impactos regionais da reforma agrária: um estudo sobre áreas selecionadas”³⁷, realizada pelo Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural (Nead) em 2000/01. Esse trabalho envolveu pesquisadores do CPDA/UFRRJ e do Núcleo de Antropologia da Política (NUAP), do Museu Nacional/UFRJ. Uma das evidências encontradas na pesquisa foi que em alguns dos municípios analisados, os assentamentos têm levado um redesenho da zona rural, modificando a paisagem; o padrão de distribuição da população e o traçado das estradas. Houve a formação de novos aglomerados populacionais, às vezes relacionando-se à autonomização de distritos e mesmo à criação de novos municípios. O acesso à terra permitiu, de modo geral, em uma melhoria dos rendimentos e das condições de vida das famílias assentadas. Ocorreu também um aumento na capacidade de consumo de gêneros alimentícios, de eletrodomésticos, insumos e implementos agrícolas. As melhorias no padrão de consumo, de habitação e na posse de bens duráveis fazem com que os assentamentos acabem atuando como dinamizadores do

³⁷ A pesquisa teve como objetivo central analisar os processos de mudança provocados pelos assentamentos de reforma agrária nas suas regiões. Foram seis regiões do Brasil pesquisadas que contavam com elevada concentração de assentamentos e alta densidade de famílias assentadas por unidade territorial (sul da Bahia, entorno do Distrito Federal, sertão do Ceará, sudeste do Pará, oeste catarinense e zona canavieira nordestina).

comércio local, fato que se acentua nos casos de elevada concentração de assentados. A presença dos assentamentos acaba atuando também como fator gerador de postos de trabalho não-agrícolas, inclusive no próprio assentamento (construção de casas, estradas, escolas, obras de infraestrutura, professores, merendeiros, agentes de saúde, trabalhos coletivos, beneficiamento de produtos, transporte alternativo etc.).

Portanto, embora não tenha uma única explicação para a existência e reprodução da pluriatividade no Brasil, dada a enorme heterogeneidade regional, ela tem sido apontada como “não virtuosa” ou associada à pobreza por alguns autores. Discorda-se de Nascimento (2005) quando este propõe um incentivo à conversão de famílias agrícolas pobres em famílias não-agrícolas. Nas palavras do autor:

“Considerando que dentro do rol de famílias rurais são as famílias não agrícolas (de conta-próprias e de assalariados) as que mais apresentam elevadas taxas de crescimento significativas (em relação também a seus pares urbanos) e que, em acréscimo, são as que proporcionam melhores indicadores materiais de condição de vida, conviria, portanto, direcionar parte dos recursos sociais (financeiros, criatividade/pesquisa, etc.) para criar formas de promover a conversão do também crescente contingente de famílias de não ocupados em famílias não agrícolas. Por que não promover também a conversão de parte de famílias mais pobres agrícolas e pluriativas em famílias não agrícolas residentes do meio rural (completar o processo de proletarização reduzindo a pobreza)?”

Concorda-se que a complementaridade da atividade agrícola com a não-agrícola constitui um fator explicativo importante da permanência do agricultor numa determinada atividade, mesmo que esta apresente um retorno insuficiente segundo cálculos convencionais de rentabilidade do capital aplicado. Ou seja, está em jogo uma lógica muito mais orientada para a preservação do patrimônio, reprodução social da família, e até mesmo, para a questão de identidade social. E a diversificação, além de possibilitar a ampliação de ingressos de múltiplas rendas (agrícolas, não-agrícolas, aposentadoria, entre outras) representa

também uma estratégia acionada pelos membros da família que podem apresentar diferentes significados e servir para satisfazer projetos coletivos e/ou individuais.

Foi visto também que a pluriatividade ocorre em diversos contextos, inclusive na própria dinâmica da atividade agrícola. Assim, não cabe encará-la como um fenômeno efêmero e transitório, corroborando com uma das hipóteses centrais do presente estudo. Acrescente-se a isso que não se pode esquecer que a tendência dos empregos não-agrícolas criados nas últimas décadas é marcada pela precariedade em termos de direitos sociais, baixa qualificação e remuneração débil, embora estas atividades apresentem em termos gerais, uma remuneração superior à agricultura.

E por fim, vale a pena lembrar que no recente debate sobre desenvolvimento rural, enfatiza-se cada vez mais a necessidade de incorporar a ideia das múltiplas funções atribuídas à agricultura para além da produção de alimentos, fibras e matérias-primas, tais como: gerar renda, preservar o patrimônio natural e cultural, absorver o excedente demográfico, entre outros. E nessa visão multifuncional da agricultura, a pluriatividade se coloca como um dos elementos vitais no processo de geração de renda e ocupação para o meio rural. Mas é claro que a pluriatividade não pode ser encarada como uma panacéia para todos, e sim como uma característica de determinados territórios rurais, que pode ser acionada ou não, de acordo com os interesses dos membros das famílias.

Antes de analisar os dados referentes à pesquisa empreendida neste trabalho, que permitirá contribuir para o estudo da pluriatividade entre famílias rurais, é importante estender o olhar para as especificidades do território agrário fluminense, *locus* da investigação. Pretende-se compreender melhor as mudanças ocupacionais em curso no estado do Rio de Janeiro, proporcionadas por uma maior articulação entre o campo e a cidade. É o que será visto no próximo capítulo.

Capítulo 2: O caminho da roça: a revitalização do interior fluminense

2.1. Introdução

O objetivo deste capítulo foi lançar um olhar capaz de trazer novas significações às mudanças sociais e econômicas em curso no estado do Rio de Janeiro, que sem dúvida refletem nas formas ocupacionais e ajudam a entender as dinâmicas recentes no mundo do trabalho, e especificamente no espaço rural fluminense. Para tanto foram selecionados alguns indicadores econômicos, dados demográficos, sobre a estrutura fundiária e a agropecuária e os demais setores da economia.

O estado do Rio de Janeiro se destaca no cenário nacional tanto em termos demográficos, como na geração de riqueza. Mas ao mesmo tempo é um estado que apresenta grandes desigualdades na sua distribuição demográfica, assim como na distribuição de recursos, arrecadação e formação da renda interna dos municípios.³⁸

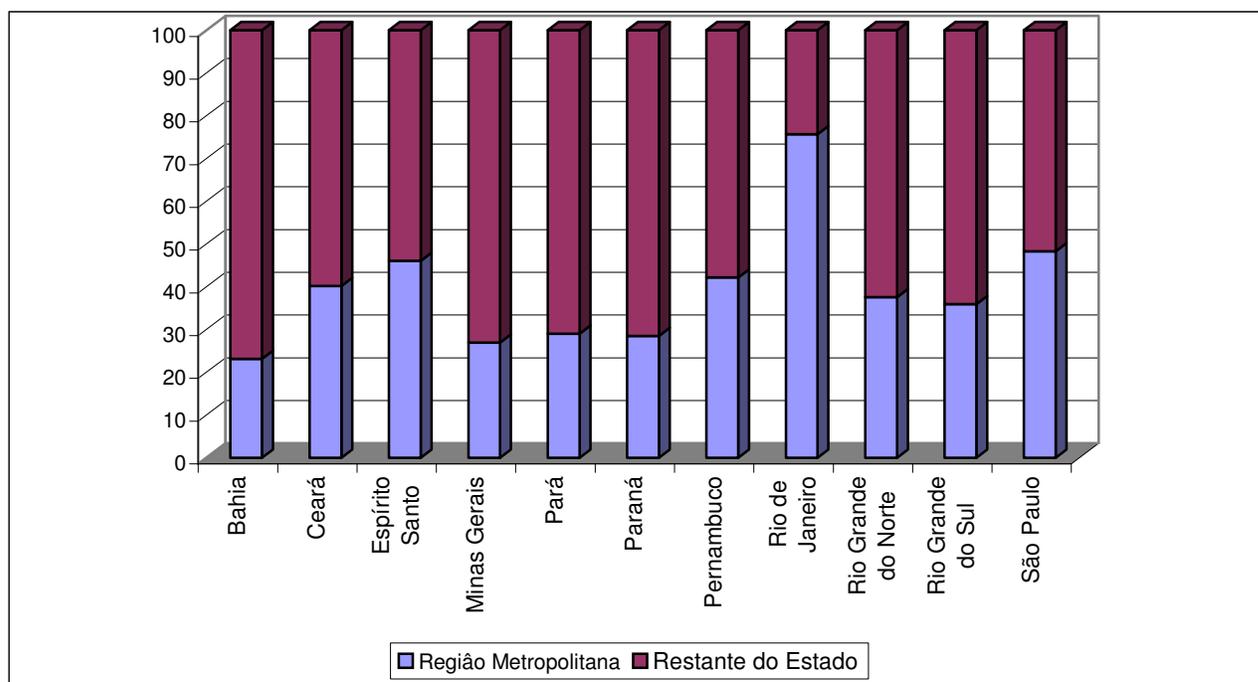
É um dos menores estados da federação, possuindo 43.696,054 km², o que corresponde a 0,5% do território nacional. Entretanto, é o terceiro estado da federação mais populoso, com uma grande concentração no meio urbano e apresenta a maior densidade demográfica do país, 328 ha/km².

No ano de 2000, a população do estado somou cerca de 14.391.282 pessoas e somente a cidade do Rio de Janeiro concentrava em torno de 41% desta população (5.857.904 pessoas), e ao estender para a Região Metropolitana, esta taxa aumenta para 70% da população regional, o que representa quase 11 milhões de pessoas (IBGE, 2000). Logo, o estado do Rio de Janeiro é sem dúvida um espaço metropolizado.

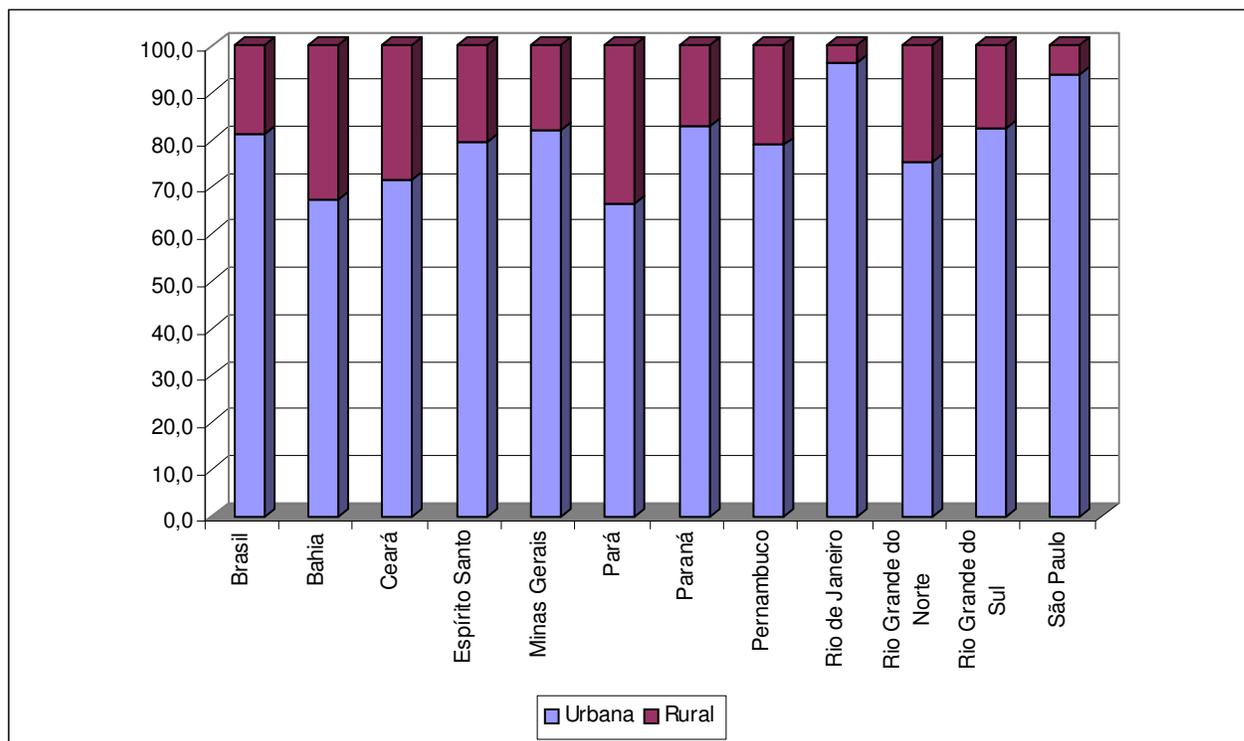
³⁸ Ao todo são 92 municípios no estado, divididos em 6 mesoregiões e 18 microregiões. Ver mapa no anexo da tese.

Ao lado dessa concentração populacional na Região metropolitana (de cada dez habitantes no estado do Rio, aproximadamente oito moram nos municípios da Região metropolitana), temos um crescente esvaziamento, não apenas demográfico, mas também em termos econômicos no interior do estado, que se acentuou ao longo do século passado. Considerando-se apenas o corte rural e urbano, pode-se evidenciar que entre o período de 1950 e 2000, a população rural decresceu de 1.280.223 pessoas (correspondendo 27,4% da população total deste ano) para 568.987 pessoas (3,96% do total em 2000), indicando assim, um processo de desruralização, e um vazio humano do campo fluminense. Em outros termos, para cada morador rural há mais de vinte residentes em áreas urbanas, quinze das quais na capital. Tais disparidades demográficas não ocorrem com tanta intensidade nos outros estados, como pode ser observado nos gráficos abaixo quando se selecionam alguns estados da federação.

Gráfico 1: População residente em região metropolitana – Estados – 2000



Fonte dos dados: IBGE (Censo Demográfico, 2000).

Gráfico 2: População residente por situação de domicílio (%) - 2000

Fonte dos dados: IBGE (Censo Demográfico, 2000).

Essas desigualdades demográficas se reproduzem na distribuição espacial dos empreendimentos industriais; na formação da renda interna dos municípios; na rede de serviços básicos e na malha urbana, aprofundando ainda mais os entraves ao desenvolvimento global do estado. A concentração espacial de população e renda na região metropolitana se acentuou em detrimento de perdas crescentes do interior (Galvão, 1990).

Na tabela abaixo, pode-se verificar que a cidade do Rio de Janeiro e a RMRJ apresentam os maiores índices de concentração do Produto Interno Bruto do estado. A RMRJ é responsável por cerca de 68% da formação do PIB, com a cidade do Rio de Janeiro, participando com cerca de 48% na composição do PIB estadual no ano de 2005. Tomando uma série mais longa, observa-se que a partir da década de 1990, esses índices se reduzem um pouco.

Tabela 1: Estimativas do Produto Interno Bruto, a custo de fatores (remunerações, rendimentos de autônomos e excedente operacional bruto, sem impostos) 1980; a preços correntes (preço de mercado) 1995, 1996, 1998, 1999, 2000, 2002 a 2005, segundo as regiões de Governo – Estado do Rio de Janeiro (%).

Regiões de Governo e municípios	1980	1995	1996	1998	1999	2000	2002	2003	2004	2005
Estado	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
Região metropolitana	83,06	83,32	83,21	79,16	77,36	70,73	74,10	72,40	71,46	68,47
Cidade do Rio de Janeiro	62,95	59,55	59,42	60,52	58,82	54,95	53,07	50,89	50,50	48,18
Região noroeste fluminense	0,82	0,68	0,63	0,99	0,90	0,71	1,00	1,06	1,01	0,99
Região norte fluminense	2,38	1,93	2,09	2,59	2,50	2,11	7,42	8,28	8,20	10,14
Região serrana	3,78	3,47	3,27	3,63	3,41	3,03	3,58	3,49	3,34	3,21
Região das baixadas litorâneas	1,36	1,75	1,75	1,79	1,60	1,62	4,38	4,69	4,73	6,08
Região do médio Paraíba	6,79	7,80	7,98	6,57	6,18	5,79	6,57	7,15	7,69	7,95
Região centro-sul fluminense	0,92	0,62	0,63	0,87	0,88	0,75	1,03	1,05	0,96	0,93
Região da costa verde							1,92	1,88	2,61	2,23

Fonte: Secretaria de Fazenda do estado e IBGE

Essa concentração dos recursos repercute também na arrecadação. Dados referentes a uma das principais fontes de arrecadação do estado, o imposto de circulação de mercadorias e serviços (ICMS) do ano de 2004 confirmam essa concentração espacial econômica. Somente o município do Rio de Janeiro, nesse ano, detinha em torno de 58,7% da arrecadação; a Região Metropolitana, cerca de 87%; o Médio Paraíba, 4,9%; Costa Verde, 3,2%; Serrana, 1,8%; Norte Fluminense, 2,2%, e todas as demais regiões menos de 0,4%, num total de 0,7% (tabela 2).

Tabela 2: Arrecadação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias - ICMS, segundo as Regiões de Governo e municípios do estado do Rio de Janeiro - 2002-2004

Regiões de Governo e municípios	Arrecadação do ICMS (1 000 R\$)					
	2002		2003		2004	
	(1 000 R\$)	(%)	(1 000 R\$)	(%)	(1 000 R\$)	(%)
Total	10 073 513	100,00	10 763 213	100,00	12 486 322	100,0
Região metropolitana	9 024 399	89,59	9 511 100	88,37	10 883 614	87,2
Cidade do Rio de Janeiro	6 543 408	64,96	6 789 862	63,08	7 326 147	58,7
Região noroeste fluminense	11 956	0,12	15 436	0,14	18 176	0,1
Região norte fluminense	178 492	1,77	225 802	2,10	278 135	2,2
Região serrana	180 246	1,79	198 817	1,85	222 743	1,8
Região das baixadas litorâneas	34 565	0,34	40 392	0,38	51 104	0,4
Região do médio Paraíba	488 027	4,84	581 139	5,40	605 822	4,9
Região centro-sul fluminense	23 707	0,24	26 301	0,24	29 129	0,2
Região da costa verde	132 120	1,31	164 225	1,53	397 598	3,2

Fonte: Anuário Estatístico, CIDE, 2005.

A seguir, será traçada uma periodização que auxiliará a percepção nas mudanças na dinâmica socioespacial do estado, com a finalidade de identificar novos recortes espaciais e inflexões nas articulações entre a cidade e o campo, com especial destaque para as mudanças sócio-econômicas no espaço agrário fluminense.

2.2. O processo de metropolização e a desruralização

A concentração de população e de recursos na cidade do Rio de Janeiro é explicada tanto pela sua conformação histórica (por abrigar a Capital da Colônia e do Império como Distrito Federal, e posteriormente, cidade/estado Guanabara), como pela importância que assume o estado ao sediar uma série de empresas públicas criadas no período marcado pela intensa industrialização e urbanização do país nos anos de 1940 a 1970.

Entre 1763 a 1960 a cidade do Rio de Janeiro ocupou a posição de capital do país. Mas ao perder a função de capital federal para Brasília, em 1960, a cidade do Rio de Janeiro, em vez de ser incorporada ao Estado do Rio de Janeiro, transformou-se ela mesma em um estado - o estado da Guanabara.

Um estado de um só município e uma só cidade. Somente em 1975, com a fusão entre os estados da Guanabara e do Rio de Janeiro e, a transferência da então capital deste último, da cidade de Niterói para a cidade do Rio de Janeiro, se estabelece a configuração territorial e administrativa que o estado apresenta nos dias atuais.

Por raízes históricas, a cidade do Rio de Janeiro exerceu um papel de principal polo econômico da região. Na época da província, a cidade do Rio de Janeiro já exercia uma centralidade dada a sua função militar na defesa do território e a sua função comercial, sobretudo pela presença do porto da Baía da Guanabara, por onde escoava a produção da província. Mais tarde, com a vinda da Família Real, a cidade passa a se destacar pela função político-administrativa. Essas atividades portuárias, comerciais, financeiras, manufatureira³⁹ e de administração pública atraíram grandes fluxos migratórios, além de possibilitar a melhoria da infraestrutura urbana, e a intensa concentração de uma malha de serviços que atendia a nova urbanização territorial. Essa constituição histórica ajuda a explicar a sua transformação no principal núcleo industrial do país durante um século inteiro, dado a sua forte dependência das ações do governo central (Oliveira, 2003; Silva, 2004).

Para se ter uma ideia da importância da cidade do Rio de Janeiro na produção industrial do país, no Censo Industrial de 1907 o antigo Distrito Federal, a atual cidade do Rio, concentrava cerca de 30% da produção industrial e empregava cerca de 24% do total do operariado do país. Destacavam-se também os estados de São Paulo, com 16% da produção do país, Rio Grande do Sul (7%) e Minas Gerais (4%). As indústrias predominantes nesse período eram as dos setores de alimentação, têxtil, vestuário e produtos químicos (Simonsen, 1939 apud Oliveira, 2003). Além disso, a cidade já era a maior do país em 1900 e possuía um dos 15 maiores portos do mundo (Levy, 1988 apud Oliveira, 2003).

³⁹ Segundo Silva (2004) até os anos de 1850 a atividade manufatureira fluminense era muito incipiente, com destaque para pequenas fábricas que atendiam o mercado local.

Segundo Oliveira (op. cit.), com a queda do preço do café, no mercado internacional no final do século XIX, concomitantemente com a expansão do processo de urbanização e crescimento industrial do estado de São Paulo verifica-se uma redução do ritmo de crescimento industrial no Rio de Janeiro. A partir de 1910 o estado de São Paulo passou a ser o epicentro da economia e da indústria nacional.⁴⁰

Para Cano (1998) uma das explicações para essa perda relativa da hegemonia industrial fluminense para São Paulo foi que este, já nos anos de 1920, havia orientado a sua produção para os setores mais novos e tecnologicamente mais adiantados. E a partir do processo de substituição de importação iniciado em 1929, quando se encerra a etapa da economia agro-exportadora, as ações do governo central passam a ser fortemente direcionadas à produção de bens intermediários e de capital, o que mais uma vez, ajuda a explicar o maior dinamismo da produção industrial em São Paulo de acordo com Melo e Contreras (1988).

Os caminhos percorridos pela industrialização fluminense estiveram à esteira da economia cafeeira e do capital gerado na produção de cana-de-açúcar. Os investimentos industriais até então realizados fora do núcleo metropolitano se desenvolveram ao longo dos eixos viários que ligam a cidade do Rio de Janeiro a São Paulo (BR 116- Sul Rodoviária Presidente Dutra e BR 101 Sul- Rodovia Rio-Santos), e o estado de Minas Gerais (BR 040- Rio-Juiz de Fora). Essas rodovias seguiram a trilha do café, saíam do planalto fluminense em direção ao oeste paulista e à zona da mata mineira. Por outro lado, houve um pólo de industrialização beneficiado pela agroindústria sucro-alcooleira que se consolidou com a implantação da estrada de ferro ligando a cidade de Campos à cidade do Rio de Janeiro em meados do século XIX. Como o Estado inicialmente possuía uma fraca rede de cidades isso acabou gerando uma grande concentração da população, das atividades e dos recursos na cidade do Rio de Janeiro (Oliveira, 2003).

⁴⁰ Em 1940 o estado de São Paulo era responsável por 38,2% da produção industrial do país, enquanto o estado do Rio de Janeiro participava com cerca de 4,1%. Em 1970, esses índices passaram para 55,9% e 7,4%, respectivamente (Motta, 2001 apud, Oliveira, 2003).

Contradições e disparidades regionais estão, portanto, associadas a dois processos - o de metropolização e o de “desruralização”- que, por sua vez, estão fortemente ligados à expansão do capital industrial e do capital imobiliário ao longo do século passado. Ou seja, enquanto o capital industrial foi responsável pelo impulso inicial do processo de metropolização, o capital imobiliário foi o principal agente de subordinação do capital agrário no interior do estado (Alentejano, 2003; 2005). Ocorrem, assim, a perda da hegemonia do capital agrário e mercantil no início do século XX, a decadência da oligarquia cafeeira e a ascensão da burguesia industrial, marcando o início da desruralização do estado e o desenvolvimento da metropolização.

Cabe acrescentar que segundo Oliveira (op. cit.), após a crise da economia cafeeira, toda a industrialização que se constituiu com base nesse capital no território fluminense não se sustentou, com exceção da siderurgia e metalurgia implementadas no município de Barra Mansa na região do Médio Paraíba. O destaque aqui foi a instalação da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) em 1942, que teve sua dinâmica atrelada a um novo modelo de desenvolvimento ditada pelos investimentos estatais. Aliás, essa vai ser uma marca importante na trajetória industrial do estado do Rio de Janeiro nas próximas décadas, que passou a concentrar uma série de empresas estatais. Essas empresas se concentravam principalmente no setor de infraestrutura básica (energia e transportes), e atuavam no seio de um modelo de crescimento, que apresentava forte complementaridade entre os investimentos estatais, multinacional (com destaque para a indústria metal mecânica), e de capital privado nacional. Este último esteve mais orientado para os setores de distribuição e fornecedores para as grandes empresas multinacionais (como, por exemplo, a indústria de autopeças).

Assim, mesmo perdendo a sua hegemonia industrial desde a década de 1920 para São Paulo, é no período compreendido entre os anos de 1940 e 1964 que o impulso à industrialização se consolida no estado do Rio, com a instalação de diversas empresas de economia mista nos anos de 1940. Dentre estas destacam-se: o Instituto de Resseguros do Brasil; Cia. do Vale do Rio Doce; Cia.

Nacional de Álcalis (em Arraial do Cabo) e Fábrica Nacional de Motores (em Duque de Caxias). Houve também uma série de investimentos públicos nos setores de metal-mecânica, bens intermediários, minerais não-metálicos, químico-farmacêutico e construção civil dinamizada por grandes obras, estradas e habitação.

Na década de 1950, a economia fluminense se beneficia com a retomada do crescimento da economia brasileira, com a criação de importantes empresas estatais no seu território, localizadas principalmente na cidade do Rio de Janeiro, como a Petrobrás, Eletrobrás, BNDES, Furnas, entre outras. No bojo do Plano de Metas (1956-1961) a economia fluminense também se beneficiou com a dinamização da construção naval, modernização da indústria têxtil e construção da refinaria de Duque de Caxias.

No período marcado pelo estado desenvolvimentista na década de 1970, sob a égide do governo militar, observa-se a subordinação das políticas de investimentos no âmbito local pelos investimentos estabelecidos como prioridades nacionais para atender os setores produtores, com destaque para os de bens intermediários, energéticos, metalúrgica e petroquímica. Também se destacaram nesse período os investimentos no processo de urbanização, como expansão de rodovias ligadas aos interesses da indústria automobilística, e expansão da construção civil, associadas aos programas habitacionais e de saneamento básico. Assim, o setor secundário fluminense foi, em larga escala, constituído pelo capital público (Araújo Filho, 1994).

No âmbito do II PND (1974-1979) os investimentos foram dinamizados a partir dos setores de bens de capital, insumos básicos e produção de energias priorizadas nesse plano. Entre os investimentos direcionados ao estado do Rio de Janeiro neste período pode-se citar as obras de expansão da CSN, a instalação da Usina Termonuclear em Angra dos Reis (na BR 101 Sul), as obras de ampliação da Refinaria de Duque de Caxias (na BR 040) e reaquisição da construção naval, entre outros. Portanto, até a década de 1980, a economia fluminense respondeu às alterações no ritmo de acumulação da economia brasileira, e mesmo perdendo participação na renda nacional, houve uma

aceleração da sua expansão durante a etapa pesada da industrialização do país.

Torna-se importante frisar que nesse período (1956-1980), as principais perdas da economia fluminense resultaram da transferência da capital federal para Brasília e da crescente consolidação de São Paulo como centro financeiro, além de epicentro industrial, contribuindo assim para o seu esvaziamento econômico regional (Silva, 2004).

Portanto, foram os investimentos públicos os elementos estruturadores dessa industrialização, direcionados, segundo Oliveira (op. cit.), principalmente para os eixos viários já estabelecidos, não estimulando assim a criação de novos núcleos produtivos e/ou centros urbanos para além desses eixos viários. Isso ocasionou uma baixa densidade industrial no interior. Para se ter uma idéia dessa concentração, os Censos Industriais do IBGE para os anos de 1975 a 1985 mostram que a indústria de transformação correspondia a cerca de 88% da participação no valor da transformação industrial do estado, sendo que deste a cidade do Rio de Janeiro era responsável por 61,9% em 1975, caindo para 57,42% em 1985. Em segundo lugar destacava-se o município de Duque de Caxias, com os índices de 9,03% e 10,91% respectivamente, e em terceiro o município de Volta Redonda, com os índices de 7,24 e 7,39% respectivamente (Oliveira, 2003).⁴¹

E, justamente, por ter uma forte dependência dos investimentos públicos, com a formação de um capital industrial fortemente baseada nas empresas estatais, que a crise dos anos de 1980 vai repercutir severamente na economia industrial fluminense, revelando a sua face de vulnerabilidade diante desses investimentos.

Cabe também ressaltar que essa marcha industrial segue em grandes linhas com o adensamento populacional, ou seja, foram as regiões que concentraram as atividades industriais que apresentaram as maiores taxas de

⁴¹ Cabe ainda mencionar que a cidade do Rio de Janeiro além de concentrar boa parte dos investimentos públicos federais, contar com grandes empresas públicas de infra-estrutura produtiva, concentrou também uma importante infra-estrutura técnico-científica com a presença de várias empresas, instituições e universidades públicas.

crescimento demográfico. Como exemplo, temos um aumento de 209% da população residente nos municípios que compreendem a região metropolitana no período de 1940 e 1970, e neste mesmo período, a cidade do Rio de Janeiro teve sua população aumentada em torno de 141% (tabela 3).

Tabela 3: População Residente e Taxa de Crescimento, segundo as Regiões de Governo- Rio de Janeiro - 1940/1970.

Regiões de Governo	População residente e Taxa de Crescimento		
	1940	1970	Crescimento 1940/1970 (%)
Estado	3 611 998	8 994 802	149
Cidade do Rio de Janeiro	1.764.141	4.251.918	141
Região metropolitana	2 231 527	6 891 521	209
Região noroeste fluminense	305 066	245 561	-20
Região norte fluminense	344 053	471 038	37
Região serrana	285 646	467 159	64
Região das baixadas litorâneas	136 387	238 725	75
Região do médio Paraíba	159 496	446 835	180
Região centro-sul fluminense	121 567	177 753	46
Região da Baía da Ilha Grande	28 256	56 210	99

Fonte: IBGE; Censos Demográficos.

Ao observar esse crescimento demográfico na região metropolitana do estado, percebe-se que o inverso ocorre no meio rural. Entre os anos de 1964 a 1980 houve um avanço da desruralização, traduzida pela redução da população rural do estado, em todas as regiões, e pelo intenso esvaziamento econômico e político no meio rural fluminense. Mais adiante este ponto será retomado.

Os anos 1980 marcam uma certa regressão dos processos que dominaram os períodos anteriores. Com o fim do *milagre brasileiro* e da “crise da dívida externa” há uma perda da importância dos setores que eram os eixos condutores do intenso processo de crescimento/industrialização vivenciados nos anos anteriores.

Ocorre uma forte ruptura no padrão de crescimento na economia fluminense, com o esgotamento desse modelo calcado nos financiamentos e

demandas governamentais.⁴² Para se ter uma ideia, na década de 1980 o PIB nacional cresceu a uma reduzida taxa média anual de 2,2%, mas a do Rio foi ainda pior (0,27%), caindo sua participação no PIB nacional, de 13,2% para 12,3% (Silva, 2004). A recuperação da economia industrial fluminense só se dá a partir da década de 1990 com outra formatação, marcada por novos setores e investimentos não mais concentrados na região metropolitana e nem tão dependentes dos recursos estatais.

Portanto, esse esvaziamento econômico fluminense só pode ser entendido a partir do padrão de crescimento da economia nacional, concentrado espacialmente no estado de São Paulo, e das especificidades estruturais da economia do Rio de Janeiro que, de certo modo, não estimularam a criação de maiores 'encadeamentos dinâmicos' nos setores produtivos. Somado a isso, o estado também sofreu com os resquícios de um processo político com a convivência com dois governos. Mesmo com a fusão dos estados do Rio de Janeiro com o da Guanabara em 1975, a unificação oficial do território não foi capaz de unir os interesses das classes dominantes e dirigentes daquela época para uma gestão do território fluminense como um todo. Somente a partir de 1982, com as eleições livres, segundo Oliveira (op. cit.), foi possível eleger um candidato que iniciou uma gestão de políticas públicas orientada também para o interior, reduzindo assim a centralidade dos investimentos estatais no núcleo metropolitano.

O ritmo da urbanização no estado sofre uma retração e, paralelamente, ocorre um início de desconcentração espacial da produção industrial. Ao comparar os dois últimos censos demográficos (1991 e 2000), constata-se que o crescimento demográfico do Estado neste período ficou abaixo da média nacional, e a cidade do Rio de Janeiro teve crescimento bem inferior- 0,74% ao ano. Esse baixo crescimento demográfico do Estado é apontado por alguns autores com um melhor desempenho do interior (Melo & Marques, 2005; Alentejano, 2005).

⁴² Um dos setores que mais sentiu a crise nesse período no estado foi o naval que sofreu forte restrição de subsídios e incentivos públicos (Considera e Melo1986).

2.3. A reestruturação produtiva recente: desconcentração espacial e revitalização do interior

Para alguns autores, está em curso na economia fluminense um processo de reestruturação produtiva, a partir de uma industrialização baseada em novos segmentos e novas tecnologias, com alguns indícios de desmetropolização do espaço fluminense (Oliveira, 2003; Silva, 2004).

Entre os empreendimentos dessa nova dinâmica industrial no estado se destacam: o setor automobilístico, instalado no Médio Paraíba no centro sul do estado, sobressaindo o município de Resende com a instalação da fábrica de caminhões e ônibus da Volkswagen, a instalação da Pageut-Citroën no município de Porto Real⁴³; a infraestrutura construída no norte fluminense para a extração de mineral, com destaque para o petróleo da bacia de Campos, dinamizando diretamente os municípios de Macaé e Campos; a fruticultura irrigada no norte e noroeste do estado, e as empresas ligadas ao Laboratório Nacional de Computação Científica (LNCC) em Petrópolis, região serrana do estado, que se torna a base de um crescimento econômico calcado em empresas de alta tecnologia. Isso tem gerado um novo dinamismo fora do núcleo metropolitano, e a formação de regiões produtoras com forte criação de empregos, renda e novos fluxos econômicos e sociais. Esta dinâmica ainda tem possibilitado uma nova integração territorial, uma vez que as economias regionais se tornaram complementares. Todavia, tal crescimento econômico não foi capaz de ser igualmente distribuído em todo o território.

A inflexão positiva da economia fluminense a partir de meados dos anos 1990 se deu, principalmente, pela extração petrolífera, que permitiu a dinamização regional da bacia de Campos. Houve também o aquecimento do setor naval, do polo gás-químico e uma série de demandas derivadas de

⁴³ No período de 1996 a 2000 enquanto a população no estado cresceu 1,75% a.a, e a RMRJ, 1,30%a.a, esses municípios mais afetados pela dinamização do setor automobilístico cresceram a uma taxa bem mais acentuada, 8,7% Porto Real, e 3,0%, Resende.

empresas fornecedoras de equipamentos e serviços para a extração do petróleo e gás, transporte, impostos, geração de royalties⁴⁴, entre outros.

Para se ter uma ideia da importância de setor para a economia industrial do estado, entre 1996 e 2001, a participação da extração de petróleo no PIB da indústria fluminense cresceu de 17,0% para 52,4%, e no mesmo período, a participação da indústria de transformação caiu de 82,4% para 47,3%. E, ainda, enquanto a indústria extrativa nacional entre 1991-2002 teve uma expansão de sua produção física em torno de 79%, no estado do Rio essa expansão foi na ordem de 145% (Silva, 2005).⁴⁵

A indústria de transformação apresentou, portanto, uma trajetória distinta da indústria extrativa, tendo um fraco desempenho ao longo da década de 1990.⁴⁶ Embora tenha atraído novos investimentos em setores de ponta da cadeia industrial, como é o caso da Volkswagen e Peugeot citados acima, sua estrutura permaneceu concentrada na produção de bens intermediários orientados predominantemente para o mercado interno.

Outro indicador, que ajuda a dimensionar a importância da indústria extrativa para o estado, é a geração de postos de trabalho formal. Segundo Oliveira (op. cit.) no período de 1995 a 2001 o estado do Rio apresentou uma taxa de 3,0%, o que representa 81.721 empregos formais criados. Observa-se que quando o corte é feito em termos regionais, as regiões que se destacaram no incremento dos empregos formais foram justamente aquelas ligadas diretamente à extração de petróleo (região norte) e regiões contíguas que são diretamente influenciadas pela exploração extrativa (baixada litorânea- região dos Lagos e Noroeste). Essas regiões tiveram seu setor imobiliário e de serviços aquecidos para atender ao crescimento populacional desses municípios e à

⁴⁴ Para alguns municípios da bacia de Campos desde 1998 o recebimento de royalties já se tornou a principal fonte de arrecadação.

⁴⁵ Cabe acrescentar que o estado do Rio já se destaca como o maior produtor de petróleo e gás do país desde 1986 (Oliveira, 2003). E o estado do Rio responde por mais de 80% da produção de petróleo do país.

⁴⁶ No período de 1991-2002 a indústria de transformação apresentou uma diminuição de sua produção em torno de 11%.

demanda por novas residências⁴⁷. A região norte apresentou um crescimento econômico na ordem de 40,29%, principalmente concentrado no município de Macaé, e nas baixadas litorâneas em torno de 54,13%. As demais regiões apresentaram índices de crescimento mais modestos: 38,9% na Baía da Ilha Grande, dinamizada pela recuperação da indústria naval em Angra dos Reis e pelas atividades ligadas ao turismo; 29,21% na região noroeste e 7,58% na região serrana, ambas estimuladas pelas atividades de confecções; 4,65% na região do Médio Paraíba, influenciada pelo setor automobilístico; e 9,6% na região centro sul (Oliveira, 2003:113).

Todavia, Silva (2004) vai de encontro a essa interpretação ao argumentar que o setor petrolífero emprega pouca mão de obra formal, contribuindo pouco, portanto, para alterar o elevado grau de informalização do mercado de trabalho regional, especialmente o terciário. Além disso, o autor aponta para uma questão muito importante que é o repasse e a utilização dos royalties provenientes do petróleo. Embora os royalties sejam recebidos pelo governo do estado do Rio de Janeiro e boa parte dos municípios fluminenses, sua importância é maior para os municípios fronteiriços à bacia de Campos. Esses municípios juntos recebem cerca de 80% do total dos royalties repassados, e concentram apenas 9% da população fluminense. O alerta passa, portanto, por uma maior abrangência desses recursos a fim de promover a “justiça intergeracional e a social”, e evitar que o petróleo crie *territórios ricos de povos pobres*, em função da falta de encadeamento setorial-produtivo e da inadequada gestão dos recursos públicos.

Esse novo formato na organização das atividades produtivas está ancorado em um amplo debate acadêmico sobre a reestruturação das relações de produção, que apresentam algumas características, como: a crescente importância da descentralização industrial; um processo de produção mais flexível, em contraposição do modelo de produção fordista, e sob a égide de um novo capital financeiro (Benko, 1996, Aglietta, 1986).

⁴⁷ Essa maior atratividade na região litorânea é explicada tanto pelo deslocamento das pessoas diretamente empregadas na atividade extrativa, como também pelo deslocamento de pessoas aposentadas e/ou pessoas que buscam uma vida mais tranquila em contraposição da violência presente nos grandes centros urbanos.

A desconcentração espacial industrial também é explicada a partir de um processo de globalização, em que as empresas e os grupos econômicos têm procurado se localizar em regiões e/ou locais que forneçam vantagens relacionadas a fatores de produção e custos que propiciem melhores condições de rentabilidade, face à presença de novas tecnologias, maior facilidade nos meios de comunicação e circulação de mercadorias. Nesse contexto, as regiões também passam a disputar a instalação de novas empresas, dispondo ou oferecendo no mercado condições mais atrativas, promovendo assim uma verdadeira guerra fiscal ou de localização, para usar as expressões de Santos e Silveira (2001).⁴⁸

Nesse debate surgem novos conceitos para dar conta desses novos segmentos industriais e núcleos concentradores de base tecnológica, tais como: distritos industriais, parques tecnológicos, e condomínios industriais, dentre outras, inseridos nas recentes análises de teorias de crescimento aplicadas aos estudos de desenvolvimento regional e local.⁴⁹

No entanto, essa recente reestruturação produtiva industrial no território fluminense marcada por uma interiorização das atividades produtivas, não é interpretada por Oliveira (op. cit.) como um processo de desconcentração espacial a partir da metrópole, e sim, como uma “reconstrução das bases industriais sustentadas em novos setores e formas organizacionais, acompanhando perspectivas ao mesmo tempo locais e internacionais” (pg. 102).

É importante acrescentar que, além de alterar o quadro demográfico, econômico e social, esses municípios mais envolvidos na atividade extrativa têm se beneficiado da criação de uma série de centros e instituições de ensino, pesquisa e desenvolvimento tecnológico, como a Universidade Estadual Norte Fluminense (UENF), o Centro Federal de Educação Tecnológica de Campos (CEFET/Campos), entre outras.

⁴⁸ As administrações locais, como os estados ou municípios, passam a investir em ações institucionais de fortalecimento da infraestrutura produtiva e de serviços, e da capacitação de mão de obra, além de fornecer uma série de incentivos fiscais para atender as demandas das empresas e ampliar a competitividade regional.

⁴⁹ Para uma análise das recentes instalações e setores industriais no território fluminense, que recorrem a uma estratégia de localização e que buscam se integrar à dinâmica local a luz do debate sobre teorias de crescimento ver Oliveira (2003).

Logo, o crescimento alavancado pela extração petrolífera no estado, de um lado, e a expansão do setor automobilístico de outro, tem permitido, de acordo com Oliveira, a construção de novas “economias regionais”, na medida em que beneficia não apenas os municípios onde se localizam as instalações, mas todo o seu entorno, mudando a paisagem econômica e social dessas localidades, e com a novidade de estar mais descolado da metrópole. Há assim, uma alteração na histórica tendência de concentração dos investimentos industriais no núcleo metropolitano fluminense.

Os principais setores que atualmente têm maior peso na atividade econômica do Estado na composição do PIB de 2006 são: administração, saúde e educação públicas (17,2%); indústria extrativa de petróleo (15,6%); atividades imobiliárias (10%); comércio (9,9%) e indústria de transformação (9,6%). Salta os olhos a forte expansão da indústria extrativa quando se observa a participação dos setores no valor adicionado bruto do estado ao longo dos últimos cinco anos (tabela 4).

Tabela 4: Participação das atividades econômicas no valor adicionado bruto a preço básico, RJ.

Setores de atividade econômica	2002	2003	2004	2005	2006
Agropecuária	0,4	0,4	0,5	0,4	0,4
Indústria	24,3	26,1	28,9	30,2	32,8
Indústria extrativa	6,91	7,95	8,08	12,03	15,60
Indústria de Transformação	9,13	10,06	11,96	10,24	9,66
Construção civil	5,88	5,56	6,18	5,05	4,62
SIUP	2,39	2,49	2,68	2,89	2,90
Serviços	75,1	73,4	70,5	69,3	66,7
Comércio e serviços de manutenção e reparação	10,2	9,4	9,8	9,1	9,9
Serviços de alojamento e alimentação	1,9	1,6	1,8	2,0	1,9
Transportes, armazenagem e correio	4,8	4,8	4,8	4,6	4,3
Serviços de informação	4,6	4,8	5,2	5,3	4,7
Intermediação financeira, seguros e previdência complementar	7,0	6,7	5,0	5,8	5,8
Serviços prestados às famílias e associativos	3,4	3,1	3,1	3,0	2,6
Serviços prestados às empresas	5,9	6,4	6,0	6,4	5,4
Atividades imobiliárias e aluguel	12,6	12,2	11,5	10,7	10,0
Administração, saúde e educação públicas	19,4	18,8	18,0	17,8	17,2
Saúde e educação mercantis	3,8	4,1	3,8	3,2	3,4
Serviços domésticos	1,5	1,5	1,5	1,4	1,5
Total	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: IBGE, Contas regionais 2003-2006.

Com relação à estrutura do PIB fluminense, verifica-se que a economia do Estado apresenta o maior grau de terciarização do país. Os serviços eram responsáveis por 66,7% do valor adicionado em 2006, enquanto a indústria extrativa mineral e de transformação participavam com 32,8% e a atividade agropecuária não chegava a nem 0,5% do valor adicionado estadual. Essa desproporcionalidade entre os setores também se reflete na estrutura do emprego. Na tabela 5 pode-se observar que 77% da população ocupada no ano de 2007 se encontravam no setor de serviços, seguida da indústria (20,7%) e da agropecuária, que além de representar uma baixa participação na ocupação fluminense (2,0%), apresentou uma redução de 9% de postos de trabalho ao longo de 2002 a 2007.

Em relação ao setor de serviços, este é caracterizado pela predominância do comércio e reparação, da educação e saúde e dos serviços sociais e domésticos, que juntos correspondem a mais da metade dos serviços gerados na economia fluminense.

Tabela 5: Pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas no período de referência de 365 dias por condição de atividade e de ocupação na semana de referência e ramos de atividade do trabalho principal. Rio de Janeiro. (1.000) 2002-2007

Ramo de atividade do trabalho principal	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2007(%)	Varição 02-07
População ocupada total	6588	6646	6891	6965	7172	7257	100,0	10,2
Agrícola	163	145	150	167	142	148	2,0	-9,2
Indústria	1403	1416	1422	1469	1479	1504	20,7	7,2
Indústria	816	838	854	874	915	907	12,5	11,2
Indústria de transformação	746	767	770	808	808	828	11,4	11,0
Construção	587	578	568	595	564	597	8,2	1,7
Serviços	5022	5086	5319	5328	5553	5605	77,2	11,6
Comércio e reparação	1271	1330	1307	1338	1373	1412	19,5	11,1
Alojamento e alimentação	364	341	379	368	371	394	5,4	8,2
Transporte, armazenagem e comunicação	451	442	455	493	498	508	7,0	12,6
Administração pública	428	420	439	428	438	442	6,1	3,3
Educação, saúde e serviços sociais	725	740	809	754	840	869	12,0	19,9
Serviços domésticos	698	682	705	687	726	670	9,2	-4,0
Outros serviços coletivos, sociais e pessoais	359	340	423	416	460	478	6,6	33,1
Outras atividades	661	739	725	805	813	784	10,8	18,6
Atividades mal definidas ou não declaradas	65	52	77	39	34	-		
Atividades mal definidas	-	-	-	-	-	48	0,7	

Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

É importante registrar o alto grau de informalidade da economia fluminense. No ano de 2007 a População Economicamente Ativa (PEA) do estado era de 8,2 milhões de trabalhadores. Deste contingente apenas 44,6% estavam contratados formalmente, com carteira assinada e garantias trabalhistas (RAIS, 2007).

2.4. Transformações do espaço rural: a articulação da cidade com o campo fluminense

A agropecuária fluminense, embora contribua com menos de 1% do PIB estadual, e mesmo sendo considerada um setor de pequena relevância para a economia de um Estado com pouca tradição agropecuária (Lavinias et all, 1990), convive com uma diversidade, ainda que “desarticulada” de formas de produção. Ao lado da presença de cultivos tradicionais, de baixo dinamismo, como a cana-de-açúcar, cereais (milho, arroz e feijão) e alguns segmentos da produção animal (pecuária de leite e pescado), tem uma produção dinâmica em expansão, como a olericultura, a fruticultura e a criação de pequenos animais (avicultura de corte, suinocultura, entre outros).

A organização do espaço agrário fluminense exhibe algumas peculiaridades, tais como: desenvolvimento desordenado, deterioração ambiental, perda de terras agrícolas, intenso ritmo de urbanização associado à valorização acentuada da terra e o efeito da metropolização exercida pela cidade do Rio de Janeiro.

O atual perfil da utilização e distribuição de terras, assim como o baixo dinamismo no setor agrícola fluminense, quando comparado com os demais estados, é consequência de um processo iniciado em época remota. A forma de ocupação do território, por meio de concessões de sesmarias, associada ao predomínio da economia cafeeira ao longo dos séculos XVII e XIX, configurou um quadro de monocultura, latifúndio por extensão e atomização da pequena propriedade. Desde a crise da cafeicultura, no final do século XIX, o espaço agrário sofreu uma série de mudanças marcadas pelo abandono ou pela

pecuarização das áreas, até então ocupadas por lavouras, e pelo conseqüente esvaziamento populacional ocasionado pelo desmantelamento da infraestrutura existente (Medeiros, et al., 2002). Assim, esse tipo de estrutura fundiária foi reforçada com a expansão da pecuária por uma vasta parte do território fluminense, juntamente com a implantação e a consolidação da produção canavieira na região norte. Acrescenta-se ainda o processo de metropolização e as crescentes valorizações e especulação da terra.

De acordo com Brito & Inocêncio (1987), se até as primeiras décadas do século XX a metrópole atuou como pólo dinamizador do setor rural, com a agricultura do estado assumindo uma projeção em destaque no país durante a expansão da economia cafeeira no vale da Paraíba, a partir da década de 1950, “ (...) a cidade do Rio de Janeiro desenvolveu formas de articulação bem mais complexas com o meio rural fluminense, verificando-se, inclusive, a importância de sua atuação no sentido do esvaziamento da agricultura e do agravamento das questões sociais no campo” (Brito & Inocêncio, 1987:115). Segundo Alentejano (2004), um dos reflexos disso é a intensa desruralização, sobretudo nos anos de 1964/1980, associada a três processos: mudanças estruturais na atividade canavieira (que recebeu uma série de incentivos para a sua modernização produtiva, no âmbito do Programa Nacional do Alcool (Pró-álcool) na região da baixada campista, alterando as relações de trabalho e concentrando terra e capital)⁵⁰; a expansão da atividade turística - e com ela o avanço da especulação imobiliária - e a desarticulação da resistência dos trabalhadores rurais pela repressão militar.

A configuração regional fluminense atual, portanto, tem seus contornos definidos ao longo do século passado e exhibe contradições e disparidades

⁵⁰ Em relação às alterações das relações de trabalho se destacam a expulsão dos trabalhadores das terras tornando-os boias-frias, moradores das periferias das cidades da região da baixada campista, principalmente Campos. Para maiores informações sobre esse assunto ver Neves (1997).

regionais, associadas aos processos de metropolização e “desruralização”. Hoje se apresenta o seguinte quadro⁵¹:

- **Região noroeste:** considerada uma das regiões mais pobres do estado. Seu cenário atual é de forte degradação ambiental, concentração de terra, esvaziamento do campo, formação de periferias nas cidades, principalmente em Itaperuna, e uma situação social dramática, marcada por baixos salários, desemprego e subemprego.⁵² A produção predominante ainda é a pecuária leiteira, ao lado do crescimento da rizicultura, da lavoura de tomates e cana-de-açúcar.
- **Região norte:** sofre os efeitos de uma crise do setor canavieiro, com uma produção tradicional de baixa produtividade, fechamento de várias usinas e desemprego acentuado. Atualmente tem procurado revitalizar as atividades agroindustriais e agrícolas, com o reaparelhamento sucro-alcooleiro e o investimento em beneficiamentos de frutas, através de uma série de incentivos financeiros e técnicos, no âmbito do Projeto Moeda Verde e fruticultura irrigada, mais ainda incipiente. Essas atividades seguem o modelo da agricultura patronal. Apesar da estagnação da indústria sucro-alcooleira⁵³, a região vem apresentando significativas taxas de crescimento devido à extração de petróleo em Macaé, e à emergência de novas atividades, como os serviços de educação superior, que vêm contribuindo para reduzir os efeitos do desemprego nos municípios dessa região. As dinâmicas econômicas da região, hoje, estão concentradas nos municípios litorâneos, principalmente em Macaé. Este município, juntamente com os municípios litorâneos pertencentes à região de baixadas litorâneas, como Cabo Frio, Búzios, Arraial do Cabo, fazem parte do circuito do turismo conhecido como eixo Costa do Sol, que engloba o deslocamento da região metropolitana para áreas de praias. Aqui o turismo de massa também impactou fortemente nas

⁵¹ Para entender o quadro atual da agropecuária fluminense, consultar a tese de doutorado de Alentejano (2003), que traz uma regionalização do espaço agrário, com uma periodização muito interessante.

⁵² Sobre o caso do noroeste fluminense, ver Grabois, et al. (1998).

⁵³ Para uma maior apreciação sobre a trajetória da indústria sucro-alcooleira na região, ver Carvalho (2005).

atividades agrícolas, com o loteamento das terras e a substituição de práticas agrícolas por condomínios e proliferação de segundas residências.

- **Região sul fluminense** (engloba a região do médio Paraíba e a região da Baía da Ilha Grande)
- **Região médio Paraíba:** importante região industrial, muito urbanizada e com precárias condições de solo, em decorrência da degradação ambiental provocada pelo cultivo do café no passado. Em relação ao setor primário, trata-se de uma bacia leiteira, e as lavouras são, em sua maioria, culturas temporárias, voltadas para o consumo interno dos estabelecimentos (arroz, feijão e mandioca, para o consumo familiar; milho e cana para o consumo animal).⁵⁴ Verifica-se uma revitalização de áreas decadentes e estagnadas com o desenvolvimento do turismo histórico nas antigas fazendas de café, sobretudo nos municípios de Valença e Vassouras. Entretanto, os produtores familiares não apresentam uma interatividade com esse tipo de turismo, buscando sua complementação de renda nas indústrias da região, ligadas principalmente ao setor metal-mecânico.
- **Região da Baía da Ilha Grande:** nessa região, a atividade agrícola é marginal e sobressaem as atividades ligadas à indústria do turismo de massa.⁵⁵ Por estar inserida numa área de Mata Atlântica, a prática agrícola neste caso sofre sérias limitações ecoambientais, mas não é completamente abandonada, onde sobressai a agricultura extrativista com a exploração da banana, palmito e produção de coco e laranja. A maioria dos proprietários é constituída por morador urbano ou veranista, que, quando desenvolvem atividades agrícolas, ou elas são destinadas ao consumo familiar ou são voltadas para nichos de mercado que exigem maior conhecimento técnico.⁵⁶ A população local tem sofrido com este intenso turismo de massa, sobretudo com a especulação imobiliária proveniente dessa prática, passando inclusive

⁵⁴ Para uma análise mais apurada sobre a região, ver: Calazans et al. (1998).

⁵⁵ A região da Baía da Ilha Grande juntamente com os municípios de Angra dos Reis e Parati compõem o circuito do turismo conhecido como Costa Verde, que compreende o deslocamento da população residente da região metropolitana em direção a estas localidades com apelo ao turismo de praia, histórico e ecológico.

⁵⁶ Ver o trabalho de Santos Filho (1998).

a residir nas periferias e desenvolver atividades de serviços e comércio, em sua maioria informais, ligadas ao turismo.

- **Região centro-sul fluminense:** é uma região com uma degradação ambiental acentuada, provocada pelo cultivo do café, e pouco industrializada, quando comparada à região médio Paraíba. A microrregião de Vassouras se assemelha mais à região do médio Paraíba. Verifica-se uma atividade turística forte em Miguel Pereira e Paty do Alferes e uma produção importante de tomate no último município.
- **Região metropolitana:** o alto grau de industrialização no qual está inserida serve de atrativo para o esvaziamento da ocupação e emprego agrícola. Apresenta, entretanto, uma produção de fruticultura e olericultura, e até o desenvolvimento de uma agricultura ecológica, embora bem menos expressiva em relação à produção na região serrana. Verifica-se, assim, bolsões de produção com destaque para Itaboraí e Santa Cruz (produção de coco e aipim), Magé (olericultura desenvolvida por assentamentos antigos e atuais), e Guapimirim (olericultura).
- **Região das baixadas litorâneas** (microrregiões de Macacu-Caceribu, bacia de São João e região dos lagos): O município de Cachoeiras de Macacu se destaca com uma grande produção de olerícolas, além das pecuárias de corte e de leite. Os municípios de Silva Jardim e Casimiro de Abreu (Bacia de São João) sobressaem como médias e grandes propriedades de pecuária. A região dos lagos é marcada pelo processo intenso de urbanização e expansão da atividade turística, e a presença acentuada de conflitos fundiários.
- **Região serrana:** é uma área com predominância da agricultura familiar. Concentra a produção mais dinâmica do estado, com o cultivo de plantas olerícolas, ornamentais, condimentares, criação de pequenos e médios animais, entre outros, com destaque para a olericultura. Possui ainda um significativo polo industrial (com destaque para a moda íntima em Nova Friburgo). Nova Friburgo, Teresópolis e Petrópolis vêm passando por um

intenso processo de expansão das atividades de lazer e turismo, sendo este considerado um turismo alternativo ao turismo de massa associado às regiões de praia. Assim, ao lado da proliferação dos hotéis fazendas, pousadas, sítios de recreios, casas de segunda residências, a produção agrícola também se diversifica (produção orgânica, produção orientada para nichos de mercado com a criação de pequenos animais, plantas ornamentais, scargot, entre outros) e se amplia o mercado de trabalho rural para os agricultores familiares. O próximo capítulo trata mais de perto as alterações referentes à composição da renda e as estratégias de sobrevivência das famílias rurais, proporcionadas por essa maior articulação entre o rural e o urbano no município de Nova Friburgo.

Portanto, foi visto que além da desmetropolização na esfera da produção nos anos mais recentes, há também uma desmetropolização na esfera da circulação com o avanço do turismo em diversas regiões do estado, atingindo além das áreas litorâneas, o interior e o meio rural. A prática do turismo rural⁵⁷ tem sido uma alternativa ao turismo que ocorre na costa fluminense (Costa Verde e do Sol), e tem ocasionado uma série de mudanças no espaço agrário, contribuindo para uma nova dinâmica na relação rural-urbano, o que de alguma maneira pode significar uma revalorização do meio rural, ao mesmo tempo em que contribui para um esvaziamento da prática agrícola.

Além disso, observa-se que o conjunto das transformações no espaço agrário fluminense acaba produzindo uma situação em que o que sobressai é a crise, principalmente nos anos de 1980 e 1990, marcada pela queda da participação do setor agrícola, tanto em termos ocupacionais, como na geração de riqueza estadual, como pode ser observado na tabela 6, que compara os censos agropecuários.

Mesmo tendo mudanças metodológicas entre os censos de 1995 e 1985, os números são bastante elucidativos desse quadro de redução de importantes indicadores, tais como: número de estabelecimentos, área agrícola, produção e

⁵⁷ Para uma análise mais detalhada dos principais eixos do turismo no território fluminense, associados a um intenso processo de urbanização ver Marafon (2006).

emprego no setor. Entretanto, quando se foca o período mais recente, que compreende os dois últimos censos (1995/2006), verifica-se uma inflexão do quadro de redução dos estabelecimentos e áreas de lavouras e pastagens, que ainda assim, não é suficiente para reverter à tendência de queda na ocupação agrícola.

O último censo agropecuário revela que apenas 23% da área total dos estabelecimentos agropecuários no estado eram utilizadas com lavouras, ou seja, cerca de 61% eram áreas de pastagens (com predominância da pecuária extensiva) e 13,8%, áreas sem utilização (matas e florestas).

Além do número reduzido de áreas destinadas à lavoura, o censo anterior revela uma grande fragmentação dos estabelecimentos, com destaque para a faixa de menos de 10ha, e um acentuado processo de concentração fundiária. Embora predominem numericamente os estabelecimentos com área inferior a 10ha, há um número pequeno de estabelecimentos que concentra a metade da superfície agrícola do estado, configurando-se, portanto, um alto grau de concentração fundiária. Os estabelecimentos com área inferior a 10ha representavam 53% do total do número de estabelecimentos e apenas 4,1% da superfície agrícola, enquanto que os que possuem de 100 a menos de 1000ha representam 9,3% dos estabelecimentos e 52,2% da superfície. Os acima de 1000ha, 0,4% e 15,5, respectivamente (Censo agropecuário, 1998). Embora os dados disponíveis sobre estabelecimentos agrícolas por estratificação de área se referem ao penúltimo censo agropecuário- 1995 - é muito provável que esse quadro não tenha se alterado muito na conjuntura atual.

Tabela 6: Confronto dos resultados dos dados estruturais dos censos agropecuários Rio de Janeiro - 1970/2006.

Dados estruturais	Censos								
	1970	1975	1980	1985	1995	2006	Δ 95/85	Δ 06/95	Δ 06/70
Estabelecimentos	77 428	76 235	77 671	91 280	53 680	58 887	-41,19	9,70	-23,95
	3 316	3 446	3 181	3 264	2 416				
Área total (ha)	063	176	385	149	305	2 629 365	-25,97	8,82	-20,71
Utilização das terras (ha)									
Lavouras (1)	629 544	617 545	601 413	624 699	337 241	604 005	-46,02	79,10	-4,06
	1 724	1 859	1 744	1 757	1 545				
Pastagens (2)	069	038	614	106	123	1 605 959	-12,06	3,94	-6,85
Matas e florestas (3)	483 117	522 540	453 105	502 846	348 986	362 531	-30,60	3,88	-24,96
Pessoal ocupado (4)	245 649	278 564	301 688	321 912	174 274	157 492	-45,86	-9,63	-35,89
Tratores	3 848	5 897	9 070	9 822	8 796	7 628	-10,45	-13,28	98,23
Efetivo de animais									
	1 193	1 658	1 745	1 788	1 813				
Bovinos	064	534	152	180	743	2 003 852	1,43	10,48	67,96
Bubalinos	483	1 408	1 986	3 087	3 485	3 556	12,89	2,04	636,23
Caprinos	13 404	14 190	18 391	22 124	13 452	15 816	-39,20	17,57	17,99
Ovinos	10 851	13 139	15 875	21 019	18 698	44 074	-11,04	135,72	306,17
Suínos	159 176	260 038	281 631	274 893	169 338	113 686	-38,40	-32,86	-28,58
Aves (galinhas e frangos)									
1000 cabeças	9 667	12 249	13 903	10 180	21 256	8 055	108,80	-62,10	-16,68
Produção animal									
Produção leite vaca (1 000 l)	277 011	362 816	452 435	424 191	434 719	476 257	2,48	9,56	71,93
Produção leite cabra (1 000 l)	-	104	271	743	848	875	14,13	3,18	
Produção de lã (t)	-	0	-	-	2	2		0,00	
Produção ovos de galinha									
(1 000 dúzias)	25 090	34 041	34 667	28 845	18 717	7 519	-35,11	-59,83	-70,03

Fonte: IBGE, Censo agropecuário 1970/2006.

Nota: Lavoura permanente somente foi pesquisada a área colhida para os produtos com mais de 50 pés em 31.12.2006.

(1) Lavouras permanentes, temporárias e cultivo de flores, inclusive hidroponia e plasticultura, viveiros de mudas, estufas de plantas e casas de vegetação e forrageiras para corte.

(2) Pastagens naturais, plantadas (degradadas e em boas condições).

(3) Matas e/ou florestas naturais destinadas à preservação permanente ou reserva legal, matas e/ou florestas naturais, florestas com essências florestais e áreas florestais também usadas para lavouras e pastoreio de animais.

(4) Em 1995-1996 o pessoal ocupado com laços de parentesco com o produtor que trabalhavam no estabelecimento e recebiam salários foram incluídas como empregados contratados sem laço de parentesco com o produtor.

Ao analisar mais de perto a formação do produto e do emprego agrícola no estado, pode-se dimensionar melhor essa perda da importância da agricultura quando comparados com os outros setores. No ano de 2006 a PEA agrícola

ocupava cerca de 1% da PEA total, isto é, das 6.821 milhões pessoas ocupadas no Estado do Rio de Janeiro, apenas 106 mil estavam ocupadas na agricultura, conforme exposto na tabela abaixo.⁵⁸

Tabela 7: condição de ocupação das pessoas, segundo a situação do domicílio. Rio de Janeiro, 2001 a 2006

Situação do domicílio	2.001	2.002	2.003	2.004	2.005	2.006	Taxa 01/06	
	(milhões)	(milhões)	(milhões)	(milhões)	(milhões)	(milhões)	(%)	(% ^a)
População Urbana	14.198	14.404	14.572	14.765	14.885	15.106		1,2 ***
Economicamente ativa	6.652	6.833	6.999	7.199	7.321	7.507	100%	2,4 ***
Ocupados (a)	5.812	6.017	6.070	6.350	6.368	6.602	88%	2,5 ***
Agrícola	47	54	57	61	48	38	1%	-3,6
Não-agrícola	5.766	5.964	6.013	6.289	6.320	6.563	87%	2,5 ***
Procurando emprego	840	815	929	850	953	905	12%	2,2 *
População rural	513	481	489	472	527	488		0,0
Economicamente ativa	232	232	244	234	240	239	100%	0,6
Ocupados (a)	212	218	226	217	221	219	92%	0,4
Agrícola	66	75	69	66	78	68	28%	0,7
Não-agrícola	146	143	157	151	143	151	63%	0,3
Procurando emprego	20	14	18	16	20	20	8%	3,0
População total	14.711	14.885	15.060	15.237	15.412	15.593		1,2 ***
Economicamente ativa	6.884	7.065	7.243	7.433	7.561	7.746	100%	2,4 ***
Ocupados (a)	6.025	6.235	6.296	6.567	6.589	6.821	88%	2,4 ***
Agrícola	113	128	126	127	126	106	1%	-1,0
Não-agrícola	5.912	6.107	6.171	6.440	6.463	6.714	87%	2,5 ***
Procurando emprego	859	830	947	866	972	925	12%	2,2 *

Fonte: Projeto Rurbano, processamento das Pnads. PEA restrita: exclusive os ocupados na produção para autoconsumo e não-remunerados, com menos de 15 horas semanais de trabalho.

***, **, * indicam respectivamente 5%, 10% e 20% de confiança, estimado pelo teste "t".

⁵⁸ O conceito da PEA utilizado aqui se refere ao estipulado pelo IBGE anterior a 1992, denominado de PEA "usual" ou "restrita" pela equipe do Projeto Rurbano, uma vez que exclui as pessoas de 10 anos ou mais dedicadas exclusivamente ao autoconsumo e à autoconstrução e aquelas que declararam trabalhar menos de 15 horas na semana de referência em atividades não-remuneradas. Para uma análise mais apurada sobre a metodologia adotada pelo Projeto Rurbano ver Anexo: notas metodológicas, in: O novo rural brasileiro: uma análise nacional e regional, volume 1, editores Clayton Campanhola e José Graziano da Silva. SP: Embrapa, 2000.157-189p.

Olhando apenas para a população residente nas áreas rurais, nesse mesmo ano, verifica-se que a PEA não-agrícola já representava 69% da PEA rural total ocupada, ou seja, as atividades não-agrícolas ocupavam 151 mil pessoas no campo, enquanto a agricultura empregava 68 mil pessoas. Além disso, os dados mostram que ao longo dos anos 2000 a agricultura tem gerado pouco postos de trabalhos (cerca de 2 mil entre 2001 e 2006), mas apresenta uma inflexão na tendência de redução da PEA agrícola no meio rural fluminense verificado desde décadas anteriores.⁵⁹ Segue, portanto, o mesmo padrão evidenciado para a agricultura no país. É importante contextualizar o ambiente macroeconômico nacional do período em questão para compreender melhor essas mudanças na economia rural fluminense.

A economia brasileira entre 1999-2005 foi marcada por um modelo de crescimento instável e de baixo dinamismo, em que sobressaem, pela estrutura da oferta, setores intensivos em recursos naturais e trabalho. Não por acaso, entre 1999 e 2002, o melhor desempenho ocorreu nos segmentos da agropecuária e da indústria extrativa (Amitrano, 2006). O maior dinamismo desses setores está associado à expansão da economia mundial, em que o ciclo econômico nacional se atrela ao internacional via *commodities* e produtos de baixo conteúdo tecnológico.⁶⁰

Nesse cenário, o papel estratégico atribuído ao setor agrícola tem sido, de alguma maneira, adaptado para compensar o desajuste do setor externo, marcado por recorrentes crises do balanço de pagamentos, além de dar conta do abastecimento interno de alimentos. Essa questão será aprofundada mais de perto.

Logo após a implementação do Plano Real, o governo manteve entre os anos de 1995-99 um câmbio controlado. O Banco Central administrava um

⁵⁹ O período de 1992-01 é marcado por uma redução da PEA agrícola em torno de 8,1%, o que em termos absolutos representou uma perda de 75 mil postos de trabalho, ao passo que 11 mil postos de trabalhos não-agrícolas foram criados no mesmo período. Para uma apreciação mais detalhada das mudanças ocupacionais no meio rural nas décadas de 80 e 90 ver Teixeira, 2000; 2004.

⁶⁰ Segundo o autor, os segmentos de intensidade tecnológica média-baixa e baixa representavam mais de 60% da produção industrial nacional em 2005. E é este o peso que define o tipo de especialização produtiva e padrão de inserção no comércio exterior.

esquema de microdesvalorizações através de movimentos ínfimos de uma banda cambial, com piso e teto muito próximos, o que funcionava na prática como uma âncora (âncora cambial) para controlar a inflação. No cômputo geral o câmbio foi mantido sobrevalorizado, principalmente entre os anos de 1994 e 1999, e a agricultura teve um importante papel na política anti-inflacionária, funcionando como uma “âncora verde” no âmbito do plano de estabilização.

Segundo Delgado (2009), a repercussão dessa política de estabilização implementada no primeiro Governo de FHC acabou gerando efeitos negativos sobre a agricultura. No primeiro semestre de 1995 o setor agrícola apresentou uma queda da renda real de cerca de 20 a 30%, e teve como consequências adicionais o grande aumento de custos financeiros provenientes da elevação da taxa de juros e escassez de crédito para o setor, um impacto depressivo na formação de preços dos principais produtos agrícolas internos, e em decorrência da valorização cambial, um forte incentivo às importações e desestímulo às exportações.

A partir da moratória da Rússia (setembro de 1998), o cenário externo torna-se bastante adverso, caracterizado por uma situação de pouca liquidez internacional para financiar déficits em conta corrente, com ao mesmo tempo fuga de capitais. Nesse contexto, em janeiro de 1999 a desvalorização cambial torna-se inevitável, o regime fixo de câmbio passa a ser flutuante, e não mais utilizado como uma âncora para controlar a inflação. Houve assim, no lugar da âncora, a instauração de um sistema de metas de inflação atrelada à taxa de juros básica elevada. Nos quatro anos entre 1999 e 2002, a cada final de ano a taxa de câmbio real foi mais desvalorizada que no ano anterior, como uma resposta ao contexto externo também bastante adverso, marcado por: crise econômica da Argentina; contração da maioria dos mercados consumidores da América Latina; os efeitos dos atentados terroristas contra as Torres Gêmeas de Nova York; a desvalorização do euro; uma série de contração de crédito nos mercados internacionais; e uma queda acumulada de 17% do preço médio das exportações brasileiras entre os anos de 1998-2002. Sem dúvida, isso causou um impacto negativo no desempenho da economia brasileira. Desde a

implementação do Plano Real até 2002 o Brasil não conseguiu ter dois anos consecutivos de crescimento anual superior a 3%, e a média de expansão do PIB nos dois governos de Fernando Henrique Cardoso foi de apenas de 2,3%a.a. (Giambiagi, 2005a).

Após a crise cambial de 1999, o setor agrícola passa a ter um papel estratégico na condição da política macroeconômica, que se pautou no ajuste prioritário da conta corrente via exportações primárias. No período de 2000/2006 as exportações do agronegócio⁶¹ apresentaram um crescimento de 140%, o que representou um incremento médio anual de 15,7%, muito superior ao verificado na década de 1990, em torno de 4,7 a.a. Esse bom desempenho das exportações, segundo Delgado (2008), coexiste e explica a reversão do déficit da conta corrente do balanço de pagamentos, que passa a ser superavitária a partir de 2003 e se mantém assim até 2007.

No governo Lula observa-se novamente uma alteração no câmbio, que se aprecia em 2003, causada em parte pelo rigor da política monetária, e também pela abundância de liquidez internacional, face às baixíssimas taxas de juros vigentes nos EUA. Todavia, a apreciação cambial não impediu um bom desempenho das contas externas e, especificamente, da balança comercial que se beneficiou de um momento marcado por alta do preço das exportações, pela recuperação da demanda em mercados anteriormente deprimidos (Argentina) e inserção em novos mercados (por exemplo, China). Assim, no governo Lula foi mantida a política econômica iniciada no segundo mandato do FHC baseada no “tripé” flutuação cambial/metabolismo de inflação/austeridade fiscal (Giambiagi, 2005b).

O ano de 2006 apresentou alguns avanços, mas também frustrações. A variação em volume de 4,0% do Produto Interno Bruto ficou muito aquém do necessário e abaixo do crescimento médio da América Latina (5,3%), ficando à frente apenas do Haiti (Garcia, 2009). Os resultados por grandes grupos de atividade demonstram que a maior variação, em volume, do valor adicionado bruto foi apurada na agropecuária (4,5%), seguida pelos serviços e pela

⁶¹ É importante registrar que essa pauta de exportações agrícolas era fortemente pautada em uma monocultura de produção de grãos, em especial nos complexos de milho e soja, cana-de-açúcar, papel e celulose e pecuária bovina.

indústria, com 4,2% e 2,3%, respectivamente. Quando se foca a participação das atividades econômicas no valor adicionado bruto da economia, nota-se que a agropecuária apresentou uma redução de 1,4%, em média, (de 5,7% para 5,5%) associada à diminuição no preço dos produtos agrícolas em 2006, o setor de serviço apresentou um ganho, tendo a sua participação acrescida de 65,0% para 65,8%, e a indústria assinalou queda de participação no valor adicionado bruto da economia, passando de 29,3% para 28,8% (IBGE, 2006).

A agropecuária nacional, mesmo apresentando uma expansão da produção entre o período de 1990 a 2004, houve uma queda do número de trabalhadores ocupados no setor. A taxa de crescimento real anual do Produto Interno Bruto agropecuário foi superior ao PIB nacional, 2,4% a.a e 1,11% a.a, respectivamente, entre 1990 e 2004.⁶² No entanto, no mesmo período, o número de trabalhadores ocupados no setor se reduziu de 14,91 milhões de pessoas para 12,71 milhões, ou seja, uma redução de 14,71% do total de pessoas ocupadas em 1990 e uma queda em média de 1,8% a.a. (Avellar e Vilela, 2006).

É possível reconhecer três diferentes tendências nessa diminuição do número de pessoas ocupadas na agropecuária do país segundo os autores. O período de 1990 e 1995 é marcado por uma relativa estabilidade no estoque de pessoas ocupadas no setor, isto é, no cômputo do somatório total não houve muita diferença entre os níveis de entrada e saída de pessoas empregadas. Já no período de 1996 a 2001, a exclusão de pessoas foi maior que a incorporação, e isso é explicado por uma série de adversidades enfrentadas pelo setor agropecuário, tais como, o aprofundamento da abertura comercial, iniciado no governo Collor; a redução dos preços médios reais dos produtos agropecuários para controlar a inflação; o aumento do endividamento agrícola; a valorização cambial e seu impacto negativo para o setor exportador; e a pequena expansão do mercado interno logo após a implementação dos primeiros anos do Plano Real. A partir de 2002 o crescimento da agropecuária nacional se dá com o aumento no estoque de pessoas ocupadas. Essa reversão de tendência de

⁶² No período mais recente o setor agropecuário vem tendo um desempenho ainda melhor do que na década de 1990. De 2000 a 2004, esse setor cresceu, em média, a 4,64% a.a., enquanto o crescimento da economia foi de 2,66% (Contini et al., 2006).

queda na ocupação desse setor se deu devido a um forte crescimento e diversificação da pauta de exportação, propiciada por desvalorizações cambiais de 1999 e de 2002 (apontadas anteriormente); assim como, pelo aumento nos preços internacionais das principais *commodities* agrícolas.

Portanto, desde 2000 a agropecuária nacional tem apresentado bom desempenho, sobretudo o agronegócio, com destaque para os segmentos de insumo e atividades de distribuição. No ano de 2005 houve uma retração neste segmento, tanto nos produtos básicos, quanto no agronegócio.⁶³ Tal piora nos indicadores da agropecuária pode ser reflexo de um conjunto de problemas ligados à condução da política doméstica com o cenário internacional, que apresentou uma excessiva valorização do real; elevação dos custos dos produtos, influenciados pelo aumento nos preços dos combustíveis, fertilizantes e outros insumos, além de limitações da política de desenvolvimento como o déficit em investimento de infraestrutura física (Amitrano, 2006). É importante ressaltar que a partir de 2007 os preços dos alimentos sofreram outra reversão, a elevação de 9% no mesmo período, para os produtos feijão, leite, carne e soja, em função do aumento da demanda interna por alimentos; problemas internos e externos de safra; alta nos preços dos produtos cotados no mercado internacional, ante a expansão da demanda mundial de alimentos e o uso de grãos para a produção de biocombustíveis (IPEA, 2007). Essa trajetória ascendente dos preços agrícolas se manteve ao longo de 2008. Essa tendência pode ser, todavia, novamente revertida com a atual crise financeira mundial, que atinge o setor agropecuário principalmente pela queda nas exportações, e pela restrição ao crédito. No que se refere às exportações, os produtos agrícolas mais afetados são: complexo da soja (*in natura*, óleo e farelo), carnes (*in natura* e industrializada) e etanol (IPEA, 2008).

Segundo Delgado (2008), a recente elevação (2007/2008) nos preços dos alimentos no país, transcende os limites estritamente setoriais (agrícola), e não pode ser interpretada apenas por uma situação conjuntural, e sim estrutural, pois tem sido alimentada por diferentes fatores, internos e externos. A maior

⁶³ A redução do PIB agrícola de produtos básicos foi na ordem de 15,5%.

demanda asiática (China e Índia) por alimentos e a elevação do preço internacional do petróleo, que contribui para substituição energética pelos agrocombustíveis em escala global, se forem consideradas apenas como fatos conjunturais, seriam capazes de produzir tensões inflacionárias de curta duração sobre os preços dos alimentos. Para o autor há evidência de que o Brasil vem perseguindo um ajuste conjuntural-estrutural da conta corrente do balanço de pagamentos, que se torna deficitária em 2008. Nesse contexto, as exportações de “food-grains” e “feed-grains” (grãos usados na alimentação humana e para ração animal); carnes; produtos de origem florestal; agro-combustíveis e produtos minerais passam a ser fundamentais para compensar o desequilíbrio estrutural do balanço de serviços e do comércio internacional de bens industrializados de maior intensidade tecnológica.

Essa solução do desequilíbrio externo apoiada no viés exportador dos complexos agroindustriais, em especial no “setor sucro-alcooleiro”, na pecuária e na produção de “feed-grains” acaba contribuindo para o estabelecimento de um padrão de “reprimarização” da economia, para usar os termos do Delgado (op. cit.), ou um retorno a um projeto de “vocação agroexportadora” (Delgado, 2009), com forte impacto na ampliação da desigualdade social e prováveis efeitos inflacionários. Ou seja, os principais setores envolvidos no “boom” exportador caracterizam-se como monoculturas de grandes propriedades, o que pode, num contexto de expansão, acentuar a concentração fundiária e de renda rural, já que exerce forte disputa pela utilização da área explorável e dos recursos direcionados para o setor. Em relação ao segundo ponto, a pressão inflacionária exercida nos preç os dos alimentos internos, é explicada, em parte, pela relativa estagnação da produção de cereais e grãos t picos do abastecimento interno – como arroz, feijão e trigo, no período de grande crescimento físico das exportações do agronegócio.

No ano de 2007 não foi alterada a tendência de crescimento instável e de baixo dinamismo, ainda que tenha apresentado alguns indicadores que refletem uma melhora no desempenho nacional, tais como uma estimativa do

crescimento do PIB de 5,2%, uma relativa estabilidade monetária⁶⁴, ampliação do emprego formal⁶⁵, e aumento dos rendimentos, com uma manutenção de uma política de valorização do salário mínimo.⁶⁶ Nesse ano, cerca de 70% da indústria permanece concentrada em produtos que se encaixam na classificação de “baixa” ou “médio-baixa” tecnologia, enquanto a participação dos produtos mais sofisticados reduziu de 36% para 30% no total da produção no período de uma década. A taxa de desemprego metropolitano ainda continua elevada, principalmente entre os jovens de 16 a 24 anos, que representou 45% do desemprego metropolitano em 2007. A taxa de informalidade do mercado de trabalho, embora tenha apresentado uma queda, ainda é muito elevada, pouco abaixo de 50%. O câmbio (real valorizado) como instrumento de combate à inflação não ajudou muito a mudar esse quadro de desemprego elevado, informalidade, perda de arrecadação previdenciária, impacto negativo sobre o setor exportador e sobre algumas empresas nacionais, sobretudo nos setores têxteis, confecções, calçados, mobiliários, entre outras, que sentem mais a competição externa (Garcia, 2009).⁶⁷

Em suma, embora a trajetória de crescimento econômico tenha se mantido nos anos 2000, e até apresentado um desempenho melhor nos anos mais recentes (2007), este crescimento não significa necessariamente desenvolvimento social, apresentando um caráter instável⁶⁸, e com forte dependência da política econômica adotada para lidar com a restrição externa

⁶⁴ O IPCA fechou em 4,46% ao final de 2007, cumprindo a meta de 4,5%, estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional.

⁶⁵ Desde 2006 os postos com vínculo formal vêm crescendo mais rápido do que a população ocupada, mas a maioria dos empregos criados se enquadra na faixa remuneração de até três salários mínimos (IPEA, 2007).

⁶⁶ Entre 2002 e 2007 o salário mínimo apresentou um aumento real em torno de 32%. Tal valorização real do salário mínimo é muito importante, dado que ele abrange, direta e indiretamente, cerca de 30% da população do país, além da sua vinculação com os benefícios previdenciários e assistenciais (Garcia, 2007). Somado a isso, o consumo das famílias, juntamente com os investimentos, foram os principais responsáveis pela expansão do PIB em 2007.

⁶⁷ Com a crise financeira internacional iniciada no mercado de empréstimos imobiliários americano, no segmento conhecido como *subprime*, de mutuários de alto risco em março de 2007, já levou a uma significativa fuga de capitais das economias emergentes, incluindo aí o Brasil, desencadeando uma depreciação da taxa de câmbio em 2008.

⁶⁸ Por exemplo, em 2003 a taxa de crescimento da economia foi de 1,1%, em 2004 de 5,7%, em 2005 de 2,9%, em 2006 de 3,7% e em 2007 de 5,4%. (Delgado, 2009).

e/ou a inflação. Esse é o pano de fundo da conjuntura macro para analisar e interpretar as mudanças aludidas nos dados das Pnads sobre ocupação no meio rural fluminense, pois o mercado de trabalho segue a reboque do comportamento da economia como um todo. Se na década de 1990 a agricultura sofreu com um cenário macroeconômico marcado por uma política de abertura comercial, com um câmbio sobrevalorizado, resultando assim, baixa rentabilidade dos principais produtos da nossa agropecuária e impacto negativo sobre o emprego agrícola; o início dos anos 2000 experimenta alterações na conjuntura macroeconômica em relação à política cambial e preços dos alimentos, permitindo assim uma certa “estabilidade” da PEA agrícola captada nos dados mais recentes das Pnads, mas que também esconde por trás contradições de produtos orientados para o mercado externo *versus* mercado interno.

Um desafio que se coloca, na atual conjuntura de tendência de alta dos preços dos alimentos, segundo Graziano da Silva e Tavares (2008) é, como aproveitar a alta dos alimentos em benefício dos pequenos produtores, sobretudo quando se tem a informação que no Brasil, a agricultura familiar atualmente é responsável por 77% dos ocupados rurais, mas participa com apenas 28% da produção setorial.⁶⁹ Coloca-se assim, a necessidade de se implementar políticas setoriais que combinem os tradicionais apoios (crédito, capacitação, assistência técnica) com novos instrumentos que permitam expandir mercados, como o Programa de Aquisição de Alimentos e as compras da agricultura familiar associadas a demandas institucionais, como o Programa Nacional de Alimentação Escolar. Esses estímulos poderiam ampliar a renda desses produtores, além de contribuir para aumentar a oferta de alimentos e ajudar a frear a alta dos preços, segundo os autores.

⁶⁹ Dados extraídos de um estudo implementado pela FAO conjuntamente com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) em 2007.

2.5. As ocupações não-agrícolas e a pluriatividade no meio rural fluminense

O cenário macroeconômico, juntamente com as especificidades da economia fluminense e sua regionalização, apontadas anteriormente, ajudam a entender os contornos ocupacionais do mercado de trabalho rural. Como foi observado na tabela 7, a PEA não-agrícola é 122% maior que a PEA agrícola rural no ano de 2006.

Para melhor apreender este processo de metropolização e desruralização do espaço agrário é possível ainda analisar a distribuição e evolução do número de pessoas nas diferentes áreas censitárias, a partir das novas aberturas geográficas que dão conta deste *continuum* rural-urbano, disponíveis nas Pnads. O próprio IBGE, com o intuito de superar a dicotomia rural-urbana, a qual prevaleceu até a última Pnad dos anos 80, buscando assim reduzir as distorções nos dados provocadas pela não atualização dos perímetros urbanos por parte de muitos municípios, introduziu novas aberturas para os domicílios, a partir do censo demográfico de 1991. Esse novo recurso metodológico captou com mais detalhes as áreas do *continuum* rural-urbano, mantendo a situação legal, mas também distinguindo níveis diferenciados de densidade demográfica e acesso a serviços (Graziano da Silva, 1999).

O Projeto Rurbano agrupou em quatro, as oito diferentes aberturas disponíveis nas Pnads, para dar conta dessas situações intermediárias do *continuum* existente entre as áreas urbanas urbanizadas que possuem toda a infraestrutura e os serviços públicos básicos (como luz, água e coleta de lixo) até aquelas áreas rurais destinadas exclusivamente à exploração agropecuária (rural agropecuário). Essas categorias intermediárias são: a periferia, formada por aquelas áreas formalmente definidas como urbanas, mas que não dispõem da infraestrutura e dos serviços que deveriam caracterizá-la; e os povoados, que se constituem em aglomerações rurais e urbanas isoladas, não possuindo assim nenhuma contiguidade com centros urbanos.

Na tabela 8 pode-se observar que a PEA não-agrícola, residente em povoados e em áreas destinadas exclusivamente à exploração agropecuária

(rural agropecuário), está crescendo mais rápido do que seus pares urbanos. Enquanto a PEA não-agrícola cresceu cerca de 6,3% a.a. nos povoados, na região metropolitana cresceu apenas 2,4% a.a. no período de 2001 a 2006. Isso pode ser interpretado como uma perda de atrativos exercidos pelo meio urbano, ao mesmo tempo em que o rural está se tornando, cada vez mais, uma alternativa para a resolução dos problemas da “questão urbana”, oferecendo outras funções além da produtiva, tais como moradia e ocupações não-agrícolas. Assim, as ações governamentais devem canalizar seus recursos não apenas para as atividades produtivas, mas para os aspectos relativos à infraestrutura econômico-social, à gestão dos territórios, aos serviços e bens públicos – tais como moradia, saúde, educação, transporte, saneamento etc. – assim como, ao fomento de atividades agrícolas e não-agrícolas.

Tabela 8: Condição de ocupação das pessoas, segundo as regiões metropolitanas e situação do domicílio. Rio de Janeiro, 2001 a 2006. (1.000 pessoas)

Situação do domicílio/condição e ramo de atividade	2.001	2.002	2.003	2.004	2.005	2.006	Taxa 01/06 (% ^a a)
Metropolitana	11.112	11.231	11.350	11.471	11.590	11.714	1,1 ***
Economicamente ativas	5.173	5.322	5.430	5.552	5.681	5.799	2,3 ***
Agrícola	23	25	29	31	25	23	0
Não-agrícola	4.483	4.642	4.659	4.852	4.924	5.067	2,4 ***
Procura emprego	667	654	742	669	733	709	1,6
Não economicamente ativas	5.939	5.909	5.920	5.918	5.909	5.915	-0,1
Não metropolitana	3.599	3.654	3.710	3.766	3.822	3.880	1,5 ***
Urbana	3.167	3.217	3.261	3.334	3.352	3.449	1,6 ***
Economicamente ativas	1.520	1.535	1.596	1.665	1.668	1.741	2,8 ***
Agrícola	31	35	34	34	34	26	-3,1
Não-agrícola	1.312	1.336	1.373	1.448	1.410	1.515	2,7 ***
Procura emprego	176	164	189	183	224	200	4,5 *
Não economicamente ativas	1.647	1.682	1.665	1.669	1.684	1.709	0,5 **
Periferia	76	82	85	76	82	77	-0,2
Economicamente ativas	37	42	44	39	42	38	0,2
Agrícola	-	-	-	-	-	-	-
Não-agrícola	34	39	38	36	38	34	-0,2
Procura emprego	-	-	6	3	3	4	
Não economicamente ativas	39	40	41	36	40	39	-0,6
Povoados	52	56	60	61	66	55	2,1
Economicamente ativas	21	27	27	29	31	24	3,8
Agrícola	4	4	4	-	5	-	
Não-agrícola	14	18	22	24	20	19	6,2
Procura emprego	3	4	-	4	6	3	
Não economicamente ativas	32	30	33	33	36	30	0,8
Rural agropecuário	303	299	304	296	322	298	0,3
Economicamente ativas	133	140	146	148	140	144	1,1
Agrícola	54	63	59	60	62	56	0,6
Não-agrícola	69	71	79	80	71	79	1,9
Procura emprego	11	6	9	8	7	9	-1,1
Não economicamente ativas	170	159	157	148	182	154	-0,4

Fonte: Projeto Rurbano, processamento das PNADs. Notas: PEA restrita. ***, **, * indicam respectivamente 5%, 10% e 20% de confiança, estimado pelo teste "t".

O crescimento do emprego no interior também foi registrado nos dados sobre emprego formal disponibilizado pelo Caged. Desde de 2001 os dados do Caged relativos aos estados do Pará, Pernambuco, Bahia, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná e Rio Grande do Sul⁷⁰, evidenciaram que o maior crescimento

⁷⁰ Esses Estados juntos representavam cerca de 80% do saldo líquido das ocupações registradas pelo Caged no ano de 2005.

das ocupações se deu no interior. Esse quadro pode ser explicado, segundo Amitrano (op. cit.), pela maior aplicabilidade da política social do governo Lula nos municípios do interior, além do aumento do volume de créditos destinados ao meio rural, especialmente orientados para agricultores familiares no âmbito de programas como Pronaf e Pronaf-B. Para consubstanciar sua análise o autor indica que o aumento observado nas ocupações nos setores de serviços e comércio está associado, em geral, ao maior grau de urbanização que estas políticas acarretam sobre o campo. E ainda, quando se analisam as informações referentes ao crédito dirigido por segmento e, fluxos das aplicações financeiras das agências oficiais de fomento, as maiores taxas de crescimento de recursos, no período recente, estiveram direcionadas aos setores de habitação e atividades rurais.

No caso específico do estado do Rio de Janeiro, os programas do governo estadual direcionados para a Secretaria de Estado de Agricultura, Abastecimento, Pesca e Desenvolvimento do Interior correspondiam apenas 0,27% da totalidade dos recursos traçados no Plano Plurianual (2004-2007). E quando se analisa as ações por programa da Secretaria de Agricultura constata-se que mais da metade dos recursos (54,4%) eram destinados para a gestão administrativa, e a maioria dos programas se concentrava nas condições de infraestrutura orientadas para a produção agropecuária.⁷¹

Mas pode-se dizer que no estado do Rio de Janeiro já se estreitou bastante a lacuna ao acesso a alguns bens básicos e serviços pela população rural quando comparado com o meio urbano (tabela 9).

⁷¹ Ver o anexo a descrição das ações por programas da Secretaria de Estado de Agricultura, Abastecimento, Pesca e Desenvolvimento do Interior.

Tabela 9: Domicílios particulares permanentes que têm acesso a alguns serviços e bens básicos (%). Rio de Janeiro, 2001-2007.

Item/Bem	Rio de Janeiro			
	Urbano		Rural	
	2001	2007	2001	2007
Esgotamento sanitário	99,40	99,70	98,60	99,40
Iluminação elétrica	99,91	99,96	97,89	99,37
Telefone	71,84	87,19	25,35	61,01
Abastecimento de água	97,05	98,76	90,78	97,48
Fogão	99,33	99,14	97,89	100,00
Filtro de água	75,12	71,79	52,11	48,75
Rádio	94,97	94,34	88,73	90,57
Televisão	97,24	98,57	88,03	93,13
Geladeira	97,23	98,53	89,44	94,34
Freezer	26,61	21,88	9,22	8,81
Máquina de lavar roupa	52,33	62,74	24,11	32,08

Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD)

A análise sobre a população ocupada também pode ser identificada nos vários ramos de atividades. O ramo de serviços em 2006 ocupava 49% das ocupações rurais não-agrícolas (ONARRs) no campo fluminense, superando a agricultura, que representava (31%), com destaque para os serviços domésticos, de 'comércio e reparação', e 'educação, saúde e serviços sociais', que juntos representavam 66,4% da PEA rural não-agrícola (tabela 10).

Tabela 10: Ramos de atividade das pessoas ocupadas e residentes em domicílios rurais. Rio de Janeiro, 2002-2006.

RAMOS DE ATIVIDADES NÃO-AGRÍCOLAS	2.002 (1.000)	2.003 (1.000)	2.004 (1.000)	2.005 (1.000)	2.006 (1.000)	Taxa 02/06 (% a.a)
RESIDÊNCIA RURAL						
Agrícola	75	69	66	78	68	-0,6
Indústria	38	45	41	34	44	0,4
Indústria	-	5	-	-	5	
Indústria de transformação	15	17	17	16	19	4,0 *
Construção	20	23	24	16	20	-3,6
Serviços	106	113	110	109	107	-0,1
Comércio e reparação	24	28	25	23	20	-5,5 *
Alojamento e alimentação	11	10	7	8	7	-10,7 ***
Transporte, armazenagem e comunicação	10	5	8	6	6	-6,6
Administração pública	9	3	7	7	6	1,3
Educação, saúde e serviços sociais	11	9	12	16	16	14,7 ***
Serviços domésticos	33	44	35	34	35	-1,7
Outros serviços coletivos, sociais e pessoais	3	3	10	6	5	20,5
Outras atividades	3	9	5	6	11	22,5 *
Atividades mal definidas ou não declaradas	-	-	-	-	-	

Fonte: Tabulações especiais do Projeto RURBANO, IE/UNICAMP.

Notas: PEA restrita: exclusive os ocupados na produção para auto-consumo e não-remunerados com menos de 15 horas semanais de trabalho. "-" : representa 5 ou menos observações.

As atividades não-agrícolas que mais empregam no meio rural são as prestações de serviços domésticos em primeiro lugar, além de trabalhadores envolvidos na construção civil (ajudantes de obras civis, trabalhadores de estruturas de alvenaria, supervisores da construção civil), vendedores, e trabalhadores nos serviços de manutenção e conservação de edifícios e logradouros (tabela 11).

Tabela 11: Ocupações mais frequentes das pessoas ocupadas em atividades não-agrícolas e residentes áreas rurais. Rio de Janeiro, 2002-2006.

OCUPAÇÕES NÃO-AGRÍCOLAS	2.002 (1.000)	2.003 (1.000)	2.004 (1.000)	2.005 (1.000)	2.006 (1.000)	Taxa 02/06 (% ^a a)
OCUPAÇÃO PRINCIPAL NÃO-AGRÍCOLA - ÁREAS RURAIS						
Gerentes de produção e operações	-	4	-	3	-	
Escriturários em geral, agentes, assistentes e auxiliares	-	-	-	-	3	
Trabalhadores dos serviços domésticos em geral	30	44	32	31	31	-2,9
Cozinheiros	5	4	-	-	3	
Garçons, barmen e copeiros	7	4	3	-	5	
Trabalhadores nos serviços de manutenção e conservação de ed	5	7	11	8	7	9,8
Atendentes de creche e acompanhantes de idosos	3	-	-	-	4	
Guardas e vigias	-	4	-	-	3	
Vendedores e demonstradores em lojas ou mercados	9	12	10	10	9	-2,5
Vendedores ambulantes	4	3	-	4	-	
Supervisores da construção civil	-	3	-	5	3	
Trabalhadores da extração de minerais sólidos - mineiros	-	4	-	-	-	
Trabalhadores de estruturas de alvenaria	11	10	9	4	3	-28,2 ***
Ajudantes de obras civis	7	8	9	6	11	5,9
Operadores de máquinas de costura de roupas	4	3	3	-	-	
Condutores de veículos sobre rodas (transporte particular)	4	-	-	-	-	
Condutores de veículos sobre rodas (distribuidor de mercador)	4	-	-	3	-	
Padeiros, confeitheiros e operadores na fabricação de pães	-	-	3	-	-	
Mecânicos de manutenção de veículos automotores	3	-	-	-	-	
Total	143	157	151	143	151	0,1

Fonte: Tabulações especiais do Projeto RURBANO, IE/UNICAMP.

***, **, * indicam respectivamente 5%, 10% e 20% de confiança, estimado pelo teste "t".

Até agora a análise sobre as mudanças ocupacionais no campo ficou centrada na totalidade das pessoas que integram a PEA como categoria analítica, uma vez que o interesse era caracterizar as ocupações não-agrícolas. Quando se analisa dados sobre a ocupação a partir das famílias, torna-se possível verificar em que medida a quantidade de pessoas que estão ocupadas em atividades não-agrícolas traduz-se em pluriatividade das famílias.

A tipologia utilizada no Projeto Rurbano classifica as famílias extensas por atividade e posição na ocupação (empregadores, conta própria, empregados e não ocupados).⁷²

De acordo com a tabela 12, onde foram selecionadas apenas as famílias residentes em áreas rurais de regiões não-metropolitanas do Estado, existiam pelo menos 14,3 mil famílias (11,4%) com alguma forma de pluriatividade, em um universo de 125,4 mil famílias no ano de 2006. A maioria dessas famílias (53%, ou seja, 66,3 mil famílias) já não exercia nenhuma atividade agrícola, ao lado de 26,4 mil famílias (21,1%) que tinham todos os seus membros ocupados apenas em atividades agrícolas. Ou seja, muitas famílias estão permanecendo no meio rural completamente desconectadas da dinâmica agrícola (a não ser como consumidoras) e, como será abordado mais adiante, essas mesmas famílias apresentam rendimentos superiores às demais (agrícolas e pluriativas).

Tabela 12. Distribuição das famílias com domicílio nas áreas rurais não-metropolitanas segundo o tipo de atividade em que está ocupada. Rio de Janeiro 2006.

Tipos de famílias	Total	%
Agrícola	26437	21,1
Pluriativa	14338	11,4
Não-agrícola	66320	52,9
Não-ocupada	18372	14,6
Total de famílias	125467	100,0

Fonte: Tabulações especiais da PNAD, Projeto Rurbano.

Quando se analisa a posição na ocupação, o contingente mais numeroso das famílias residentes nas áreas rurais fluminense é o da família de empregados, representando mais da metade deste universo (51,7%), em seguida se destacam as famílias ocupadas por conta própria (30,7%), e os empregadores (2,8%) no ano de 2006. Cabe registrar que cerca de 14,6% das famílias eram formadas por membros que não estavam ocupados na semana de referência da coleta de informação da Pnad (tabela 13).

⁷² Para uma descrição mais detalhada dessa tipologia ver anexo da tese.

Tabela 13: Evolução das famílias não metropolitanas rurais segundo a ocupação principal na semana de referência. Rio de Janeiro. 2001/2006.

Tipo de domicílio	2001	2002	2003	2004	2005	2006	taxa 01/06
Empregadores 3+	3	2	3	2	1	1	-16,2 **
Agrícolas	1	0	0	1	0	0	
Pluriativas	0	0	0	0	0	0	
Não-agrícolas	1	1	2	1	1	1	-6,0
Empregador 2-	3	2	3	3	4	3	2,0
Agrícolas	1	0	0	1	0	1	
Pluriativas	1	1	1	0	1	0	-11,3
Não-agrícolas	1	1	1	1	3	1	11,0
Conta própria	31	40	40	38	40	39	2,9
Agrícolas	9	10	14	15	12	11	3,6
Pluriativas	6	10	6	4	7	8	-0,2
Não-agrícolas	16	20	19	19	21	20	3,7 *
Assalariados	64	63	65	63	68	65	0,8
Agrícolas	18	18	17	12	22	15	-2,1
Pluriativas	5	6	6	8	4	6	-0,8
Não-agrícolas	40	39	42	43	42	44	1,8 **
Não-ocupados	13	13	15	13	17	18	7,5 ***
Total	113	120	125	118	130	125	2,0 *

Fonte: PNAD/IBGE - Tabulações do Projeto Rurbano - Dezembro/2008.

Nota: ***, **, * significam respectivamente 5%, 10% e 20%.

Outro aspecto que merece ser destacado é que as famílias ocupadas por conta-própria- que constituem o universo que forma a agricultura familiar- é predominantemente agrícola, mas cerca de 7,6 mil delas (19,7%) já exercem a pluriatividade, sobretudo a intersetorial.

Quanto à composição da renda na tabela 14, o estado do Rio não se diferencia da tendência nacional em relação à comparação da renda entre os tipos de famílias, ou seja, as famílias agrícolas apresentam, em geral, uma renda média inferior à das famílias pluriativas e não-agrícolas, em todas as categorias (empregadora, conta própria e de empregados). Nas famílias de conta-própria

agrícolas as transferências de renda na forma de aposentadorias e pensões já alcançam 37,9% dos seus orçamentos, revelando a importância das transferências da Previdência pública para a reprodução social desses agricultores.

Nas famílias pluriativas que trabalham por conta própria, a renda não-agrícola já alcança 30,3% do orçamento familiar, possibilitando assim uma renda média superior à renda das famílias agrícolas.

Tabela 14: Composição da renda média das famílias extensas: Rio de Janeiro, 2006 (R\$ set. 2006).

LOCAL DOMICÍLIO / TIPO DE FAMÍLIA	AGRÍCOLA	NÃO-AGRIC	APOS/PENS	OUT_FONT	2006
	%	%	%	%	R\$
Não metropolitano rural total	17,1	56,0	22,2	4,7	947,00
Empregadora com mais de 2 empr	0,0	100,0	0,0	0,0	3.100,00
Agrícola	-	-	-	-	0
Pluriativo	-	-	-	-	0
Não-agrícola	0,0	100,0	0,0	0,0	3.100,00
Empregadora com até 2 empr	22,2	69,1	8,6	0,0	1.349,89
Agrícola	72,0	0,0	28,0	0,0	1.250,00
Pluriativo	0,0	100,0	0,0	0,0	2.000,00
Não-agrícola	0,0	100,0	0,0	0,0	1.199,89
Empregadora total	12,6	82,5	4,9	0,0	1.787,29
Agrícola	72,0	0,0	28,0	0,0	1.250,00
Pluriativo	0,0	100,0	0,0	0,0	2.000,00
Não-agrícola	0,0	100,0	0,0	0,0	1.959,59
Conta-própria	23,3	54,9	18,5	3,2	1.095,08
Agrícola	58,2	0,0	37,9	3,9	910,09
Pluriativo	50,0	30,3	13,7	6,0	1.090,12
Não-agrícola	0,0	85,7	12,3	2,0	1.195,62
Empregados	15,9	62,7	16,7	4,7	934,76
Agrícola	80,6	0,0	17,3	2,1	551,07
Pluriativo	39,7	47,6	9,7	3,0	1.239,35
Não-agrícola	0,0	76,7	17,8	5,5	1.020,44
Não-ocupado na semana	0,0	0,0	85,4	14,6	515,74

Fonte: PNAD/IBGE - Tabulações especiais do Projeto Rurbano - IE/UFU.

Portanto, os dados secundários sobre ocupação e renda revelam um esvaziamento da prática agrícola, mas não um abandono do meio rural. Pelo contrário, há uma ampliação e diversificação das ocupações não-agrícolas no campo fluminense.

No próximo capítulo, serão abordadas mais de perto as mudanças ocupacionais e a composição da renda de famílias rurais, a partir de duas pesquisas realizadas em diferentes períodos e metodologias distintas, abrangendo localidades situadas no município de Nova Friburgo, região serrana do estado do Rio de Janeiro. A primeira pesquisa faz parte da terceira fase do Projeto Rurbano, realizada no ano de 2001, e teve como foco o morador rural, independente da sua natureza ocupacional como escolha metodológica, justamente para ter um retrato mais amplo sobre quem são e como vivem as pessoas que lá residem. Já no segundo trabalho de campo, o foco passa a ser o acompanhamento de famílias de agricultores ao longo de uma década de pesquisa, o que torna um fato inédito em termos de pesquisa no país sobre esse tema. A finalidade dessa última pesquisa foi de compreender melhor as mudanças aludidas anteriormente, a partir de dados concretos sobre os diferentes mecanismos acionados por essas famílias para a sua reprodução social, à luz do debate sobre a pluriatividade da agricultura familiar. Os dados específicos para esse trabalho foram coletados em dois momentos distintos, nos anos de 2005 e 2008, e puderam ser comparados com a base dados referentes ao ano de 1998.

A escolha de áreas rurais do município de Nova Friburgo se deve tanto pelo conhecimento prévio que se tem sobre a região, como pela sua representatividade para a agricultura familiar no Estado, além de retratar bem as transformações em curso no campo fluminense marcada por uma maior articulação deste com a cidade. Até que ponto essa maior ligação do meio rural com o meio urbano, e a intensificação das trocas daí provenientes, levam ao abandono ou ao esvaziamento da agricultura, já que os dados secundários revelam que esta é a atividade que apresenta uma menor remuneração quando comparada com as demais ocupações não-agrícolas? Enfim, o que está por traz

dos números e tabelas são pessoas, famílias, lutas e histórias que merecem ser contadas, a partir não só do olhar do pesquisador, mas das falas dos próprios sujeitos.

Capítulo 3: Ocupação e renda de famílias rurais na região serrana do estado do Rio de Janeiro

3.1. Introdução

Como se vê nos capítulos anteriores, o cenário rural atual suscita muitos questionamentos, como: os tipos de famílias que aí se estabelecem, sua forma de sobrevivência, os motivos que levam à secundarização das atividades agrícolas, as perspectivas em relação ao futuro, as mudanças na estrutura ocupacional, entre outros.

As questões de fundo levantadas até agora nesta tese, mudanças ocupacionais no meio rural, serão aqui analisadas à luz de pesquisas de campo realizadas no município de Nova Friburgo.

Desde 1995 dois distritos de Nova Friburgo (Lumiar e São Pedro da Serra) têm sido privilegiados pela autora da pesquisa. Inicialmente era enfocada a análise do trabalho feminino na agricultura⁷³, e posteriormente a pesquisa passou a investigar a ampliação do mercado de trabalho em função do turismo e a crescente importância da pluriatividade como estratégia de reprodução social para os pequenos produtores, dando origem à dissertação de mestrado (Teixeira, 1998).

A agricultura fluminense, como foi abordada no capítulo anterior e, especialmente a região serrana do Estado, vem sofrendo uma série de mudanças com o estreitamento das fronteiras entre o “rural” e o “urbano”. Há uma expansão das atividades de lazer e turismo nessa região, o que a torna relevante à análise das transformações das formas de ocupação da população rural à luz dos debates sobre pluriatividade, novas ruralidades e multifuncionalidade da agricultura. Esse cenário impulsiona novas indagações.

⁷³ Pesquisa realizada no período de maio a novembro de 1995, como bolsista de iniciação científica do CNPq sob a orientação da Profa. Maria José Carneiro no âmbito do Projeto “Herança e sucessão: trajetórias individuais e projetos coletivos”, que resultou na elaboração da monografia do curso de Economia da UFF (Cf. Teixeira, 1996).

Que ocupações são essas e como surgem estas novas oportunidades de trabalho no campo? Qual é o significado dessas atividades não-agrícolas para a reprodução social das famílias? Quais são também os papéis atribuídos à agricultura, que diante deste contexto passa abarcar diferentes significados para as famílias, ligados tanto à reprodução social, como também, à manutenção de um vínculo com a terra, a um modo de vida e a uma identidade profissional?

Este capítulo apresenta uma análise das mudanças ocupacionais no meio rural fluminense a partir de duas pesquisas de campo, uma quantitativa e outra qualitativa em comunidades rurais na região serrana do estado do Rio de Janeiro, no município de Nova Friburgo. A primeira está inserida na III fase do Projeto Rurbano, no subprojeto de pesquisa intitulado “Pesquisa Quantitativa sobre Rendas nos Domicílios Rurais”⁷⁴. O objetivo central desta pesquisa era obter um detalhamento das ocupações e da renda das pessoas com 10 anos ou mais de idade, durante o período de outubro do ano de 2000 até o final de setembro de 2001. Para tanto foi aplicado um questionário que buscou aprofundar as ocupações, composição e montante da renda das famílias rurais em três comunidades (Janela das Andorinhas, Vargem Alta e Boa Esperança), com a finalidade de ampliar os conhecimentos sobre a dinâmica econômica e social do trabalho em áreas rurais fluminenses.

A outra pesquisa é um aprofundamento daquela que originou a dissertação de mestrado da autora em 1997/98, sob o enfoque da pluriatividade com agricultores de dois distritos de Nova Friburgo (Lumiar e São Pedro da Serra), abrangendo inclusive, uma das localidades (Boa Esperança) da pesquisa acima citada. A finalidade desse estudo é analisar a trajetória dessas famílias ao longo de uma década, com o recurso de duas pesquisas de campo em diferentes contextos econômicos: uma no período de julho a outubro/2005, e outra de julho a agosto de 2008. Mais especificamente, o interesse da investigação é de qualificar as possibilidades sociais da pluriatividade como uma tendência na região serrana fluminense e comparar as diferenças sociais e

⁷⁴ Parte dos dados apresentados aqui relacionados a essa pesquisa já foi publicado no livro “O Novo Rural Brasileiro: rendas das famílias rurais” (vol. 5), como resultado da pesquisa do Projeto Rurbano. Ver Teixeira (2004).

econômicas entre as famílias de agricultores com as famílias pluriativas, além de qualificar os diferentes significados da agricultura para as famílias.

3.2. Delimitação da área de estudo da pesquisa quantitativa sobre rendas nos domicílios rurais

Tomando por base a regionalização do meio rural fluminense exposta no capítulo anterior e considerando a reprodução social no contexto da agricultura familiar, optou-se por aprofundar a pesquisa quantitativa em três comunidades rurais situadas no município de Nova Friburgo, que retratam bem as transformações em curso de uma região e da agricultura familiar no Estado.

A análise contemplou universos distintos de comunidades, que contam com expressiva presença da população rural e situa-se fora da região metropolitana. O município de Nova Friburgo, localizado a 132 km da cidade do Rio de Janeiro (região metropolitana do Estado), e as comunidades selecionadas, situadas no 2º distrito - Riograndina (Janela das Andorinhas) e no 5º distrito - Lumiar (Boa Esperança). A comunidade de Vargem Alta localiza-se uma parte no município de Nova Friburgo, 7º distrito - São Pedro da Serra-, e a outra, no município de Bom Jardim (2º distrito- São José do Ribeirão Preto). Em relação a esta última, a dinâmica socioeconômica na localidade em geral não se distingue, o que levou a considerá-la como uma única comunidade, embora localizada em dois municípios diferentes (ver mapa em anexo).

O município de Nova Friburgo já foi escolhido em pesquisas anteriores, concentrando-se a análise em dois distritos (Lumiar e São Pedro da Serra), caracterizados por uma agricultura incipiente e pela expansão do turismo. A escolha do Município de Nova Friburgo para realização dessa pesquisa de campo decorreu, portanto, da existência de um conhecimento prévio das características do local e da região, e do interesse em ampliar os conhecimentos sobre a região.

As áreas rurais na região serrana vêm despertando diferentes interesses econômicos para alternativas associadas a um processo mais amplo de externalização do consumo rural, além das funções produtivas. As demandas são criadas por diferentes grupos sociais para atividades recreativas, ambientais; para uso residencial e comercial, e associadas com a produção agrícola.

A propriedade da terra passa, portanto, por profundas transformações, com a ampliação de interesses diversos pelo uso do solo e da incorporação de novos valores de trocas, sobretudo para satisfazer estas demandas não-agrícolas. A antiga ocupação agrícola dá lugar a uma diversidade de funções e ocupações, como: sítios de recreio e pousadas, proporcionadas pela relativa proximidade da cidade e pela valorização do espaço agrário. Isso tem gerado a especulação imobiliária, a redução de áreas agricultáveis e a conformação de uma nova paisagem física e social.

Muitos agricultores das localidades mais afetadas pela expansão imobiliária e turística (Nova Friburgo, Teresópolis e Petrópolis) estão buscando áreas ainda distantes do núcleo metropolitano para se reproduzirem como agricultores parceiros nos municípios de Sumidoro, Sapucaia e São José do Vale do Rio Preto. Ocorre, assim, por um lado, a reprodução da agricultura com deslocamento da população, e, por outro, a busca de novas ocupações não-agrícolas, por parte dos agricultores que permanecem na localidade, sobressaindo as prestações de serviço, as atividades ligadas à construção civil e à confecção doméstica (em Nova Friburgo), ou, então, a combinação da atividade agrícola com a não-agrícola, na própria localidade, em decorrência do aumento do setor de serviços e infraestrutura no meio rural. Como o objeto desse estudo é entender a forma como a agricultura se articula a outra atividade, de modo a permitir a manutenção da população de baixa renda no meio rural, elegeu-se, entre as áreas investigadas, uma diversificação tanto intersetorial (agricultura, atividades associadas ao turismo, confecção doméstica), como intrasetorial (produção orgânica, fruticultura, floricultura, olericultura).

3.3. O município e seu entorno

A origem dos povoados estudados remonta ao primeiro projeto oficial de colonização, ocorrido no início do século XIX, constituído por imigrantes suíços e alemães, com a finalidade de produzir alimentos e manufaturados para o abastecimento do mercado urbano do Rio de Janeiro. Foi a primeira experiência de colonização oficial de imigrantes europeus no Brasil.

A imigração suíça para o Brasil foi concebida como um empreendimento europeu que congregava interesses fundiários, industriais, comerciais e financeiros, na tentativa de fazer da expansão no Novo Mundo uma alternativa para a crise agrícola e industrial que os atingia. Já o interesse do Brasil pela imigração se dava pelo reconhecimento do progresso que esta população poderia trazer para o país, na medida em que era uma população bastante diversificada, tais como artesões têxteis, da indústria de couro, carpinteiros, etc., cuja produção seria capaz de romper a dependência que se tinha nesses ramos para com a França e a Inglaterra (Curió, 1974).

A vila de Nova Friburgo foi criada em 1820, a partir do alojamento de imigrantes originários do Cantão de Friburgo, Suíça, que foram encaminhados ao pequeno núcleo de casas construídas especificamente para abrigá-los na fazenda do Morro Queimado. Em 1824, uma nova leva de imigrantes, desta vez de origem alemã, veio alimentar a população dessa colônia.

Os 1.631 suíços que chegaram na colônia de Nova Friburgo em 1820 eram compostos por uma população bastante diversificada. Os artesãos (têxteis, pedreiros, carpinteiros, curtidores, etc.) representavam 50% da população masculina maior de 20 anos, mas a grande maioria já possuía uma “dupla-profissão”, eram artesãos-camponeses, que podiam optar pelo trabalho na terra ou na cidade. Esses imigrantes eram em sua maioria camponeses pobres e endividados que vieram com suas famílias. Mas também entre os imigrantes tinham os camponeses médios e até mesmo camponeses e artesões abastados que viajaram bem equipados (Curió, op. cit). Esses imigrantes enfrentaram uma série de dificuldades nesse processo, tais como: deficiência de acomodações

para o número de famílias instaladas, comunicação restrita com os centros urbanos, administração ineficaz, topografia muito acidentada, dificultando a agricultura e a comunicação entre os lotes, e heterogeneidade social entre eles. Muitos deles não permaneceram na sede original da pequena colônia nas montanhas, pois esta comportava um número reduzido de profissionais na arte do couro, do tecido, da madeira e do metal, levando assim à dispersão em busca de mercado para seus produtos, e à busca de terras mais apropriadas à agricultura, resultando na ocupação da região que é hoje formada pelos distritos de Lumiar e São Pedro da Serra (Nicoulin, 1973; Curió, 1974; Cavalcanti, 1980).

Na busca por um melhor meio de vida, alguns imigrantes foram sobreviver fora da agricultura na cidade do Rio de Janeiro, onde se fixaram exercendo o ofício de artesão. Mas a maioria dos colonos permaneceu ligados à terra e migrou para Cantagalo, que começava a despontar como centro cafeeiro da região, para trabalhar nas fazendas locais de café.

O outro rumo tomado por um número reduzido de famílias de colonos foi a região hoje conhecida como São Pedro da Serra e Lumiar. Embora as terras fossem distribuídas gratuitamente a essas famílias, eram completamente virgens, sem estradas, onde o caminho foi aberto a golpes de facão na mata serrada.

A economia agrícola nesses distritos foi desenvolvida, assim, por pequenas unidades familiares, que ocuparam um espaço econômico marginal, nas franjas do mercado, então dominado pelas grandes fazendas de café. Com um relevo muito acidentado⁷⁵, a região acabou não despertando o interesse de grandes empreendimentos do capital agrário, favorecendo a reprodução de um campesinato de descendentes de imigrantes suíços e alemães (Alentejano, 2003). É uma agricultura de pequena escala, que não é capaz de garantir uma reprodução estável e ampliada às famílias de agricultores. Com técnicas simples e praticadas pela família, a agricultura expressa ainda hoje as dificuldades estruturais por que passaram as gerações anteriores. Esse campesinato acabou

⁷⁵ A topografia da região consta apenas 1% de superfície plana e 90% de superfície montanhosa, o que dificulta a expansão da atividade agrícola e, sobretudo, a mecanização.

assumindo uma importante função de abastecimento de alimentos, sobretudo hortifrutigranjeiros, para as fazendas de monocultura de café no período compreendido entre 1830 até o final deste século.

Além da agricultura, Nova Friburgo se beneficiou de sua localização geográfica (que era passagem obrigatória para o escoamento da produção cafeeira para a capital), para o desenvolvimento de importantes centros comerciais e prestação de serviço; sobretudo, a partir da construção da ferrovia em 1873, e da implantação de investimentos ligados à indústria têxtil. O desenvolvimento do comércio, serviços e indústrias que vieram a reboque desta rota de passagem, acabou estimulando também a instalação de uma infraestrutura hoteleira, possibilitando o destaque deste município como um polo de atração turística⁷⁶ (Carneiro e Rocha, 2007).

Os contornos econômicos, sociais e culturais atuais do município são reflexos, portanto, da presença marcante de uma agricultura familiar, da proliferação de pequenas fábricas, sobretudo as ligadas à confecção de artigos de vestuário, de acessórios e do polo turístico regional.

Os dados socioeconômicos do município disponíveis revelam esses contornos. O atual quadro fundiário do município de Nova Friburgo é marcado por um elevado número de pequenas propriedades; 68% da área dos estabelecimentos agropecuários são ocupadas por propriedades de até 100 ha, tendo a maior concentração (26%) da área em torno de 20 a 50 ha. No estado do Rio de Janeiro as áreas de até 100 ha ocupam apenas 32% dos estabelecimentos, e no país como um todo, somam apenas 20%.⁷⁷ O município de Nova Friburgo destoa, portanto, da média brasileira e do Estado, evidenciando um quadro de democratização fundiária comparativamente maior.

Como se pode observar na Tabela 1, trata-se, em sua maioria, de pequenos proprietários, com destaque para o sistema de parceria, que é muito

⁷⁶ O destaque de Nova Friburgo como polo turístico só foi possível porque além dessa infraestrutura desenvolvida, a região possui uma paisagem natural (montanhas, cachoeiras, rio, florestas e temperaturas amenas) que combinada com apelos da descendência de imigrantes europeus, acabou exercendo uma forte atração de residentes de outros municípios, sobretudo oriundos das cidades do Rio de Janeiro e Niterói. Nova Friburgo é conhecida atualmente como a “Suíça brasileira”.

⁷⁷ Ver tabela comparativa no anexo da tese.

recorrente na região. Nas comunidades estudadas, a parceria é acionada tanto pelos agricultores que não possuem terras como pelos agricultores proprietários, por conta do sistema de rotação com pousio e transmissão do patrimônio. O costume local que regula as práticas de transmissão de herança entre os agricultores tem revelado o predomínio do princípio de partilha generalizada da propriedade familiar em várias localidades de Nova Friburgo, isto é, todos os membros da família possuem os mesmos direitos legais no momento da partilha da herança da terra (Schiavo, 1991; Carneiro, 1998).

Tabela 1: Número de estabelecimentos por condição de acesso a terra, no município de Nova Friburgo, em 1996.

Condição do produtor	Nº. de estabelecimentos	(%)
Proprietário	1040	56,8
Arrendatário	154	8,4
Parceiro	578	31,6
Ocupante	60	3,3

Fonte: Censo agropecuário (1998).

Dados mais atualizados sobre o perfil dos produtores de Nova Friburgo, realizado pela prefeitura no período de 2002/03 (Cadastro Geral de Produtor Rural), revelam um número maior de produtores (2484), com predominância de homens (87%) cuja modalidade de uso da terra é majoritariamente constituída por meeiros/parceiros (48,9%) e proprietários (26,4%). O principal sistema de produção utilizado é o convencional, com uso de agroquímicos (agrotóxicos e adubos químicos), com o agravante de 76% não utilizarem nenhum equipamento de proteção individual nas propriedades, embora o município já tenha vários agricultores orgânicos (9% de um número total de 1268 propriedades cadastradas), e alguns hidropônicos (PMNF-RJ- Secretaria Municipal de Agricultura, 2004).

Quanto à escolaridade, cerca de 74% desses produtores possuem de 1 a 7 anos de estudo, os analfabetos ou com menos de um ano de estudo representam 17%, e apenas 9% têm oito ou mais anos de estudo (PMNF-RJ- Secretaria Municipal de Agricultura, 2004).

Como foi ressaltado esses agricultores são em sua maioria pequenos produtores que trabalham sob o regime familiar. De acordo com a tipologia elaborada pelo projeto de cooperação técnica entre o INCRA e a FAO, disponibilizadas no relatório *O Novo Retrato da Agricultura Familiar: o Brasil Redescoberto (2000)*⁷⁸, a partir do último Censo agropecuário do IBGE disponível, cerca de 87,7% dos estabelecimentos no município de Nova Friburgo são familiares, ocupam uma área correspondente a 62,7% do total do território e respondem por 63,9% da geração do valor bruto da produção (tabela 2).

Tabela 2: Número de estabelecimentos, área e valor bruto da produção categorias familiares e patronal. Nova Friburgo e estado do Rio de Janeiro

Categorias	Estabelecimentos		Área Total		Valor Bruto da Produção	
	Número	%	Hectares	%	1000 Reais	%
TOTAL	1.832	100,0	29.979	100,0	21.800	100,0
Total familiar	1.607	87,7	18.802	62,7	13.931	63,9
Patronal	211	11,5	10.747	35,8	7.795	35,8
Instituições religiosas	8	0,4	120	0,4	51	0,2
Entidades públicas	6	0,3	309	1,0	22	0,1
Não identificado	-	-	-	-	-	-
Estado do Rio de Janeiro						
Total familiar	42.883	79,9	779.995.420	32,3	260.451	41,3
Patronal	10.114	18,8	1.615.596.344	66,9	365.821	58,0

Fonte: Censo agropecuário 1995/96, IBGE. Elaboração: Convênio INCRA/FAO.
Notas: Um hífen, "-" indica valor zero. O zero "0" indica um valor muito pequeno.

O peso do setor agropecuário na receita do município é muito baixo, representando apenas 2,3% de participação no PIB municipal calculado a preço de mercado. A economia gira em torno de atividades imobiliárias (aluguéis), que representa cerca de 18% do PIB, seguido da indústria de transformação, que responde por cerca de 16% - o que está ligado ao grande número de confecções de peças íntimas do vestuário feminino, já que são os setores de vestuário e de

⁷⁸ Apesar das dificuldades na elaboração da classificação da agricultura familiar, a partir da presença de diversas concepções teóricas sobre o tema, aliado às dificuldades de compatibilizar as informações do censo agropecuário do IBGE, que não teve preocupação com esta classificação no seu processo de elaboração, esse estudo resultou numa importante fonte, inclusive para a implementação de políticas públicas orientadas para este segmento no âmbito do Pronaf.

calçado os que mais contribuem para o setor de indústria de transformação; além da prestação de serviços (15%); construção civil (9,8%) e comércio (7,9%), que juntos representam cerca de 67% do PIB municipal em 2003 (Fundação CIDE, 2004).

Não se deve esquecer, porém, que a população se concentra nas áreas urbanas (88%), característica do Estado do Rio de Janeiro em geral (Censo demográfico, 2000). Todavia, não houve uma desruralização tão acentuada no município quando comparada com o país e o Estado, isto é, enquanto a população rural brasileira decresceu de 44% para 18% no período de 1970 a 2000, e no Estado de 23% para 4%, em Nova Friburgo essa redução foi apenas de 17% para 12%.⁷⁹

De acordo com o censo demográfico de 2000, as atividades não-agrícolas que mais se destacaram na geração de empregos no meio urbano do município de Nova Friburgo foram atividades ligadas à indústria de transformação, seguidas do comércio; reparação de veículos automotores, objetos pessoais e domésticos e serviços domésticos.

Para a população residente no meio rural, as atividades não-agrícolas também se sobressaem, empregando mais da metade desta população, cerca de 55,5%, enquanto as atividades agrícolas empregavam cerca de 44,2%. As principais atividades não-agrícolas geradoras de emprego para essas pessoas eram os serviços domésticos, a indústria de transformação seguida da construção civil, conforme exposto na tabela abaixo. Cabe acrescentar que a confecção se destaca na indústria da transformação, representado 49,5% desse setor. Mais adiante se poderá observar que essa dinâmica ocupacional é constatada nas análises dos dados sobre os estudos de casos.

⁷⁹ Ver tabela comparativa no anexo.

Tabela 3: Atividade do empreendimento onde a pessoa trabalhava - Nova Friburgo, censo demográfico 2000.

Atividades	Residentes urbanos				Residentes rurais		
	Agrícola		Não-agrícola		Agrícola	Não-agrícola	
	Pessoas	(%)	Pessoas	(%)	Pessoas	Pessoas	(%)
Sem declaração		-	873	1,3		120	2
A – Agricult.,pecuária, silvicultura e exploração florestal e serviços relacionados	1.368	92,3			4.693		
B – Pesca	103	7					
	11	0,7					
C - Indústrias extrativas		-	137	0,2		73	1,2
D - Indústrias de transformação		-	17.303	26		851	14
E - Produção e distribuição de eletricidade, gás e água		-	311	0,5		25	0,4
F – Construção		-	5.922	8,9		930	16
G - Comércio; reparação de veículos automotores, objetos pessoais e domésticos		-	12.184	18		783	13
H - Alojamento e alimentação		-	4.499	6,8		375	6,3
I - Transporte, armazenagem e comunicações		-	2.848	4,3		238	4
J - Intermediação financeira		-	634	1		18	0,3
K - Atividades imobiliárias, aluguéis e serviços prestados às empresas		-	3.659	5,5		132	2,2
L - Administração pública, defesa e seguridade social		-	3.097	4,7		234	4
M – Educação		-	4.271	6,5		241	4,1
N - Saúde e serviços sociais		-	2.581	3,9		104	1,8
O - Outros serviços coletivos, sociais e pessoais		-	1.446	2,2		94	1,6
P - Serviços domésticos		-	6.411	9,7		1.701	29
Total	1.482	100	66.176	100	4.693	5.919	100

Fonte: Projeto Rurbano.

É possível ainda, fazer uma outra leitura dos dados sobre a distribuição da ocupação da população residente no município de Nova Friburgo, em termos comparativos com o Estado, a partir do censo demográfico. Na tabela que se segue pode-se visualizar que Nova Friburgo é um território que apresenta um razoável equilíbrio rural-urbano, expresso na sua distribuição mais equitativa entre serviços, indústria e agricultura.

Tabela 4: Pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência por grupos de ocupação (antiga classificação) no trabalho principal, sexo e grandes grupos de ocupação no trabalho principal.

Grupos de ocupação no trabalho principal	Rio de Janeiro		Nova Friburgo	
	N. de pessoas	%	N. de pessoas	%
Total	5.555.968	100	78.271	100
Ocupações administrativas	762.511	14	9.508	12
Ocupações técnicas, científicas, artísticas e assemelhadas	755.087	14	7.741	10
Ocupações da agropecuária e da produção extrativa vegetal e animal	127.902	2	5.484	7
Ocupações da indústria extrativa mineral	6.744	0	183	0
Ocupações das indústrias de transformações e da construção civil	1.051.261	19	22.995	29
Ocupações do comércio e de atividades auxiliares	761.820	14	10.252	13
Ocupações dos transportes e comunicações	319.899	6	2.835	4
Ocupações da prestação de serviços	1.095.239	20	12.807	16
Ocupações da defesa nacional e segurança pública	180.815	3	891	1
Outras ocupações, ocupações mal definidas ou não declaradas	494.690	9	5.575	7

Fonte: IBGE – Censo demográfico, 2000.

A importância dessas atividades não-agrícolas na geração de empregos no meio rural no município de Nova Friburgo também pode ser verificada com dados sobre a distribuição de famílias segundo o tipo e posição na ocupação (tabela 5) a partir do censo demográfico de 2000. Das famílias que residem no meio rural, cerca de 45% destas eram de assalariados, e predominantemente de assalariados não-agrícolas (66,5%). Unindo-se às pluriativas, que tem pelo menos um membro da família que exerce atividade não-agrícola, com as que exercem apenas atividade não-agrícola, vão representar 76,5% das famílias de assalariados. As famílias que viviam apenas da agricultura representavam apenas 23,5% do conjunto dessas famílias.

As famílias que trabalham por conta própria também são bastante numerosas, representando cerca de 40% do conjunto das famílias residentes no campo de Nova Friburgo. Nessa categoria sobressaem as famílias agrícolas (46,3%), seguidas das não-agrícolas (33,6%) e das pluriativas (20,1%). As famílias que não tinham nenhum membro ocupado representavam cerca de 11,6% e as famílias de empregadores cerca de 2,4%.

Considerando-se o conjunto das famílias ocupadas residentes no meio rural, de acordo com o Censo demográfico (2000), pode se verificar que mais da

metade (51,1%) exerciam exclusivamente ocupações não-agrícolas, enquanto as famílias agrícolas representavam cerca de 34,5%, seguidas das famílias pluriativas (14,4%).

Tabela 5: Nova Friburgo – amostra do Censo demográfico 2000. Número de famílias segundo o tipo e posição na ocupação.

TIPO DE FAMÍLIAS	Nova Friburgo		
	Urbano	Rural	Total
Empregadora	2.522	151	2.673
Agrícola	10	19	29
Agrícola + agrícola	0	8	8
Pluriativos	42	9	50
Não-agrícolas	2.471	115	2.585
Conta própria	13.174	2.553	15.727
Agrícola	230	1.118	1.348
Agrícola + agrícola	0	64	64
Pluriativos	374	514	887
Não-agrícolas	12.570	857	13.428
Assalariados	23.044	2.859	25.902
Agrícola	253	673	925
Pluriativos	192	285	478
Não-agrícolas	22.599	1.901	24.499
Auto-consumo	49	60	109
Não ocupadas	8.578	740	9.318
TOTAL DE FAMÍLIAS	47.367	6.362	53.729

Fonte: Projeto Rurbano.

Nota: A combinação agric + agric compreende famílias que apresentam mais de uma atividade agrícola.

Essa participação menos expressiva da agricultura na geração de postos de trabalho é um reflexo da tendência de redução da área cultivada, e da quantidade produzida pelas principais lavouras permanentes e temporárias no município. Apesar de Nova Friburgo ser um dos principais produtores de hortifrutigranjeiros, juntamente com os municípios que compõem a microregião serrana fluminense (Teresópolis, Petrópolis e São José do Vale do Rio Preto), os dados da Produção Agrícola Municipal (PAM) do IBGE no período de 1990 a 2006 revelam uma redução de 58% da área cultivada na totalidade das suas lavouras permanentes e 63% das suas lavouras temporárias. Todavia, a queda do conjunto da área plantada, as lavouras específicas seguem dinâmicas distintas. Observa-se um decréscimo tanto da área cultivada, como da

quantidade produzida de feijão, mandioca e milho, que são lavouras tradicionalmente produzidas pelos pequenos produtores⁸⁰. Outro aspecto que revelado pelos dados é a redução na quantidade produzida de todas as lavouras permanentes no período em análise. Apenas as lavouras temporárias de tomate, batata-inglesa e batata-doce tiveram um acréscimo na quantidade produzida. Cabe acrescentar que a produção de hortifrutigranjeiros da microregião serrana fluminense se destaca como uma das mais dinâmicas e representa cerca de 70% da produção do estado.

De modo geral, a agricultura de Nova Friburgo é caracterizada como fonte de abastecimento alimentar, voltada para o mercado interno, especialmente no que concerne à produção de olerícolas (Musumeci, 1987). Dados do Censo agropecuário de 1996 revelam que o município de Nova Friburgo era responsável por 1% da horticultura do Brasil e 10% do estado do Rio de Janeiro.⁸¹ Os cultivos que se destacam são: tomate, couve-flor, repolho, salsa, e em escala menor beterraba, inhame e pimentão; além da produção de frutas (pocan, goiaba, banana, caqui, morango, entre outras) e flores. Sobressaem também pequenas criações de animais como coelhos, porcos, cabras leiteiras, ovelhas, gado leiteiro e de corte, cavalos muares, ao lado de uma série de criações mais raras como avestruz, javali, codornas, galinhas caipiras, abelhas, escargots, chinchilas, produção de trutas, e minhocas para a produção de húmus (PMNF-RJ- Secretaria Municipal de Agricultura, 2004). Essa região cada vez mais representa um importante polo turístico, concentrando a segunda maior rede de hotéis do Estado, perdendo apenas para o Rio de Janeiro, e isso acaba provocando uma série de mudanças para a economia local.

Portanto, as mudanças aludidas no perfil ocupacional têm promovido uma maior heterogeneidade das famílias rurais. Essas recorrem cada vez mais as atividades não-agrícolas para sobreviverem. Além de se beneficiarem de transferências governamentais, que vêm aumentando sua participação ao longo

⁸⁰ Dados de entrevistas revelam a importância da produção dessas lavouras para o autoconsumo, em detrimento da produção mercantil.

⁸¹ Ver tabela comparativa no anexo da tese sobre a produção de horticultura no país, no estado e no município de Nova Friburgo.

dos anos no orçamento familiar, conforme pode ser observado na tabela abaixo. Enquanto a participação da renda proveniente de transferências governamentais apresentou um incremento de 14,7 para 17%, os rendimentos do trabalho se reduziram de 80,1 para 68,8% no período de 1991 e 2000.

Tabela 6: Indicadores do nível e composição da renda, 1991 e 2000. Nova Friburgo.

	1991	2000
Renda <i>per capita</i>	268,4	366,8
% da renda proveniente de transferências governamentais	14,7	17,0
% da renda proveniente de rendimento do trabalho	80,1	68,8
% de pessoas com mais de 50% da renda provenientes de transferências governamentais	10,4	13,5

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil

Isso não significa o abandono da atividade agrícola. Pelo contrário, os dados de campo qualificam melhor esse processo e a permanência da agricultura, com outros contornos, entre as famílias entrevistadas.

Assim, Nova Friburgo se destaca como um município especial, não só em termos do Brasil, mas de um estado mais desruralizado do país, que desde sua criação já apresentava um certo equilíbrio rural *versus* urbano que se manteve, com base numa agricultura camponesa e expressa em uma distribuição mais “eqüitativa” entre as atividades econômicas (agricultura, serviços e indústria).

A configuração especial de Nova Friburgo se potencializa no contexto fluminense ao apresentar o quarto menor índice de pobreza, o quarto IDH do estado, e um índice de Gini em torno de 0,42%. Os municípios que apresentam os piores indicadores de IDH no estado têm, em sua maioria, alta taxa de população rural (o rural profundo), sem a dinamização do polo urbano (indústria e serviços) como tem em Nova Friburgo; e as cidades que apresentam os maiores índices de pobreza são aquelas desmembradas recentemente (década de 1990) e elevadas a categorias de municípios, sofrendo ainda com a falta de

infraestrutura e recursos adequados, além das periferias localizadas na região metropolitana.⁸²

3.4. As comunidades estudadas

A vila de São Pedro foi fundada em setembro de 1822 por 12 famílias suíças que abandonaram seus lotes na Colônia de Nova Friburgo em busca de melhores terras para a prática agrícola. Na ocasião foram concedidos para cada família 100ha de terras, e o nome São Pedro foi escolhido em homenagem ao imperador do Brasil que consentiu essa doação.

Os imigrantes suíços plantavam café para vender, e cana-de-açúcar, milho, feijão e legumes para a subsistência. Contavam com o trabalho familiar e com o reforço de alguns braços escravos inicialmente, e posteriormente com o trabalho de colonos suíços, que foram importados para substituir a mão de obra escrava ao findar o tráfico negreiro, num período de expansão da produção cafeeira na região.

Segundo Cavalcanti (1980), o desaparecimento da mão de obra escrava provocou um processo de diferenciação social entre os produtores de São Pedro, na medida em que mesclavam antigos e novos imigrantes. Os primeiros como proprietários, os últimos como simples trabalhadores cuja função era impedir que o cultivo do café retrocedesse ao nível da simples unidade familiar de produção.

Com a crise da economia cafeeira, os produtores de São Pedro voltam a orientar os seus cultivos para a subsistência; reforçam os laços comunitários entre parentes e vizinhos, como um meio de enfrentar a luta pela sobrevivência de todo o grupo, e restabelecem uma relativa homogeneidade entre eles no que se refere à divisão dos fatores de produção da vida material. Esse período vai desde o final do século XIX até aproximadamente a década de 1940.

⁸² Ver no anexo da tese a tabela com a relação dos municípios do estado pela sua distribuição populacional por situação de domicílio, IDH, índice de pobreza e índice de Gini.

Assim, durante um longo período, essas localidades ficaram submetidas a um intenso isolamento, com uma baixa produção mercantil, dificultada pelo acesso ao núcleo urbano mais próximo, porém com uma produção bastante diversificada, que de certa forma, garantia autonomia às famílias com relação ao consumo de alimentos.

Os principais produtos mercantis no período que antecede as décadas de 1950 e 1960 eram o café e a carne de porco. Os alimentos consumidos e não produzidos eram adquiridos mediante trocas intercomunitárias, que também compunham as relações de sociabilidade. De acordo com os relatos dos moradores mais antigos, a vida comunitária era intensa e com pouca interferência de elementos externos. Os espaços de sociabilidade distribuía-se em círculos concêntricos, que incluíam o espaço doméstico, o círculo de vizinhança e as comunidades vizinhas. Com a melhoria das vias de comunicação, esse quadro vai aos poucos se modificando e a produção mercantil vai ganhando espaço na roça familiar.

A abertura da estrada de terra ligando Lumiar a Nova Friburgo, nos anos 1950, é reconhecida como um novo marco na comunicação entre o distrito e a sede municipal. Com a estrada, chegaram também os insumos agrícolas – basicamente os agrotóxicos –, que introduziram os agricultores no processo de modernização que marcou os anos 1970. Acentua-se assim a relação desses pequenos agricultores familiares com o mercado, acompanhada da dependência de produtos industrializados, tanto no que se refere à produção, como ao próprio consumo, eliminando o sistema de trocas que ainda vigorava. Todavia, não suprimiu por completo a ajuda mútua entre os produtores vizinhos. Exemplo disso é a prática do fornecimento de alimentos produzidos por eles, até hoje.

Assim, os produtos orientados para o autoconsumo cedem espaço para as olerícolas e hortigranjeiros direcionados para os mercados regionais de alimentos em expansão, no bojo do intenso processo de urbanização do país. Essa maior inserção no mercado acabou provocando uma nova diferenciação social entre os produtores da região. Aqueles que conseguiam obter uma renda

maior e investir na compra de um microtrator, terras, caminhão, ou abrir um armazém local e/ou investir na melhoria nas técnicas de cultivo acabaram se destacando entre os produtores que permaneceram com práticas de cultivos antigas, que exerciam a parceria e ficavam submetidos aos intermediários locais para escoarem seus produtos.

A pavimentação da estrada em 1982 intensificou outras trocas com o meio urbano. A maior facilidade de acesso à região aumentou a atração da cidade sobre parte da população local e, ao mesmo tempo, estimulou a vinda de turistas, dando início a uma nova fase na dinâmica de algumas comunidades tanto em São Pedro da Serra e Lumiar, como Boa Esperança. Em Vargem Alta, a presença de turistas ainda é baixa, o que tem permitido a expansão de áreas destinadas à floricultura, sobretudo nos últimos 20 anos.

O turismo na região em foco se expressa em duas modalidades: o “turismo fixo” – representado pela camada de pessoas que, vindas da cidade, adquirem propriedade nas localidades rurais ou alugam casas por períodos prolongados – e o “turismo de fluxo” – de pessoas que vão apenas visitar a região nos finais de semana ou feriados, na maioria jovens à procura de práticas esportivas (canoagem, escaladas, *rafting*), e modalidades do chamado ecoturismo. Os dois tipos de turismo são praticados por grupos etários distintos, que alimentam interesses e desejos diversos.

A transformação na ocupação desse território pode ser percebida pelo aumento do número de estabelecimentos dedicados ao atendimento das demandas do turista, com um aglomerado de casas, pousadas, pequenas lojas de *souvenir*, lojas de roupas, bares e restaurantes. Se, até 1983, só havia uma pensão em Lumiar e outra em São Pedro da Serra, em 1998, Lumiar já contava com 22 pousadas e São Pedro da Serra com 12, tendo este número aumentado para 22 em 2008, de acordo com informações de comerciantes locais. A maioria desses estabelecimentos é informal e pertence a proprietários de origem urbana – os “neo-rurais” -, que geralmente empregam jovens da própria localidade como atendentes, faxineiros, camareiras e cozinheiras. O comércio local em São Pedro da Serra, que foi ativado com a abertura de vários estabelecimentos,

integrava, em 2008, vários restaurantes e bares, 1 centro cultural com cineclubes, 2 lojas de material de construção, 2 centros comerciais, 2 serrarias, 1 locadora de vídeo, 2 padarias, 7 mercearias, 2 academias de ginástica, entre outros. Além disso, a melhoria na infra-estrutura, com a expansão da eletrificação rural e da telefonia, somada à facilidade de acesso à região, por automóvel particular ou por transporte coletivo (há serviços de ônibus de hora em hora), têm impulsionado ainda mais o deslocamento, tanto da população local como dos indivíduos de origem urbana, ampliando assim as redes de sociabilidade.

A economia local ainda está assentada na agricultura familiar, de pequenos proprietários dedicados à olericultura, à fruticultura, à floricultura e, mais recentemente, à pecuária extensiva de engorda⁸³, e a atividades impulsionadas pelo turismo e confecção doméstica⁸⁴.

Em Boa Esperança, o inhame é o principal produto mercantil, secundado por outras pequenas lavouras, tais como: batata-inglesa, tomate, banana, feijão e milho, este último em menor escala. Por se tratar de uma região turística bem desenvolvida, a agricultura nessa comunidade tende a ser mais secundarizada como fonte de renda e ocupação, dada à ampliação do mercado de trabalho local com a expansão do turismo. Outras atividades, como as de pedreiros, caseiros, faxineiras domésticas, lavadeiras e cozinheiras, têm sido estimuladas pela exploração turística (Teixeira, 1998), assim como a confecção doméstica de peças íntimas, por conta da expansão do comércio especializado no Município de Nova Friburgo⁸⁵. Transformando a casa em *locus* de produção, a confecção de roupas íntimas femininas passou a ocupar o espaço da agricultura ou a complementá-la na dinâmica de reprodução social de algumas famílias. A mão de obra principal é o grupo familiar, estendendo-se para parentes e vizinhos.

⁸³ A “pecuária de engorda” consiste na compra de bezerros, que são mantidos por 2 a 3 anos, e então são vendidos para o abate, mas ainda é uma atividade incipiente nas localidades estudadas.

⁸⁴ Esta última atividade é mais concentrada na localidade de Boa Esperança que faz parte do distrito de Lumiar.

⁸⁵ De acordo com Sindicato da Indústria do Vestuário de Nova Friburgo (Sindvest) estima-se que exista cerca de 800 estabelecimentos legalizados nesse ramo e 1.000 estabelecimentos informais, pulverizados por todo município, principalmente nas áreas rurais (Carneiro e Rocha, 2007).

Além disso, vários produtores têm loteado sua propriedade para construção de casas de aluguel para pessoas de “fora”, o que corresponde a cerca de um salário mínimo por mês, representando assim um complemento da renda familiar no presente e garantia de aposentadoria futura.

Nesse contexto, vem se afirmando uma nova categoria: a dos *pluriativos*, entre os quais se destacam antigos agricultores, que são levados a recorrer a atividades não-agrícolas para a complementação da renda familiar, passando a exercer funções de jardineiro, motorista, pedreiro, servente de obra, etc. Outros ainda, por disporem de propriedades maiores e algum capital, investem na atividade turística como forma de ampliar os rendimentos, redimensionando, assim, o peso da atividade agrícola na sua reprodução social.

Diferentemente de Boa Esperança, a agricultura em Vargem Alta representa o maior potencial econômico da região e fonte de ocupação da população local. Boa parte das explorações em Vargem Alta dedica-se à floricultura, produto que resulta em marcante diferenciação social entre os pequenos agricultores familiares. Aqueles que plantam flores, comparados aos que se ocupam com cultivos tradicionais de olerícolas, conseguem obter uma renda maior, sobretudo quando se trata de um agricultor com estabelecimento próprio, que comercializa sua produção no mercado da Cadeg, São Cristóvão, Rio de Janeiro⁸⁶. Os mais bem sucedidos são aqueles produtores que somam a própria produção à resultante de alguma parceria (com meeiros).⁸⁷ Trata-se, portanto, de uma região de ocupação mais agrícola, sem exploração turística. Não tem pousadas ou restaurantes, e o comércio se restringe a um bar e uma mercearia, para atender à população local.⁸⁸ O acesso à região também é mais restrito, considerando que é servido por apenas uma linha de ônibus, que trafega

⁸⁶ A Cadeg é uma central de abastecimento particular e é considerado o principal mercado atacadista de flores no Estado do Rio de Janeiro, com funcionamento diário.

⁸⁷ Dados da pesquisa no período de outubro de 2001 revelaram que a renda de um floricultor com até cinco meeiros pode chegar a R\$ 3000,00 líquido por mês (cerca de 16,6 salários mínimos), enquanto o meeiro ganha em torno de 1 a 2 salários mínimos referentes a época da pesquisa.

⁸⁸ Geralmente as compras maiores (compras do mês) são efetuadas nos supermercados da cidade de Nova Friburgo.

por uma estrada de terra sem asfalto, e até o período da pesquisa de 2001, também não contava com os serviços de telefonia fixa nos domicílios particulares.

Mesmo não dispondo de dados sobre a produção de flores no estado, segundo informação (verbal) de um funcionário da Delegacia Federal de Agricultura do Estado do Rio de Janeiro, a floricultura vem tomando proporções importantes, sobretudo na região serrana do estado, e passou a ser alvo de interesse de instituições ligadas à agricultura. No município de Nova Friburgo, a produção anual de floricultura já atingiu 240 ha de área plantada no ano 2002/03, com destaque para rosas, palmas e crisântemos (PMNF-RJ- Secretaria Municipal de Agricultura, 2004). Algumas ações já foram implementadas para fomentar a floricultura, entre elas a criação de uma festa anual da floricultura, que vem sendo realizada desde 2001, e a implantação de uma escola técnica agrícola, na comunidade de Vargem Alta, para a formação de mão de obra qualificada.

Trata-se de uma escola municipal, com parceria com o Instituto Bélgica Nova Friburgo (Fazenda Escola Rei Alberto I) – Ibelga-, que tenta reproduzir uma experiência que vem funcionando desde 1993 na comunidade de Salinas (3º distrito de Nova Friburgo). O Ibelga é uma escola-família formada, pela parceria entre a Organização para Cooperação Internacional de Projetos de Desenvolvimento - DISOP (organização não-governamental) e o Instituto Bélgica-Nova Friburgo. Segundo Pereira (2004), o Ibelga foi criado com base nas experiências de uma rede nacional de escolas de aprendizagem rural na França, a *Maison Familiale* (escola-família), que integra o sistema oficial de ensino francês desde 1960, e tem como instrumento pedagógico o sistema de alternância. Este sistema consiste em repartir a formação do jovem em períodos de vivência na escola e na família, permitindo-o conciliar o trabalho agrícola com os estudos. Seguindo o modelo das escolas-famílias européias, o Ibelga foi instalado em Salinas, por ser essa uma região propícia à agricultura familiar. De acordo com Pereira, essa representa uma importante estratégia para as famílias locais manterem seus filhos na região, seja como agricultores ou como técnicos

agrícolas⁸⁹. O ensino é gratuito e abrange o ensino fundamental (1^a a 8^a série) e o ensino médio técnico (o antigo 2^o grau técnico). A escola funciona em horário integral e conta com regime de internato para alunos que residem em lugares distantes. Em Vargem Alta, por enquanto, só está sendo oferecido o ensino fundamental, seguindo o mesmo recurso pedagógico da alternância, ou seja, uma semana na escola e outra em casa, com atividades acompanhadas por monitores.

A outra comunidade estudada - Janela das Andorinhas – situa-se no 2^o distrito de Nova Friburgo (Rio-grandina), e trata-se de uma pequena localidade, onde famílias de pequenos proprietários e parceiros dedicam-se à fruticultura, tendo no caqui e na lima da pérsia seus principais produtos, além de lavouras como tomate, feijão-vargem e ervilha, entre outras. No ano de 2001 foram registradas cerca de 75 famílias articuladas por laços de parentesco e de vizinhança. Dentre elas 46 eram de agricultores familiares. O restante das famílias abarcava uma população bastante diversificada, que não vivia apenas da agricultura, mas trabalhava em atividades não-agrícolas na própria localidade (confeção doméstica, comércio, construção civil, escola municipal) e/ou tinham empregos na cidade de Nova Friburgo.

A principal atividade econômica na comunidade é a agricultura, que ocupa boa parte da população, segundo o presidente da Associação de Pequenos Agricultores. Alguns depoimentos revelam, porém, que está ocorrendo um processo de envelhecimento da população, com a saída dos jovens do meio rural. Além disso, o acréscimo do número de pessoas que se beneficiam da aposentadoria a que têm direito tem permitido uma melhoria significativa para os agricultores da comunidade.

Quanto à comunicação, existe uma única estrada, ainda não asfaltada, que se estende por toda a comunidade, e um serviço de transporte coletivo com escala de quatro horários diários. Também possui energia elétrica e telefonia fixa

⁸⁹ De acordo com Pereira, a escola busca a integração dos jovens na comunidade, por meio de um projeto participativo. No último ano do nível profissional é solicitado aos jovens (em grupo ou individualmente) que elaborem um projeto de atividade ligado ao meio rural local, para o aumento do rendimento familiar.

em parte dos domicílios particulares, além de um núcleo “urbano” próximo, com um comércio bem desenvolvido, constituído de mercearia, padaria, farmácia, entre outros.

Cabe acrescentar que na época da pesquisa a associação dos moradores desta localidade estava buscando interferência da Secretaria de Turismo de Nova Friburgo a fim de desenvolver o turismo na região, com roteiros religiosos (visita ao Mosteiro Santa Cruz, de monges beneditinos), técnicos (visitas a pomares e lavouras, com o sistema colha-e-pague, e à criação de cabras), ecológico e esportivo. Trata-se de um projeto que busca diversificar a renda dos produtores e melhorar as condições de vida. Ainda, não há na região nenhuma estrutura montada para o turismo, como pousada ou pensão, havendo apenas abrigo no mosteiro.

A partir de 2003, tem se observado o envolvimento de alguns produtores desta localidade, juntamente com produtores de outros municípios (Cachoeira de Macacu e Paracambi) na participação de um Projeto de Capacitação de Agricultores Familiares na região serrana para a utilização de técnicas agroecológicas, formas de organização da produção (associativismo e cooperativismo) e comercialização. Essa é uma demanda proveniente da UNACOOOP (União das Associações e Cooperativas de Pequenos Produtores Rurais do Estado do Rio de Janeiro), com utilização de recursos do Pronaf-capacitação e cooperação técnica de entidades públicas como Emater/RJ, e Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Todavia, há ainda uma certa dificuldade em mobilizar os agricultores em torno do curso de capacitação e na instalação de unidade de produção, baseados na prática agroecológica, devido ao elevado custo de produção e à resistência de alguns agricultores em mudar seu procedimento de cultivo (Carneiro e Rocha, 2007)⁹⁰.

⁹⁰ Para maiores informações sobre projetos coletivos mais recentes que envolvem, de alguma maneira, a participação de agricultores familiares na região serrana ver Carneiro e Rocha (2007).

3.4.1. Características do questionário e a unidade de análise adotada do estudo de caso da terceira fase do Projeto Rurbano

Entre os dias 19/10/2001 a 03/11/2001 foram aplicados 80 questionários em domicílios particulares, nas comunidades de Boa Esperança, Vargem Alta e Janela das Andorinhas⁹¹. O questionário, elaborado pela equipe do Projeto Rurbano, estava voltado para obtenção de informações sobre a demografia e o perfil ocupacional prevalentes na semana de referência (a última semana de setembro do ano de 2001). O objetivo central era obter um detalhamento das ocupações e da renda das pessoas com 10 anos ou mais de idade durante o período de outubro do ano de 2000 até o final de setembro de 2001.

A unidade básica de amostragem foi o domicílio rural particular permanente, situado fora da região metropolitana, que podia abrigar qualquer tipo de morador, ou seja, o tipo de domicílio que compunha a amostra independe da natureza da ocupação de seus residentes, correspondendo assim ao mesmo critério de análise utilizado pela PNAD, com o mesmo conceito de domicílio.

Para a realização do trabalho de campo buscou-se a identificação e o número de domicílios e sua distribuição em cada comunidade. Os dados sobre os domicílios nas comunidades de Boa Esperança e de Vargem Alta foram obtidos em cadastro do posto de saúde, e com as agentes de saúde dessas comunidades. Na comunidade da Janela das Andorinhas, o rol dos domicílios foi fornecido pelo presidente da Associação dos moradores dessa comunidade⁹². Esses dados permitiram elaborar uma amostra aleatória estratificada, com repartição proporcional ao número de domicílios. Procurou-se aplicar cerca de

⁹¹ Os questionários foram aplicados pela autora, com o auxílio de uma equipe formada pela socióloga Generosa de Oliveira Silva, o acadêmico em Ciências Biológicas da UFRRJ Adeilson Lopes da Silva, o acadêmico de Ciências Econômicas do IE/UFRJ Fagner Moura Costa, e o acadêmico em Administração Ocimar Teixeira. Contamos também com a colaboração da profa. Dra. Maria José Carneiro (CPDA/UFRRJ).

⁹² O presidente da associação dos moradores na ocasião da pesquisa era o Ocimar, o pesquisador que integrou a equipe de pesquisa e ficou responsável na aplicação dos questionários nessa comunidade.

15% a 20% de questionários em relação ao número de domicílios em cada comunidade.⁹³

Reafirme-se que esse rol refere-se a todas as residências e não somente àqueles domicílios habitados por agricultores. A amostra foi composta aleatoriamente, por sorteio, de modo que a chance de integrar a amostra é igual para qualquer domicílio da localidade. O importante foi manter o critério de que cada domicílio tivesse a mesma probabilidade de estar na amostra, garantindo assim a aleatoriedade da amostra, ainda que a mesma não seja representativa (do ponto de vista estatístico) da população da região ou do Estado.

3.4.2 Características gerais da amostra em 2001

Os 80 domicílios entrevistados englobam uma população de 281 pessoas. De uma maneira geral, tratavam-se de famílias nucleares (o casal mais um ou dois filhos), cuja média de residentes por domicílio era de 3,5.⁹⁴ Deste total, 23,8% tinham até 14 anos, 68% entre 14 e 65 anos, estes os economicamente ativos para a execução dos trabalhos agrícolas e não-agrícolas, e 8,2% possuíam acima de 65 anos. Havia um equilíbrio entre homens e mulheres, 50,9% e 49,1 respectivamente, conforme se pode observar na tabela 7.

⁹³ Na comunidade de Boa Esperança, realizou-se entrevista apenas em Boa Esperança de Baixo, pois na ocasião da pesquisa, tinha ocorrido um assalto em Boa Esperança de Cima, o que tornou inviável a realização da pesquisa.

⁹⁴ Em 50 dos 80 domicílios entrevistados, o número de residentes era de três a quatro pessoas.

Tabela 7: características gerais da amostra em Nova Friburgo. RJ, 2001.

Características	VALOR
Número de domicílios (dom)	80
Número de residentes (res)	281
Residentes por domicílio (res/dom)	3,5
Tamanho médio da família (exclusive os agregados)	3,5
Gênero:	
proporção de homens (%)	50,9
proporção de mulheres (%)	49,1
Idade:	
proporção de pessoas com menos de 14 anos (%)	23,8
proporção de pessoas com 65 anos ou mais (%)	8,2
Escolaridade das pessoas com 7 anos ou mais de idade	
proporção de analfabetos (%)	12,9
proporção de semi-analfabetos ¹ (%)	12,1
proporção de pessoas com 1o grau completo (%)	2,0
proporção de pessoas com 2o grau completo (%)	3,1
proporção de pessoas com superior completo (%)	1,6
Anos de estudo médio das pessoas de 7 anos ou mais	3,5

1- apenas lê e escreve o próprio nome. Fonte: Pesquisa quantitativa de renda nos domicílios rurais. Projeto Rurbano (Fase III). Outubro/2001

3.4.3 Tipologia das famílias

Os domicílios entrevistados foram classificados segundo o tipo de atividade exercida, resultando daí a classificação entre famílias agrícolas, pluriativas e não-agrícolas. A análise realizada permitiu verificar as diferenças e semelhanças relevantes de cada um desses tipos em relação a determinadas variáveis, como o número de membros por família, o grau de instrução, a posição na ocupação, o tipo de atividade exercida, a qualidade de vida (medido por um índice sintético) e a renda.

A agricultura era uma importante fonte de ocupação para a maioria dos domicílios entrevistados. Em 30 domicílios (37,5%), todos os membros ocupados da família, com 10 anos ou mais, se dedicavam exclusivamente à atividade agrícola, na última semana de setembro de 2001, o que permitiu a manutenção de 109 pessoas (Tabela 8).

Tabela 8: Distribuição dos domicílios amostrados segundo o número de residentes. Nova Friburgo, RJ, 2001.

Tipos de famílias	Domicílios		Pessoas	
	Número	%	Número	%
Atividade da família na semana				
Agrícola	30	37,5	109	38,8
Pluriativo	26	32,5	96	34,2
Não-agrícola	22	27,5	71	25,3
Não-ocupado	2	2,5	5	1,8
Total	80	100,0	281	100,0
Origem da renda familiar				
50% ou mais de origem agrícola	34	42,5	129	45,9
50% ou mais de origem não-agrícola	19	23,8	65	23,1
50% ou mais de origem aposent + outras	22	27,5	68	24,2
Outras combinações	5	6,3	19	6,8
Total	80	100,0	281	100,0

Fonte: Pesquisa quantitativa de renda nos domicílios rurais. Projeto Rurbano (Fase III). Outubro/2001

Os domicílios *pluriativos*, ou seja, aqueles que tinham um ou mais membros ocupados em atividades não-agrícolas além da agricultura, ou em que todos os membros desempenham atividade agrícola, mas com dois ou mais membros em diferentes posições na ocupação (empregador + conta-própria; conta-própria + assalariado; empregador + assalariado) representavam cerca de 32,5% (26 domicílios), o que correspondia à manutenção de 96 pessoas (34,2%).⁹⁵

Assim, se forem somados os domicílios agrícolas com os pluriativos, constam que, em 56 domicílios (70% da amostra), pelo menos um membro estava ocupado na agricultura na semana referente à pesquisa. Se ainda for levada em consideração a distribuição dos domicílios, segundo a ocupação no trabalho principal de todos os residentes, verifica-se que, nas famílias pluriativas, a agricultura representava a principal ocupação dos residentes para a maioria

⁹⁵ Somente três domicílios dos que foram considerados pluriativos não possuíam nenhum membro ocupado em atividades extra-agrícolas, isto é, todos desenvolviam atividades agrícolas, mas com dois ou mais membros com diferentes posições na ocupação.

dos domicílios pluriativos (64,5%), e as atividades não-agrícolas 30,6% (Tabela 8).⁹⁶

Os dados revelavam que o maior número de famílias agrícolas e pluriativas tinha em torno de três a quatro residentes, evidenciando assim que a atividade agrícola tem papel importante na manutenção da alimentação e do emprego da família. Para se manter, fundamentalmente, da atividade agrícola é necessário mão-de-obra familiar.

É muito comum, na região, a combinação da agricultura com atividade de pedreiro ou servente de obras, que atrai, sobretudo, a camada mais jovem de agricultores que teve seu aprendizado nesse ramo anteriormente, na condição de ajudante. Após o casamento e a chegada dos filhos, a agricultura, em muitos casos, passa a ter um significado mais importante para garantir a alimentação da família.

Como o trabalho de pedreiro ou auxiliar de pedreiro era realizado sob forma de empreitada, há uma certa flexibilidade de tempo de trabalho, permitindo gerenciar, com mais facilidade, a combinação com a atividade agrícola. O mesmo acontecia com o trabalho de jardineiro ou caseiro que, apesar de ser uma atividade remunerada mensalmente, não exige dedicação integral.

Pode-se apreender a importância dessa atividade não-agrícola na localidade a partir da fala de um jovem pedreiro: “o importante é saber se especializar no que faz e se diferenciar dos demais, pois emprego aqui não falta para quem gosta de trabalhar e é bom. Aqui têm pedreiros que estão ganhando muito bem, conseguindo abrir negócios próprios e comprar até carro zero”. (C.F., pedreiro de 26 anos, São Pedro da Serra, fev/06).

Na região estudada, a pluriatividade ocorria através das seguintes situações: a) trabalho assalariado nas múltiplas oportunidades de emprego ofertadas pelo setor turístico (empregada doméstica, caseiro, jardineiro, garçom); b) trabalho assalariado na prefeitura de Nova Friburgo (professora,

⁹⁶ Quando se observa apenas a ocupação principal da pessoa de referência do domicílio, a agricultura representava a principal atividade para 21 (80,8%) dos 26 domicílios pluriativos.

merendeira, guarda civil); c) comércio (funcionário de pousada, pensão, bar, restaurante); e d) trabalho autônomo (pedreiro, vendedor, atravessador, faxineira, costureira, entre outros). Quase todas essas atividades se caracterizavam pela baixa qualificação e pela remuneração da mão de obra entre um e dois salários mínimos mensal (Teixeira, 1998).

Além dos domicílios agrícolas e pluriativos, foram contabilizados 22 domicílios (27,5%) cujos membros exerciam apenas atividades não-agrícolas, o que correspondia à manutenção de 71 pessoas. Apenas 2 domicílios foram classificados como não-ocupados: os inativos, com ou sem renda, e as pessoas que estavam procurando emprego na semana de referência.

Embora as três comunidades estudadas façam parte do mesmo município e são relativamente próximas, elas apresentavam dinâmicas diferenciadas, sendo interessante assim analisar essa tipologia das famílias por localidade. Como era previsto, pela característica da localidade, a predominância dos domicílios agrícolas entrevistados foi em Vargem Alta, correspondendo a 84% dos domicílios classificados como agrícolas no conjunto da amostra. Dos 41 domicílios entrevistados, situados nesta localidade, as famílias agrícolas correspondiam a 63%, seguida das famílias pluriativas (27%). Apenas 4 famílias foram classificadas como não-agrícolas (11%) (tabela 9).

Dada a maior integração com o meio urbano através do turismo e outras atividades não-agrícolas, como a confecção de peças de roupas íntimas e a presença de pessoas de fora buscando a localidade como moradia, Boa Esperança se destaca predominantemente por domicílios não-agrícolas, perfazendo 62% do conjunto da amostra. Metade dos 26 domicílios entrevistados nesta localidade foi classificada como não-agrícolas, seguida dos domicílios pluriativos (27%), agrícolas (15%) e apenas dois domicílios foram classificados como inativos com renda (famílias de aposentados).

No pequeno vale Janela das Andorinhas, onde a maioria das famílias tinha pelo menos um membro exercendo alguma atividade agrícola, a pluriatividade aparece de forma expressiva, representando cerca de 61% dos 13

domicílios entrevistados, seguida das famílias não-agrícolas (31%), e em apenas um domicílio foi encontrado todos os membros exercendo somente atividades agrícolas.

Tabela 9: Distribuição dos domicílios amostrados de acordo com a localidade. Nova Friburgo, RJ, 2001.

	<i>Boa Esperança</i>		<i>Janela das Andorinhas</i>		<i>Vargem Alta</i>	
	% em relação a localidade	% em relação ao conj. da amostra	% em relação a localidade	% em relação ao conj. da amostra	% em relação a localidade	% em relação ao conj. da amostra
<i>Agrícola</i>	4 (15%)	13%	1 (8%)	3%	26 (63%)	84%
Pluriativa	7 (27%)	27%	8 (61%)	31%	11 (27%)	42%
Não-agrícola	13 (50%)	62%	4 (31%)	19%	4 (10%)	19%
Inativo com renda	2 (8%)	100%	0		0	0
Total	26 (100%)	32,5%	13 (100%)	16,25%	41 (100%)	51,25%

Fonte: Pesquisa quantitativa de renda nos domicílios rurais. Projeto Rurbano (Fase III). Outubro/2001

As ocupações não-agrícolas, como já foi referido, concentram-se em profissões que não exigem grande especialização da mão de obra ou elevados níveis de instrução formal. Essa caracterização das atividades não-agrícolas já havia sido apontada em resultados de pesquisas anteriores do projeto Rurbano (Graziano da Silva e Del Grossi, 2000). Com o intuito de diferenciar os tipos de atividades não-agrícolas foi elaborada nessa etapa de pesquisa uma separação entre ocupações consideradas “qualificadas” e “não-qualificadas”. As atividades não-agrícolas “qualificadas” compreendem as ocupações de empregadores, gerentes, administradores, professores, profissionais técnico-científicos, ocupações em agroindústrias e no setor de comunicações. As “não-qualificadas” são consideradas: serviço doméstico, construção civil, comércio ambulante, motorista, serviços pessoais, caseiro, chacreiro e vigilante.

Os dados primários coletados neste estudo revelaram que em 17,7% das atividades não-agrícolas desenvolvidas por membros de domicílios pluriativos eram “não-qualificadas” e apenas 12,9% eram qualificadas. Quando se observa apenas os domicílios não-agrícolas, constata-se que, em 59% desses domicílios,

a principal ocupação dos membros era o trabalho “não-qualificado”. Além disso, essas ocupações são responsáveis pela maior parte da composição da renda das famílias cuja atividade não-agrícola corresponde a 50% ou mais da renda familiar (Tabela 10).

Tabela 10: Distribuição dos domicílios amostrados segundo a ocupação no trabalho principal de todos os residentes, na última semana de setembro de 2001. Nova Friburgo.

Tipos de famílias	Agrícola	Não-agrícola qualificado	Não-agrícola “não-qualificado”	Outras ocupações	TOTAL
	(%)	(%)	(%)	(%)	(%)
Atividade da família na semana					
Agrícola	100,0	0,0	0,0	0,0	100,0
Pluriativo	64,5	12,9	17,7	4,8	100,0
Não-agrícola	0,0	17,9	59,0	23,1	100,0
Não-ocupado	-	-	-	-	-
Origem da renda familiar					
50% ou mais de origem agrícola	87,1	5,7	4,3	2,9	100,0
50% ou mais de origem não-agrícola	12,8	20,5	53,8	12,8	100,0
50% ou mais de origem aposent + outras	56,3	6,3	25,0	12,5	100,0
Outras combinações	71,4	7,1	14,3	7,1	100,0
Total	60,6	9,7	21,9	7,7	100,0

Fonte: Pesquisa quantitativa de renda nos domicílios rurais. Projeto Rurbano (Fase III). Outubro/2001

A pesquisa ainda revelou que as atividades não-agrícolas eram desenvolvidas, sobretudo, na própria localidade ou em comunidades vizinhas, evidenciando, assim, uma dinâmica de geração de renda e ocupação no meio rural. Em apenas oito domicílios não-agrícolas (37,8%), a ocupação principal dos residentes estava situada no meio urbano, e somente 25% do conjunto das ocupações secundárias não-agrícolas estavam localizadas no meio urbano

(tabela 11).⁹⁷ Cabe chamar atenção, ainda, que a baixa qualificação da mão de obra e o amplo desemprego no país impõem-se como restrição à realização de projetos profissionais para além dos limites da localidade.

Tabela 11: Distribuição dos residentes nos domicílios amostrados segundo o local da ocupação principal. Setembro de 2001, Nova Friburgo.

Tipos de famílias -	No domicílio	Vizinho e na zona Rural	Distante e na zona Rural	Distante e urbano	TOTAL
Atividade da família na semana	(%)	(%)	(%)	(%)	(%)
Agrícola	23,3	72,1	4,7	0,0	100,0
Pluriativo	34,4	47,5	4,9	13,1	100,0
Não-agrícola	21,6	18,9	21,6	37,8	100,0
Origem da renda familiar					
50% ou mais de origem agrícola	28,6	60,3	7,9	3,2	100,0
50% ou mais de origem não-agrícola	20,5	30,8	15,4	33,3	100,0
50% ou mais de origem aposent + outras	26,9	46,2	7,7	19,2	100,0
Outras combinações	46,2	38,5	0,0	15,4	100,0
Total	27,7	47,5	9,2	15,6	100,0

Fonte: Pesquisa quantitativa de renda nos domicílios rurais. Projeto Rurbano (Fase III). Outubro/2001

A baixa escolaridade ainda é um problema a ser enfrentado no meio rural. Nas comunidades estudadas, as pessoas maiores de 7 anos estudavam em média cerca de 3,5 anos, e a proporção de analfabetos e semi-alfabetizados (que só leem e escrevem ou formados pelo Mobral) representava $\frac{1}{4}$ das pessoas maiores de 7 anos da totalidade dos domicílios entrevistados. Apenas 1,6% possuía curso superior completo.

Comparando os tipos de famílias segundo a escolaridade dos residentes (tabela 12), verificou-se que o segundo grau e o curso superior são realidades distantes para as famílias agrícolas. Os dados revelaram que nenhuma família agrícola possuía membro com formação em segundo grau ou curso superior, e apenas uma família tinha pelo menos um membro com formação em primeiro grau, e em três domicílios todos os membros eram analfabetos ou semi-

⁹⁷ Essa tendência também foi observada nas famílias pluriativas, em que, em apenas 3 domicílios, a ocupação principal dos residentes estava situada no meio urbano.

alfabetizados. Ou seja, nas famílias agrícolas, a maioria dos seus membros sequer tinha completado o primeiro grau. Além disso, era na família agrícola que se concentrava a maior proporção de chefe da família analfabeto ou semi-alfabetizado⁹⁸.

Apenas as famílias não-agrícolas possuíam membros com curso superior, e, mesmo assim, numa proporção muito baixa; em apenas três famílias, algum membro possuía terceiro grau completo, e em quatro famílias não-agrícolas, pelo menos um membro tinha o segundo grau completo. Nas famílias pluriativas, apenas um domicílio tinha pelo menos algum membro com segundo grau completo e um domicílio com algum membro com primeiro grau completo. Enquanto a média de anos de estudo dos filhos das famílias agrícolas era de quatro anos, dos filhos dos pluriativos era de seis anos.

Tabela 12: Distribuição dos domicílios amostrados segundo a escolaridade dos residentes. Nova Friburgo, 2001.

Tipos de famílias	Somente analfabetos ou semi-analfabetos (%)	Pelo menos 1 membro com 1o grau e nenhum acima (%)	Pelo menos 1 membro com 2o grau e nenhum acima (%)	Pelo menos 1 membro com curso superior (%)	Outras combinações (%)
Atividade da família na semana					
Agrícola	10,0	3,3	0,0	0,0	86,7
Pluriativo	0,0	3,8	3,8	0,0	92,3
Não-agrícola	0,0	9,1	18,2	13,6	59,1
Não-ocupado	50,0	0,0	0,0	0,0	50,0

Fonte: Pesquisa quantitativa de renda nos domicílios rurais. Projeto Rurbano (Fase III). Outubro/2001

A despeito dessa baixa escolaridade há, em São Pedro da Serra, escola pública de ensinos médio e fundamental. Tanto em Janelas das Andorinhas como e Vargem Alta, ainda não há escola de ensino médio, porém existe uma certa facilidade de deslocamento dos estudantes. Entrevistas realizadas com agricultores nos distritos de Lumiar e São Pedro da Serra revelam que, embora os pais expressem o desejo de permanecerem como agricultores, não almejam

⁹⁸ Trinta por cento dos responsáveis pelo domicílio, que eram analfabetos ou semi-alfabetizados, pertenciam às famílias agrícolas.

mais essa profissão para os filhos, estimulando-os a se engajar em projetos educacionais que os levariam, ao menos idealmente, a outros campos de trabalho. Essa situação engendra uma crise na sucessão do chefe da unidade produtiva, como será visto adiante com dados referentes à pesquisa qualitativa.

3.4.4 Posição na ocupação

As famílias agrícolas são caracterizadas por pequenos produtores, que desenvolvem a atividade agrícola por conta-própria, não se distinguindo, portanto, do padrão mais recorrente no município como um todo. Como se pode observar no gráfico 1, cerca de 90% dos responsáveis pela unidade de produção exerciam a atividade principal como trabalhador por conta própria; em apenas dois domicílios, os responsáveis trabalhavam como empregado assalariado, e em um domicílio o responsável não era remunerado. Se for analisada a posição na ocupação do trabalho principal de todos os residentes das famílias agrícolas (gráfico 2), os desempregados ou inativos destacavam-se (41,8%), seguido da categoria dos conta-própria (38,5%) e de empregados assalariados (7,7%).

Nas famílias pluriativas, o trabalho por conta própria na atividade principal também se destacava entre a maioria dos responsáveis pelo domicílio (76,9%), e somente em seis domicílios (23,5%) os responsáveis exerciam a atividade principal como empregados assalariados. Os membros das famílias também trabalhavam por conta-própria (48,1%) ou como empregado assalariado (23,5%) na atividade principal.

Essa relação se inverte apenas nas famílias não-agrícolas, nas quais sobressaía o emprego assalariado, ou seja, cerca de 45,5% dos chefes dos domicílios trabalhavam como empregados na atividade principal, e 40,9% como trabalhadores por conta-própria. Analisando a origem da renda constata-se, porém, que, mesmo quando a maior parte da renda era proveniente de atividades não-agrícolas, o trabalho por conta própria se destacava mais do que o emprego assalariado.

Em suma, trata-se, em sua maioria, de famílias de trabalhadores que operam por conta própria. Entretanto, ao se analisar a posição da ocupação da totalidade dos residentes, também sobressaem os desempregados ou inativos (33,8%, em 27 domicílios), e os empregados assalariados (17,9%, em 14 domicílios).

Gráfico 1: Distribuição percentual dos domicílios segundo a posição na ocupação no trabalho principal da pessoa de referência, na última semana de setembro de 2001. Nova Friburgo, RJ.

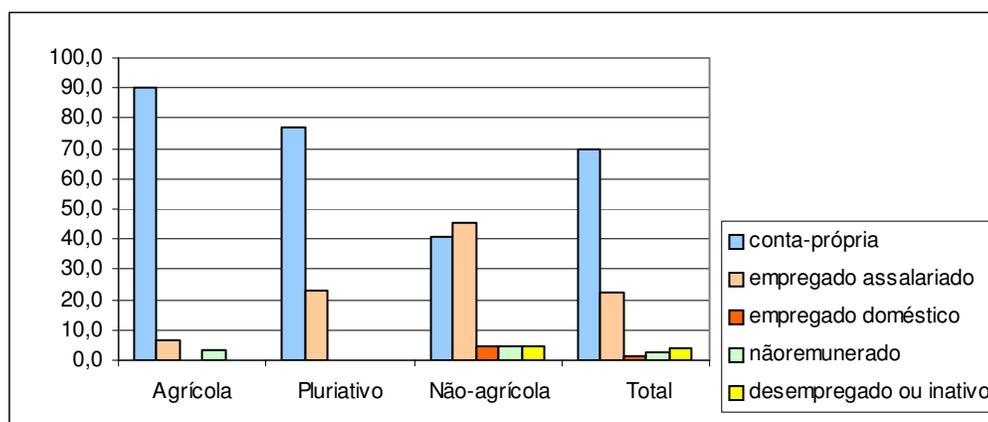
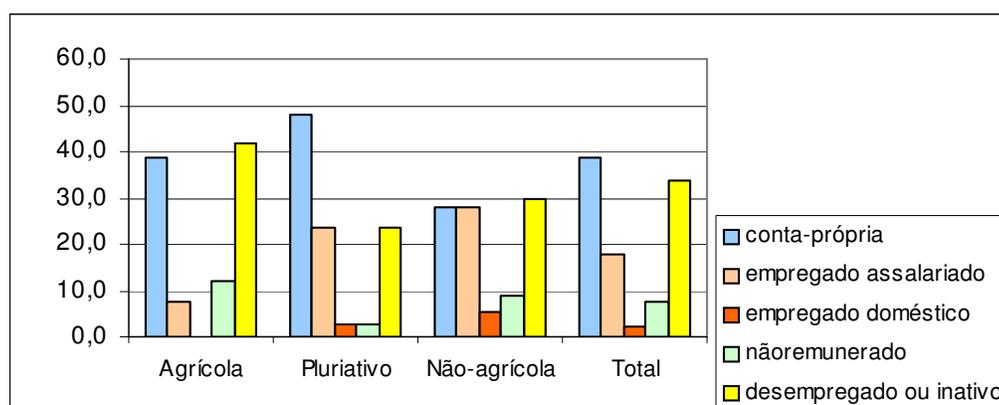


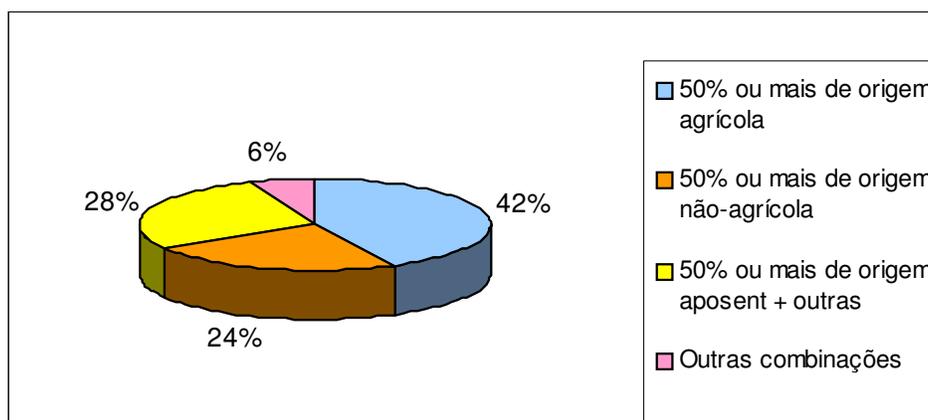
Gráfico 2: Distribuição percentual dos domicílios segundo a posição na ocupação no trabalho principal de todos os residentes, na última semana de setembro de 2001. Nova Friburgo, RJ.



3.4.5 Composição da Renda Familiar

Quanto à composição da renda (gráfico 3), a agricultura também se destaca, representando 50% ou mais da origem da renda familiar para a maioria dos domicílios entrevistados (42,5%), isto é, para 34 domicílios. Para 19 domicílios (23,8%), as atividades não-agrícolas representam mais de 50% de origem da renda, e 22 domicílios (27,5%) têm, na aposentadoria e outras fontes de renda, mais de 50% da origem da totalidade da renda familiar.

Gráfico 3: Origem da renda familiar dos domicílios amostrados segundo o número de residentes. Nova Friburgo



A incidência de aposentadoria e de outras fontes de renda (não trabalho) era maior nas famílias agrícolas. A metade dos domicílios que recebiam mais de 50% da origem de sua renda em aposentadoria e outras fontes era de famílias agrícolas⁹⁹, sete famílias não-agrícolas (32%), duas famílias pluriativas e duas não-agrícolas. E ainda, o peso da aposentadoria no orçamento familiar revelou-se significativo na medida em que representava em média 41% do total da renda bruta do domicílio e mais da metade desses domicílios, a aposentadoria representava mais de 60% da origem da renda familiar (tabela 13).

⁹⁹ Isso leva a sugerir que muitas vezes a renda da aposentadoria na composição do orçamento das famílias que vivem apenas da agricultura pode estar cumprindo o mesmo papel das rendas provenientes das atividades não-agrícolas para as famílias pluriativas.

Tabela 13: Proporção da aposentadoria em relação à renda bruta anual total do domicílio. Nova Friburgo, 2001.

Tipos de famílias	menos de 20%	entre 20 e 40%	entre 40 e 60%	mais de 60%
Agrícola		5	1	4
Pluriativo	2	2	2	1
Não-agrícola inativo		1	1	2
Total	2	8	4	9

Fonte: Pesquisa quantitativa de renda nos domicílios rurais. Projeto Rurbano

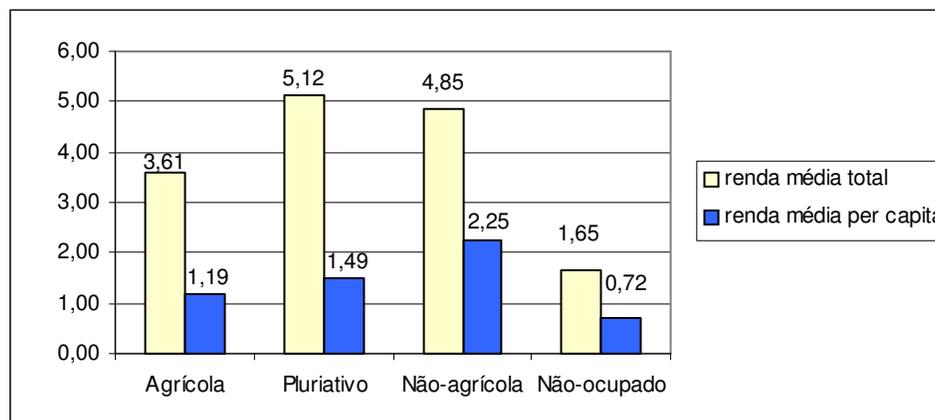
(Fase III). Outubro/2001

No período de 1992/97 houve um aumento significativo da categoria dos não economicamente ativos no meio rural fluminense – aposentados (8,8%) e pensionistas ou outras rendas (3,5%) –, que representava 46,5% do número total da população rural de 10 anos e mais (Teixeira, 2000). Tal crescimento pode ser explicado pela extensão dos benefícios previdenciários às áreas rurais a partir de 1992, com a regulamentação da nova legislação da Previdência Social, que tem sido apontada como uma importante fonte de renda para a manutenção das famílias rurais (Delgado & Cardoso Júnior, 2000).

Embora a atividade agrícola tenha se destacado como uma importante fonte de ocupação e renda para os membros das famílias nessas comunidades, as famílias que possuíam a maior renda média eram as pluriativas, em torno de 5,12 salários mínimos por mês da época, seguidas das famílias não-agrícolas (4,8 salários mínimos). E ainda, enquanto as famílias agrícolas ganhavam em torno de 1 salário mínimo per capita por mês, as famílias não-agrícolas auferiam 2,25 salários mínimos per capita.¹⁰⁰ Logo, combinar a atividade agrícola com a não-agrícola possibilita uma melhoria na renda familiar (gráfico 4).

¹⁰⁰ O salário mínimo refere-se ao vigente de setembro de 2001 (R\$180,00). Ao atualizar esses valores, utilizando o deflator do INPC para julho de 2008, observa-se que as famílias pluriativas teriam uma renda total familiar em torno de 3,6 S.M. e per capita de 1,06 S.M., enquanto as famílias agrícolas, 2,57 e 0,84 respectivamente, em valores de salários mínimos de julho de 2008 (R\$ 415,00).

Gráfico 4: Renda média total e per capita mensal dos domicílios da amostra de outubro/2000 a setembro/2001 em salários mínimos (R\$180,00). Nova Friburgo, RJ.



A participação da renda agrícola no rendimento domiciliar superava um pouco a participação da renda não-agrícola (Tabela 14). Tal tendência pode ser explicada pelo maior número de pessoas envolvidas na atividade agrícola, mas de qualquer forma as atividades não-agrícolas já correspondiam com quase 1/3 do orçamento familiar, revelando, portanto, a sua importância na composição da renda dessas famílias rurais.

Tabela 14: Indicadores de pluriatividade na composição do rendimento domiciliar total. Setembro de 2001, Nova Friburgo, RJ.

Fonte dos rendimentos	% Rendimento
Rendimento das ocupações secundárias / renda total	7,8
Rendimento de todas ocupações / renda total	67,8
Rendimento de outras fontes (a) / renda total	18,4
Rendimento das ocupações secundárias / renda ocupações	13,0
Rendas não-agrícolas / renda total	30,9
Rendas agrícolas / renda total	37,5

As - rendas das ocupações e dos rendimentos anuais variáveis. Fonte: Pesquisa quantitativa de renda nos domicílios rurais. Projeto Rurbano (Fase III). Outubro/2001

Na tabela 15, pode-se constatar que a ocupação principal dos membros era responsável pela maior parte do rendimento do domicílio, seguida das aposentadorias, ocupações secundárias, autoconsumo e aluguéis.

O autoconsumo estava presente em 33 domicílios entrevistados, o que corresponde a 41% da totalidade da amostra e representava 6,5% do rendimento domiciliar.¹⁰¹ Se forem excluídos os domicílios classificados como não-agrícolas e não-ocupados, a representatividade do autoconsumo alcança mais da metade dos domicílios agrícolas e pluriativos (58,9%). Além disso, cabe ressaltar que dados de uma pesquisa qualitativa com 40 famílias de agricultores em duas das localidades aqui estudadas - Janelas das Andorinhas e Boa Esperança- apontavam que 45% dos entrevistados estimavam uma renda de autoconsumo de até meio salário mínimo, e 30% em torno de meio a um salário mínimo mensal da época (Carneiro, 2003). Observa-se mais adiante, na pesquisa qualitativa, que o autoconsumo assume uma participação maior no conjunto das unidades entrevistadas. Portanto, é muito provável que a renda do autoconsumo esteja subestimada por conta da dificuldade de mensurá-la, pois, além de não ter uma lógica mercantil, não é reconhecida como atividade agrícola, já que o que define a identidade da profissão do agricultor é a produção orientada para o mercado.

A produção de alimentos para o autoconsumo geralmente envolve todos os membros da unidade familiar, e é bastante diversificada: frutas (laranja, acerola, lima, tangerina, banana), feijão, milho, aipim, couve, repolho, inhame, alface, cebolinha, salsa, espinafre, beterraba, abóbora, cebola, além da criação de porco e galinha.

¹⁰¹ A participação do autoconsumo na renda familiar era maior nas famílias pluriativas, representando cerca de 14,23% da renda total da família.

Tabela 15: Distribuição do rendimento domiciliar segundo a fonte. Setembro de 2001, Nova Friburgo, RJ.

Fonte dos rendimentos	% Rendimento
Da ocupação principal	60,0
Das ocupações secundárias	7,8
Aluguéis	5,3
Retiradas ou lucros	0,5
Aplicações financeiras	2,5
Arrendamentos	0,9
Doações	0,3
Comércio	0,5
Ocupações integradas	0,1
Aposentadorias	12,2
Outras fontes	3,5
Autoconsumo	6,5
Total	100,0

Fonte: Pesquisa quantitativa de renda nos domicílios rurais. Projeto Rurbano (Fase III). Outubro/2001

Até agora foi estudada a renda bruta dos domicílios sem considerar as despesas. Estas representavam cerca de 14,3% do rendimento das famílias. O item que mais pesava no orçamento das famílias agrícolas era a energia elétrica, que correspondia a aproximadamente 44% do total das despesas. Nenhum domicílio agrícola tinha despesa com aluguel. Para as famílias pluriativas, a mão de obra contratada representava a maior despesa do orçamento (48,7%). Isso pode ser explicado pela liberação da mão de obra familiar para outras atividades extra-agrícolas e a sua substituição por mão de obra contratada, sobretudo no período da colheita (Tabela 16). Portanto, o fato de não pagar por moradia somada a possibilidade de produzir parte da alimentação da família, as tornam menos vulneráveis em momentos adversos na economia do que os pobres urbanos.

Tabela 16: Rendimentos médios e despesa dos domicílios da amostra, de outubro/2000 a setembro/2001. Nova Friburgo, RJ.

Tipos de famílias	Renda média domiciliar total (R\$)	Renda domiciliar <i>per capita</i> total (R\$)	Despesa média (R\$)	Despesa <i>per capita</i> (R\$)	Despesa/rendimento (%)
Agrícola	7.790,47	2.573,97	1.097,62	337,34	14,1
Pluriativo	11.054,77	3.227,22	2.006,81	622,34	18,2
Não-agrícola	10.478,95	4.853,81	1.037,85	487,18	9,9
Não-ocupado	3.555,00	1.545,00	191,25	84,58	5,4
Origem da renda familiar					
50% ou mais de origem agrícola	8.024,74	2.568,56	1.747,67	544,25	21,8
50% ou mais de origem não-agrícola	10.715,37	4.690,40	1.365,27	540,82	12,7
50% ou mais de origem aposent + outras	9.214,50	3.317,63	880,31	332,77	9,6
Outras combinações	15.926,60	4.312,85	718,60	218,46	4,5
Total	9.484,81	3.387,51	1.354,01	464,92	14,3

Obs.: Despesas gerais: INCRA, ITR, IPTU, demais impostos, condomínio, telefone, energia elétrica, reparos, aluguel da casa, mão de obra domiciliar. Fonte: Pesquisa quantitativa de renda nos domicílios rurais. Projeto Rurbano (Fase III). Outubro/2001

3.4.6 Índice de nível de vida

Em relação às condições de vida, foram destacados alguns indicadores que pudessem refletir as condições materiais dos domicílios, como tipo de casa, água encanada, instalação sanitária, energia elétrica, densidade populacional, geladeira, televisão e telefone. A partir do agrupamento desses indicadores foi construído um índice de nível de vida.¹⁰² Os dados indicavam que não havia uma diferenciação social entre as várias categorias de famílias, quando comparadas com o padrão de vida delas, oscilando o índice entre 0,8 e 0,9 para praticamente todas as famílias. Portanto, o acesso a bens de consumo duráveis, como televisão e geladeira, assim como os tipos de casa (de alvenaria e madeira) e instalações (água encanada, fossa séptica) não distinguem as famílias que vivem apenas da agricultura, daquelas que combinam a atividade agrícola com outras atividades, ou ainda, daquelas que possuem apenas fontes de rendas não-agrícolas. O telefone era o único bem que ainda é pouco acessível aos

¹⁰² Quanto mais próximo de 1, melhor o nível de vida do domicílio. Para maiores informações sobre este índice, ver Kageyama & Hoffmann (2000).

moradores dessas comunidades estudadas. Em Vargem Alta ainda não havia sido expandido o sistema de telefonia fixa e só recentemente o telefone chegou às comunidades de Boa Esperança e Janela das Andorinhas.

3. 5. A pluriatividade como um novo modo de reprodução social

Até agora a análise ficou concentrada na pluriatividade ou na emergência das ocupações e rendas não-agrícolas *vis à vis* a atividade agrícola. Porém não basta constatar o crescimento das atividades não-agrícolas no meio rural, e sim a partir disso, compreender como essas atividades são impulsionadas e como podem ser incluídas em uma política pública de desenvolvimento rural. É importante entender as relações da pluriatividade com a agricultura familiar, e não apenas concentrar o foco da análise na pluriatividade em si ou nas ocupações e rendas não-agrícolas de modo genérico. Deve-se entender como as famílias operam e quais são os significados atribuídos à combinação de múltiplas ocupações produtivas por partes de seus membros. De que modo essas decisões são informadas pelos ambientes em que se verifica a emergência de atividades não-agrícolas. A partir dessa preocupação, buscou-se avaliar a trajetória de famílias rurais já entrevistadas no período de novembro de 1997 a janeiro de 1998 no âmbito da pesquisa da dissertação de mestrado, anteriormente mencionada, com a finalidade de qualificar as possibilidades sociais da pluriatividade como uma tendência na região serrana fluminense e comparar as diferenças sociais e econômicas entre as famílias de agricultores e as famílias pluriativas.

Ao conceber um modelo de desenvolvimento rural que leve em consideração a heterogeneidade presente no campo, e não apenas os agricultores viáveis ou passíveis de se transformarem em viáveis, na perspectiva de uma agricultura mercantilizada, a pluriatividade aqui entra como um elemento importante. E o que importa investigar é se a pluriatividade pode ser concebida como uma alternativa, à medida que o novo modelo de desenvolvimento rural for

sendo construído, e se de fato ela pode ajudar a conter o declínio da população familiar agrícola no meio rural.

Outro cuidado da pesquisa foi verificar os efeitos (impactos) que a pluriatividade pode ocasionar sobre a propriedade, a família e sobre o processo produtivo. Também se pretende averiguar se as famílias pluriativas continuam a operar numa lógica familiar de reprodução social, isto é, verificar se os membros, mesmo exercendo atividades extra-agrícolas, continuam contribuindo para a manutenção da unidade produtiva, ou se esta passa a ter apenas o papel de moradia. Para inferir se a pluriatividade está cumprindo sua função de forma crescente no seio da agricultura familiar a fim de esta se consolidar realmente como a base social de um novo modelo de desenvolvimento rural, é importante acompanhar a evolução da pluriatividade nas localidades estudadas. Esse é o objetivo dessa segunda etapa da pesquisa de campo.

O recurso à pluriatividade é entendido aqui como uma estratégia acionada pelas famílias rurais para viabilizar a sua reprodução social. Esse recurso vai depender da combinação de uma série de fatores internos à família, como o ciclo demográfico, o tamanho da família, assim como de fatores externos, como o mercado de trabalho, a conjuntura econômica, entre outros aspectos. Cada unidade familiar reage de maneira distinta a esse conjunto de fatores. As próprias estratégias adotadas podem variar ao longo do tempo e de acordo com as circunstâncias a serem enfrentadas. Cumpre, portanto, analisar como a agricultura familiar se reproduz ao longo de uma década de pesquisa, permitindo fazer uma leitura dos processos em curso no meio rural, ou seja, construir uma certa compreensão das transformações em curso em uma dada localidade.

O trabalho de campo específico para a elaboração da citada dissertação de mestrado, foi realizado de novembro de 1997 a janeiro de 1998, com entrevistas qualitativas voltadas para o tema e quantitativas (aplicação de um questionário sócio-econômico) a 60 famílias de agricultores, abrangendo seis comunidades a partir de uma caracterização prévia da região.

As várias comunidades que compõem os distritos apesar de serem relativamente próximas umas das outras, são heterogêneas. Todavia, é possível reconhecer sub-regiões distintas:

- área em que a atividade agrícola é predominante (área agrícola);
- área que combina atividades agrícolas e de serviços (turismo) (área pluriativa);
- área em que as atividades relacionadas ao turismo prevalecem (área turística);
- área de reserva ambiental, cuja ocupação e exploração é controlada pela legislação de preservação da Mata Atlântica

A área agrícola é constituída por núcleos rurais onde a agropecuária é a principal fonte de renda de emprego. Geralmente são comunidades que ficam mais afastadas dos centros urbanos - sede dos distritos. O contato com pessoas de fora é mais restrito, o que não significa que sejam isoladas das demais comunidades. Os serviços e comércio voltado para o turismo (pensões, bares, restaurantes, etc.) são precários e em algumas comunidades praticamente inexistem. Dentro dessa característica pode-se destacar a comunidade de Benfica que foi contemplada neste estudo. Até hoje é uma das poucas áreas que sofre menos influência ao avanço do turismo na região, pois as famílias resistem em vender terras para os de fora. Trata-se, portanto, de uma comunidade mais fechada, onde a sociedade de interconhecimento é muito presente¹⁰³, com pouca ou quase nenhuma interferência de pessoas estranhas ao meio, onde não há pousadas nem casas alugadas para turistas. Mas apesar dos jovens permanecerem residindo na localidade, pôde-se constatar que eles buscam trabalhos não-agrícolas nas comunidades vizinhas. O trabalho na agricultura é, atualmente, predominantemente exercido pelos produtores mais idosos.

A área pluriativa tem a sua economia voltada tanto para a agricultura como para as atividades relacionadas ao turismo como o comércio (bares,

¹⁰³ Uma característica dessa localidade que a distingue das demais comunidades na região é presença de uma extensa rede de parentes, descendentes de uma mesma família (Ouverney). Até a década de 1980 era muito comum a prática de endogamia, casamento entre primos, para manter a terra indivisa. Tal especificidade ajuda a explicar a pouca presença de pessoas de fora até hoje na localidade.

pequenos restaurantes, pousadas) e prestações de serviços (pedreiro, faxineira...). Neste último, se incluem as comunidades que apresentam beleza natural (rios, cachoeiras), tais como Rio Bonito e Boa Esperança e áreas próximas das sedes dos distritos como Bocaina dos Blaudt.

A área turística compreende os núcleos urbanos de São Pedro da Serra e Lumiar - sedes dos distritos - onde as atividades relacionadas ao turismo predominam. São poucos os agricultores que residem nessa área e o movimento de pessoas de fora é constante e intenso nos finais de semana e feriados. A maior parte do comércio e de serviços (bares, restaurantes, farmácias, supermercado, posto telefônico, pousadas, etc.) fica situada nessas localidades. Esses centros também são as áreas dotadas de melhores infraestrutura em relação à saúde, escola e associação voltada para os produtores rurais.¹⁰⁴

A área de reserva ambiental é composta por localidade como Macaé de Cima que é incluída no tombamento da Mata Atlântica. A atividade agrícola aqui, praticamente não existe mais. O turismo é intenso nessa região e caracterizado por casas de veraneio, cujos proprietários são pessoas oriundas de grandes centros urbanos como Rio de Janeiro, que compraram terras de antigos agricultores que acabaram abandonando a atividade.

A partir dessa caracterização, foram selecionadas para o trabalho de campo da dissertação as comunidades de São Pedro da Serra (SPS): Benfica (área agrícola); Centro de (SPS) (área turística) e Bocaina dos Blaudt (área pluriativa) e em Lumiar: Boa Esperança (área pluriativa); Centro de Lumiar (área turística) e Rio Bonito (área pluriativa).¹⁰⁵

A unidade de análise selecionada foi a família nuclear em função do padrão local, em que não há a presença generalizada de famílias extensas.

¹⁰⁴ As escolas estaduais de primeiro e segundo graus ficam situadas nos centros, uma de 1º grau em Lumiar e outra de 2º grau em São Pedro, que atendem ambos os distritos. A única associação de produtores rurais de Lumiar e adjacências (Ação rural) também fica situada no centro de Lumiar. Cada distrito também concentra no centro o seu principal posto de saúde.

¹⁰⁵ As famílias de agricultores foram selecionadas aleatoriamente e por indicações dos próprios agricultores e pessoas ligadas à comunidade, como o presidente das associações de moradores e da associação de produtores rurais. Esse universo pesquisado correspondia na época a aproximadamente 6,6% do número total de estabelecimentos rurais que eram ao todo 904 nos dois distritos.

Assim que os filhos se casam, eles saem da propriedade paterna. A família nuclear se confunde com a unidade de domicílio, dentro do padrão neo-local.

Foram entrevistadas unidades familiares mono ou pluriativas, tomando por base o conjunto dos membros da família. As famílias monoativas são aquelas em que a força de trabalho familiar é empregada somente nas atividades agropecuárias, mas não estão isentas de outras fontes de renda como aposentadoria e pensões. As famílias pluriativas, por outro lado, são aquelas em que um ou mais membros do grupo doméstico exercem alguma atividade extra-agrícola. Não se considerou pluriativas aquelas unidades familiares em que algum membro exercia atividade agrícola fora da unidade de produção familiar como parceiro. Pois assim corria-se o risco de superestimar os dados na medida em que a parceria na região é uma prática comum e recorrente ao longo de várias gerações, como já foi referido.

No presente estudo de campo, a comunidade de Rio Bonito não foi contemplada devido à dificuldade de acesso. Foram realizadas duas pesquisas de campo em períodos marcados por conjunturas econômicas distintas.

O primeiro retorno ao campo compreendeu o período de julho a outubro de 2005, com visita a 39 famílias entrevistadas anteriormente, o que representa 85% do universo pesquisado¹⁰⁶. Nesse período os agricultores ainda estavam sob forte influência de uma tendência de queda dos preços agrícolas.

A segunda pesquisa foi realizada no mês de julho de 2008, quando a conjuntura econômica apresentava uma situação inversa do período anterior, isto é, uma tendência de alta dos preços agrícolas. Nessa etapa da pesquisa conseguiu-se entrevistar 89% do universo estudado em uma década atrás, ou seja, foram revisitadas 41 famílias.¹⁰⁷

¹⁰⁶ Como foi mencionado foram realizadas 60 entrevistas, mas ao excluir da amostra a localidade de Rio Bonito, o universo pesquisado abrangia 46 famílias. No intervalo destes oito anos entre as pesquisas, uma família se mudou, mas para a mesma localidade, outra constituída de um único agricultor faleceu, uma não quis conceder entrevista e não se conseguiu agendar entrevistas com quatro famílias. Assim, os 39 questionários aplicados nessa etapa compreendem cerca de 85% do universo pesquisado. Se for levar em consideração o universo total pesquisado (60 questionários), representa 65%.

¹⁰⁷ Nesse intervalo de 10 anos, dois agricultores mais idosos que residiam sozinhos faleceram, duas famílias se mudaram para comunidades próximas e uma se recusou a conceder entrevista.

Uma primeira e importante constatação do retorno ao campo foi da permanência na localidade de praticamente todas as famílias entrevistadas neste intervalo de dez anos entre as pesquisas. A maioria dessas famílias, inclusive, tem residido nesta localidade há cerca de três a quatro gerações.

Essa continuidade pode ser explicada pelo sentimento de pertencimento à localidade, pelas relações de sociabilidade que ali se estabeleceram, relações essas de parentesco e vizinhança importantes e que contribuem para explicar uma identidade com o território. A ampliação e diversificação produtiva no mercado de trabalho local e/ou acesso mais facilitado à sede do município, têm permitido a reprodução social dos membros das famílias. Sejam eles como agricultores monoativos, sobretudo os chefes das famílias que se encontram na faixa etária de 45 a 60 anos, ou produtores pluriativos, conforme será apreciado mais adiante.

3.5.1 Características gerais da amostra em 2008

Os 41 domicílios entrevistados englobam uma população de 130 pessoas. Trata-se, em sua maioria, de famílias nucleares, cuja média de residentes por domicílio é de 3,2. Deste total, 17% tem até 18 anos, 79% entre 19 a 59 anos e 27% possuem 60 anos ou mais. Há uma proporção maior de homens do que mulheres, 56,9% e 43,1 respectivamente, conforme se pode observar na tabela abaixo.

Tabela 17: características gerais da amostra em Lumiar e São Pedro da Serra -Nova Friburgo, RJ. 2008

Características	VALOR
Número de domicílios (dom)	41
Número de residentes (res)	130
Residentes por domicílio (res/dom)	3,2
Gênero:	
proporção de homens (%)	56,9
proporção de mulheres (%)	43,1
Idade:	
proporção de pessoas com menos de 10 anos (%)	3,8
proporção de pessoas com 60 anos ou mais (%)	20,7
Escolaridade das pessoas com 7 anos ou mais de idade	
proporção de analfabetos (%)	18,3
proporção de semi-analfabetos ¹ (%)	7,1
proporção de pessoas com a 4ª série primária (%)	36,5
proporção de pessoas com 1o grau completo (%)	4,8
proporção de pessoas com 2o grau completo (%)	9,5
proporção de pessoas com superior completo (%)	1,6

Fonte: Pesquisa de campo, julho/2008.

De acordo com o Censo de 2000, São Pedro da Serra e Lumiar contavam com uma população de respectivamente 2.661 e 4.608 pessoas, que viviam predominantemente nas áreas rurais; (66,8%) na área rural de São Pedro, e (76,2%) em Lumiar. Os domicílios permanentes particulares somavam 877 em São Pedro (64% localizados no meio rural) e 1497 em Lumiar (77% na área rural).

Em relação ao universo estudado, a amostra da pesquisa qualitativa, embora não seja representativa (do ponto de vista estatístico) da população da região, retrata bem as situações concretas das famílias ali residentes, isto é, pode-se dizer que é bastante representativa do contexto da agricultura familiar na localidade.

3.5.2 Tipologia das unidades familiares

Utilizando os critérios do modo de organização da produção e do trabalho e fontes de renda foi possível distinguir os seguintes tipos de agricultores na região:

(a) Agricultor monoativo

- ***agricultor tradicional*** - São agricultores que não adotaram o modelo de agricultura modernizada. Mantém uma produção em escala bastante reduzida orientada para o autoconsumo e para o mercado regional. Sua reprodução social está constantemente ameaçada pela falta de competitividade de seus produtos, baixa produtividade, dificuldades de acesso à novas terras férteis e ausência de créditos. Os rendimentos provêm somente da exploração agrícola, e não estão isentos de rendimentos oriundos de casas de aluguel, aposentadorias e pensões que, muitas vezes, cumprem o mesmo papel das rendas advindas de atividades não-agrícolas.

Estão incluídos aqui tanto os pequenos proprietários como os parceiros. No entanto, estes últimos encontram maiores dificuldades em garantir o necessário à sua reprodução social. Além de contarem com todas as restrições próprias à condição de agricultor familiar, os parceiros são desapropriados de um terço de sua produção em troca do direito de plantarem numa área de terra que não lhes pertence.

A parceria é muito comum na região, inclusive entre parentes. Enquanto o pai estiver vivo, a tendência é manter indivisa a propriedade paterna. É muito comum a parceria entre os pais e os filhos antes da transmissão do patrimônio. Esses arranjos permitem que os filhos, solteiros ou casados possam acumular algum recurso para si, com a produção de roças individuais, devendo, em contrapartida, algum tipo de compensação ao pai, geralmente 1/3 da produção.¹⁰⁸

Os arranjos entre não-parentes variam de acordo com o interesse do proprietário em manter, ou não, um certo controle sobre a produção. Quando o proprietário divide as despesas, com sementes e insumos, com o parceiro, este lhe paga com a metade da produção. Quando a agricultura representa apenas um complemento da renda do proprietário, que normalmente se dedica a outra

¹⁰⁸ Há casos também em que os irmãos, mesmo casados e residindo em casa separadas, trabalham na mesma plantação, junto com o pai, e dividem a produção entre si, de forma igualitária.

atividade econômica ou já é aposentado, o sistema preferido é a terça, pelo qual o parceiro se responsabiliza por todo o custo da produção, ficando obrigado a ceder a terça parte da produção para o proprietário da terra.

Parte dos agricultores proprietários está secundarizando a atividade agrícola, o que tem sido estimulado pela expansão de atividades não-agrícolas ligadas ao turismo e pela ação dos órgãos de preservação ambiental. Assim deixam de ser monoativos para serem pluriativos.

A região estudada, por estar inserida em duas Áreas de Preservação Ambiental no âmbito do município de Nova Friburgo – Rio Bonito de Cima e Macaé de Cima, além das Unidades de Conservação Estaduais de Parque Estadual de Três Picos e APA Macaé de Cima, é objeto de uma legislação ambiental, que atua como instrumento inibidor da atividade agrícola, no tocante à manutenção das atuais áreas de cultivo e à expansão de novas terras, ocasionando uma progressiva perda das áreas agricultáveis. A atuação dos órgãos de proteção ambiental nessa região tem se intensificado e se resume à repressão à atividade agrícola, através da aplicação de multas consideradas elevadas em face dos baixos rendimentos dos agricultores.

Em relação à APA Macaé de Cima, esta foi criada no ano de 2001 pelo Governo do Estado (Decreto 29.213), e abrange uma área de 35.037 ha na fronteira entre os municípios de Nova Friburgo e Casimiro de Abreu. As localidades estudadas 5º distrito (Lumiar) e 7º distrito (São Pedro da Serra) estão inseridas nos marcos legais desta APA, juntamente com as localidades Macaé de Cima e Rio Bonito de Cima. As pequenas plantações de hortifrutigranjeiros, cultivadas desde o início do processo de colonização no século XIX, se dão numa região caracterizada por grande proporção de floresta secundária e primária remanescente da Mata Atlântica¹⁰⁹, além de ser caracterizada por uma região montanhosa com a presença de grande número de cursos d'água e mananciais inseridas assim na legislação do Código Florestal

¹⁰⁹ É importante ressaltar que parte significativa do território do município de Nova Friburgo está protegida por severas leis ambientais, na medida em que são áreas de domínio da Mata Atlântica, e restam apenas 7% da sua cobertura original.

(Lei 4771/65), que institui Áreas de Preservação Permanente (APP), limitando, portanto, áreas que eram até então agricultáveis (Carneiro e Rocha, 2007).

Carneiro e Rocha (2007) chamam atenção para o que está ocorrendo nessas localidades: uma “ambientalização do conflito”, na medida em que a questão ambiental serve de contexto para atualizar e acirrar conflitos antigos entre vizinhos, gente “de fora” com gente “da terra”, agricultores e sitiantes. Além de conflitos entre agricultores e fiscais de órgãos ambientais. Isso explica a forma como foi criada a APA de Macaé de Cima, assim como a constituição do seu Conselho Gestor¹¹⁰. Não houve uma consulta pública à população diretamente atingida e interessada nesse processo, uma vez que esses são agricultores e pessoas com interesses imobiliários na região.

A percepção dos agricultores é de perda não só da terra, como lugar de trabalho, mas do direito de propriedade e uso desta. Frases como: “o governo está tirando a nossa terra” são corriqueiras entre os agricultores entrevistados.

Na pesquisa inicial de 1998, houve uma série de registros da prática de venda de lotes de agricultores que, sem condições de aumentar a produção, acabaram tornando-se jardineiros ou caseiros, às vezes de suas ex-propriedades. Hoje a venda de terrenos está mais contida, passou a ser um recurso acionado por uma situação extrema. Ainda assim são escolhidos lotes que não servem mais para a prática agrícola, seja por conta do desgaste natural, ou pela impossibilidade de roçar, interditada pela legislação ambiental.

No intervalo de 10 anos de pesquisa foi registrado apenas um número de 6 famílias que venderam terras. Um relacionado à partilha da terra por herança, três à venda para famílias e dois para vizinhos. Os principais motivos atribuídos à venda foram pagamentos de dívidas relacionadas à despesa médica e melhorias da casa.

Na última pesquisa mencionou-se uma situação nova: vizinhos estariam cedendo terra para cultivo ou reduzindo os custos da parceria para manterem

¹¹⁰ Na legislação vigente as APA's devem possuir alguns instrumentos como o Zoneamento, Plano de Manejo e Conselho Gestor. Este último é presidido pelo órgão ambiental responsável pela Unidade de Conservação e inclui na sua formação representantes de órgãos governamentais, sociedade civil organizada e população residente (Carneiro, e Rocha, 2007).

produtivas as suas terras, a fim de não esbarrarem na legislação ambiental vigente. Independentemente do valor mercantil que se possa extrair da produção, estão preferindo manter a terra produtiva para impedir o crescimento da capoeira (mato), devido à impossibilidade de realização de queimada, prática antiga da população local. Essa modalidade ainda é incipiente. Os proprietários que recorrem a ela, são geralmente aqueles que não têm mais condições de trabalhar na agricultura, em função da idade avançada ou por não terem mais interesse. Preferem ceder a terra para vizinhos produzirem sem nenhuma contrapartida financeira. Em troca eles têm acesso aos produtos para o consumo da família. Troca essa não mercantil, distinta de uma relação de parceria.

Além disso, cabe mencionar que para os produtores que têm algum recurso, seja em terras, proveniente da atividade agrícola ou outros rendimentos, a construção de casas de aluguel tornou-se uma alternativa significativa.

- ***agricultor moderno ou em vias de se modernizar*** - Trata-se da minoria dos agricultores da região. São os médios e "grandes" proprietários que têm uma produção diversificada em alta escala, orientada para o mercado regional¹¹¹. De um modo geral, possuem seus próprios meios de transportes (caminhão, pick-up). São produtores mais informados, que têm acesso a crédito e assistência técnica e que utilizam algumas máquinas e equipamentos. Essas unidades operam com o trabalho familiar, e também recorrem à contratação de mão de obra e à parceria para auxiliá-los eventualmente. As rendas praticamente advêm, somente, das atividades agrícolas, o que não impede que se encontre esses agricultores investindo em outras atividades não-agrícolas, e assim, passariam a ser considerados pluriativos.

¹¹¹ Esses produtores são aqueles que se beneficiaram de situações favoráveis na agricultura como o plantio da palma e a disponibilidade de terra com preços mais acessíveis, na época em que vários proprietários desistiram da agricultura, estimulados pelo boom do mercado financeiro (década de 70 até início dos anos 80).

(b) Agricultor pluriativo

Trata-se da maioria dos agricultores na região e vem se afirmando como uma nova categoria, que se caracteriza pela heterogeneidade em sua origem e conformação (Carneiro, 1998; Schneider, 2003). São unidades familiares que têm, pelo menos, um membro exercendo alguma atividade extra-agrícola. Nessa categoria estão incluídos os agricultores que investiram em pequenas pousadas, restaurantes, pensões ou prestam serviços para os novos proprietários rurais de origem urbana, como caseiros, pedreiros e faxineiras ou desenvolvem outras atividades não relacionadas ao turismo como professoras, merendeiras, guarda civil, costureiras, entre outras. Dentro dessa categoria, portanto, têm os agricultores que só possuem a sua força de trabalho e outros que têm capital para investir em atividades não-agrícolas.

Quadro síntese da tipologia dos agricultores em Lumiar e São Pedro da Serra

Agricultor tradicional (proprietários e parceiros)	Agricultor modernizado ou em vias de modernizar -se	Agricultor pluriativo
<p>Características da propriedade e da produção:</p> <ul style="list-style-type: none"> - baixo índice de mecanização, - baixa qualidade dos solos, - áreas reduzidas, - topografia acidentada, - uso intensivo de agrotóxicos - ausência de créditos - produção mercantil em escala reduzida - revalorização da produção de alimentos (autoconsumo) - mão de obra familiar - produção mercantil orientada para o mercado local e regional - comercialização via atravessadores locais 	<p>Características da propriedade e da produção:</p> <ul style="list-style-type: none"> - índice médio de mecanização e utilização de técnicas de cultivo mais aprimoradas - médias e grandes áreas - topografia acidentada - uso intensivo de agrotóxicos - acesso a créditos - produção mercantil em média/grande escala - mão de obra familiar auxiliada por poucos parceiros e mão-de-obra contratada eventualmente - produção mercantil orientada para o mercado regional - comercialização própria 	<p>Características da propriedade e da produção:</p> <ul style="list-style-type: none"> - vínculos estreitos com os agricultores tradicionais já que é nessa categoria que se encontra o maior número de pluriativos. - tendência à individualização da força de trabalho na agricultura e direcionamento dos demais membros da família para outras atividades não-agrícolas
<p>Reprodução social como agricultor constantemente ameaçada: desestímulo à atividade agrícola</p>	<p>Atividade agrícola como principal atividade mantenedora da família</p>	<p>Secundarização da atividade agrícola</p>
<p>Alternativas:</p> <ul style="list-style-type: none"> - recurso à pluriatividade: complementação da renda agrícola com a prestação de serviços aos turistas (auxiliares de pedreiros, jardineiros, lavadeiras, domésticas) - venda da terra para o pessoal “de fora” (turistas) - construção de casa de aluguel para os “de fora” (concebido como um complemento de renda e uma garantia de uma aposentadoria futura) 	<p>Alternativas:</p> <ul style="list-style-type: none"> - reinvestimento na atividade agrícola (incorporação de novas terras e aumento da produção mercantil) - investimentos em casas de aluguel 	<p>Possibilidades da pluriatividade;</p> <ul style="list-style-type: none"> - trabalho assalariado nas múltiplas oportunidades de emprego ofertadas pelo setor turístico (empregadas domésticas, caseiros, jardineiros, garçons); - trabalho assalariado na prefeitura de Nova Friburgo (professora, merendeira, guarda civil); - comércio (pousada, pensão, bar, restaurante); - trabalho autônomo (pedreiro, vendedor, atravessador, faxineira, costureira, entre outros)
<p>Terra de produção de alimento (autoconsumo) e moradia + concebida como reserva de capital que poderá ser utilizado para fins turísticos</p>	<p>Terra de produção mercantil</p>	<p>Transformação da terra de produção em terra de lazer/de preservação/casas de aluguel</p>

Fonte: Elaboração própria

Com base nesta classificação que leva em consideração a ocupação dos membros das unidades familiares e a composição do orçamento familiar foi constatado que a pluriatividade ainda exerce um papel fundamental na região, já que a maioria das unidades familiares entrevistadas (63,4%) continua combinando a agricultura com atividades não-agrícolas, e este rearranjo familiar é responsável pela manutenção de 91 pessoas, como se pode observar na tabela abaixo.

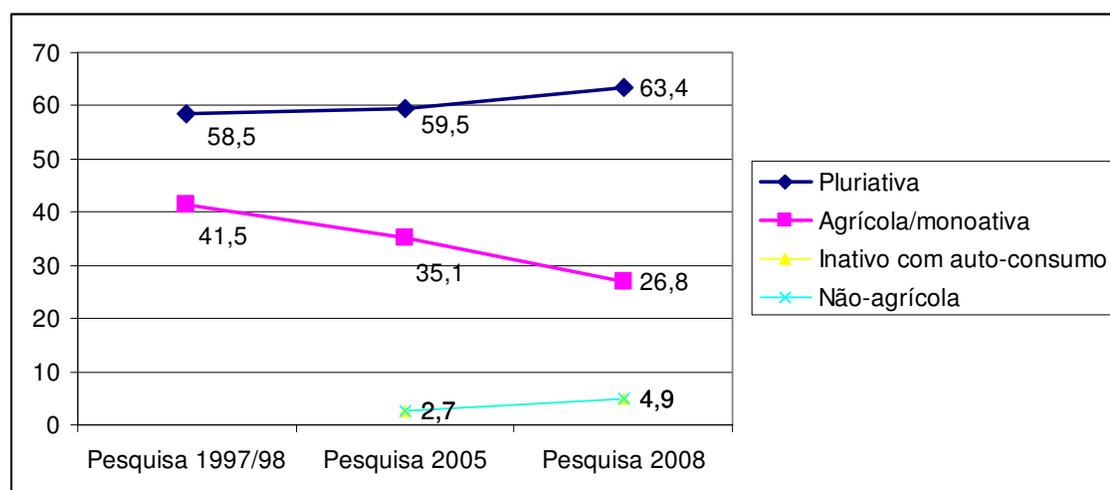
Tabela 18: Distribuição dos domicílios amostrados segundo o número de residentes. Nova Friburgo, RJ, 2008.

Tipos de famílias	Domicílios		Pessoas	
	Número	%	Número	%
Atividade da família na semana				
Agrícola	11	26,8	29	22,3
Pluriativo	26	63,4	91	70,0
Inativo com auto-consumo	2	4,9	6	4,6
Não-agrícola	2	4,9	4	3,1
Total	41	100,0	130	100,0

Fonte: Pesquisa de campo, julho/2008.

Além disso, pode-se verificar, ao longo de uma década de pesquisa, o aumento da pluriatividade na região, em detrimento da redução das famílias que se ocupam exclusivamente da agricultura (gráfico 5).

Gráfico 5: Tipo de unidade familiar: 1998 a 2008



É importante frisar que apesar das dificuldades apontadas pelos agricultores de viver apenas da terra, a agricultura ainda está presente em 95% das famílias entrevistadas, seja como fonte de ocupação e geração de renda (26,8% das famílias se ocupam apenas de atividades agrícolas) ou na manutenção da alimentação familiar (92,6% das famílias entrevistadas produzem algum produto para o autoconsumo), com significados distintos para a reprodução social das mesmas. Esse quadro também foi apontado na pesquisa quantitativa analisada anteriormente, abrangendo 70% do universo de 80 domicílios entrevistados, cuja metodologia se diferenciava desta pesquisa, na medida em que elegia o domicílio rural como unidade de análise, independentemente da natureza ocupacional dos seus residentes.

Logo, a hipótese inicial sobre a compreensão da pluriatividade como um fenômeno estável, e não como um fenômeno transitório e efêmero, que levaria ao abandono da atividade agrícola, foi corroborada nesse grupo analisado. Só foram registradas duas situações de famílias que abandonaram por completo a atividade agrícola, passando a exercer apenas atividades não-agrícolas. Uma delas passou a receber transferências sociais (aposentadoria e pensão), possibilitando, assim, uma importante fonte de renda. Devido a idade avançada dos entrevistados, eles preferiram não exercer mais a agricultura, apenas cuidar de jardim para obter uma renda extra. Na outra, o único membro da família, um jovem, que exercia a atividade agrícola, a substituiu por venda de roupas (sacoleiro), ajudando assim no escoamento da produção da pequena confecção doméstica da mãe.

Cabe acrescentar que mesmo entre as famílias que se tornaram inativas, não houve o abandono por completo da atividade agrícola. Esta passou a ser orientada para o autoconsumo, evidenciando assim a importância da função da agricultura para a segurança alimentar da família.

O recurso à pluriatividade deve ser entendido tanto a partir dos aspectos exteriores à unidade familiar, que impulsionam a busca de novas fontes de renda; como também dos fatores internos à unidade (motivações individuais ou coletivas) e às características da família (dimensão, composição, ciclo de vida,

escolaridade) (Fuller,1990). A pluriatividade pode apresentar diferentes significados e responder a distintas finalidades, como 'necessidades' de ascensão social, de independência, de manutenção ou de reconstituição do patrimônio, de acordo com as estratégias reprodutivas das famílias, isto é, das respostas dadas por elas para assegurar ao mesmo tempo a sua própria reprodução e a da sua exploração (Lamarche, 1993), no contexto sócioeconômico em que estão inseridas.

Entre as correlações mais usuais na análise do recurso à pluriatividade, estão: a estrutura etária, a separação por sexo e a quantidade de pessoas que compõem as famílias agrícolas e as pluriativas. Ou seja, a partir da eventual diferença etária entre as famílias agrícolas e pluriatividade, pretende-se verificar se a variável demográfica é um elemento importante para explicar o recurso à pluriatividade.

Uma das hipóteses mais frequentes associada a esta correlação direta entre o tamanho da família e o recurso à pluriatividade é que as famílias pluriativas teriam um número maior de membros, jovens; ao contrário das famílias agrícolas, que seriam compostas por membros mais idosos e menor quantidade de pessoas, portanto, menos aptas a deslocar parte de sua força de trabalho para fora da unidade produtiva, devido a pouca disponibilidade de mão de obra.¹¹²

Essas questões podem ser analisadas nas tabelas que se seguem.

¹¹² Ver os trabalhos de Schneider (2005) e Conterato & Schneider (2008).

Tabela 19: Faixas de idade e distribuição dos membros por tipos de famílias da amostra, 2008.

Faixas de idade	Total agrícola		Total pluriativos		Total não-agrícola		Total inativo		Total da amostra	
	(n. absoluto)	(%)	(n. absoluto)	(%)	(n. absoluto)	(%)			(n. absoluto)	(%)
Até 10	1	3,4	4	4,4	-	-			5	3,8
11 a 18	6	20,7	11	12,1	-	-			17	13,1
19 a 34	3	10,3	20	22,0	2	3,3			25	19,2
35 a 59	10	34,5	42	46,2	2	3,3			54	41,5
60 ou mais	9	31,0	14	15,4	2	3,3	4	100,0	29	22,3
Total dos indivíduos	29	100,0	91	100,0	6	100,0	4	100,0	130	100,0
Idade média	43,2		39,6		47,8		74,3			

Fonte: Pesquisa de campo, julho/2008.

Tabela 20: Idade/sexo dos membros que compõem as famílias da amostra, 2008.

Idade/sexo	Agricultoras						Pluriativos					
	Masculino		Feminino		Total		Masculino		Feminino		Total	
	N.	%	N.	%	N.	%	N.	%	N.	%	N.	%
Até 10	1	5,9	-	-	1	3,4	1	1,9	3	7,7	4	4,4
11 a 18	3	17,6	3	25,0	6	20,7	4	7,7	7	17,9	11	12,1
19 a 34	2	11,8	1	8,3	3	10,3	16	30,8	3	7,7	19	20,9
35 a 59	5	29,4	5	41,7	10	34,5	22	42,3	21	53,8	43	47,3
60 ou mais	6	35,3	3	25,0	9	31,0	9	17,3	5	12,8	14	15,4
Total dos indivíduos	17	100,0	12	100,0	29	100,0	52	100,0	39	100,0	91	100,0

Fonte: Pesquisa de campo, julho/2008.

Tabela 21: Número total de famílias e membros por tipo de famílias da amostra, 2008.

N. de pessoas por família	Famílias de agricultores		Famílias de pluriativos		Famílias não-agrícolas		Inativa com autoconsumo		Soma total de indivíduos	
	n. absoluto	(%)	n. absoluto	(%)	n. absoluto	(%)	n. absoluto	(%)	n. absoluto	(%)
1 pessoa	3	27,3	-	-	-	-	-	-	3	7,3
2 pessoas	3	27,3	4	15,4	1	50,0	2	100,0	10	24,4
3 pessoas	2	18,2	10	38,5					12	29,3
4 pessoas	1	9,1	8	30,8	1	50,0			10	24,4
5 pessoas	2	18,2	3	11,5					5	12,2
6 pessoas	-	-	1	3,8					1	2,4
Total	11	100,0	26	100,0	2	100,0	2	100,0	41	100,0

Fonte: Pesquisa de campo, julho/2008.

Como se pode verificar nas tabelas acima, 73% das famílias agrícolas possuem de um a três membros, com destaque para famílias constituídas de um único membro e de duas pessoas. Já nas famílias pluriativas predominam as famílias que têm cerca de três a quatro membros.¹¹³

¹¹³ Em 1998 entre as famílias agrícolas sobressaiam as famílias que tinham três membros, essas representavam cerca de 47% do total das famílias monoativas. Já nas famílias pluriativas se

Quando se observa a idade dos membros verifica-se que a maior parte dos membros, em ambas as famílias, tem em torno de 35 a 59 anos. É nas famílias agrícolas que se constata um número maior de membros mais velhos, acima de 60 anos, com predominância para homens nessa faixa etária. Nas famílias pluriativas, a maior parte de homens e de mulheres se concentra na faixa etária de 35 a 59 anos. Enquanto nas famílias pluriativas a média de idade entre os indivíduos é 39,6, nas famílias agrícolas é de 43,2. Portanto, as famílias pluriativas possuem um número maior de indivíduos jovens, quando comparadas com as famílias agrícolas. Isso pode explicar em parte o recurso à pluriatividade, uma vez que disponibilizaria mais mão de obra para outras atividades não-agrícolas, já que dado às características dos estabelecimentos, a atividade agrícola não é capaz de absorver todos os membros da família em idade ativa, além de não exercer tanta atratividade para os mais jovens, e principalmente para as mulheres. Essas características podem ser interpretadas à luz da noção de diferenciação demográfica analisada por Chayanov (1974), que argumentava que as famílias rurais vão alterando suas estratégias produtivas e profissionais ao longo do seu ciclo de variação demográfica. Assim, segundo o autor, as famílias recém-formadas ou aquelas muito idosas se dedicam, em geral, apenas a uma atividade, a agricultura, pois não apresentariam força de trabalho excedente que pudesse ser canalizada para outras ocupações extra-agrícolas. Enquanto as famílias mais jovens, constituídas de filhos jovens e crianças, teriam mais disponibilidade de mão de obra para buscarem trabalhos fora do estabelecimento, quando fosse mais conveniente.

Tal explicação é plausível, mas não suficiente, ou seja, é necessário estar atento às novas tecnologias e às novas inserções econômicas e sociais que a sociedade contemporânea oferece, somando-se a isso o capital material e cultural, os projetos familiares e as estratégias pretendidas pelos agricultores como elementos importantes para explicar o recurso à pluriatividade.

destacavam as que tinham quatro membros. Portanto, ao longo de uma década as famílias agrícolas se tornaram mais encolhidas, isto é, houve uma redução do número de membros, enquanto as famílias pluriativas mantiveram o mesmo padrão.

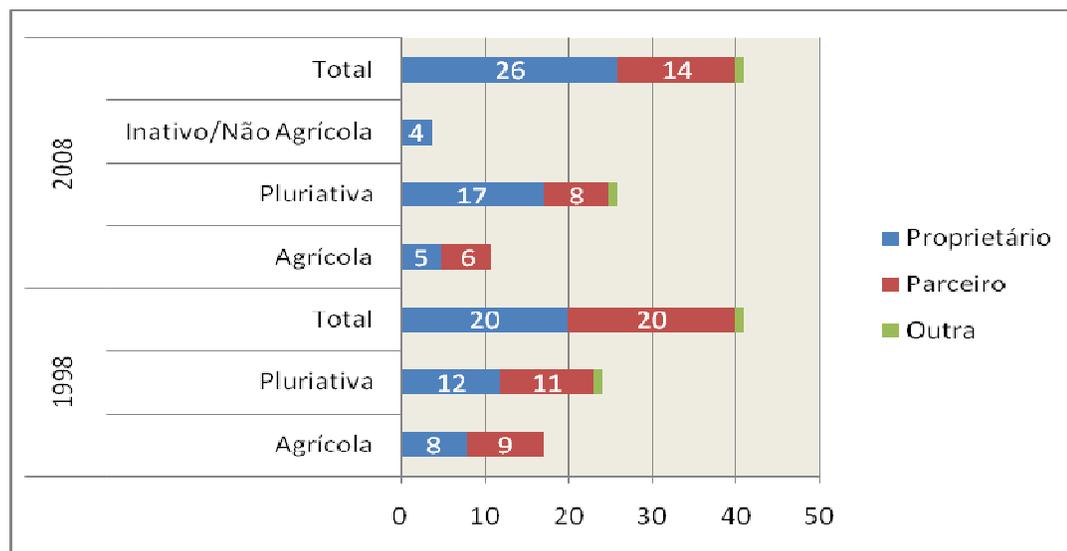
Cabe ressaltar a importância do capital material entre todos esses elementos. E isso pode ser evidenciado quando se constata que a pluriatividade ocorre com mais frequência entre os agricultores que são proprietários (65,4%), do que entre aqueles que não são proprietários - parceiros em 2008 (tabela 22). Inclusive o número de proprietários aumenta entre os pluriativos, enquanto que a parceria se destaca e cresce entre as famílias agrícolas ao longo do período analisado.

Tabela 22: Tipo de família por condição legal da terra

Condição	1998			2008			
	Agrícola	Pluriativa	Total	Agrícola	Pluriativa	Inativo/Não Agrícola	Total
Proprietário	8	12	20	5	17	4	26
Parceiro	9	11	20	6	8		14
Outra		1	1		1		1

Fonte: Pesquisa de campo

No gráfico a seguir é possível ver com mais clareza o recuo da parceria e o aumento significativo de proprietários ao longo de uma década de pesquisa. Porém, mais importante que essa constatação é a informação de que das 6 unidades familiares que deixaram de ser parceiras e se transformaram em proprietários, todas elas eram pluriativas. Isso evidencia a importância da pluriatividade para alterar a condição legal da terra, a partir principalmente da renda proveniente do trabalho, já que apenas uma família parceira se tornou proprietária através de herança e as demais através de compra da terra.

Gráfico 6: Tipo de família por condição legal da terra – 1998-2008.

Fonte: Pesquisa de campo

Além disso, são as famílias pluriativas proprietárias que possuem em média uma quantidade maior de terra (21,4 ha) do que as famílias agrícolas (12,3 ha) no ano de 2008.

Em relação às características das unidades familiares quanto aos produtos cultivados, não foi observada uma diferenciação entre as unidades mono e pluriativas, e nem uma distinção em relação à forma de comercialização. Ambas estão sujeitas, em sua maioria, aos intermediários locais.

A principal forma de escoamento da produção ainda é o recurso ao intermediário local para 62% dos produtores entrevistados. Apenas seis famílias (três famílias agrícolas e três pluriativas) têm caminhão próprio e levam a mercadoria direto para o mercado de Conquista, principal mercado de destino desses produtos.

Portanto, enquanto os indivíduos monoativos se concentram fundamentalmente nos estratos superiores de idade, possuem em média 2,6 membros (confirmando os pressupostos chayanovianos), e são em sua maioria parceiros; os pluriativos são mais jovens, possuem em média 3,5 membros e são predominantemente proprietários.

Uma outra característica muito comum presente nas análises sobre pluriatividade é o nível de instrução, que poderia explicar a presença de indivíduos mais preparados para o exercício da pluriatividade. Como se pode observar na tabela 23, os indivíduos pluriativos possuem um nível médio de instrução maior do que os indivíduos monoativos. Essa diferenciação fica mais acentuada entre os responsáveis e as esposas das distintas tipologias das famílias. A maior parte dos responsáveis das famílias monoativas e de seus respectivos cônjuges é analfabeta, enquanto metade dos chefes das famílias pluriativas e 61% de suas esposas estudaram até a 4ª série primária.

Entre os filhos não se percebe uma diferenciação muito acentuada entre os dois tipos de famílias. Possuem um nível educacional maior do que seus pais. Como já foi salientado anteriormente, São Pedro da Serra possui escola pública até o ensino médio (antigo segundo grau), e a maior facilidade dos meios de transporte permite que famílias, com mais recursos, financiem os estudos de terceiro grau para seus filhos, em faculdades particulares localizadas, em geral no município de Nova Friburgo. Todavia, é muito comum na região, os jovens terminarem o ensino médio e não prosseguirem os estudos.

Tabela 23: Escolaridade por tipo de família 2008

Escolaridade	Responsável		Esposa		Filhos	
	Agrícola	Pluriativo	Agrícola	Pluriativo	Agrícola	Pluriativo
Analfabeto	45,4	23,1	42,8	4,3		8,1
Lê e escreve		15,4		13,0		2,7
Até a 4ª série	36,4	50,0	28,6	60,9	22,2	16,2
1º G incompleto	18,2	7,7	14,3	8,7		16,2
1º G completo		3,8		4,3	22,2	5,4
2º G incompleto			14,3		33,3	21,6
2º G completo				4,3	11,1	21,6
Nível técnico					11,1	2,7
Superior incompleto						2,7
Superior completo				4,3		2,7

Fonte: Pesquisa de campo, julho/2008.

3.5.3 Natureza ocupacional dos membros

Quanto à natureza da ocupação dos membros das famílias agrícolas e pluriativas (tabela 24) foi constatada que a atividade agrícola continua sendo a principal ocupação da maioria dos responsáveis das unidades entrevistadas para ambos os tipos de famílias. Cerca de 72,7% dos responsáveis pelo estabelecimento monoativo, e 69,2% dos estabelecimentos pluriativos têm a agricultura como principal ocupação, e 09 chefes de famílias pluriativas (34,6%) possuem mais de uma ocupação¹¹⁴.

Tabela 24: Ocupação principal dos membros maiores de 10 anos das famílias de agricultores e pluriativos nas comunidades selecionadas por posição na família, 2008.

	Responsável		Esposas		Filhos		Filhas	
	Agrícola	Pluriativa	Agrícola	Pluriativa	Agrícola	Pluriativa	Agrícola	Pluriativa
Agrícolas	8 (72,7%)	18 (69,2%)	4 (57,1%)	6 (26,1%)	3 (60,0%)	9 (32,1%)	4 (100,0%)	
Não-agrícolas		4 (15,4%)		5 (21,7%)		13 (46,4%)		2 (18,2%)
Serviços domésticos				7 (30,4%)				2 (18,2%)
Aposentado	3 (27,3%)	4 (15,4%)	1 (14,3%)	4 (17,4%)		1 (3,6%)		
Não trabalha *			2 (28,6%)	1 (4,3%)				
Desempregado								
Estudante					2 (40,0%)	5 (17,9%)		7 (63,6%)

*engloba os inválidos e os idosos que estão impossibilitados de trabalharem.

Fonte: Pesquisa de campo, julho/2008.

Quanto às esposas, nas famílias agrícolas, elas desenvolvem também práticas agrícolas juntamente com os maridos. Diferentemente das famílias pluriativas em que se constata a predominância das ocupações não-agrícolas,

¹¹⁴ As ocupações secundárias dos responsáveis pelas famílias pluriativas são predominantemente em atividades não-agrícolas, onde foi registrado apenas um caso de ocupação na agricultura. Entre as esposas só foram registrados dois casos de ocupação secundária, uma na agricultura e outra em atividade de serviço doméstico. Em relação aos filhos, foram constatados apenas três filhos de famílias pluriativas que exerciam ocupações secundárias, todas não-agrícolas.

isto é, 52,1% têm como principal ocupação atividades como: empregada doméstica, faxineira, costureira, professora e merendeira (tabela 25).¹¹⁵

A mesma tendência se verifica com os filhos: não se observa nenhuma filha pertencente à família pluriativa ocupada na agricultura. A maioria dos jovens pluriativos está exercendo atividades não-agrícolas. Logo, nas famílias pluriativas as ocupações agrícolas são exercidas predominantemente pelos chefes dos estabelecimentos, enquanto as ocupações não-agrícolas são exercidas com mais frequência pelas esposas e filhos. Nesse contexto, observa-se uma mudança na organização social do trabalho agrícola baseada na família, que se retrai e passa cada vez mais a ocupar apenas um indivíduo, sendo os demais direcionados para outras atividades. Essa nova organização familiar fundamenta-se na inserção plural dos indivíduos. Isso permite falar em “famílias rurais”, nas quais o significado que o recurso da atividade não-agrícola vai receber dependerá da lógica de reprodução social dessas famílias, já que a pluriatividade não é um fenômeno homogêneo (Carneiro, 2006).

¹¹⁵ No ano de 1998 todos os responsáveis pela família agrícola a ocupação principal era a atividade agrícola, e esta representava cerca de 87,5% da ocupação principal dos chefes das famílias pluriativas. Portanto, houve uma perda da participação da agricultura para a ocupação principal dos responsáveis ao longo de uma década. As esposas pertencentes às famílias pluriativas já se ocupavam predominantemente em atividades não-agrícolas em 1998, representando cerca de 73,7% do conjunto das ocupações.

Tabela 25: Principais ocupações não-agrícolas das famílias pluriativas, segundo o sexo, 2008.

Ocupação	Masculino (%)	Feminino (%)
Merendeira		5,6
Costureira		11,1
Comerciante	10,3	
servente de pedreiro/pedreiro	10,3	
Jardineiro	24,1	
empregada doméstica/faxineira		61,1
caseiro	6,9	5,6
motorista	6,9	
Atravessador local	3,4	
Mecânico	3,4	
Eletricista	6,9	
vendedor	13,8	
Professora		11,1
Balconista	3,4	
Gerente de supermercado	3,4	
Padeiro	3,4	
Administrador	3,4	
Auxiliar de enfermagem		5,6

Fonte: Pesquisa de campo, julho/2008.

Entre as unidades pluriativas em que os responsáveis exerciam atividades não-agrícolas, a maioria respondeu que o principal motivo que os levou a exercerem tais atividades foram os baixos rendimentos provenientes da agricultura. Nesse contexto, a atividade não-agrícola é apontada como um importante complemento no orçamento da família. Foram apontados também a disponibilidade de tempo - dada a natureza da atividade agrícola, a falta de terra para trabalhar - devido a atuação do Ibama na região, e a aposentadoria como motivos explicativos para buscarem ocupações não-agrícolas em três unidades distintas.

Entre os principais problemas atuais citados pelos agricultores (mono ou pluriativos) em relação à prática agrícola estão: os preços elevados dos insumos e agrotóxicos, ressaltados em primeiro plano; atuação de órgãos de fiscalização ambiental na região, principalmente identificado como o “Ibama que não deixa mais roçar”; os preços baixos recebidos por seus produtos; comercialização (distância dos mercados e dependência do atravessador local), infraestrutura e clima desfavoráveis. Não há uma mudança significativa em relação aos

problemas apontados há dez anos pelos mesmos produtores; há sim uma alteração no grau de importância entre eles. Há dez anos a ordem era: preço baixo dos produtos agrícolas; problemas relacionados à comercialização, atuação do Ibama, infraestrutura e clima desfavoráveis, preço elevado dos adubos, falta de crédito e incentivo governamental.

Em relação à questão do preço agrícola cabe aqui um lembrete. Na pesquisa realizada em 2008, a conjuntura era mais favorável do que nos períodos analisados anteriormente, pois a partir de 2007 houve um aumento nos preços dos alimentos internos em função do aumento da demanda e problemas de safra. Todavia, a valorização cambial no período encareceu os insumos e agrotóxicos, muito utilizados por esses produtores, impactando assim fortemente os custos de produção. Daí a percepção dos preços baixos recebidos pelos agricultores, apontados como um dos problemas vivenciados por eles. Ressente-se assim de iniciativas que possam explorar melhor uma conjuntura de preços elevados para estimular a produção da agricultura familiar para o abastecimento do mercado doméstico.

A pesquisa também revelou que é das famílias dos proprietários que sai o maior contingente de jovens para se empregar nas atividades não-agrícolas, abertas pela exploração turística, como serventes, pedreiros, caseiros, faxineira etc. (tabela 26).

Tabela 26: Ocupações dos filhos acima de 10 anos segundo tipo de família e a condição da terra.

Ocupação	Pluriativo			
	Proprietário		Parceiro	
	N.	%	N.	%
Agrícola	2	13,3%	3	33,3
Não-agrícola	13	86,7	6	66,7
Total	15	100,0	9	100,0

Fonte: Pesquisa de campo, julho/2008.

A pouca importância atribuída à agricultura pela população jovem, principalmente pelos filhos das famílias pluriativas, pode ser explicada pela baixa remuneração da atividade agrícola associado também aos costumes da economia familiar praticada pelos agricultores, em que a renda da lavoura

geralmente é indivisa, isto é, vai para o fundo comum da família. Já com a renda das atividades não-agrícolas, foi observado um rompimento com essa lógica tradicional da economia familiar. Cerca de 76,6% dos jovens das famílias pluriativas que se ocupam em atividades não-agrícolas, não contribuem para o orçamento familiar, sendo essa renda destinada para seus gastos pessoais (aquisição de bens de consumo), o que gera assim, uma certa autonomia financeira desses jovens. Além disso, as atividades não-agrícolas que eram concebidas a princípio como acessórias, atualmente são consideradas trabalhos mais seguros e mais lucrativos do que a agricultura, tornando-se, em muitos casos, a principal fonte de renda no orçamento familiar. A remuneração é mensal e previsível; sendo, portanto, uma fonte de renda mais segura que está alheia às incertezas intrínsecas à agricultura (clima, variações de preço). Nesse contexto, a atividade não-agrícola exercida pelos jovens, filhos de agricultores, assume o significado de adquirir bens que a renda familiar agrícola não permite, e não mais como uma alternativa de captar recursos para aplicar no estabelecimento agrícola.

A situação das jovens filhas dos agricultores é ainda mais preocupante. Foram registradas apenas quatro jovens de famílias monoativas exercendo atividade agrícola. Mesmo assim sendo três de uma única família. Praticamente não se encontra mais moças na localidade trabalhando na lavoura, pois elas não querem mais reproduzir a situação vivenciada por suas mães, que mesmo exercendo atividade agrícola, esta era concebida como “ajuda” ao marido, portanto, como um trabalho invisível, sobressaindo apenas os papéis tradicionalmente atribuídos a ela - a de mãe e esposa. Tal situação é materializada na forma como essas mulheres recorrem à aposentadoria. É mais fácil se aposentar como empregada doméstica do que como agricultora. Isso tem motivado as moças a investirem no estudo como uma porta de entrada para outras inserções profissionais, não necessariamente de sua saída do campo (como tem sido apontado por algumas pesquisas), o que tornaria uma ameaça à continuidade da população rural no campo, levando a um envelhecimento e uma masculinização, causadas pela ausência de moças para se casarem com os

jovens do campo (Abramovay & Camarano, 1998). Essa situação é reforçada pela alternativa de trabalho à disposição das moças na localidade, seja como assalariadas em pousadas, comércio local, e residências secundárias; ou em confecção no próprio domicílio.

A intensificação da comunicação entre o campo e a cidade, e as relações de alteridade que aí se estabelecem, facilitando o acesso a bens e valores urbanos, têm ocasionado uma reelaboração da imagem da agricultura e efeitos sobre o processo de formação de identidades profissionais desses jovens. Estes sofrem influências mais profundas dos valores veiculados pelas camadas médias urbanas, tendendo a rejeitar a profissão do pai, criando uma grave crise no processo de escolha de um sucessor, como expressa um agricultor -servente de obra, 48 anos:

A minha família inteira não gosta de lavoura, depois que nós viemos pra São Pedro (para o arraial) eles não deixam nem eu trabalhar direto porque eles acham que não é bom negócio. Eu gosto de trabalhar na lavoura, tenho uma longa experiência com isso e acho que é meu ramo. Mas eles não me jogam pra cima, ao contrário, me puxam para baixo. Na lavoura eles não querem me ver trabalhar. O caçula, se for pra ele levar um almoço pra mim, na roça, ele tem vergonha, não leva. Se for pra passar com uma enxada ou enxadão, instrumentos usados na terra, se for pra passar aqui dentro de São Pedro, eles preferem apanhar a fazer isso. É o complexo que tem que acham que lavrador é tudo caipira, bobeira não é! (agricultor-servente, 48 anos, São Pedro da Serra, 2005).

Esse quadro tem levado os próprios agricultores, sobretudo os pluriativos, a almejar outras profissões para os filhos, embora eles mesmos ainda afirmem, em sua maioria, que não desejam abandonar a atividade agrícola. Explica-se isso tanto por uma identidade profissional, como por uma expressão do *afeto da terra*¹¹⁶, o que pode ser exemplificado em algumas falas recorrentes: “porque nasci na lavoura, quero morrer na lavoura”, “gosto da lavoura”; “tem liberdade, trabalha a hora que quer e não é mandado por ninguém”; “não sei fazer outra

¹¹⁶ Cf. Brandão, Carlos Rodrigues. O afeto da terra. Campinas, Ed. Da Unicamp, 1999.

coisa”; “eu amo o que faço. Nós somos prejudicados, mas fome eu nunca passei”. Somado a isso também aparecem nos depoimentos desses agricultores os limites sociais e físicos para exercerem outra profissão: “a gente que não estuda, o negócio é trabalhar na roça”; “gostaria até de deixar a lavoura, mas como sou analfabeto não tenho como deixar. O serviço é muito pesado, judia muito a gente”; “já estou velho para outra coisa”.

Dos casos registrados, apenas quatro casos de agricultores pluriativos¹¹⁷ expressaram a vontade de abandonar a atividade agrícola, e cerca de 56% não desejam a sua profissão para os filhos em virtude da baixa rentabilidade, do “trabalho pesado” e da incerteza inerente à atividade. Os agricultores monoativos, apesar das dificuldades enfrentadas, atribuem maior importância à agricultura como atividade econômica, e a identidade social ainda passa por essa atividade. Apenas um agricultor registrou a vontade de deixar a agricultura. Quando indagados se gostariam que os filhos viessem a ser agricultores, 70% dos responsáveis monoativos responderam que sim, pois “seria bom dar continuidade”; “se eles plantassem alguma coisa tinham para comer, fazia um dinheirinho, podia ajudar um vizinho”; “na roça mal ou bem, de fome você não passa”; “porque sabe como está levando a vida e o que faz é da gente. Não passa fome. Não paga aluguel, nem água”; “se souber trabalhar, dá certo. Depende de cada um”. E apenas dois responsáveis de famílias agrícolas responderam que não gostariam que seus filhos fossem agricultores, justificando os baixos preços recebidos, o trabalho pesado e o custo elevado da produção.

Como salientou Lamarche (1998) “(...) os projetos que os agricultores acalentam para seus filhos traduzem provavelmente, mais fielmente do que qualquer outro indicador, a avaliação que fazem da situação global da sociedade na qual vivem, assim como sua visão das perspectivas do estabelecimento agrícola e do futuro das coletividades onde moram”.

Quando projetam uma outra profissão para os filhos, ainda assim, há um desejo expresso por todos os agricultores, mono ou pluriativos, de que seus filhos permaneçam residindo na localidade. De uma forma geral, o que se

¹¹⁷ O que representa cerca de 15,3% do universo de famílias pluriativas entrevistadas.

depreende das avaliações expressas pelos agricultores é que o meio rural tem um custo de vida mais baixo em relação à vida na cidade, por não pagarem pela moradia e pela possibilidade de assegurar parte da produção direta dos alimentos. Além disso, oferece aos seus moradores melhores condições de vida, em virtude do caráter autônomo da atividade agrícola e da possibilidade de complementar a renda com outras atividades não-agrícolas.¹¹⁸

O meio rural oferece um melhor ambiente para se cultivar relações de amizade e vida mais tranqüila, pois os estreitos vínculos de interconhecimento – “aqui todos são amigos ou parentes”, “aqui todo mundo se conhece” - reforçam o sentimento de tranqüilidade e segurança, em contraste com a vida violenta na cidade.

De fato, os dados demonstram a permanência desses jovens na localidade. Nestes últimos dez anos, cerca da metade das famílias entrevistadas apresentou a situação de ter pelo menos um ou mais filhos que saíram da residência paterna, porém apenas 1/3 foi morar fora da localidade. A maioria dos filhos saiu para constituição de outra família (motivo casamento) e continuou residindo na mesma localidade. Em relação à ocupação desses filhos, as atividades não-agrícolas se sobressaem, e apenas três trabalham atualmente na agricultura (tabelas 27, 28 e 29).

Tabela 27: Principais motivos de saída dos filhos

Motivos	N.	%
Casamento	18	66,7
Trabalho	4	14,8
Estudar	2	7,4
outros	3	11,1
Total	27	100

Fonte: Pesquisa de campo, julho/2008.

¹¹⁸ Quando indagados sobre a percepção deles em relação ao aumento de oportunidade de trabalho não-agrícola para a comunidade nesse intervalo de dez anos, 70,7% dos entrevistados responderam de forma afirmativa, destacando as ocupações de jardineiro, caseiro, pedreiro, faxineira e costureira.

Tabela 28: Local de residência dos filhos que saíram da casa paterna nos últimos dez anos

Local de Residência	N.	%
Na própria comunidade	16	59,3
Comunidade vizinha	2	7,4
Nova Friburgo	3	11,1
Outro município	6	22,2
Total	27	100,0

Fonte: Pesquisa de campo, julho/2008.

Tabela 29: Ocupação dos filhos que saíram da residência paterna nos últimos dez anos.

Ocupação	N.	%
Agricultura	3	11,1
Não-agrícola	17	63,0
Não trabalha	3	11,1
Não informou	4	14,8
Total	27	100,0

Fonte: Pesquisa de campo, julho/2008.

Em suma, durante o período compreendido entre os trabalhos de campo de 1997/98 a 2008, observa-se que tanto nas famílias agrícolas, como nas famílias pluriativas, os filhos jovens que saíram da residência paterna, saíram em sua grande maioria para constituir uma nova família na mesma localidade, exercendo outras ocupações não-agrícolas. Portanto, a localidade ainda é uma opção importante, enquanto a agricultura deixa de ser referência na reprodução social dessas novas famílias, filhos de agricultores. Logo, a dinâmica de geração de emprego e renda não-agrícola é fundamental para a permanência dos jovens na localidade, evitando assim o envelhecimento e a masculinização da população rural, como algumas pesquisas já apontaram.

Assim, esse contexto marcado por transformações na estrutura do mercado de trabalho local e estreitamento dos laços com a cidade, acabou por produzir uma situação em que a cidade deixa de ser tão atraente, como há 20 ou 30 anos. Se a imagem da agricultura de um lado é reelaborada, o meio rural ganha também novos contornos na medida em que deixa de estar atrelado apenas às atividades agrícolas. As dificuldades encontradas no meio urbano por

jovens provenientes de áreas rurais, (em geral com qualificação profissional e nível educacional mais baixos que os dos jovens citadinos, somados a uma ausência de laços de apoio de parentes e vizinhos, além do custo adicional da moradia, alimentação, entre outros), têm levado alguns jovens rurais a repensar os valores do campo e a vislumbrar um padrão de vida mais atraente e compensador. O entorno rural, então, passa a ser um elemento importante que deve ser levado em conta, isto é, a vitalidade do tecido social e a dinâmica de desenvolvimento local e regional. Esse quadro pode ser exemplificado com as respostas desses produtores sobre as três coisas mais importantes que eles identificam para que a família possa viver bem no campo. Em primeiro lugar foi destacada a melhoria na saúde (médicos, postos de saúde, dentistas); seguida da garantia de preços mínimos dos produtos agrícolas; moradia própria; tranquilidade; não interferência do Ibama na prática agrícola; trabalho; escolas, cursos de informática e de línguas para os filhos; relações de amizade; boas estradas; orientação técnica e adubos baratos; e terra própria.

Os dados da pesquisa revelam que os espaços de sociabilidade ainda se distribuem em círculos concêntricos, onde são incluídos o espaço doméstico, o círculo de vizinhança e as comunidades vizinhas. A intensa interferência de elementos externos resulta uma ampliação das redes de sociabilidade, sobretudo por ocasião de celebração, como a principal festa comunitária, do padroeiro da cidade - a Festa de São Pedro (que ocorre no dia 29 de junho). Durante muito tempo predominou neste evento o caráter religioso: procissão e missas, além da ocasião proporcionar trocas entre os moradores dos principais produtos cultivados como o inhame, pamonhas, broas de fubá, banana e doces de mamão, entre outros. Essa festa cresceu ao longo dos anos e se tornou um dos principais atrativos da localidade, atraindo muitos turistas e deixando, inclusive, de ser organizada pela Igreja (e sob a responsabilidade de pessoas da própria localidade) para ser organizada pela Associação dos Moradores, juntamente com o Circuito de Turismo¹¹⁹.

¹¹⁹ Para uma maior apreciação sobre a Festa de São Pedro e as suas mudanças ver Mayer et al. (2008).

3.5.4 A composição da renda familiar: o papel da renda agrícola e não-agrícola para a reprodução social das famílias rurais

Até agora a análise ficou centrada na natureza da ocupação dos membros dos diferentes tipos de famílias, revelando a importância das atividades não-agrícolas, sobretudo para as mulheres e os mais jovens. Uma das variáveis recorrentes para explicar o maior recurso por parte dessa população- as ocupações não-agrícolas- é a diferenciação de renda entre estas atividades e a agricultura. Os dados confirmam esta tendência, revelando que as famílias pluriativas continuam auferindo uma renda média domiciliar superior à renda das famílias agrícolas (Gráfico 7 e tabela 30). Enquanto as famílias pluriativas obtêm em média 4,4 salários mínimos, as famílias agrícolas ganham 3,1 salários mínimos, recebendo, portanto, em média 42% menos do que as famílias pluriativas. As famílias inativas são as que ganham menos quando comparadas com as demais famílias (2 salários mínimos). Cabe lembrar que foram registradas apenas duas famílias nesta categoria. As duas famílias não-agrícolas registradas ganhavam em torno de 3,4 salários mínimos mensal. É importante registrar que houve um aumento da renda familiar em todos os tipos de famílias quando comparado ao intervalo de tempo da pesquisa.

Considerando-se a renda domiciliar total *per capita* pode-se observar que a renda das famílias pluriativas supera em torno de 30,7% a renda *per capita* das famílias monoativas (Gráfico 8).

Gráfico 7: Renda média mensal total familiar por tipo de família em salário mínimo

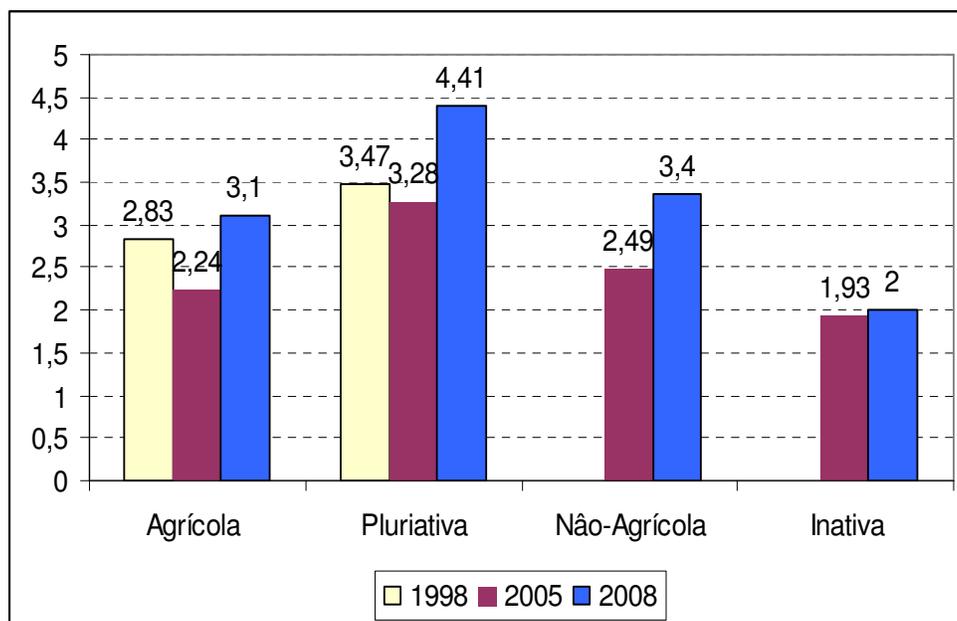


Gráfico 8: Renda média mensal *per capita* por tipo de família em salário mínimo

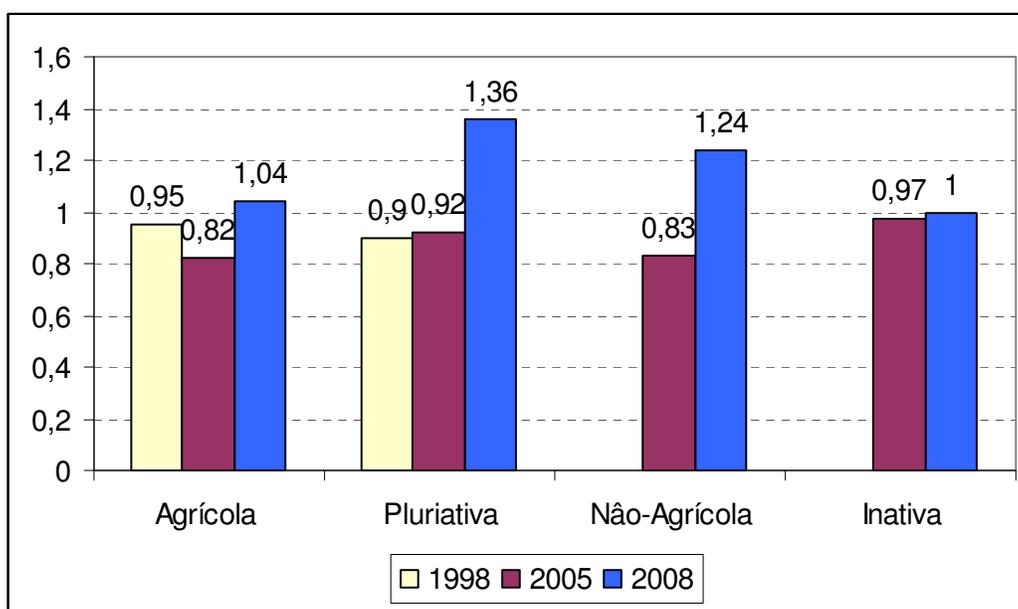


Tabela 30: Composição da renda familiar, por tipo de família.

Tipos de Famílias	Total da ocupação agropecuária		Total da ocupação não-agrícola		Total da renda da ocupação		Total de aposentadorias/pensão		Outras fontes de renda não-agrícolas		Total da renda média familiar		Total da renda média familiar per capita	
	Renda média	Renda em S.M.	Renda média	Renda em S.M.	Renda média	Renda em S.M.	Renda média	Renda em S.M.	Renda média	Renda em S.M.	Renda média	Renda em S.M.	Renda média per capita	Renda per capita sm
Famílias agrícolas (pesquisa 1997/98)	773,01	1,86			773,01	1,86	143,85	0,35	258,93	0,62	1.175,80	2,83	395,96	0,95
Famílias agrícolas (pesquisa 2005)	596,53	1,44			596,53	1,44	185,15	0,45	149,88	0,36	931,57	2,24	339,10	0,82
Famílias agrícolas (pesquisa 2008)	830,345	2,0			830,345	2,0	307,5	0,7	145	0,3	1.282,85	3,1	433,59	1,04
Famílias pluriativas (pesquisa 1997/98)	681,85	1,64	571,96	1,38	1.253,81	3,02	44,46	0,11	143,58	0,35	1.441,86	3,47	371,94	0,90
Famílias pluriativas (pesquisa 2005)	672,81	1,62	558,54	1,35	1.231,35	2,97	107,45	0,26	21,49	0,05	1.361,37	3,28	381,85	0,92
Famílias pluriativas (pesquisa 2008)	845,03	2,04	802,37	1,93	1.647,40	3,97	109,21	0,26	74,21	0,18	1.830,82	4,41	562,34	1,36
Família não-agrícola (pesquisa 2005)			343,85	0,83	343,85	0,83	687,70	1,66			1.031,55	2,49	343,85	0,83
Família não-agrícola (pesquisa 2008)			927,5	2,23	927,5	2,23	415	1,0	50	0,12	1.392,5	3,36	513,125	1,24
Famílias inativas (pesquisa 2005)							687,70	1,66	114,62	0,28	802,32	1,93	401,16	0,97
Famílias inativas (pesquisa 2008)							830,00	2,00			830,00	2,00	415,00	1,00

Fonte: Pesquisa de campo. Valores em julho/2008, deflator: INPC corrigido, IPEA. Salário mínimo: R\$415,00

Na tabela 31 apreende-se com mais clareza a participação das diferentes fontes de renda e ocupações na composição da renda familiar. Uma primeira constatação é que a origem da renda advinda do trabalho é a mais significativa, tanto para as famílias agrícolas como para as pluriativas, sobretudo para estas últimas. Enquanto os rendimentos das ocupações sobre a renda total nas famílias agrícolas representam cerca de 64,7%, para as famílias pluriativas esse valor sobe para cerca de 90%. E ainda, quando comparado com os dados da pesquisa anterior, observa-se uma pequena perda da participação da renda oriunda do trabalho na composição da renda das famílias agrícolas, ao mesmo

tempo, em que se verifica um acréscimo das rendas obtidas com transferências sociais, como aposentadorias e pensões, o que é fundamental para elevar a renda total dessas famílias, além de torná-la menos dependente do trabalho principal.

Com referência à tabela 31, a participação das rendas agrícolas na composição da renda total das famílias pluriativas se reduz de 47,29% para 46,16, ao mesmo tempo, em que a renda das ocupações não-agrícolas aumenta de 39,67% para 43,83% do orçamento familiar. Quando se olha apenas para a renda oriunda das ocupações, observa-se uma perda do peso da renda agrícola em torno de 5,7%, e um aumento da ocupação não-agrícola de 6,7%. Portanto, enquanto a participação da renda da ocupação agrícola decresceu, a renda da ocupação não-agrícola ganhou espaço na composição do orçamento das famílias pluriativas ao longo desses dez anos. Nesse sentido, os dados sugerem mais uma vez que a pluriatividade não pode ser concebida como uma situação transitória ou efêmera, dada a elevada dependência que as unidades familiares têm dessa fonte de renda, sendo pouco provável que esses produtores venham a abandonar essa atividade. Também é verdade, como foi apontado anteriormente, que o recurso à pluriatividade não leva ao abandono da agricultura, ou seja, não é um caminho para a proletarização. Pelo contrário, as famílias pluriativas raramente abandonam a agricultura, e ela ainda representa uma participação maior no conjunto da renda dessas famílias, apesar do registro da redução da produção cultivada orientada para o mercado nesses últimos três anos de cerca de 37,5% dos produtores entrevistados (tabela 32).

Os dados também reforçam a hipótese de que a pluriatividade não contribui apenas para diversificar e ampliar as fontes de renda, mas possibilita um aumento significativo da renda familiar como resultante da combinação de vários tipos de renda, principalmente da renda proveniente das ocupações das mulheres (esposas) e dos filhos; além de permitir um ingresso monetário ao longo do ano, e, portanto, uma maior estabilidade da renda familiar, em face das instabilidades e dos riscos inerentes à atividade agrícola.

Tabela 31: Indicadores de pluriatividade na composição do rendimento domiciliar total.

Fontes de rendimentos	Família agrícola			% rendimento Família pluriativa			Família não-agrícola		
	1998	2005	2008	1998	2005	2008	1998	2005	2008
rendimento de todas ocupações/renda total	65,74	64,04	64,73	86,96	90,45	89,98		33,33	66,6
rendimento de aposentadoria/pensão/renda total	12,23	19,88	23,97	3,08	8,00	5,97		66,67	29,8
rendimento de aluguel/renda total	22,02	16,09	11,30	9,96	1,55	4,05		0	3,6
rendimento das ocupações agrícolas/renda total	65,74	64,04	64,73	47,29	49,42	46,16			
rendimento das ocupações não-agrícolas/renda total				39,67	41,03	43,83		33,33	66,6
rendimento das ocupações agrícolas/renda das ocupações	100,0	100,0	100,0	54,38	54,64	51,29			
rendimento das ocupações não-agrícolas/renda das ocupações				45,62	45,36	48,71		100,0	100,0

Fonte: Pesquisa de campo

Tabela 32: Alteração da produção mercantil nos últimos três anos por tipo de família

	Aumentou	Diminuiu	Não alterou
Agrícola	1 (9,1%)	3 (27,3%)	7 (63,6%)
Pluriativa	3 (12,5%)	9 (37,5%)	12 (50%)

Fonte: Pesquisa de campo, julho/2008.

Embora a renda não-agrícola tenha aumentado a sua participação na composição da renda familiar, quando indagados sobre a renda que consideram mais importante para a manutenção da família, cerca de 34,6% dos responsáveis das famílias pluriativas apontaram a atividade agrícola (tabela 33). Logo, mesmo exercendo atividades não-agrícolas a identidade social ainda passa pela agricultura. Isso fica mais claro na fala deles sobre a sua autodefinição como lavrador e/ou agricultor para a maioria dos entrevistados, inclusive entre aqueles que apontaram a atividade não-agrícola como sendo a mais importante para a manutenção da família.

Tabela 33: Renda mais importante para a manutenção da família.

	Famílias agrícolas	Famílias pluriativas	Não-agrícola
Agricultura	6 (54,6%)	9 (34,62)	
Aposentadoria	4 (36,4%)	7 (26,92)	1 (50%)
Ativ. não-agrícola		7 (26,92)	1 (50%)
Aluguel de casa	1 (9,0%)	2 (7,69)	
Auxílio doença			
Não respondeu		1 (3,85)	
Total	11 (100,0%)	26 (100,0)	2 (100%)

Fonte: Pesquisa de campo, julho/2008.

Quanto ao destino da renda dos responsáveis e das suas respectivas esposas pode-se averiguar que tanto a renda proveniente da agricultura como das ocupações não-agrícolas são direcionadas para a manutenção da família, isto é, para os *gastos da casa*. Parte da renda agrícola é destinada também para dar continuidade à lavoura.

Em relação às condições de vida, não foi encontrada nenhuma disparidade entre os diferentes tipos de produtores. Todos possuem casa própria de alvenaria, tendo em média 5 cômodos (2 quartos, banheiro, cozinha e sala). Ao eleger alguns bens de consumo e acesso à conta bancária, como indicadores de bens materiais observou-se uma expansão do telefone fixo na localidade, e que o computador é ainda o único bem que é pouco acessível a esses produtores, principalmente para os agricultores monoativos. O acesso ao sistema bancário foi ampliado para o conjunto dos agricultores (tabela 34).

Tabela 34: Indicadores de condições materiais

Bens/serviços	%								
	Família agrícola			Família pluriativa			Família não-agrícola		
	1998	2005	2008	1998	2005	2008	1998	2005	2008
Conta bancária	64,7	53,8	69,2	45,8	54,5	58,3		100,0	100,0
computador		7,7	15,4		18,2	37,5			50,0
telefone		53,8	69,2		63,6	91,7	100,0		100,0
freezer		7,7	15,4		31,8	29,2			
TV	76,5	84,6	84,6	83,3	95,5	95,8	100,0		100,0
Carro	64,7	53,8	61,5	37,5	50,0	50,0	100,0		100,0
Tipo de moradia alvenaria	94,1	92,3	100,0	91,7	95,5	95,8	100,0		100,0

Fonte: Pesquisa de campo

Ainda sobre as condições de vida é interessante registrar a percepção desses produtores sobre as mudanças para melhor ou pior que ocorreram na sua comunidade nos últimos dez anos. Em primeiro lugar eles registraram a expansão do acesso ao telefone (aparecendo em cerca de 60% das famílias entrevistadas), em seguida, a ampliação do trabalho não-agrícola promovido pelo turismo e melhorias no meio de transporte (mais horários de ônibus), asfalto, ampliação da energia elétrica, postos de saúde, escola e comércio. Somente um agricultor correlacionou a melhoria à atividade agrícola (irrigação). Em relação à percepção de mudanças negativas, houve uma associação ao aumento do turismo que ampliou a violência, e principalmente o aumento de drogas entre os jovens, além da intensificada disputa pela terra, reduzindo assim, áreas potencialmente agricultáveis. A principal queixa foi a atuação repressora e fiscalizadora do IBAMA na região, sobretudo a partir da criação da APA de Macaé de Cima no ano de 2001. Todavia, cerca de 1/3 dos produtores entrevistados não identificaram nenhuma piora na comunidade neste período.

3.5.5 Produção para o autoconsumo

Outro aspecto importante que merece ser analisado é a produção do autoconsumo que pode ser concebida como uma importante função – a de segurança alimentar - inerente às estratégias na dinâmica de reprodução social.

Apesar da identidade do agricultor passar pela produção mercantil, e a lavoura para a produção do autoconsumo não ser reconhecida, pelos valores locais, como uma produção agrícola, a produção de autoconsumo é praticada em 38 das 41 unidades entrevistadas (92,7%), ou seja, apenas uma família pluriativa e duas que se transformaram em não-agrícolas não produzem para o autoconsumo. Todas as demais famílias (agrícolas e pluriativas) produzem ou consomem a produção cultivada para o mercado. As duas famílias de inativos, mesmo deixando de produzir para o mercado, por causa da idade avançada, continuam produzindo para seu autoconsumo (tabela 35).

A importância do autoconsumo também pode ser constatada nas respostas obtidas pelos agricultores à questão- “caso tivesse que comprar os

alimentos que obtém diretamente na sua parcela, quanto o Sr. avalia que gastaria por mês?”. A maioria estimou uma renda em torno de R\$200,00 a R\$415,00 por mês, o que correspondia a $\frac{1}{2}$ a 1 salário mínimo vigente na época da pesquisa. Quando se analisa a partir do tipo de família, se constata que as famílias pluriativas se concentram predominantemente nessa faixa de renda (40%) e as famílias agrícolas tanto nessa faixa, como na faixa de R\$50,00 a R\$100,00 (Tabela 35).

Tabela 35: Estimativa de renda de autoconsumo mensal por condição legal da terra e tipo de família, 2008.

Estrato de renda	Total		Condição legal da terra						Tipos de famílias						
			Proprietário		Parceiro		Outra		Agricultora		Pluriativo		Inativo		
	N.	%	N.	%	N.	%	N.	%	N.	%	N.	%	N.	%	
até R\$ 50,00	7	18,4	3	13,0	4	28,6				4	36,4	3	12,0		
de R\$ 50,00 a R\$ 100,00	11	28,9	5	21,7	5	35,7	1			2	18,2	8	32,0	1	
de R\$ 100,00 a R\$ 200,00	5	13,2	3	13,0	2	14,3					0,0	4	16,0	1	
de R\$ 200,00 a R\$ 415,00	14	36,8	11	47,8	3	21,4				4	36,4	10	40,0		
de R\$ 415,00 a R\$ 622,00	1	2,6	1	4,3		0,0				1	9,1		0,0		
Subtotal	38	100,0	23	100,0	14	100,0	1			11	100,0	25	100,0	2	

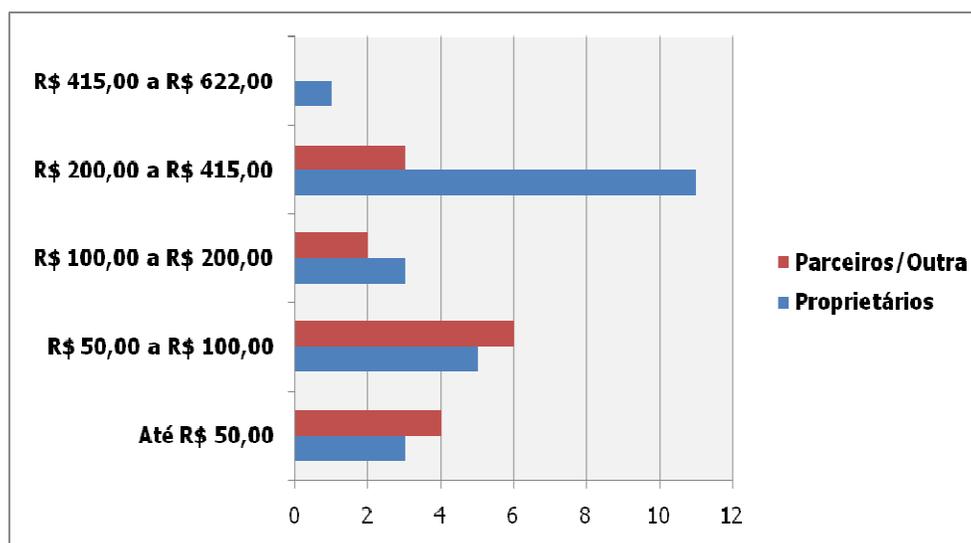
Fonte: Pesquisa de campo, 2008.

É possível ainda fazer um corte de estimativa do autoconsumo por condição legal da terra. Todos os parceiros e praticamente todos os proprietários produzem para o autoconsumo (apenas uma família pluriativa e duas não-agrícolas não produzem para o autoconsumo). Porém, a renda de autoconsumo dos proprietários é estimada em uma faixa superior a dos parceiros, isto é, 64% dos parceiros estimam uma renda mensal de autoconsumo de até $\frac{1}{4}$ do salário mínimo, enquanto 60% dos proprietários na faixa de $\frac{1}{4}$ a 1 sm, com predominância entre $\frac{1}{2}$ a 1 sm, (gráfico 9).

Uma hipótese para explicar a menor renda de autoconsumo entre os parceiros é que os esforços produtivos são direcionados para extrair maior renda monetária possível na venda de seus produtos, a fim de garantir o sustento da família e pagar os custos da parceria ao dono da terra. Como o lugar do trabalho é distinto do espaço da moradia reduz a possibilidade de ter uma horta para o seu autoconsumo.

O fato de possuir a propriedade e não ter que despendar parte da receita para o proprietário da terra, permite uma maior apropriação da renda agrícola e maior autonomia para direcionar tempo, espaço e mão de obra para a produção de alimentos para família. Assim, a propriedade da terra aparece como fator essencial à segurança alimentar da família.

Gráfico 9: Estimação da renda de autoconsumo mensal por condição do produtor – 2008.



Quando comparados os dados das pesquisas sobre o recurso do autoconsumo nos diferentes períodos analisados, marcado por conjunturas de preços agrícolas distintas, percebe-se que é no auge dos preços agrícolas, em 2008, que a produção de subsistência se sobressai, assumindo um importante mecanismo de proteção para garantir a segurança alimentar da família. Em 2005, num contexto marcado por baixos preços dos produtos agrícolas, a produção orientada para consumo da família estava presente em 94,5% do conjunto dos estabelecimentos entrevistados, todavia, concentrava-se em uma estimativa de renda em torno de 1/6 a 1/3 salários mínimos da época.¹²⁰

Não há muita distinção entre a lavoura cultivada para o mercado e a cultivada para o autoconsumo. As famílias também consomem os produtos que

¹²⁰ O salário mínimo vigente no ano de 2005, no período da pesquisa, era R\$ 300,00.

são cultivados para o mercado, mas é possível identificar o feijão, o milho e o aipim como lavouras mais orientadas para o autoconsumo. Os produtos inhame, batata-doce, aipim, batata-inglesa, tomate, repolho, couve-flor, banana, pimentão, batata-baroa são os principais produtos orientados para o mercado. As lavouras de feijão, aipim, milho, couve-manteiga, abóbora, chuchu, beterraba, batata-doce, quiabo, verduras e temperos (salsinha, cebolinha etc), além de frutas como pocan, laranja, banana representam juntas aquilo que Garcia Jr. (1983, 1989) denominou de *alternatividade*, pois podem ser destinados tanto para o autoconsumo familiar, como para a comercialização, ou seja, servem para comprar os demais produtos demandados pelo grupo doméstico.

Os cultivos para o autoconsumo são produzidos predominantemente pelos responsáveis dos estabelecimentos, mas há registros da utilização da mão de obra familiar da esposa (em 7 unidades) e dos filhos (em 7 unidades) na produção conjunta com o responsável. Constatou-se a validade de alguns postulados Chayanovianos que levam em consideração a composição e o ciclo demográfico da família, isto é, o autoconsumo se torna mais expressivo entre os agricultores mais idosos, aqueles que têm na aposentadoria sua principal fonte de renda monetária mensal, e não mais na produção agrícola orientada para o mercado. Também esse recurso é mais recorrente entre as famílias que tem um número maior de membros aptos a trabalhar, e envolve, principalmente, as pessoas mais idosas e as mulheres nos tratos com a horta e criação de pequenos animais.

Ainda sobre a função de segurança alimentar foi perguntado aos agricultores se corriam o risco de passar fome, 95% dos entrevistados responderam que não. Apenas dois disseram que sim, alegando que a intervenção do Ibama na região impedia cada vez mais a prática da agricultura. O outro citou impeditivos relacionados à saúde e à idade.

Através das falas dos agricultores, ilustradas abaixo, percebe-se a importância da agricultura para garantir a segurança alimentar não só da família, mas também da comunidade local, na medida em que a prática de ajuda mútua, como a distribuição de produtos entre os vizinhos, ainda é recorrente na região.

“Porque hoje quem não precisa pagar aluguel e água, já economiza e a gente colhe para comer, e isso ajuda.”

“Quem mora na roça nunca passa fome. Tem o inhame, o aipim, uma galinha...”

“Leite que tira na hora, fresco e colhe sempre o que planta.”

“Sempre tem alimento que vem da roça e vizinho dá produto também.”

“A plantação ajuda o salário”.

O autoconsumo, portanto, se destaca como um importante componente para a reprodução social dos agricultores familiares, assegurando a segurança alimentar da família, além de propiciar alternatividade entre consumo e venda, e maior domínio e autonomia frente à mercantilização¹²¹ do processo produtivo e do próprio consumo de alimentos. Essa percepção da agricultura aciona o debate da multifuncionalidade da agricultura, na medida em que o papel da agricultura entre as famílias rurais vai muito além da produção orientada para o mercado.

A atividade agrícola assume, assim, diferentes significados para os produtores, exerce a função primordial de alimentos para a própria família, assegura a moradia e oferece uma identidade social, um modo de vida. Onde morar e trabalhar traduzem uma concepção de família, uma forma de produzir e de viver em sociedade, num contexto marcado pela reinvenção da profissão do agricultor, que demonstra uma grande capacidade inovadora pautada na diversificação das rendas e ocupações, permitindo a sua permanência no campo.

¹²¹ Entende-se mercantilização como um processo em que o agricultor passa a depender cada vez mais do mercado para assegurar sua reprodução social. Esse processo se expressa principalmente por meio da externalização de etapas do processo de produção e das distintas relações que emergem dos circuitos mercantis em que os agricultores estão inseridos. Amplia-se, assim, a dependência social e econômica do agricultor ao mercado. Porém, esse processo de mercantilização da agricultura não é linear e nem heterogêneo, revelando *graus de mercantilização*, que refletem os diferentes estágios nos quais as relações mercantis penetram nos processos de trabalho e produção (Ploeg, 1992).

Considerações finais

Esta tese procurou compreender as transformações em curso das formas de ocupação e meios de reprodução social entre famílias rurais, a partir do estudo de casos, que envolve o acompanhamento de uma década de pesquisa entre famílias na região serrana do Estado do Rio de Janeiro, município de Nova Friburgo.

Como foi abordado no **primeiro capítulo**, o fundamento teórico para a análise desse processo - a pluriatividade - ainda está em formação. Por isso, o contato com histórias de vida e trabalho dessas famílias impulsiona e desafia a capacidade analítica, na medida em que essas tramas vão sendo tecidas frente ao olhar curioso do pesquisador. Sendo este levado a nomear o que ainda está em processo de construção.

O fenômeno da pluriatividade durante muito tempo foi concebido como uma forma de trabalho inconsistente e conjuntural, e até hoje não há consenso entre os estudiosos sobre os caminhos a que tal recurso pode levar. Alguns autores defendem a ideia de que a pluriatividade poderia ser uma porta para o abandono da agricultura. Outros não, acham que pode ser encarada como uma forma estável e estrutural. Essa investigação procurou contribuir para o aprofundamento desse debate, pois na literatura especializada não foram encontrados estudos que acompanhassem uma determinada realidade com este foco, o que torna esta pesquisa inédita.

Os dados desta tese acabaram por corroborar as premissas e hipóteses colocadas pelo Projeto Rurbano, em meados da década passada, ao analisar a ocupação no meio rural brasileiro nas décadas de 1980 e 1990, o que ficou conhecido como o “novo rural”.

Sinteticamente, este “novo rural” engloba quatro grandes subconjuntos: (i) o *agribusiness*; (ii) um conjunto de atividades de subsistência; (iii) uma série de atividades não-agrícolas, ligadas à moradia, ao lazer e às várias atividades industriais e de prestação de serviços; e (iv) um conjunto de “novas” atividades agropecuárias, inseridas em nichos específicos de mercados (Graziano da Silva,

1999). Nesse contexto, os pesquisadores ampliaram o olhar sobre o meio rural para além de seus tradicionais conjuntos de atividades agropecuárias e agroindustriais, e passaram a analisar as novas funções atribuídas ao campo associadas a essas “novas” atividades agrícolas e não-agrícolas. Destaca-se, assim, um novo ator social neste “novo rural”: as famílias pluriativas, que deixam de ser trabalhadores agrícolas especializados, para se transformarem em trabalhadores (empregados ou por conta própria), que combinam diferentes formas de ocupação (assalariadas ou não), em distintos ramos de atividades (agrícolas e não-agrícolas).

Por traz dos dados e das pesquisas que embasaram as explicações do surgimento e expansão das atividades não-agrícolas no campo brasileiro, encontrava-se um cenário marcado por uma conjuntura de crise agrícola – especialmente nos anos Oitenta e Noventa - sem precedentes desde o pós-guerra. A associação então foi direta: essas ocupações não-agrícolas eram tidas como uma espécie de “salvação da lavoura”, na medida em que permitiram a permanência de pessoas no campo e impediram o abandono total das propriedades, especialmente pelos membros mais jovens das famílias rurais.

Como foi abordado no **primeiro capítulo**, isso levou a um embate acadêmico entre uma corrente de autores, tendo como referência, por um lado, Guanzirolí et Alíi, e por outro, pesquisadores ligados ao Projeto Rurbano. Apresentavam-se, assim, duas vertentes: uma que pregava o reforço da agropecuária, principalmente através de estímulo de políticas públicas direcionadas para os agricultores familiares, já que as ocupações não-agrícolas seriam concebidas apenas como uma situação de refúgio para o primeiro grupo; e outra, - a alternativa -, passaria pela criação e expansão de ocupações não-agrícolas disponíveis para a população rural, na medida em que os estudos mostravam que a pluriatividade e as atividades não-agrícolas estavam estatisticamente associadas à menor pobreza, à maior escolaridade e ao melhor nível de vida. Vários estudos que retrataram a pluriatividade no caso brasileiro mostraram que esse fenômeno ocorre em diferentes contextos, seja em regiões tidas como polos de desenvolvimento agrícola, evidenciando uma situação em

que as atividades agrícolas impulsionam o desenvolvimento de ocupações não-agrícolas para a comunidade local, como também em contextos marcados por uma agricultura pouco dinâmica. A pluriatividade também tem sido impulsionada pelo dispêndio de renda da população de origem urbana no meio rural, e pela proximidade de centros comerciais e industriais mais desenvolvidos, tendo assim o entorno rural como elemento chave explicativo para a dinamização das atividades não-agrícolas.

Uma das contribuições desta tese foi mostrar que o recurso à pluriatividade e às ocupações não-agrícolas não podem ser associados a uma situação de refúgio e de crise do setor agropecuário, mesmo que seja em função da queda do preço, do câmbio desfavorável, entre outros. Ao analisar uma determinada população por uma década, em diferentes conjunturas econômicas, mais ou menos favoráveis ao setor agropecuário, constatou-se que a pluriatividade não só permaneceu, como cresceu nesse período.

Além de constatar a importância da pluriatividade para a geração de renda e ocupação das famílias, a pesquisa qualitativa permitiu fazer uma leitura mais profunda dos significados desse recurso para os membros dessas famílias, e das possíveis alterações nas formas de trabalho, no uso da terra e na própria agricultura provenientes dessa maior diversificação inter-setorial.

Cabe lembrar que o estado Rio de Janeiro, *locus* da investigação, apresenta uma série de especificidades, que foram aprofundadas no **segundo capítulo**, tornando-o um cenário atrativo para este estudo. É um dos estados com maior concentração espacial da população e renda na Região metropolitana, que se acentuou ao longo das décadas passadas, gerando um grande esvaziamento no interior. A partir da década de 90 do século XX inicia-se um movimento, bastante recente, de indícios de “desmetropolização” do espaço fluminense, alavancado pela extração petrolífera, pela expansão do setor automobilístico, e por novas trocas na esfera de consumo e de circulação (turismo) que atingiram também áreas rurais.

A superpopulação das metrópoles acabou despertando novos interesses no espaço rural, contribuindo para mudanças em sua paisagem física,

econômica e social, com forte impacto na estrutura de emprego no campo. Esse aspecto foi objeto de motivação para análise mais acurada de determinadas regiões, onde o campo foi revalorizado e considerado lugar de vida e trabalho. Essa revalorização, sem dúvida, passa por uma maior diversificação produtiva, na medida em que se pôde averiguar, nos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, que o estado do Rio de Janeiro destaca-se no cenário nacional como um dos campos mais não-agrícolas do país. A PEA não-agrícola fluminense representava 63% da população ocupada no meio rural no ano de 2006, ao passo, que a PEA agrícola somava 28% apenas. Quadro inverso em termos da configuração ocupacional no campo nacional (PEA rural agrícola 62%; não-agrícola 33%).

A escolha de áreas rurais de Nova Friburgo como *locus* de investigação, tratado no **terceiro capítulo**, deu-se, inicialmente, pelo conhecimento prévio que se tinha sobre a região, e pelo interesse em entender as transformações em curso no campo fluminense, marcadas por uma maior articulação deste com a cidade, tão bem retratada nas localidades estudadas.

No decorrer da pesquisa, pôde-se constatar que o município de Nova Friburgo acabou revelando-se como um *locus* singular pela sua origem histórica e configuração econômica e social. É um município que se destaca, em termos de Brasil e de um dos estados mais desruralizados do país. Apresenta um razoável equilíbrio na organização entre as atividades econômicas (agricultura, serviços e indústria), e é bastante representativo para a agricultura familiar do estado do Rio de Janeiro, sendo responsável por cerca de 1% da olericultura do Brasil e 10% da do estado. Além disso, destaca-se no contexto fluminense como o quarto IDH e o quarto menor índice de pobreza.

Em um país com origem latifundiária e escravocrata, Nova Friburgo torna-se singular por ser um *locus* camponês, criado em cima da democratização da terra, fruto de uma primeira “reforma agrária” destinada aos suíços e alemães sem terra, em 1820. Essa origem permitiu uma estabilidade muito grande no tecido social. Desde sua criação, Nova Friburgo já apresentava um certo equilíbrio rural *versus* urbano, que se manteve baseado numa agricultura

camponesa. As famílias entrevistadas carregam uma ligação com a terra há quase 200 anos, e se mantêm ainda na agricultura com atualizações significativas. A propriedade da terra aqui se revelou fundamental para a permanência dessa população.

Quando se observa, na atualidade, a migração do meio rural para as cidades, verifica-se que esta se dá, predominantemente, nos espaços rurais considerados agropecuários, especialmente onde se concentram grandes fazendas (Graziano, 1999). Isto ocorre por que os espaços rurais exclusivamente agrícolas são áreas inteiramente apropriadas de forma privada. Assim, o trabalhador agrícola ao ser demitido é obrigado a procurar outra fazenda para trabalhar e morar, ou se direcionar para as periferias dos centros urbanos.

Geralmente o deslocamento para as periferias dos centros urbanos acaba reproduzindo a insegurança e a precariedade nas condições de reprodução social dessa mão de obra, pois o custo da moradia e o baixo nível de qualificação ainda são elementos que impedem quebrar a barreira da pobreza.

A configuração especial de Nova Friburgo, somada à diversificação produtiva e extensão de bens e serviços tipicamente urbanos para os espaços rurais, ajuda a explicar a permanência da sua população rural no campo. Esses residentes rurais conseguiram alcançar a cidadania sem necessidade de migrar para as cidades. Portanto, o município destaca-se quando se pensa em um território democratizado, partindo da propriedade da terra, e que serve de exemplo para a construção de políticas públicas que visam contornar a desigualdade estrutural brasileira.

A pesquisa qualitativa proporcionou um contato maior com os relatos de vidas. Esses auxiliam a compreender melhor como os agricultores conduzem sua vida, a transformam ou por ela são transformados. Além de mostrar suas trajetórias e rearranjos familiares.

Uma importante constatação é que o campo tem se apresentado para essas famílias como uma alternativa mais vantajosa do que o meio urbano, como lugar de trabalho e vida, inclusive para a população mais jovem.

Praticamente todas as famílias entrevistadas nesse intervalo de uma década de pesquisa, permaneceram residindo e trabalhando na mesma localidade. Essas famílias são inclusive, em sua maioria, descendentes diretas dos primeiros camponeses suíços e alemães que deram origem aos atuais distritos. Guardam ainda nos seus sobrenomes e traços físicos das suas origens.

Dentre as estratégias de sobrevivência acionadas por essas famílias destacam-se: a diversificação dos meios de trabalho; os arranjos familiares que garantem o acesso à terra de produção e de moradia; e uma grande diversificação da produção (culturas e criação), o que permite combinar o aprovisionamento alimentar direto e a comercialização. Isso só tem sido possível porque houve uma melhoria na infraestrutura local, uma diversificação e ampliação do emprego rural para além da agricultura expressa, fundamentalmente, na combinação de práticas agrícolas com não-agrícolas. Em outras palavras, o recurso da pluriatividade permitiu promover estratégias de diversificação dos modos de vida das famílias rurais e ampliou suas condições de reprodução social e econômica.

Os dados das pesquisas também evidenciaram que a pluriatividade não só se destacou nas localidades estudadas, como persistiu e cresceu ao longo desses dez anos investigados, redimensionando assim o peso da atividade agrícola na reprodução social da família, tanto em termos de ocupação, como também de renda. As famílias que viviam apenas da agricultura somavam 41,5% do universo estudado em 1998, hoje representam 26,8%, ao passo em que as famílias pluriativas passaram de 58,5% para 63,4% no mesmo período de análise.

A organização social do trabalho agrícola baseada na família retrai-se e passa cada vez mais a ocupar apenas um indivíduo (o chefe do estabelecimento), sendo os demais (esposas e jovens) direcionados para outras atividades não-agrícolas. Essas atividades são exercidas fundamentalmente na própria localidade, e passam a ser a principal fonte de renda das famílias.

As famílias agrícolas não só encolheram ao longo dos anos (possuem em média 2,6 membros), mas passaram a ser compostas principalmente por não

proprietários (parceiros) que se concentram nos estratos superiores de idade. Já as famílias pluriativas são mais jovens, possuem em média 3,5 membros, são predominantemente proprietários, e possuem em média maior quantidade de terra do que as famílias agrícolas.

Constata-se, assim, a validade de alguns postulados Chayanovianos que levam em consideração a composição e o ciclo demográfico da família para explicar as alterações das estratégias produtivas e profissionais dos membros das famílias. Porém, sabe-se que esta explicação, por si só, não é suficiente para compreender o recurso à pluriatividade. É necessário estar atento às novas tecnologias e às novas inserções econômicas e sociais que a sociedade contemporânea oferece, além do capital material e cultural, os projetos familiares e individuais pretendidas pelos agricultores.

O recurso à pluriatividade tem proporcionado uma melhoria de renda para as famílias. Em 2008, enquanto as famílias pluriativas ganhavam em média uma renda mensal familiar de 4,4 salários mínimos, e *per capita* de 1,36 s.m., as famílias agrícolas auferiram uma renda média de 3,1 s.m, e 1,04 s.m., respectivamente. Em outros termos, as famílias agrícolas ganhavam em média uma renda mensal de 42% a menos do que as famílias pluriativas. Essa mesma tendência foi constatada na pesquisa quantitativa, implementada nas mesmas localidades, no ano de 2001, com o foco de análise no domicílio rural. As famílias que possuíam a maior renda média eram as pluriativas, seguidas das não-agrícolas. As famílias agrícolas recebiam cerca de 41,8% a menos que as pluriativas e 34,3% a menos que as não-agrícolas.

A renda advinda do trabalho é a mais significativa para ambas as famílias (agrícola e pluriativas), porém impacta mais fortemente no orçamento das famílias pluriativas (representando 90% da composição da renda desta), quando comparada com a composição da renda das famílias agrícolas (o que corresponde 64,7%). Todavia, foram as rendas provenientes do trabalho não-agrícola que ganharam espaço na composição do orçamento das famílias pluriativas, ao longo do período analisado da pesquisa qualitativa. A renda

agrícola apresentou um movimento inverso, decresceu a sua participação no cômputo geral da renda familiar dos pluriativos.

A pluriatividade revelou-se também uma importante estratégia que tem permitido ampliar o capital material das mesmas. Exemplo disso é a constatação de que todas as famílias que deixaram de ser parceiras e se transformaram em proprietárias (o que equivale a 30% da totalidade das famílias parceiras em 1998), nesse intervalo de dez anos de pesquisa, eram pluriativas, revelando assim a importância da pluriatividade para alterar a condição legal da terra.

Outro elemento importante que tem representado na prática um forte auxílio indireto à unidade familiar na sua sustentação material, tem sido a seguridade social. Os dados da pesquisa informam o aumento da incidência de aposentadoria e de outras fontes de renda (não trabalho) no orçamento das famílias, sobretudo para as famílias agrícolas. Atualmente, a renda da aposentadoria já é responsável por 24% do orçamento das famílias monoativas, enquanto para as famílias pluriativas representa 6%. Logo, a renda do não-trabalho (seguridade social) pode estar cumprindo o mesmo papel para as famílias agrícolas que a renda não-agrícola cumpre para as famílias pluriativas.

Mesmo averiguando a perda da importância da agricultura como fonte de renda e ocupação, principalmente para a população mais jovem e para as mulheres, somada às dificuldades de viver apenas da terra (riscos inerentes à própria natureza da atividade, rendas mais baixas e oscilantes, conflitos ambientais, entre outros), isso não significa um esvaziamento do espaço rural, e nem abandono por completo da atividade agrícola. Pelo contrário: foi constatado que a agricultura era praticada por 70% das famílias entrevistadas na pesquisa quantitativa, e 95% das famílias entrevistadas na pesquisa qualitativa; que continua sendo a principal ocupação da maioria dos responsáveis, para ambos os tipos de família (agrícola e pluriativa); que os jovens permanecem na localidade; e que a terra e a atividade agrícola passam a adquirir novos significados.

A terra em muitos casos passa a ser lugar de moradia, e a produção mercantil cede lugar para os alimentos de subsistência, na medida em que as

famílias vão se tornando mais pluriativas e os chefes das unidades vão envelhecendo e se aposentando. Há, assim, um caminho inverso: se antes a roça cedia espaço para a produção mercantil, na medida em que a família ia crescendo, hoje, com a falta de sucessores, os chefes das unidades passam a trabalhar sozinhos ou recorrem a eventuais parceiros, e vão cada vez mais reorientando a sua produção para os alimentos da roça familiar. Praticamente todas as famílias entrevistadas, mesmo se tornando inativas, continuam produzindo para o autoconsumo.

A revalorização da produção orientada para o autoconsumo tem permitido, assim, a ocupação dos mais idosos e a redução de custos monetários para a reprodução social da família. Isto é significativo, sobretudo quando se tem a informação de que é no auge dos preços agrícolas (em 2008) que essa produção se sobressai, assumindo um importante mecanismo de proteção para garantir a segurança alimentar da família.

Os dados ainda demonstram que o autoconsumo destaca-se mais entre as famílias pluriativas proprietárias, quando comparado com o das monoativas parceiras. Logo, a propriedade da terra aparece como sendo essencial para a segurança alimentar. Nesse contexto, a pluriatividade permitiu recuperar e manter um espaço agrícola –de produção de alimentos - para algumas famílias que estavam abandonando a agricultura. Relação inversa do que normalmente supõe-se sobre estudos dessa natureza. Todavia, fica em aberta a questão da sucessão dos estabelecimentos agrícolas familiares, e da própria agricultura mercantil na região, já que vai tornando-se mais escassa também, a oferta de mão de obra jovem local, para essa atividade.

A pesquisa revelou que são principalmente os jovens pertencentes às famílias de proprietários que substituem o trabalho agrícola pelas atividades não-agrícolas, abertas pela exploração turística como serventes, pedreiros, caseiros, faxineiras etc. Tem mais *status* para o jovem de hoje, filho de agricultor, ser um ajudante de pedreiro do que ser agricultor, embora a agricultura seja uma prática inerente à reprodução social há quase dois séculos na sua linha geracional.

Uma das explicações para essa valorização da ocupação não-agrícola por parte dos jovens, passa pela maior autonomia financeira que essa atividade proporciona, quando comparada com a prática agrícola. Geralmente a renda da agricultura é indivisa, direcionada para a manutenção da unidade familiar, enquanto a renda proveniente da ocupação não-agrícola é apropriada pelos jovens para a manutenção dos seus gastos pessoais.

Também é importante registrar que não houve uma continuidade da política pública de distribuição de terras para os filhos dos agricultores, e nem um projeto de valorização da agricultura para esses jovens. A redução de áreas agricultáveis é visível ao longo dos anos devido à sua fragmentação em função da partilha da herança, da sua substituição por casas e sítios de veraneios – consequência do avanço do turismo na região -, além das políticas de proteção ambiental colocadas em prática como, por exemplo, a criação da APA de Macaé de Cima. Faz-se necessário, assim, a implementação de uma política de habitação rural para que haja uma melhor utilização do espaço agrário sem correr o risco de reduzir áreas agricultáveis a moradias desordenadas.

A rejeição à atividade agrícola pelos jovens não significa rejeição à vida no campo. Os dados demonstram a permanência desses jovens na localidade. Viver no campo, no contexto estudado, é valorizado positivamente pela intensidade da vida social local, e pela crescente integração aos espaços sociais mais abrangentes, através do mercado e da vida urbana. O acesso a um meio de vida, somado a um conjunto de facilidades, como moradia, alimentação e redes de apoio entre parentes e vizinhos, que inexistem nas cidades, acabam transformando o campo e oferecem uma alternativa mais vantajosa do que o meio urbano para essa população.

As falas dos sujeitos apontam para uma melhoria no espaço rural no período pesquisado: estradas; maior mobilidade física dos indivíduos, promovida pela facilidade de acesso aos mais variados meios de transportes públicos ou privados; postos de saúde; escolas; telefonia; e acesso a bens materiais e simbólicos que, até recentemente, só eram disponíveis nas cidades. Tal quadro dilui a associação, tão frequente, do espaço rural com ausências de bens e

serviços que, por definição, estão presentes no seu oposto, o urbano. Assim, a cidade deixa de apresentar aos jovens rurais o mesmo fascínio de algum tempo atrás. Nesse contexto, seria mais apropriada a referência a um rural integrado e não mais dicotômico.

Os dados corroboram, portanto, a hipótese inicial de que o fenômeno da pluriatividade não pode ser mais concebido como forma de trabalho conjuntural e, sim, como uma forma estável e estrutural, na medida em que se revelou uma importante estratégia que tem permitido a manutenção dessas famílias no campo com melhorias de renda e de qualidade de vida. E ainda, passa a ser fundamental para a permanência dos jovens na localidade, pois evita, assim, o envelhecimento e a masculinização da população rural.

A agricultura deixa de ser, então, um instrumento exclusivo de sustentação material de seus membros, ao mesmo tempo em que o meio rural passa a ser valorizado como *locus* de moradia e reprodução social. Faz-se imprescindível a abordagem às políticas de desenvolvimento, a partir de uma lógica territorial, em vez de setorial, e à valorização de outras dimensões da agricultura, além da produtiva, ligadas à segurança alimentar, à valorização do território, à proteção do meio ambiente e à manutenção de um tecido econômico e social rural. Em outros termos, à valorização da multifuncionalidade da agricultura.

Por tudo isso, as atuais políticas de desenvolvimento voltadas para o campo não podem negligenciar a importância do fenômeno da pluriatividade e nem da produção de autoconsumo para melhorar as condições de vida de inúmeras famílias rurais. Tais formas de desenvolvimento demandam novos modos de intervenção por parte do Estado, que possibilite um melhor aproveitamento dos recursos ali existentes, o que requer políticas ambientais e de planejamento do uso do solo, de bem estar social, de desenvolvimento rural, entre outros. Em outros termos, a realização dessas oportunidades requer políticas inovadoras e incentivos econômicos e culturais. Nesse quadro de reordenamento institucional, não se pode deixar de mencionar a necessidade de estimular a participação dos beneficiários das políticas públicas orientadas para

o meio rural, sobretudo para o público mais jovem, que na localidade estudada está completamente à margem das formas associativas e/ou comunitárias ali presentes. Essas políticas poderiam contemplar estímulos aos jovens agricultores, sem perder de vista o investimento na requalificação profissional dessa população, para inserirem-se com mais qualidade nos novos segmentos de prestação de serviços pessoais, que estão crescendo nas localidades.

Portanto, o caminho percorrido nesse estudo não teve a intenção de fornecer receitas para geração de um modelo de desenvolvimento rural ou local, e sim a de refletir sobre uma dada realidade, que pode contribuir para o debate do desenvolvimento rural. Ao estudar uma determinada realidade, sabe-se que os modelos não são copiados, porém apreendidos através da observação e comparação. Não existe a crença de que há padrões ou modelos gerais a serem apontados para o desenvolvimento local, e sim que tal desenvolvimento deve ser construído com base nas demandas e características locais, valorizando a diversidade dos modos de vida, e a criação de novas oportunidades e arranjos institucionais capazes de ampliar o acesso a itens básicos que compõem requisitos fundamentais de cidadania.

Se antes o êxodo rural esvaziou os campos e “inchou” as cidades, transformando a “crise agrária” em uma “crise urbana”, para usar as palavras de Ignácio Rangel, hoje, verifica-se um movimento inverso: a crise urbana, em um tempo de crise social, leva a vislumbrar a recriação de outras formas de produção no espaço agrário como uma alternativa.

O presente estudo pode contribuir para o debate sobre essa nova ruralidade, na medida em que retrata histórias reais de famílias com grande capacidade criativa na reelaboração de seus meios de vida, num contexto marcado por um entorno rural diversificado. Fica lançada, assim, uma semente que possa estimular iniciativas governamentais voltadas para o interior, e até mesmo incentivar um êxodo às avessas, tanto mais em um estado tão urbanizado, como o Rio de Janeiro.

Assim, estudos dessa natureza deveriam ser cada vez mais ampliados pelas pesquisas, em diferentes contextos, para servirem como fontes de dados

que auxiliariam na construção de políticas de desenvolvimento, dando conta dessa nova ruralidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRAMOVAY, Ricardo. *Paradigmas do capitalismo agrário em questão*. São Paulo - Rio de Janeiro - Campinas: Editora HUCITC - ANPOCS - Editora da UNICAMP. 1992. 275p.
- _____. *O Futuro das Regiões Rurais*. 1. ed. Porto Alegre: UFRGS - Editora, 2003. v. 1. 149 p.
- ABRAMOVAY, R. & CAMARANO, A. A. Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil: panorama dos últimos cinquenta anos. *Revista Brasileira de Estudos da População*, Brasília, v. 15, n. 2, p. 45-66, 1998.
- ABRAMOVAY, Ricardo; BALDISSERA, Ivan Tadeu; CORTINA, Nelson; FERRARI, Dilvan, SILVESTRO, Milton & TESTA, Vilson Marcos. *Juventude e agricultura familiar: desafios dos novos padrões sucessórios*. FAO/INCRA – EPAGRI/SC. Chapecó/Brasília, abr., 46p, 1997.
- ABRAMOVAY, R. & VEIGA, J. E. (1998). *Novas instituições para o desenvolvimento rural: o caso do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF)*. IPE/USP. Programa seminários Acadêmicos, n. 21/98.
- AGLIETTA, M. *Regulacion y crisis del capitalismo – la experiencia de los Estados Unidos*. México. Siglo Veintiuno Editores, 1986, p. 192-238.
- ALENTEJANO, Paulo Roberto R. *Reforma agrária e pluriatividade no Rio de Janeiro: repensando a dicotomia rural-urbana nos assentamentos rurais*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro, CPDA/UFRRJ, 1997. 199p.
- _____. (1999). Pluriatividade: uma noção válida para a análise da realidade agrária brasileira? In: TEDESCO (org.): *Agricultura familiar: realidades e perspectivas*. Passo Fundo: EDIUPF, p. 147-173. 394p.
- _____. (2003). *Reforma Agrária, território e desenvolvimento no Rio de Janeiro*. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro, CPDA/UFRRJ, 2003. 376p.
- _____. A evolução do espaço agrário fluminense. *Geographia*, Niterói, v. 13, p. 49-70, 2005.

- ALMEIDA, Fernando Roberto de Freitas. A agricultura fluminense de 1990. *Conjuntura Econômica*. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Economia/Fundação Getúlio Vargas, vol. 44, n.11, p. 110-113, nov., 1990.
- AMITRANO, C. R. (2006). O modelo de crescimento da economia brasileira no período recente: condicionantes, características e limites. Carneiro, R.(ed.). *A supremacia dos mercados e a política econômica do governo Lula*. 1a. ed. São Paulo: Edunesp. p. 233-276.
- ANJOS, Flávio Sacco dos. (1994). A agricultura Familiar em Transformação: o surgimento dos part time farme's em Santa Catarina. In: XXXII Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural, 1994, v.1, Brasília, Anais ... Brasília: SOBER, p.442-449.
- _____. (1995). *A Agricultura Familiar em Transformação: o caso dos colonos-operários da Massaranduba, Santa Catarina*. Pelotas: Editora da UFPEL. 169p.
- _____. (2003). *Agricultura familiar, pluriatividade e desenvolvimento rural no Sul do Brasil*. Pelotas: EGUFPEL. 374p.
- ARAÚJO FILHO, W. F. *Política e ideologia na crise econômica do Estado do Rio de Janeiro*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro, RJ: IPPUR/UFRJ. 1994
- AVELLAR, Sérgio O. de C. & VILELA, Pierre S. Evolução do número de pessoas ocupadas na agropecuária brasileira no período de 1990 a 2004. In: *Revista de Política Agrícola*. Ano XV, n.2, abr./maio/jun., 2006. p. 4-8.
- BAER, Monica. *O rumo perdido: a crise fiscal financeira do Estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993. 213p.
- BALTAR, Paulo. Salário mínimo e mercado de trabalho. In: *Salário mínimo e desenvolvimento*. Paulo E. de A.Baltar, Cláudio S. Dedecca e José Dari Krein [orgs.]. Campinas, SP:Unicamp, IE, 2005: 41-48.
- BARBOSA, D. B. A., BOTELHO FILHO, F. B. & DEL GROSSI, M.E. Avaliação da renda de autoconsumo como fator de subestimação da renda domiciliar: Estudo de Caso em São João D'Aliança, GO.. In: Clayton Campanhola, José

- Graziano da Silva. (Org.). *O novo rural brasileiro: renda das famílias rurais*. Brasília: Embrapa, 2004, v. 5, p. 401-441.
- BARLETT, Peggy. Part-time farming: saving the farm or saving the life-style? *Rural Sociology*, vol.51, n.3, p.289-313, 1986.
- BELTRÃO, K.I.; CAMARANO, A.A.; LEITÃO e MELLO, J. *Mudanças nas condições de vida dos idosos rurais brasileiros: resultados não-esperados dos avanços da seguridade rural*. Rio de Janeiro: IPEA, 2005. (Textos para Discussão, n.1066).
- BENKO, George. *Economia, espaço e globalização na aurora do século XXI*. São Paulo. Editora Hucitec, 1996.
- BERNSTEIN, HENRY. Once Were/Still Are Peasants? Farming in a Globalising 'South. In: *New Political Economy*, Vol. 11, No. 3, September 2006. pp.339-406.
- BERGAMASCO, S.M.P. & WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel - Que agricultura para o Brasil Moderno, Reforma Agrária - *Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária*, vol.25, n.º 2 e 3, maio, 1995: Agricultura Familiar: 3-4.
- BESKOW, Paulo Roberto. Agricultura e capitalismo no Brasil. In: *Encontros com a civilização brasileira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, p.113-125. 1980.
- BINSZTOK, J. Crise e construção de uma nova ordem territorial no Estado do Rio de Janeiro. *Revista Geographia*, Niterói, v. I, 1999.
- BLANC, Michel. Farming in changing world. *Sociologia Ruralis*, vol.XXXIV, n. 4, p.279-272, 1994.
- BONNAL, P.; BOSCH, P.M. DÍAZ, J. A. & LOSCH, B. Multifuncionalidad de la agricultura y nueva ruralidad: Reestructuración de las políticas públicas a la hora de la globalización? In: *Desarrollo Rural y Nueva Ruralidad em América Latina y la Unión Europea*. Pérez C., Edelimira; Farh Q. Maria Adelaida (org.). Pontificia Universidade Javeriana, 2004.
- BONAL, Philippe. *A multifuncionalidade da agricultura. Um conceito coerente de difícil operacionalização*. Texto preparado para o Seminário Nacional de

Desenvolvimento Rural Sustentável, coordenado pelo CONDRAF, Brasília, 23 a 25 de agosto de 2005. 11p.

BOURDIEU, Pierre. A propos de la famille comme catégorie réalisée. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, 100, déc. p. 32-36. 1993.

BRANDÃO, Antônio Salazar P. O pólo de fruticultura irrigada no norte e noroeste fluminense. *Revista Política Agrícola*. Ano XIII - Nº 2 - Abr./Maio/Jun. 2004. p. 78-86.

BRANDÃO, A. S. P.; REZENDE, G. C. de & MARQUES, R. W. da C. (2006). Crescimento agrícola no período 1999/2004: a explosão da soja e da pecuária bovina e seu impacto sobre o meio ambiente. *Economia Aplicada*, v.10, n.2, Ribeirão Preto abr/jun, 2006.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *O afeto da terra: imaginários, sensibilidades e motivações de relacionamentos com a natureza e o meio ambiente entre agricultores e criadores sitiantes do bairro dos Pretos, nas encostas paulistas da serra da Mantiqueira, em Joanópolis*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1999. 175p.

BRITTO, Maria A., INOCÊNCIO, Nei Rodrigues (1987): Organização do espaço agrário no Estado do Rio de Janeiro. *Revista Brasileira de Geografia*, v. 50, n. 3.

BRUMER, Anita. Transformações e estratégias produtivas na produção familiar na agricultura gaúcha. *Cadernos de Sociologia*. Porto Alegre: PPGS/UFRGS, v. 6, p. 89-111, 1994.

BRYDEN, John. Pluriactividad rural en Europa: el proyecto "rural change in europe". In: *Hacia un nuevo sistema rural*, RAMOS, Eduardo & CRUZ, Josefina (coord.), Serie Estudios n.99, Ministerio de Agricultura, Pesca y Alimentación, Madrid, p.459-515, jul., 1995.

BUAINAIN, Antonio Marcio ; ROMEIRO, Ademar Ribeiro ; GUANZIROLLI, Carlos Enrique . Agricultura familiar e o novo mundo rural. In: XL Congresso Brasileiro de *Economia e Sociologia Rural* - 28 a 31/07/2002, 2002, Passo Fundo. Anais da SOBER. Brasília : SOBER, 2002. p. 1-22.

- BUTTEL , F.H. The Political Economy of Part Time Farming. *Geojournal*, n.6, v.4, p.293-300, 1982.
- CALAZANS, M. J.; CASTRO, E. M. N. V. de & NOVICKI, V. Agricultura familiar na Região Médio Paraíba do Sul. In: Maria José Carneiro; Gian Mario Giuliani; Leonilde Sérvolo de Medeiros; Ana Maria Motta Ribeiro. (Org.). *Campo aberto, o rural no estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria Editora, 1998, v. 1, p. 247-260.
- CANO, W. *Raízes da Concentração Industrial em São Paulo*. 4ª ed.. Campinas, SP: Instituto de Economia – Unicamp, 1998A. (30 Anos de Economia, n° 1)
- CANDIDO, Antonio. *Os parceiros do Rio Bonito; estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida*. Rio de Janeiro: Livraria Duas Cidades, 1975, 284p.
- CANO, W. *Raízes da Concentração Industrial em São Paulo*. 4ª ed. Campinas, SP: Instituto de Economia – Unicamp, 1998A. (30 Anos de Economia, n° 1).
- _____. *Desequilíbrios Regionais e Concentração Industrial no Brasil: 1930-70 e 1970-95*. 2ª ed. revista e aumentada. Campinas, SP: Instituto de Economia – Unicamp, 1998B. (30 Anos de Economia, n° 2).
- CARNEIRO, Maria José. *Terra da pobreza um estudo da re-inversão das relações de dominação*. Tese de mestrado, Museu nacional/UFRJ, Rio de Janeiro, dez., 1976.
- _____. *Pluriatividade: uma resposta à crise da exploração familiar?* In: 18º Reunião de APIPSA, Porto Alegre, 1994. out., 26p., 1994.
- _____. *Pluriatividade e agricultura familiar: algumas questões operacionais e teóricas*. 1995 (Mimeo).
- _____. *Pluriatividade no campo: o caso francês*. RBCS, n.32, ano11, out., 89-104, 1996a.
- _____. *Plurictivité agricole: l'hétérogénéité cachée*. Cahiers d'économie est sociologie rurales, n.38, p.6-12, 1996b.
- _____. *Ruralidade: novas identidades em construção*. Anais do XXXV Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural (SOBER). Natal (RN), ago., p. 147-185, 1997.

- _____. Memória, Esquecimento e Etnicidade na transmissão do patrimônio familiar. In: Maria José Carneiro; Leonide S. de Medeiros; Gian Mario Giuliani,; Ana Maria M. Ribeiro. (Org.). *Campo Aberto: o rural no estado do Rio de Janeiro*. 1 ed. Rio de Janeiro: Contra Capa, 1998, v. 1, p. 273-296.
- _____. Pluriatividade da agricultura no Brasil: uma reflexão crítica. In: *A diversidade da Agricultura Familiar*. Sérgio Schneider (org.) Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006. pp.165-185.
- CARNEIRO, M. J. ; ROCHA, B. N. *Projetos coletivos e desenvolvimento territorial na região serrana do estado do Rio de Janeiro, com foco no município de Nova Friburgo*. 2007. (Relatório de pesquisa).
- CARVAILHES, J. El analisis Leninista de la decomposicion del campesinado. In: Etxezarreta, M. (org.) *La evolucion del campesinado: la agricultura en el desarrollo capitalista*. Madrid, Min. Agricultura, 1979, pp. 327-342.
- CARVALHO, RENÉ Louis de. O setor sucro-alcooleiro e o desenvolvimento da região Norte Fluminense. In: *Revista de Economia Fluminense*, ano I, n.3, maio de 2005. p.22-25.
- CAVALCANTI, Josefa Salete Barbosa. *Pequena produção e as ciências sociais nos anos 80*. In: XV ENCONTRO NACIONAL DE GRUPOS TEMÁTICOS DO PIPSA, 1990, Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: FEA/UFRJ, 1990. 20p.
- CAVALCANTI, Mônica Sampaio - "Solidariedade e Conflito: Um Estudo do Processo de Diversificação Econômica entre os Pequenos Produtores Rurais de São Pedro da Serra/RJ". Projeto de Dissertação aprovado pelo Curso de Mestrado do CPDA/UFRRJ; mimeo, Rio de Janeiro, 1982. 29p.
- CAWLEY, M. Part time farming in rural development: evidence from Western Ireland. *Sociologia Ruralis*, vol.XXIII, n.1, p.63-75, 1983.
- CENSO AGROPECUÁRIO. Rio de Janeiro: IBGE, n.20, 1985. (RJ)
- _____. Rio de Janeiro: IBGE, n.16, 1995-1996. (MG)
- _____. Rio de Janeiro: IBGE, n.17, 1995-1996. (ES)
- _____. Rio de Janeiro: IBGE, n.18, 1995-1996. (RJ)
- _____. Rio de Janeiro: IBGE, n.19, 1995-1996. (SP)

- CEPAL. *Empleo rural no agrícola y pobreza em América Latina: tendências recientes*. Documento de discusión. Santiago, Chile, 2000.
- CHAYANOV, Alexander V. *Sobre a teoria dos sistemas econômicos não capitalistas*. Organizadores: José Graziano da Silva & Verena Stolcke. Tradução: Edgard A. Malagodi, Sandra Brizola & José B. de S. Amaral Filho. Rio de Janeiro; Brasiliense, 1981.
- CHAYANOV, A. V. *La Organización de la Unidad Económica Campesina*. Buenos Aires, Nueva Vision, 1974.
- CIDE. Fundação Centro de Informações e Dados do Rio de Janeiro. *Rio de Janeiro: um Olhar Comparativo*. Rio de Janeiro, RJ. 2003. Disponível em:< www.cide.rj.gov.br>
- _____ Anuário Estatístico do Estado do Rio de Janeiro (2005) (CD Rom).
- CONSIDERA, Cláudio. M. & MELO, Hildete P. Industrialização Fluminense – 1930-1980. IN: *Revista do Rio de Janeiro*, Niterói: UFF, Departamento de História, vol. 1, número 3, maio/agosto de 1986. p. 111-122.
- CONTERATO, M. A. & SCHNEIDER, S. Estratégias de reação ou estratégias de adaptação? A pluriatividade da agricultura familiar em contextos rural-urbanos distintos.. In: 32 Encontro Anual da ANPOCS, 2008, Caxambu. Encontro Nacional da ANPOCS, 2008.
- CONTINI, E.; GASQUES, J.G.; LEONARDI, R.B.de A. & BASTOS, E. T. Evolução recente e tendências do agronegócio. In: *Revista de Política Agrícola*. Ano XV, n.1, Jan./Fev./Mar., 2006.
- CÚRIO, Pedro. *Como surgiu Nova Friburgo*. Rio de Janeiro: s/editora, 2ª edição, 1974.
- DAIN, S. *Rio de todas as Crises – Crise Econômica*. IN: Série Estudos e Pesquisas, nº 80, IUPERJ, Rio de Janeiro, dezembro, 1990.
- DELGADO, G. C.; CARDOSO JR., J. C. *A universalização dos direitos sociais no Brasil: a Previdência Rural no anos 90*. Brasília: IPEA, 2000.
- DELGADO, G. da C. Tensões externas e internas sobre os preços dos alimentos: fatores explicativos. In: *Abastecimento e Segurança Alimentar. O Crescimento da Agricultura e a Produção de Alimentos no Brasil*. Brasília, CONAB, dezembro, 2008. p. 23-32.

- DELGADO, Nelson Giordano. *Papel e lugar do rural no desenvolvimento nacional*. Instituto Interamericano de Cooperação para agricultura e Ministério de Desenvolvimento Agrário, Fevereiro de 2009.
(<http://www.mda.gov.br/condraf/arquivos/2036220256.pdf>)
- DEL GROSSI, M.E. *Evolução das Ocupações Não-agrícolas no Meio Rural Brasileiro, 1981-1995*. Campinas, IE/UNICAMP. 220p., 1999 (Tese de doutoramento).
- _____. Anexo Metodológico. In: CAMPANHOLA, C.; GRAZIANO DA SILVA, J.. (Org.). *O Novo Rural Brasileira: Rendas das Famílias Rurais*. Brasília: Embrapa Informação Tecnológica, 2004, v. 5, p. 487-495.
- DEL GROSSI, M. E. ; GRAZIANO DA SILVA, J. . *Mudanças recentes no mercado de trabalho rural*. Parcerias estratégicas, Brasília, v. 1, n. 5, p. 201-216, 2006.
- DEL GROSSI, M. E. ; GRAZIANO DA SILVA, J. . Movimento recente da agricultura familiar. *Cadernos do CEAM*, Brasília, v. 6, n. 24, p. 91-102, 2006b.
- DURSTON, John. Aportes de la antropología aplicada al desarrollo campesino. *Revista de la CEPAL*, 60, dez., p.95-109, 1996.
- _____. Juventud rural excluída en américa latina reduciendo la invisibilidad. In: XXI CONGRESSO LATINOAMERICANO DE SOCIOLOGIA, São Paulo, agost./set., 1997. 33p.
- EFSTRATOGLU-TODOULOU, Sophia. Las estrategias de ajuste de los hogares agrarios y la funcion de la pluriactividad en los diferentes contextos socioeconomicos mediterraneos. In: Hacia un nuevo sistema rural, RAMOS, Eduardo & CRUZ, Josefina (coord.), Serie Estudios n.99, Ministerio de Agricultura, Pesca y Alimentación, Madrid, p.519-543, jul., 1995.
- ELLIS, Frank. Household strategies and rural livelihood diversification. *The Journal of Development Studies*; Oct 1998; 35, 1; ABI/INFORM Global
- FAO. Participacion popular en el desarrollo rural: el plan de accion de la FAO. Roma: FAO. 1992.

- FAO/INCRA. Diretrizes de Política Agrária e Desenvolvimento Sustentável para a Produção Familiar. Brasília, nov. 1994 (versão resumida).
- _____. Perfil da agricultura familiar no Brasil: dossiê estatístico. Projeto UFT/BRA/036/BRA, ago., 1996.
- FRANKLIN, S.H. The European Peasantry: the final phase. London, Methuen, 1969.
- FRIEDLAND, William & PUGLIESE, Enrico. Class formation and decomposition in modern capitalist agriculture: comparative perspectives. *Sociologia Ruralis*. Vol.29, n.2, p.149-165, 1989.
- FULLER, Anthony M. From part-time farming to pluriactivity: a decade of change in rural Europe. *Journal of Rural Studies*, vol.6, n.4, p.361-373, 1990.
- _____. Part-Time farming and the farm family: a note for future research. *Sociologia Ruralis*, vol XXIII, n. 1., p.5-27, 1983.
- _____. Part-Time farming: the enigmas and the realities. In: SCHWARWELLER, H.(Ed.) *Research in "Rural Sociology and Development"*. Jai Press Inc. Inglaterra vol.1. p.187-219. 1984.
- GALESKI, Boguslaw. *De la classe campesina a un estrato de agricultores*. Sociologia del campesinado. Barcelona: Ediciones Península, p. 207-228, 1977.
- _____. La organización social y el cambio social rural. In: Shanin, Teodor (org), *Campesinos y sociedades campesinas*. México, Fondo de Cultura Economica, p. 103-122, 1979.
- GALVÃO, Maria do Carmo Corrêa. *Espaços de gestão diversificada*. In: Anais do X Encontro Nacional de Geografia Agrária, dez., 1990, Teresópolis, Rio de Janeiro. UFRJ/Instituto de Geociências/Dep. De Geografia, vol.II., p.82-101.
- _____. Rio de Janeiro – contradições e ajustes de um espaço desigual. *Revista do Rio de Janeiro*, vol.1, n.3, p.97-109, mai/ago, 1986.
- GAMA, Antônio. Indústria e produção de um espaço peri-urbano. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n.22, p.33-54. abr, 1987.
- _____. Urbanização difusa e territorialidade. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n.34, p.161-173, fev., 1992.

- GARCIA Jr., Afrânio Raul. *O sul: caminho do roçado: estratégias de reprodução camponesa e transformação social*. São Paulo: Marco Zero; Brasília: Editora Universidade de Brasília. MCT-CNPq, 1989, 285p.
- _____. *Terra de trabalho*. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1983. 232p.
- GARCIA, Marie France Claudine. *Feira e trabalhadores rurais: as feiras do brejo e do agreste paraibano*. Tese de Doutorado PPGAS/UFRJ, Rio de Janeiro, 1984, 237p.
- GARCIA, Ronaldo Coutinho. *Alguns desafios ao desenvolvimento do Brasil*. Texto para Discussão, IPEA, n. 1373, jan, 2009.
- GASSON, R. *The Economics of Part Time Farming*. Longman, England. 1988.
- GASQUES, J. G., SPOLADOR, H. F. S. *Taxa de juros e política de apoio interno à agricultura*. Texto para Discussão, n. 952. IPEA: Brasília, 2003.
- GASQUES, J. G.; VILLA VERDE, C. M. & BASTOS, E. T. *Gastos públicos em agricultura: retrospectiva e prioridades*. Texto para Discussão, n. 1225. IPEA: Brasília, outubro de 2006.
- GAZOLLA, Marcio. O processo de mercantilização do consumo de alimentos na agricultura familiar. In: *A diversidade da Agricultura Familiar*. Sérgio Schneider (org.) Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006. pp.82 -103.
- GIAMBIAGI, Fábio. Rompendo com a Ruptura: o governo Lula (2003-04). In: *Economia Brasileira Contemporânea*. Fábio Giambiagi [et al.]. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005. p. 196-217.
- GIAMBIAGI, Fábio. Estabilização, reformas e desequilíbrios macroeconômicos: os anos de FHC (1995-2005). In: *Economia Brasileira Contemporânea*. Fábio Giambiagi [et al.]. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005. p. 166-195.
- GIULIANI, Gian Mario. Neo-Ruralismo: o novo estilo dos velhos modelos. *Revista de Ciências Sociais*, n.14, ano.5, out., 1990.
- GOLDIN, Ian & REZENDE, Gervásio castro de. *A agricultura brasileira na década de 80: crescimento numa economia em crise*. Rio de Janeiro: IPEA, 1993. 119p.
- GOMES DA SILVA, A.; Carvalho, A. C. A. T. *Composição e Distribuição da Renda das Famílias Rurais na Região do Pólo Fruticultor do Rio Grande do*

- Norte. In: Clayton Campanhola; José Graziano da Silva. (Org.). *O Novo Rural Brasileiro: rendas das famílias rurais*. 1 ed. Brasília-DF: EMBRAPA, 2004, v. 5, p. 113-158.
- GOODMAN, David.; SORJ, Bernardo & WILKINSON, John. *Da lavoura às biotecnologias: agricultura e indústria no sistema internacional*. Tradução: Carlos Eduardo Baesse de Souza & Carlos Schlottfeldt. Rio de Janeiro: Campus, 1990, 192p.
- GOODMAN, David. (2004). Rural Europe Redux? Reflections os Alternative Agro-Food Networks and Paradigm Change. In: *Sociologia Ruralis*, Vol 44, Number 1, January, 2004. 3-16.
- GRABOIS, J. ; FICO, B. V. ; SANTOS, Catia Pereira dos ; GONÇALVES, D. M. ; CEZAR, Lucia Helena da Silva ; FABRÍCIO, S. M. ; MACHADO, T. M. R. . O papel da pequena produção na organização de um espaço periférico: o caso do Noroeste Fluminense .Pp 209/229. In: Maria José Carneiro; Gian Mario Giuliani; Leonilde Sérvolo de Medeiros; Ana Maria Motta Ribeiro. (Org.). *Campo aberto, o rural no estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria Editora, 1998, v. 1, p. 209-222.
- GRAZIANO da SILVA, José & Del GROSSI, Mauro Eduardo. A mudança no conceito de trabalho nas novas "PNADs". *Economia e Sociedade*, n.8, p.1-16, jun., 1997a.
- GRAZIANO da SILVA, José & Del GROSSI, Mauro Eduardo. *A evolução do emprego não agrícola no meio rural brasileiro, 1992-1995*. In: Anais do XXXV Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural (SOBER). Natal (RN), ago., 1997b.
- GRAZIANO DA SILVA, J. ; DEL GROSSI, M. E. . *O novo rural brasileiro*. Debates Sócio Ambientais, São Paulo - SP, v. VI, n. 14, p. 16-18, 2000.
- GRAZIANO da SILVA, José. *Considerações acerca do futuro do campesinato no Brasil*. In: XXXII Encontro da SOBER, p.762-777, 1995.
- _____. *A nova dinâmica da agricultura brasileira*. Campinas: UNICAMP.IE, 1996a. 217p.

- _____. *O Novo Rural*. In: 24º Encontro de Economia, 1996. ANPEC, 1996b, 28p.
- _____. Por uma reforma agrária não essencialmente agrícola. *Agroanalyzis/FGV*, v.16, n.3, p.8-13, 1996c.
- _____. *O novo rural brasileiro*. Nova Economia, Belo Horizonte/MG, v. 7, n. 1, p. 43-82, 1997.
- _____. *O novo rural brasileiro*. Campinas, UNICAMP, Instituto de Economia, (Coleção Pesquisas, 1), 1999.
- _____. *Quem precisa de uma estratégia de desenvolvimento?* Textos Para Discussão Nead, Campinas/SP, v. 2, p. 5-52, 2001.
- _____. Velhos e Novos Mitos do Rural Brasileiro. *Cadernos de Ciências e Tecnologia*, Brasília, 2002.
- GRAZIANO da SILVA, José; BALSADI, Otávio Valentin & Del GROSSI, Mauro Eduardo. O emprego e a atualização do espaço agrário. *São Paulo em Perspectiva*, v.11, n.2, p.3-17, 1997.
- GRAZIANO da SILVA, José; KAGEYAMA, Angela A., ROMÃO, Denvancyr A.; WAGNER NETO, José A. & PINTO, Luzia C. Guedes. Tecnologia e campesinato: o caso brasileiro. *Revista de Economia Política*, v.3, n.4, out./dez., 1983.
- GRAZIANO da SILVA & TAVARES, Lucas. Segurança alimentar e a alta dos preços dos alimentos: oportunidades e desafios. In: Segurança alimentar e Nutricional. Núcleo de Estudos e Pesquisas em Alimentação da Universidade Estadual de Campinas, v. 15, n. 1. Campinas: NEA/UNICAMP, 2008. p. 62-75.
- GRAZIANO, Eduardo. *A arte de viver na terra: as condições da reprodução camponesa no Vale do Jequitinhonha*. Dissertação de Mestrado, CPDA/UFRRJ, abril, 1986.294p.
- GRISA, Catia. *Para além da alimentação: papéis e significados da produção para autoconsumo na agricultura familiar*. Revista Extensão Rural, DEAER/CPGExR – CCR – UFSM, Ano XIV, Jan – Dez de 2007.

- GUANZIROLI, Carlos Henrique. *Contribuição à reflexão sobre o processo de produção de um espaço regional: o caso de Angra dos Reis*. Dissertação de mestrado. UFRJ. 1983. 334p.
- GUANZIROLI, C. E. ; ROMEIRO, A. R. ; DISABBATO, A. ; BUAINAIM, A. M. ; BITTENCOURT, G. A. *Agricultura Familiar e Reforma Agrária no Século XXI*. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2001. v. 1. 288 p.
- GUANZIROLI, Carlos & DI SABBATO, Alberto. (2001). A trajetória da Industrialização do Rio de Janeiro. In: *Um estado em questão: os 25 anos do Rio de Janeiro*. Américo Freire, Carlos Eduardo Sarmiento e Marly Silva da Motta (coordenadores). RJ: editora FGV, 2001. pp.187-217.
- HARVEY, David. *A condição pós-moderna; uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. Tradução: Adail Ubirajara Sobral & Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Edições Loyola, 1993, 300p.
- HEATHERINGTON, S. Potential effects of part time farming on the household and the rural economy. *Sociologia Ruralis*, vol. XXIII, n.1, p.85-88, 1983.
- HEFFERNAN, Willian; GREEN, Gary; LASLEY, R. Paul & NOLAN, Michael. Part-time farming and the rural community. *Rural Sociology*, vol.46, n.2, p.245-262, summer, 1981.
- HELFAND, Steven M & DEL GROSSI, Mauro Eduardo. **Agricultural Boom and Rural Poverty in Brazil: An Exploratory Analysis of the 1995-2006 Period**. Paper prepared for FAO as part of the project on "Agricultural Boom and the Persistence of Rural Poverty in Latin America" August 31, 2008
- HOFFMANN, Rodolfo. *Ricos e pobres na agricultura brasileira em 1995*. In: Anais do XXXV Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural (SOBER). Natal (RN), ago., p.654-668, 1997.
- _____. *Equação de rendimento para pessoas ocupadas no Brasil: contrastes regionais e setoriais*. In: Anais do XXXVI Encontro da SOBER, Poços de Caldas/MG, ago., 1998.
- _____. A subdeclaração dos rendimentos. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo. 2(1):50-4 (1988).

_____. *Distribuição de renda no Brasil em 1999*. Disponível em: <http://www.eco.unicamp.br/nea/rurbano/textos/downlo/distribuicao.html> (2000).

I.B.G.E. *Contagem da população de 1996*. Rio de Janeiro: IBGE, 1997.2v.

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia y Estatística) (2001): *Censo Demográfico - 2000*, Rio de Janeiro.

Impactos dos assentamentos: um estudo sobre o meio rural brasileiro. Coordenadores Sérgio Leite, Beatriz Heredia, Leonilde Medeiros.. [etal]. Brasília: Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural; São Paulo: Editora UNESP [co-editora e distribuidora], 2004. 392p.

IPEA. *Carta de Conjuntura*, dez, 2007.

IPEA. *Carta de Conjuntura*, dez, 2008.

JEAN, Bruno. A forma social da agricultura familiar contemporânea: sobrevivência ou criação da economia moderna. *Cadernos de Sociologia*. Porto Alegre: PPGS/UFRGS, v. 6, p. 51-88, 1994.

JONASSON, Erik & HELFAND, Steven M. *Locational Determinants of Rural Non-agricultural Employment: Evidence From Brazil*. BASIS/CRSP at the University of Wisconsin, January, 2008. 33p.

JORDÁN, F., comp. *La economía campesina: crises, reactivación y desarrollo*. San José: IICA, 1989.

KAGEYAMA, Angela. *Pluriatividade e ruralidade: alguns aspectos metodológicos*. In: XXXVI Encontro da SOBER, Poços de Caldas/MG, ago., 1998.

KAGEYAMA, A.(1999). *Uma tipologia dos domicílios agrícolas no Brasil em 1995*. Campinas: Unicamp-IE, 1999. (Texto para Discussão, 70). Disponível em: http://www.eco.unicamp.br/publicacoes/texto_disc.html.

KAGEYAMA, A. e HOFFMANN, R. Determinantes da renda e condições de vida das famílias agrícolas no Brasil. *Economia* v.1 n.2, p.147-183. Niterói, RJ, jul-dez 2000.

KAGEYAMA, A. ; HOFFMANN, R. . Análise geral das amostras da pesquisa de campo: determinantes da renda e efeitos da pluriatividade. In: Clayton

- Campanhola; José Graziano da Silva. (Org.). *O novo rural brasileiro - Rendas das famílias rurais*. 1 ed. Brasília: Embrapa Informação Tecnológica, 2004, v. 5, p. 18-37.
- KAGEYAMA, A. Desenvolvimento rural no Rio Grande do Sul. In: Sergio Schneider. (Org.). *A diversidade da agricultura familiar*. 1 ed. Porto Alegre: UFRGS Editora, 2006, v. 1, p. 240-267.
- KHUN, Thomas. *A estrutura das revoluções científicas*. Ed. Perspectiva, São Paulo, 1992.
- KINSELLA, J.; WILSON, S.; DE JONG, F.; & RENTING, H. Pluriactivity as a Livelihood Strategy in Irish Farm Households and its Role in Rural Development. *Sociologia Ruralis*, vol.40, n.4, October, 2000. p.481-496.
- KOLANKIEWICZ, George. Una nueva clase incómoda: El campesino a tiempo parcial en Polónia. In: *Agricultura y Sociedad*, n.13, p.65-111, oct./dic., 1979.
- KRASOVEC, S. Farmers' adjustment to pluriactivity. *Sociologia Ruralis*, vol.XXIII, n.1, p.11-19, 1983.
- LAMARCHE, Hugues (Coord.). *A Agricultura Familiar: comparação internacional*. Campinas: Editora UNICAMP, 1998. Trad. Frédéric Bazin, 384p., Coleção Repertórios.
- _____ . Crises et permanence de l'exploitation familiale en France. *Sociologie Travail*, n.443-459, 1987.
- _____ . *L'agriculture familiale – Du mythe à la réalité*. Paris: Éditions L'Harmattan, 1994, V.2: Des trajectoires aux strategies foncieres. p.75-99.
- LAVINAS, Lena & NABUCO, Maria Regina (Orgs.). Crise, abastecimento e uso do solo. Relatório parcial / CNPq. 27p. s/d.
- LAVINAS, Lena; MAGINA, Manuel A. Andrade; FREITAS, Adriana A.; SANTOS, Christiane; GUIMARÃES, Fernando. B.; SOARES, Marcos José A. & ROSAS, Reiner Olibano. *Diagnóstico fundiário do Estado do Rio de Janeiro - IPPUR/FUJB/SEAF*. dez., 1990.
- LLAMBÍ, Luis. Nueva ruralidad, multifuncionalidad de los espacios rurales y desarrollo local endógeno. In: *Desarrollo Rural y Nueva Ruralidad em América Latina y la Unión Europea*. Pérez C., Edelimira; Farh Q. María

Adelaida (organizadoras). Pontifícia Universidade Javeriana, setembro de 2004. p. 91-107.

- LAURENTI, A. C. ; DEL GROSSI, M. E. . A evolução das pessoas ocupadas nas atividades agrícolas e não-agrícolas nas áreas rurais do Brasil. In: CAMPANHOLA, C.; GRAZIANO DA SILVA, J.. (Org.). *O Novo Rural Brasileiro - Uma Análise Nacional e Regional*. 1 ed. Jaguariúna: EMBRAPA, 2000, v. 1, p. 15-66.
- LEITE, Sérgio. Liberalização comercial e internacionalização: condicionantes à agricultura brasileira. Estudos: Sociedade à agricultura brasileira. *Estudos: Sociedade e Agricultura*, n.7, dez, p.111-133, 1996.
- LEVY, Maria B. *A indústria do Rio de Janeiro através de suas sociedades anônimas (esboço de história empresarial)*. Tese Professora Titular. Rio de Janeiro, FEA/UFRJ, 1988.
- LIPIETZ, Alain. *Miragens e milagres; problemas da industrialização no terceiro mundo*. Tradução: Catherine Marie Mathieu. São Paulo: Nobel, 1988. 63p.
- LLAMBI, Luis. Processos de transformacion del campesinado latinoamericano. In: BERNAL, F. ed. *El campesinado latinoamericano*. Bogotá: CEREC, 1991.
- LOVISOLO, Hugo Rodolfo. *Terra, trabalho e capital: produção familiar e acumulação*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1989. 231p.
- MALUF, Renato (2002). O enfoque da multifuncionalidade da agricultura: aspectos analíticos e questões de pesquisa. Texto apresentado para o I Seminário de pesquisa sobre estratégias de desenvolvimento, multifuncionalidade da agricultura familiar no Brasil. Rio de Janeiro, CPDA/UFRRJ, abril de 2002. 30p.
- MALUF, Renato (2005). Multifuncionalidade da agricultura e as políticas voltadas para a agricultura familiar e o desenvolvimento rural sustentável no Brasil. Documento preparado para o Seminário Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável. Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável – CONDRAF- Brasília 23-25/08/2005. 13p.

- MARAFON, Gláucio José. Agricultura familiar, pluriatividade e turismo rural: reflexões a partir do território fluminense. *Campo-território: Revista de Geografia Agrária*, Uberlândia, v. 1, n. 1, p. 17-60, fev. 2006.
- MARINI, M. & PIERONI, O. Relación entre la familia y el entorno social. Tipología de las familias agrícolas en una Zona Marginal (Calabria). In: ARKLETON RESEARCH. *Cambio rural en Europa*. Colóquio de Montpellier, Arkleton Research. 1987
- MARSDEN, Terry. Towards the political economy of pluriactivity. Great Britain, *Journal of Rural Studies*, v.6,n.4, p.375-382, 1990.
- MARSDEN, Terry & SONNINO, Roberta. Rural Development and the Regional State: Denying Multifunctional Agriculture in the UK. Elsevier Editorial System(tm) for *Journal of Rural Studies* Manuscript Draft, 2008. 39p.
- MARTINE, George & BESKOW, Paulo Roberto. O modelo, os instrumentos e as transformações na estrutura de produção agrícola. In: MARTINE, G., GARCIA, R. C. (orgs.) *Os impactos sociais da modernização agrícola*. São Paulo, Caetés, p.19-39, 1987.
- MARTINE, George. A trajetória da modernização agrícola: a quem beneficia? *Lua Nova*, São Paulo, n.3, p.7-37, mar., 1991.
- MARTINS, José de Souza. *O cativo da terra*. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1979. 157p. il.
- _____. *Os camponeses e a política no Brasil: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1983. 185p. il.
- MATTEI, Lauro. *A pluriatividade no contexto do desenvolvimento rural catarinense*. In: XXXVI Encontro da SOBER, Poços de Caldas/MG, ago., 1998.
- _____. *Novas formas de ocupação da população rural catarinense*. In: XXXVII Congresso Brasileiro da SOBER, 1999, Foz do Iguaçu. Anais do XXXVII Congresso da SOBER, 1999. p. 162-171.
- MAYER, Jorge Miguel. *Raízes e crises do mundo caipira: o caso de Nova Friburgo*. Tese de Doutorado. Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Dept. de História, 2003. 564p.

- MAYER, J.M., LO BIANCO, R. & SCHMIDT, R. *Festa de São Pedro: História e cultura*. Nova Friburgo: Maca Gráfica e Editora, 2008. 80p.
- MAXWELL, Simon; UREY, Ian & ASHLEY, Caroline. Emerging issues in rural development. An issues paper. Overseas Development Institute. London. January 2001. 10p.
- MEDEIROS, Leonilde Servolo de ; SOUZA, Inês Cabanilha de ; ALENTEJANO, Paulo Roberto Raposo. Os efeitos locais dos assentamentos rurais. In: Roberto José Moreira; Luiz Flávio de Carvalho Costa. (Org.). *Mundo rural e cultura*. 1 ed. Rio de Janeiro: Mauad, 2002, v. 1, p. 179-204.
- MELO, Hildete P & CONTRERAS, E. C. *A Trajetória Desigual do Desenvolvimento Econômico Fluminense*. IN: Anais do XVI Encontro Nacional de Economia. Belo Horizonte, MG, dezembro de 1988.
- MELO, Hildete Pereira de. (2001). A trajetória da Industrialização do Rio de Janeiro. In: *Um estado em questão: os 25 anos do Rio de Janeiro*. Américo Freire, Carlos Eduardo Sarmiento e Marly Silva da Motta (coordenadores). RJ: editora FGV, 2001. pp.219-247.
- MELO, H.P. & MARQUES, O.R.B. (2005). Serviços e trabalho precário: um olhar sobre o Rio e Janeiro. In: *O trabalho do setor terciário: emprego e desenvolvimento tecnológico*. Dieese; Cesit (Org.) São Paulo: DIEESE; Campinas: CESIT, 2005. p177-192.
- MELLO, João M. Cardoso. *O Capitalismo Tardio*. São Paulo, Ed. Brasiliense, 1998.
- MEYER, Doris Rinaldi. *A terra do Santo e o mundo dos engenhos: estudo de uma comunidade rural nordestina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.186p.
- MINGIONE, Enzo & PUGLIESE, Enrico. A difícil delimitação do urbano e do rural: alguns exemplos e implicações teóricas. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n.22, p.83-99, abr., 1987.
- MORAES, Maria Dione Carvalho de. *De camponês a agricultura familiar: imagens do campesinato, como identidades na ordem da razão*. In: 18º Encontro Nacional da Associação Projeto de Intercâmbio de Pesquisa Social em Agricultura (APIPSA), Campina Grande, PB, nov., 1996.

- _____. *Multifuncionalidade, desenvolvimento rural sustentável e modo de vida de populações rurais: algumas questões*. Texto preparado para o Seminário Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável, coordenado pelo CONDRAF, Brasília, 23 a 25 de agosto de 2005. 17p.
- MOTTA, Marly S. A fusão da Guanabara com o estado do Rio: desafios e desencantos. In: (Coord.) FREIRE, Américo et al. *Um Estado em Questão: os 25 anos do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Editora da FGV, 2001.
- MUNTING, R. Outside Earnings in the Russian Peasant Farm: The Case of Tula Province 1900 to 1917. IN: *Journal os Peasants Studies*, v.3.n.4, july.1976.
- MUSUMECI, Leonarda. *Pequena produção e modernização da agricultura: o caso dos hortigranjeiros no Estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1987. 224p.
- NASCIMENTO, C. Alves et alli (2001). *Pluriatividade e emprego doméstico no meio rural do Brasil, 1992-99*. Congresso da SOBER, Recife (disponível no site www.eco.única.p.br/atividades de pesquisa/Projeto Rurbano).
- NASCIMENTO, C. A. (2002). *Evolução das famílias extensas no Brasil e Grandes Regiões: pluriatividade e trabalho doméstico, 1992-1999*. Campinas, SP: **IE/Unicamp. (dissertação de mestrado)**
- NASCIMENTO, C. A. Pluriatividade, Pobreza Rural e Serviço Doméstico Remunerado. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, Brasília-DF, v. 42, n. 2, p. 341-364, 2004.
- NASCIMENTO, C. A. (2005). *Pluriatividade, Pobreza Rural e Políticas Públicas*. Campinas, SP: IE/Unicamp. (Tese de doutorado).
- NEDER, H. D. Desenvolvimento de metodologias estatísticas aplicadas aos dados das Pnads. In: José Graziano da Silva; Clayton Campanhola. (Org.). *O Novo Rural Brasileiro: novas ruralidades e urbanização*. Brasília: Embrapa Informação Tecnológica, 2004, v. 5, p.446-495.
- NEIMAN, G.; BARDOMÁS, S.; JIMÉNEZ, D. & BLANO, M. (2002). "Al campo siempre lo ayudo con otra cosa". La pluriactividad entre los productores

- familiares de la provincia de Buenos Aires. Documento de Trabajo, n. 40, CEIL-PIETTE. Buenos Aires, diciembre, 2002. 52p.
- NEVES, Delma Pessanha. *Crescentes e minguentes- Estudo das formas de subordinação dos lavradores de cana ao capital*. Dissertação de mestrado. Museu Nacional/UFRJ, Rio de Janeiro, 1979. 486p.
- _____. *Condições sociais da produção agrícola no distrito de Lumiar, Nova Friburgo*. Relatório de Pesquisa, out., 1983. 62p.
- _____. Agricultura familiar: artimanhas da classificação. *Á Margem- Revista de Ciências Humanas*, ano1, n.3, nov., 1993.
- _____. *A agricultura familiar e o mercado de trabalho*. In: 9th World Congress of the International Rural Sociological Society, Bucharest, jul, 1996. 20p., 1996a.
- _____. *O produtor agrícola: ambiguidades, mitos e impasses teóricos*. UFF, 19p., 1996b (Mimeo).
- _____. *Agricultura familiar: interconexões sociais*. In: Anais do II Encontro de Pesquisa sobre a Questão Agrária nos Tabuleiros Costeiros de Sergipe, Aracaju, out, p. 41-57, 1997.
- NICOULIN, Martin. *La Genèse de Nova Friburgo*. Friburgo, Suíça, 1973.
- NORDER, Luiz Antonio C. Mercantilização da agricultura e desenvolvimento territorial. In: *A diversidade da Agricultura Familiar*. Sérgio Schneider (org.) Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006. pp.57 -81.
- Novo Retrato da Agricultura Familiar. Projeto de Cooperação Técnica INCRA / FAO. Brasília, março de 2000.
- OFFE, C. Duas lógicas de ação coletiva: notas teóricas sobre a classe social e a forma de organização. In: *Problemas estruturais do Estado Capitalista*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.
- OLIVEIRA, Floriano José Godinho de. *Reestruturação produtiva e regionalização da economia no território fluminense*. Tese de Doutorado em Geografia (Geografia Humana). Universidade de São Paulo, USP, 2003. 231p.
- OSÓRIO, Mauro. Estado do Rio de Janeiro Estagnação e rumos de reversão. In: *Jornal dos Economistas*, CORECON-RJ, nº 224, março de 2008.

- NODER, Luiz Antonio C. Mercantilização da agricultura e desenvolvimento territorial. In: *A diversidade da Agricultura Familiar*. Sérgio Schneider (org.) Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006. pp.57-81.
- OIT. World Employment Report. 2004-2005. Employment, productivity and poverty reduction. IOL, Geneva, 2005.
- OLAIZOLA, Tolosana Ana & MANRIQUE Persiva Emilio. Estrategia de adaptación de pequeñas explotaciones en el marco de la PAC. La agricultura a tiempo parcial en una área de montaña. In: *Revista de Estudios Agro-Sociales*, n.161, v.3, p.99-122, 1992.
- PELOSO, Alba Luci Rêgo de Moraes. *Caracterização da produção nas pequenas propriedades rurais do Cariri: O papel do financiamento*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro, CPDA/UFRRJ, 1986. 117p.
- PEREIRA, Jorge Luiz de Goes. *Juventude rural: para além das fronteiras entre campo e cidade*. 2004. 240 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro/CPDA, 2004.
- PERSON, Lars Olof. Part time farming – Corner – Stone or obstacle in rural development? *Sociologia Ruralis*, vol. XXIII, n.1, p50-94, 1983.
- PIRES, André . Um Sentido dentre outros possíveis: o rural como representação. In: José Graziano da Silva; Clayton Campanhola. (Org.). *O Novo Rural Brasileiro: novas ruralidades e urbanização*. Brasília: Embrapa Informação Tecnológica, 2004, v. 7, p. 1-216.
- PIRES, Armando Cypriano. *Dados, fatos e falas: histórias "contadas" sobre a saúde e trabalho*. Dissertação de mestrado. Escola Nacional de Saúde Pública/FIOCRUZ, 1996.210p.
- PLOEG J.D. van der. The reconstitution of locality: technology and labour in modern agriculture. I: MARSDEN, T. P.; WHATMORE, S. (Orgs.), labour and locality: uneven development and the rural labour process. London: David Fulton, pp. 19-43, 1992.

- PLOEG, J. D. van der. El proceso de trabajo agrícola y la mercantilización. In: E. S. Guzman (ed.), *Ecología, campesinado y historia*, Espanha, Las Ediciones de la Piqueta, 1992.
- PLOEG J.D. van der et. alii. Rural Development: from practices and policies towards theory. *Sociologia Ruralis*, Netherlands, 40 (4): 391-407, 2000.
- PLOEG J.D. van der and RENTING, H. Impact and potential: a comparative review of European rural development practices. *Sociologia Ruralis*, Netherlands, 40 (4): 529-543, 2000.
- PLOEG, J. D. e van der & RENTING, H.(2004). Venid the 'Redux': a rejoinder to David Goodman. In: *Sociologia Ruralis*, vol 44, n.2, april, 2004. 233-242.
- PLOEG, J. D. e van der. O modo de produção camponês revisitado. In: *A diversidade da Agricultura Familiar*. Sérgio Schneider (org.) Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006. pp.13-54.
- PORTO, Maria Stela Grossi & SIQUEIRA, D.E.. A pequena produção no Brasil: entre os conceitos teóricos e as categorias empíricas. In: *Cadernos de Sociologia/ Programa de Pós-Graduação em Sociologia* vol.6. Porto Alegre: PPGS/UFRGS. p. 76-88, 1994.
- PRIEB, R. I. P. Presença de Pluriatividade na Produção Familiar Articulada ao Complexo Fumageiro Gaúcho. In: Clayton Campanhola; José Graziano da Silva. (Org.). *O novo rural brasileiro. Rendas das Famílias Rurais*. Brasília: Embrapa, 2004, v. 5, p. 321-355.
- PMNF-RJ (Prefeitura Municipal de Nova Friburgo). Secretaria Municipal de Agricultura. *Cadastro do Produtor Rural*, 2004.
- PUGLIESE, E. Agriculture and new division of labor. In: Friedland, W. et alii. *Toward a New Political Economy of Agriculture*. Boulder, Westview Press, p. 137-150, 1991.
- QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. *O campesinato brasileiro: ensaios sobre civilização e grupos rústicos no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1976. 224p.
- RAMBAUD, Placide. Tourisme et village: un debat de societe. *Sociologia Ruralis*, vol.XX, n.4, p.232-285, 1980.

- RAMOS, Eduardo. Hacia un nuevo papel del medio rural europeo: la multifuncionalidad entre la PAC y la OMC. In: *Desarrollo Rural y Nueva Ruralidad em América Latina y la Unión Europea*. Pérez C., Edelimira; Farh Q. María Adelaida (organizadoras). Pontificia Universidade Javeriana, setembro de 2004. p. 109-127.
- REIS, José. Território e sistemas produtivos locais: uma reflexão sobre as economias locais. *Revista Crítica de Ciências Sociais*. n. 25/26, p.127-141. dez., 1988.
- RIBEIRO, Patrícia Silva & TEIXEIRA, Vanessa Lopes. *Herança e sucessão: trajetórias individuais e projetos coletivos*. In: Seminário de Iniciação Científica, 5 & Prêmio UFF Vasconcellos Torres de Ciência e Tecnologia (Séries Futuros Cientistas). Niterói, RJ: UFF, p.115-120, 1996.
- RIBEIRO, Ricardo Ferreira. Camponês: um gato de sete vidas? Uma revisão em torno das noções de camponês, pequeno produtor e agricultor familiar. *Sociedade Sustentável*. Rede Agricultura Alternativa, p.9-18 (s.d.)
- RIO DE JANEIRO - SECRETARIA DE ESTADO DE CONTROLE E GESTÃO. Plano Plurianual 2004 / 2007. Revisão 2007 - Rio de Janeiro : CONTROLE , n.º 304 p.
- ROCHA, S. (2002). *A investigação do rendimento na PNAD: comentários e sugestões à pesquisa nos anos 2000*. Rio de Janeiro: IPEA, 2002. (Texto para Discussão, 899).
- ROMEIRO, Ademar. Estrutura e desempenho da agricultura fluminense. *Revista Economia Fluminense*, Niterói: UFF, v.2, n.5, p.2-8, jul., 1989.
- RUPENA-OSOLNIK, M. The role of farm women in rural pluriactivity: experience from Yugoslavia. *Sociologia Ruralis*, volXXIII, n.1, p.89-94, 1983.
- SABOIA, J. Salário Mínimo e Mercado de Trabalho no Brasil no Passado Recente. In: Paulo Baltar; Claudio Dedecca; José Dari Krein;. (Org.). *Salário Mínimo e Desenvolvimento*. 1 ed. Campinas: Instituto de Economia da UNICAMP, 2005, v. 1, p. 59-70.
- SACCO DOS ANJOS, Flávio & CALDAS, Nádia Velledas. Pluriatividade e sucessão hereditária na agricultura familiar. In: *A diversidade da Agricultura*

Familiar. Sérgio Schneider (org.) Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006. pp.186 -212.

_____. Pluriactividad y agricultura familiar en Brasil: el caso de Rio Grande do Sul. *Revista de la Cepal*. 93, diciembre, 2007. Pp.158-173.

SANTOS FILHO, Clarício dos. *Os processos sócio-econômicos agrários no Estado do Rio de Janeiro*. 16p. (Mimeo).

SANTOS, Milton & SILVEIRA, Maria L. *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI*. Rio de Janeiro. Ed. Record, 2001.

SCHIAVO, Sylvia França. Sendas da transição. *Estudo sobre um grupo de pequenos produtores rurais no distrito de Lumiar, Nova Friburgo*. Dissertação de mestrado. São Paulo, PUC, 1991.205p.

SCHNEIDER, Sérgio & NAVARRO, Zander. *Agricultura e as novas formas de ocupação no meio rural (um estudo sobre as tendências recentes)*. In: XXXVI Encontro da SOBER, Poços de Caldas/MG, ago., 1998.

SCHNEIDER, Sérgio. *Os colonos da indústria calçadista: expansão industrial e as transformações da agricultura familiar no Rio Grande do Sul*. Dissertação de Mestrado. Campinas, UNICAMP, 1994.363p.

_____. O desenvolvimento agrícola e as transformações da estrutura agrária nos países do capitalismo avançado: a pluriatividade. *Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária – ABRA*, v.24, set/dez., p.106-126, 1994.

_____. A agricultura familiar e pluriatividade In: XVIII Encontro Nacional do Projeto de Intercâmbio de Pesquisa Social na Agricultura – PIPSA, Campina Grande, nov., 1996, 23p.

_____. *Pluriatividade na Agricultura Familiar*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003. 354p.

_____. O papel da pluriatividade numa estratégia de desenvolvimento rural. In: Seminário Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável. Brasília/df, 23 a 25 de agosto de 2005. Texto para Discussão.

_____. Agricultura familiar e desenvolvimento rural endógeno: elementos teóricos e um estudo de caso. In: Froehlich, J.M.; Vivien Diesel. (Org.).

Desenvolvimento Rural - Tendências e debates contemporâneos. Ijuí: Unijuí, 2006. 25p.

_____. Tendências e temas dos estudos sobre desenvolvimento rural no Brasil. Trabalho apresentado no Congresso Europeu de Sociologia Rural. Wageningen, Holanda, 20-24 agosto, 2007. 40p.

_____. A importância da pluriatividade para as políticas públicas no Brasil. *Revista de Política Agrícola*, v. 16, p. 14-33, (Brasília), 2007.

_____. La contribución de la pluriactividad para las políticas públicas de desarrollo rural: una mirada desde el Brasil. In: Editores. Alberto Arce, Gustavo Blanco y Margarita Hurtado.. (Org.). *Políticas públicas como objeto social: Imaginando el bien público en el desarrollo rural Latinoamericano*. 1ª ed. Guatemala: Editora de Flacso, 2008, v. 1, p. 37-62.

SCHNEIDER, S. & NIEDERLE, Paulo André . From resistance to reaction: styles of farming and rural livelihood of family farms in the South of Brazil. In: XXIIInd Congress of the European Society for Rural Sociology, 2007, Wageningen. XXIIInd Congress of the European Society for Rural Sociology. Wageningen, 2007.

SEYFERTH, Giralda. Camponeses ou operários? O significado da categoria colono numa situação de mudança. *Revista do Museu Paulista*, São Paulo, v. 29, p. 73-96, dez. 1983.

_____. Herança e estrutura familiar camponesa. *Boletim do Museu Nacional*, Rio de Janeiro, n. 52, maio, 1985. 27p.

_____. *As contradições da liberdade: análise de representações sobre a identidade camponesa*. RBCS, n.18, ano7, fev., 1992.

_____. Aspectos da proletarização do campesinato no Vale do Itajaí. In: Leite Lopes, J.S.. (Org.). *Cultura e Identidade Operária*. 1 ed. Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ, 1987, v. , p. 103-120.

SHANIN, Teodor. *Campesinos y sociedades campesinas*. Tradução: Eduardo L. Suárez. México, Fondo de Cultura Económica, 1979, 404p. (El Trimestre Económico, Lecturas, 29).

- _____. A definição do camponês: conceituações e desconceituações. O velho e o novo em um discussão marxista. *Estudos CEBRAP*, n. 26, p. 41-80, 1980.
- SIDERSKY, Pablo. *Sobre a especificidade do pequeno produtor: uma introdução ao debate sobre a unidade econômica camponesa*. Rio de Janeiro; AS-PTA, 1991.22p. (Texto para debate 36)
- _____. *Agricultura familiar; uma opção para o debate sobre um programa de governo progressista para o campo*. Rio de Janeiro: AS-PTA, 1994, 20p.
- SIGAUD, Lygia. *Efeitos sociais de grandes projetos hidrelétricos: as barragens de Sobradinho e Machadinho*. In: Impactos de grandes projetos hidrelétricos e nucleares. Aspectos Econômicos e tecnológicos, sociais e ambientais. (coords.: Rosa, P., Sigaud, L. e Mielnik, O.) IE/COPPE, p. 83-167, 1988.
- _____. *O efeito das tecnologias sobre as comunidades rurais: o caso das grandes barragens*. RBCS, n.18, ano7, fev., p.18-29, 1992.
- SIMONSEN, Roberto C. *A evolução industrial do Brasil*. São Paulo, FIESP, setembro de 1939.
- SMITH, R.E.F. Crafts and Trades: Comment on T. Shanin. In *The Journal of Peasant Studies*, v.2, n.4, p. 489-490, july. 1975.
- SILVA, Robson Dias da. Rio de Janeiro: *Crescimento, Transformações e sua Importância para a Economia Nacional (1930-2000)*. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Economia. Mestrado em Desenvolvimento Econômico. Dissertação de Mestrado. Campinas, 2004. 166p.
- _____. A economia do Rio de Janeiro na década de 90. In: *Revista de Economia Fluminense*, ano I, n.3, maio de 2005. p.12-21.
- SOARES, Luiz Eduardo. *Campesinato: Ideologia e Política*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981. Campesinato e capitalismo, cap.6.
- SONNINO, Roberta & MARSDEN, Terry. Beyond the divide: rethinking relationships between alternative and conventional food networks in Europe. *Journal of Economic Geography* 6 (2006) pp. 181–199.

- SONNINO, Roberta; KANEMASU, Y & MARSDEN, Terry. ETUDE Project Creation and Further Unfolding of Rural Sustainability: A Literature Review. 1 May 2007. 30p.
- SORJ, Bernard & Wilkinson, John. Processos sociais e formas de produção na agricultura brasileira. In: *Sociedade e Política no Brasil Pós-64*, Rio de Janeiro: Brasiliense, p.164-183, 1983.
- TEDESCO, João Carlos. O produtor familiar e a agroindústria. *Cadernos de Sociologia*. Porto Alegre: PPGS/UFRGS, v. 6, p. 112-131, 1994.
- TEIXEIRA, Vanessa Lopes. *O trabalho feminino numa agricultura familiar em crise*. In: Prêmio de Monografia, 7. Rio de Janeiro: Corecon/RJ, p. 115-145, 1996.
- _____. *Pluriatividade a Agricultura Familiar na Região Serrana do Estado do Rio de Janeiro*. RJ: CPDA/UFRRJ, 1998 (Dissertação de mestrado).
- _____. A evolução das ocupações não-agrícolas no meio rural fluminense nas décadas dos anos oitentas e noventas. In: Clayton Campanhola e José Graziano da Silva. (Org.). *O Novo Rural Brasileiro: Uma Análise Estadual Sul, Sudeste e Centro-Oeste*. Jaguariúba, SP: Embrapa Meio Ambiente, 2000, v. 3, p. 119-150.
- _____. Ocupação e Renda de Famílias Rurais da Região Serrana do Estado do Rio de Janeiro. In: Clayton Campanhola e José Graziano da Silva. (Org.). *O novo rural brasileiro: rendas das famílias rurais*. 21 ed. Brasília: Embrapa informação tecnológica, 2004, v. 5, p. 159-204.
- TEPICHT, Jersy. *Teoria da Economia Camponesa e o Campo Polonês*. In: *Marxismo e Agricultura: O camponês polonês*. Paris: Librairie Armand Collin, 1973. 32p.
- TULIK, Olga. Do conceito às estratégias para o desenvolvimento do turismo rural. In: *Turismo e Desenvolvimento Local*. Org. RODRIGUES, Adyr B., Hucitec, p.136-143, 1997.
- TURINFO. *Participação do turismo na economia estadual*. Principais Resultados relativos ao Rio de Janeiro, p.1-13, 1994.

- VEIGA, José Eli da. A opção pela agricultura familiar: Propostas de políticas públicas. 44p. jun. 1994. (Versão Preliminar).
- _____. "Segmentando a agricultura familiar". 1995. 18p. (1º Rascunho).
- _____. Agricultura familiar e sustentabilidade. *Cadernos de ciência & Tecnologia*, v. 13, n.3, p. 383-404, 1996.
- _____. *Rumos do desenvolvimento rural brasileiro*. Projeto CUT/CONTAG de Pesquisa e Formação Sindical. USP/PEP.ECONOMIA & PROCAM. 20p. out. 1996.
- _____. *Cidades Imaginárias: O Brasil é menos urbano do que se calcula*. Campinas, SP: Autores Associados, 2002. 304p.
- VEIGA, José Eli, e colaboradores. *O Brasil rural precisa de desenvolvimento*. Série Textos para Discussão, nº 1, Convênio FIPE-IICA (MDA-CNDRS/NEAD), 2001.
- VELHO, Otávio Guilherme. *Sociedade e agricultura*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982. v. 2: O Conceito de camponês e sua aplicação no meio rural brasileiro.
- _____. *Sociedade e agricultura*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982. v. 6: Campesinatos e políticas.
- VILELA, Sérgio Luiz de Oliveira. *Qual a política para o campo brasileiro? (Do Banco Mundial ao Pronaf: a trajetória de um novo modelo?)*. In: Anais do XXXV Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural (SOBER). Natal (RN), ago., 1997.
- VRIES, W.M. de. Farming with other gainful activities in the Netherlands. *Sociologia Ruralis*, vol.XXXIII, n.2, p.190-202, 1993.
- WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel & LOURENÇO, Fernando Antônio. "O agricultor familiar e a sociabilidade no espaço local: notas sobre um estudo comparativo internacional". In: Anais do XVII Encontro Nacional, Porto Alegre, novembro, p.15-26, 1994.
- WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. "O camponês: um trabalhador para o capital". UNICAMP. Grupo de Estudos Agrários - versão preliminar para discussão, 1979. 83p.

- _____. A diferença social como desejo de pesquisa. In: PIPSA – Grupo III: Diferenciação da pequena produção, dezembro, Rio de Janeiro, 11p., 1990.
- _____. Uma categoria rural esquecida: os desafios permanentes da sociologia rural brasileira. In: V Jornada de Ciências Sociais, agosto, Marília, 1994, 32p.
- _____. "*Raízes históricas do campesinato brasileiro*". In: XX Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu, outubro, 1996. 32p.
- _____. "*O "lugar" dos rurais: o meio rural no Brasil moderno*". In: Anais do XXXV Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural, agosto, p.90-146, 1997.
- WILKINSON, John & MALUF, Renato S. (coord.). *A Secretaria de Estado da Agricultura e a produção agroalimentar no Estado do Rio de Janeiro – desempenho recente e perspectivas*. Convênio SEAAP/UFRRJ-CPDA, Rio de Janeiro, fev., 1997. 132p.
- WOLF, Eric R. *Sociedades camponesas*. Tradução: Oswaldo Caldeira C. da Silva. Rio de Janeiro: ZAHAR Editores, 2 ed., 1976. 150p.
- WOORTMANN, Ellen F. *Herdeiros, Parentes e Compadres. Colonos do Sul e sitiantes do Nordeste*. São Paulo/Brasília: Hucitec, Edunb, 1995. 336p.
- WOORTMANN, Klass. "*Com parente não se negueia. O campesinato como ordem moral*". Anuário Antropológico/87. Brasília: Univesidade de Brasília, p.11-73, 1990.
- World Travel & Tourism Council/WTTC, Wharton Econometrics Forecasting Associates/WEFA, MICT/EMBRATUR. *Relatório sobre viagens e turismo no Brasil*, Filadélfia, 1993.

Principais Sites consultados:

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE

<http://www.ibge.gov.br/> ; <http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/>

Secretaria do Tesouro Nacional – Ministério da Fazenda -

http://www.stn.fazenda.gov.br/estados_municipios/index.asp

Centro de Informações e Dados do Rio de Janeiro - CIDE -

<http://www.cide.rj.gov.br/>

Instituto de Pesquisas e Análises Históricas da Baixada Fluminense (IPAHB)

<http://www.ipahb.com.br/>

Secretaria de Estado de Desenvolvimento da Baixada e da Região Metropolitana

<http://www.sedeb.rj.gov.br/>

Ministério do Trabalho e Emprego – MTE <http://www.mte.gov.br/>

Portal Empresarial <http://www.portalempresarial.com.br/data>

Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade (IETS) <http://www.iets.org.br>

Observatório Rio Como Vamos

<http://www.riocomovamos.org.br>

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea)

<http://www.ipeadata.gov.br>

Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD)

<http://www.pnud.org.br/atlas/>

Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

<http://www.incra.gov.br/>

Ministério do Desenvolvimento Agrário - <http://www.mda.gov.br/>

ANEXO METODOLÓGICO DAS PESQUISAS DE CAMPO

Pesquisa quantitativa sobre ocupação e renda (III fase do Projeto Urbano)

- 1. Período de apuração:** 19/10/2001 a 03/11/2001
- 2. Unidade básica de amostragem:** domicílio rural particular (mesmo conceito de domicílio utilizado pela Pnad-IBGE).
- 3. Comunidades abrangidas:** Boa Esperança (distrito de Lumiar), Vargem Alta (distrito de São Pedro da Serra) e Janela das Andorinhas (distrito Riograndina) - município de Nova Friburgo, região serrana do estado do Rio de Janeiro.
- 4. Quantidade de domicílios entrevistados: 80**
- 5. Característica da amostra:** amostra aleatória estratificada, com repartição proporcional ao número de domicílios. Procurou-se aplicar cerca de 15% a 20% de questionários em relação ao número de domicílios em cada comunidade.
- 6. Objetivo central da pesquisa:** obter um detalhamento das ocupações e da renda das pessoas com 10 anos ou mais de idade durante, o período de outubro do ano de 2000 até o final de setembro de 2001.
- 7. Características do questionário:** os domicílios entrevistados foram classificados segundo o tipo de atividade exercida, resultando daí a classificação entre famílias agrícolas, pluriativas e não-agrícolas. A análise realizada permitiu verificar as diferenças e semelhanças relevantes de cada um desses tipos em relação a determinadas variáveis, como o número de membros por família, o grau de instrução, a posição na ocupação, o tipo de atividade exercida, a qualidade de vida (medido por um índice sintético) e a renda.

8. Conceito de trabalho utilizado: PEA restrita (não considerou pessoas ocupadas com atividades de 'auto-consumo' ou 'auto-construção') quando o **período de análise** era a **semana de referência**. Não foi possível excluir os não remunerados com menos de 15h de trabalho na semana, porque esse quesito não consta no questionário. Desta forma, foram consideradas todas as pessoas não remuneradas como 'ocupadas'. **PEA ampliada** (foram considerados ocupadas também as pessoas ocupadas apenas em atividades de 'auto-consumo' e 'auto-construção') quando o **período de análise** era o **ano**. Nesse período não foi possível caracterizar as pessoas 'com procura de emprego', pelo fato do período de análise ser muito amplo (ano).

9. Classificação das famílias pela posição na ocupação:

Empregador 3+: famílias com pelo menos um membro na posição de empregador, contratando três ou mais assalariados permanentes para seu negócio.

Empregador 2-: famílias com pelo menos um membro na posição de empregador, contratando até dois assalariados permanentes para seu negócio.

Conta-própria: família sem nenhum empregador, mas com pelo menos um membro com negócio próprio, contando apenas com a ajuda dos membros da família.

Empregados: famílias sem nenhum empregador ou conta-própria, com pelo menos um membro trabalhando como assalariado.

Não-ocupados: famílias sem empregador, conta-própria ou assalariados, cujos membros não tiveram nenhuma atividade produtiva na semana de referência da PNAD.

10. Classificação das famílias de acordo com as atividades exercidas por seus membros:

Agrícolas: quando todos os membros exerceram atividades agropecuárias como ocupação principal.

Pluriativas: famílias nas quais pelo menos um membro exerceu uma ocupação agrícola e outro, uma não-agrícola; ou ainda, quando pelo menos um dos membros declarou exercer dupla atividade agrícola (ocupação principal e secundária)¹²², na semana de referência.

Não-agrícolas: famílias em que um ou mais membros declararam exercer somente atividades não-agrícolas, tanto na atividade principal como na secundária.

Não-ocupados: nenhum membro ocupado na semana de referência.

11. Classificação das famílias de acordo com a ocupação na SEMANA DE REFERÊNCIA (conceito de PEA restrita):

Agrícola: quando todos os membros da família têm atividade agrícola

Agrícola + agrícola: quando todos os membros possuem atividade agrícola, mas com dois ou mais membros em posição na ocupação diferentes: empregador + conta própria; conta-própria + assalariado; empregador + assalariado.

Agrícola + não-agrícola qualificado: pelo menos um membro com atividade agrícola e outro com atividade não-agrícola qualificada nas ocupações principais ou secundárias.

Agrícola + não-agrícola não-qualificada: pelo menos um membro com atividade agrícola e outro com atividade não-agrícola desqualificada nas ocupações principais ou secundárias.

Agrícola + não-agrícola qualificada + não-agrícola não-qualificada: pelo um membro com atividade agrícola, outro com atividade não-agrícola qualificada, e

¹²² Essa dupla atividade agrícola seria concebida como uma pluriatividade tradicional e a combinação da atividade agrícola com a não-agrícola como uma pluriatividade intersetorial.

outro membro com atividade não-agrícola desqualificada nas ocupações principais ou secundárias.

Não-agrícola qualificada: somente com trabalhadores não-agrícolas qualificados nas ocupações principais ou secundárias.

Não-agrícola não-qualificada: somente com trabalhadores não-agrícolas desqualificados nas ocupações principais ou secundárias.

Não-agrícola qualificada + Não-agrícola não-qualificado: pelo menos um membro com atividade não-agrícola qualificada e outro com atividade não-agrícola desqualificada nas ocupações principais ou secundárias.

Inativa com renda: nenhum membro ocupado na semana de referência, com ninguém procurando emprego, mas com rendimentos outras fontes.

Inativa com renda + desempregados: pelo menos um membro procurando emprego na semana e com um membro com rendimentos de outras fontes.

Procurando emprego: nenhum membro da família ocupado, com pelo menos um membro procurando emprego na semana de referência, e ninguém recebendo rendimentos de outras fontes.

Inativa sem renda: nenhum membro procurando emprego ou ocupado, e sem nenhuma fonte de rendimento. Somente com membros inativos sem renda.

12. Classificação das famílias pelas atividades principais e secundárias no ANO (Conceito de PEA ampliada):

Agrícola: quando todos os membros da família têm atividade agrícola, inclusive autoconsumo. Nesse grupo ainda podem ser destacadas para análise, as famílias somente com trabalhadores em 'autoconsumo'.

Agrícola + agrícola: quando todos os membros possuem atividade agrícola, mas com dois ou mais membros em posição na ocupação diferentes, principais ou secundárias: empregador + conta própria; conta-própria + assalariado; empregador + assalariado.

Agrícola + não-agrícola: pelo menos um membro com atividade agrícola e outro com atividade não-agrícola.

Agrícola + auto-construção: pelo menos um membro com atividade agrícola ou auto-consumo, e outro com atividade de auto-construção.

Não-agrícola: pelo menos um membro com atividade não-agrícola, podendo ou não possuir atividade de auto-construção.

Auto-construção: nenhum membro ocupado em atividade agrícola, de auto-consumo ou não-agrícola, mas com pelo menos um membro com atividade de auto-construção.

Inativa com renda: nenhum membro ocupado, nenhum membro com auto-consumo ou auto-construção, mas com alguém com rendimentos de outras fontes (mensais variáveis ou fixos, ou ainda anuais fixos).

Inativa sem renda: nenhum membro ocupado, nenhum membro com auto-consumo ou auto-construção, e nenhuma forma de rendimento de outras fontes.

Pesquisa qualitativa: análise comparativa entre produtores rurais no período compreendido de 1998 a 2008

- 1. Período de apuração:** julho a outubro de 2005 (primeiro retorno); julho de 2008 (segundo retorno).
- 2. Unidade básica de amostragem:** produtores rurais já entrevistados na dissertação de mestrado (novembro de 1997 a janeiro de 1998).
- 3. Comunidades abrangidas:** Boa Esperança e centro (distrito de Lumiar); Benfica, Bocaina dos Blaudt e centro (distrito de São Pedro da Serra) - município de Nova Friburgo, região serrana do estado do Rio de Janeiro.
- 4. Quantidade de domicílios entrevistados:** 39 famílias (2005); 41 famílias (2008).
- 5. Objetivo central da pesquisa:** avaliar a trajetória de famílias rurais já entrevistadas no período de novembro de 1997 a janeiro de 1998 no âmbito da pesquisa da dissertação de mestrado, com a finalidade de qualificar as possibilidades sociais da pluriatividade como uma tendência

na região serrana fluminense e comparar as diferenças sociais e econômicas entre as famílias de agricultores com as famílias pluriativas.

- 6. Características do questionário:** questionário socioeconômico que abrange informações sobre *Dinâmica econômica e de reprodução da unidade familiar* (Identificação da propriedade ou parcela de terra; Utilização das terras; Composição da renda e ocupação dos membros da unidade familiar; Permanência dos filhos na residência paterna e na agricultura; Trabalho e Produção); *Identidade e condições de vida e de trabalho* e *Sociabilidade e manifestações culturais*.

7. Tipologia das unidades familiares:

Agrícolas (Monoativas): quando todos os membros da família exerceram apenas atividades agropecuárias.

Pluriativas: famílias nas quais pelo menos um membro exerceu uma ocupação agrícola e outro, uma não-agrícola.

Não-agrícolas: famílias em que um ou mais membros declararam exercer somente atividades não-agrícolas.

Inativos: nenhum membro ocupado do emprego, mas com rendimentos outras fontes (aposentadoria/pensões), podendo apresentar atividades de 'auto-consumo'.

ANEXO - Capítulo 2

Programas e ações por órgão. Secretaria de Estado de Agricultura, Abastecimento, Pesca e Desenvolvimento do Interior. Plano Plurianual 2004/2007, RJ.

PROGRAMA	VALORES/PROGRAMA	% DO TOTAL DO ÓRGÃO	% DO TOTAL PPA 2004/2007
Gestão administrativa	117.826.554,00	54,48%	0,1453%
Rio Rural	54.079.779,00	25,00%	0,0667%
Desenvolvimento do Interior	29.193.033,00	13,50%	0,0360%
Nossa Terra	4.602.520,00	2,13%	0,0057%
Abastecimento e Segurança Alimentar	391.637,00	0,18%	0,0005%
Sanidade Rio - Defesa Sanitária	9.900.502,00	4,58%	0,0122%
Rio Peixe	285.444,00	0,13%	0,0004%
TOTAL	216.279.469	100,00%	0,27%

Rio de Janeiro - Secretaria de Estado de Controle e Gestão. Plano Plurianual 2004 / 2007.
Revisão 2007 - Rio de Janeiro: CONTROLE. n.º 304 p.

DESCRIÇÃO DAS AÇÕES POR PROGRAMA

Plano Plurianual (2004-2007). RJ

PROGRAMA

Gestão Administrativa

AÇÕES

Prestação de Serviços entre Órgãos Estaduais/ Aquis Combustível e Lubrificantes
 Manutenção das Atividades Operacionais/Administrativas
 Pagamento de Despesas com Serviços de Utilidade Pública - ITERJ
 Pagamento de Despesas com Serviços de Utilidade Pública - FIPERJ
 Pagamento de Despesas com Serviços de Utilidade Pública - EMATER-RIO
 Pagamento de Despesas com Serviços de Utilidade Pública - PESAGRO-RIO
 Pagamento de Despesas com Serviços de Utilidade Pública - CASERJ
 Pagamento de Despesas com Serviços de Utilidade Pública - CEASA
 Pessoal e Encargos Sociais
 Prestação de Serviços entre Órgãos Estaduais/ Aquis Combust e Lubr - ITERJ
 Prestação de Serviços entre Órgãos Estaduais/ Aquis Combust e Lubr - FIPERJ
 Pessoal e Encargos Sociais do ITERJ
 Pessoal e Encargos Sociais da FIPERJ
 Manutenção das Atividades Operacionais/Administrativas do ITERJ
 Manutenção das Atividades Operacionais/Administrativas da FIPERJ
 Prestação de Serviços entre Órgãos Estaduais/ Aquis Combust e Lubr - CASERJ
 Prestação de Serviços entre Órgãos Estaduais/ Aquis Combust e Lubr - PESAGRO-RIO
 Pessoal e Encargos Sociais da EMATER-RIO
 Pessoal e Encargos Sociais da PESAGRO-RIO

Pessoal e Encargos Sociais da CASERJ
 Pessoal e Encargos Sociais da CEASA-RJ
 Prestação de Serviços entre Órgãos Estaduais/ Aquis Combust e Lubrif - CEASA-RJ
 Prestação de Serviços entre Órgãos Estaduais/ Aquis Combust e Lubr - EMATER-RIO
 Manutenção das Atividades Operacionais/Administrativas da EMATER-RIO
 Manutenção das Atividades Operacionais/Administrativas da PESAGRO-RIO
 Manutenção das Atividades Operacionais/Administrativas da CASERJ
 Manutenção das Atividades Operacionais/Administrativas da CEASA-RJ
 Pagamento de Despesas com Serviços de Utilidade Pública

PROGRAMA

Rio Rural

AÇÕES

Rio Rural - Desenvolvimento das Microbacias Hidrográficas do Estado do RJ
 Estímulo ao Desenvolvimento de Comunidades Rurais
 Incentivo à Produção Familiar das Comunidades de Pequenos Produtores

PROGRAMA

Desenvolvimento do Interior

AÇÕES

Desenvolvimento Sustentável de Comunidades Rurais
 Ações a Cargo da SEAAPI
 Ações a Cargo da EMATER-RIO
 Aquisição de um Tanque de Resfriamento de Leite para Agricultores Rurais Italva
 Investimento na Estufa de Mudas de Café no Cacheirão
 Aquisição de um Grupo de Gerador de Energia para os Agricultores de Italva
 Aquisição de um Tanque de Balança Duplo para os Agricultores de Italva
 Moeda Verde
 Fundo de Recuperação e Estímulo ao Plantio de Café - Pró-Café
 Apoio ao Produtor Rural
 Manutenção das Atividades de Assistência Técnica e Extensão Rural - EMATER
 Implementação das Estações Experimentais e Laboratórios da PESAGRO-RIO
 Inovação e Avaliação Tecnológica da PESAGRO-RIO

PROGRAMA

Nossa Terra

AÇÕES

Ações a Cargo do ITERJ
 Fundo de Terras do Estado de Rio de Janeiro
 Regularização Fundiária e Consolidação de Assentamentos Humanos

PROGRAMA

Abastecimento e Segurança Alimentar

AÇÕES

Classificação de Produtos de Origem Vegetal

Armazenamento da Produção Agropecuária

PROGRAMA

Sanidade Rio - Defesa Sanitária

AÇÕES

Implementação do Sistema Unificado de Defesa Agropecuária do Estado do RJ

Fundo Estadual de Defesa Agropecuária - FDA

Sanidade Animal e Vegetal

PROGRAMA

Rio Peixe

AÇÕES

Modernização e Desenvolvimento do Setor Pesqueiro e Aqüícola

Extensão Aqüícola e Pesqueira

Rio de Janeiro - Secretaria de Estado de Controle e Gestão. Plano Plurianual 2004 / 2007.

Revisão 2007 - Rio de Janeiro: CONTROLE, n.º 304 p.

ANEXO - Capítulo 3:

Tabela: Área dos estabelecimentos agropecuários por grupo de área e condição legal das terras (em hectare e percentual).

	Brasil		Rio de Janeiro		Nova Friburgo - RJ	
	Área (Hectares)	Área (%)	Área (Hectares)	Área (%)	Área (Hectares)	Área (%)
Total	353.611.246	100	2.416.305	100	29.980	100
Menos de 1 ha	280.955	0	2.540	0	76	0
1 a menos de 2 ha	637.186	0	5.537	0	264	1
2 a menos de 5 ha	2.543.527	1	31.406	1	1.198	4
5 a menos de 10 ha	4.420.526	1	58.572	2	2.475	8
10 a menos de 20 ha	9.799.204	3	110.226	5	4.224	14
20 a menos de 50 ha	25.438.629	7	266.628	11	7.822	26
50 a menos de 100 ha	27.455.753	8	305.117	13	4.411	15
100 a menos de 200 ha	32.919.190	9	387.383	16	3.703	12
200 a menos de 500 ha	50.436.030	14	547.806	23	2.800	9
500 a menos de 1.000 ha	40.186.297	11	326.784	14	-	-
1.000 a menos de 2.000 ha	38.995.636	11	203.423	8	-	-
2.000 a menos de 5.000 ha	44.178.250	12	131.217	5	3.006	10
5.000 a menos de 10.000 ha	24.997.369	7	27.567	1	-	-
10.000 a menos de 100.000 ha	43.031.313	12	12.099	1	-	-
100.000 ha e mais	8.291.381	2	-	-	-	-
Sem declaração	-	-	-	-	-	-

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário (1996)

Tabela: População residente por sexo, situação e grupo de idade

Brasil, Unidade da Federação e Município	Situação do domicílio	Variável X Ano							
		População residente (Pessoas)				População residente (Percentual)			
		1970	1980	1991	2000	1970	1980	1991	2000
Brasil	Total	93.134.846	119.011.052	146.825.475	169.872.856	100	100	100	100
	Urbana	52.097.260	80.437.327	110.990.990	137.925.238	55,9	67,6	75,6	81,2
	Rural	41.037.586	38.573.725	35.834.485	31.947.618	44,1	32,4	24,4	18,8
Rio de Janeiro	Total	4.742.884	11.291.631	12.807.706	14.392.106	100	100	100	100
	Urbana	3.654.700	10.368.387	12.199.641	13.821.484	77,1	91,8	95,3	96
	Rural	1.088.184	923.244	608.065	570.622	22,9	8,18	4,75	3,96
Nova Friburgo - RJ	Total	90.420	123.383	167.081	173.418	100	100	100	100
	Urbana	74.794	107.096	144.354	151.851	82,7	86,8	86,4	87,6
	Rural	15.626	16.287	22.727	21.567	17,3	13,2	13,6	12,4

Fonte: IBGE - Censo demográfico, 2000.

Tabela: Quantidade produzida por produtos da horticultura e condição do produtor, 1996

Variável = Quantidade produzida (Toneladas) -1996			
Produtos da horticultura	Brasil, Unidade da Federação e Município		
	Brasil	Rio de Janeiro	Nova Friburgo - RJ
Total	3.048.322	310.354	36.094
Abobrinha verde	68.834	7.998	857
Açafrão	4.486	150	101
Acelga	13.341	1.182	190
Agrião	20.155	5.032	4
Aipo (salsão)	1.712	102	43
Alcachofra	2.960	5	-
Alface	311.888	40.346	1.370
Alho-porró	2.413	217	-
Almeirão	10.381	128	1
Aspargo	3.240	34	34
Azedinha	2.815	2	2
Batata-baroa (mandioquinha)	23.451	440	188
Berinjela	39.549	4.955	54
Bertalha	781	501	3
Beterraba	144.758	5.140	1.139
Brócolis	36.307	9.568	679
Bucha (esponja vegetal)	1.149	7	2
Caruru	975	21	7
Cebolinha (folha)	34.345	2.377	64
Cenoura	453.907	11.331	1.833
Cheiro verde	18.519	446	18
Chicória	22.650	8.420	61
Chuchu	296.805	48.482	422
Coentro	32.706	4.612	38
Cogumelos comestíveis	4.424	35	0
Couve	96.915	15.126	3.512
Couve-flor	139.134	19.872	14.846
Erva-doce (semente)	448	18	12
Ervilha (vagem)	7.601	3.575	1.018
Espinafre	9.212	3.541	9
Gengibre (curcuma)	6.040	153	3
Hortelã	3.164	813	7
Jiló	58.310	18.523	1.518
Manjerona	463	5	-
Maxixe	25.551	1.337	3
Mostarda	3.260	234	4
Mudas (vendidas para plantio)	16.486	1.386	920
Nabiça	55	11	10
Nabo	3.249	547	227
Pepino	170.695	14.353	123
Pimenta	9.189	114	-
Pimentão	246.781	23.374	1.674
Quiabo	87.407	10.350	29
Rabanete	9.140	474	17
Repolho	501.110	25.066	3.359
Rúcula	6.380	170	-
Salsa	23.617	7.174	754
Sementes (vendidas para plantio)	611	14	-
Taioba	946	38	-
Vagem (feijão vagem)	70.006	12.559	941

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário (1996)

Tabela: População residente no meio rural, incidência da pobreza, índice de Gini e IDH por município do estado do Rio de Janeiro. 2000.

Brasil, Unidade da Federação e Município	População residente (Pessoas)				População residente (Percentual)				Incidência da pobreza	Índice de Gini	IDH-M 2000
	1970	1980	1991	2000	1970	1980	1991	2000			
Brasil	41.037.586	38.573.725	35.834.485	31.947.618	44	32	24	19			0,789
Rio de Janeiro	1.088.184	923.244	608.065	570.622	23	8	5	4	32,44	0,50	0,814
Angra dos Reis	21.142	28.767	7.126	4.947	52	50	8	4	29,08	0,44	0,772
Aperibé	-	-	-	1.176	-	-	-	15	25,75	0,4	0,756
Araruama	29.794	20.565	15.651	7.715	74	41	27	9	37,34	0,46	0,756
Areal	-	-	-	945	-	-	-	10	22,11	0,4	0,765
Armação dos Búzios	-	-	-	-	-	-	-	-	15,32	0,42	0,791
Arraial do Cabo	-	-	-	-	-	-	-	-	15,79	0,39	0,79
Barra do Pirai	12.554	16.082	5.081	3.687	21	22	6	4	21,27	0,42	0,781
Barra Mansa	21.479	18.778	5.543	5.619	21	12	3	3	15,27	0,41	0,806
Belford Roxo	-	-	-	-	-	-	-	-	60,06	0,38	0,742
Bom Jardim	12.539	11.676	11.145	11.334	73	63	54	50	27,75	0,45	0,733
Bom Jesus do Itabapoana	16.312	11.216	8.693	6.230	55	40	29	19	33,86	0,46	0,746
Cabo Frio	6.641	12.497	5.698	20.591	15	18	7	16	24,01	0,44	0,792
Cachoeiras de Macacu	23.391	16.772	8.172	7.426	69	47	20	15	41,5	0,45	0,752
Cambuci	17.619	13.568	11.649	4.724	72	64	55	32	35,26	0,46	0,733
Carapebus	-	-	-	1.791	-	-	-	21	33,26	0,49	0,752
Comendador Levy Gasparian	-	-	-	614	-	-	-	8	26,89	0,45	0,779
Campos dos Goytacazes	142.724	145.184	64.442	42.991	45	42	17	11	18,8	0,38	0,74
Cantagalo	12.027	9.920	7.782	6.137	65	52	40	31	43,35	0,43	0,706
Cardoso Moreira	-	-	-	4.554	-	-	-	36	24,53	0,42	0,763
Carmo	7.543	6.433	5.070	4.233	64	52	35	28	16,92	0,41	0,781
Casimiro de Abreu	12.805	8.452	3.459	3.383	76	38	10	15	27,08	0,36	0,753
Conceição de Macabu	4.227	3.966	2.981	2.240	37	29	18	12	38,21	0,4	0,738
Cordeiro	4.024	2.170	2.290	845	31	14	11	5	25,23	0,41	0,789
Duas Barras	6.386	5.234	5.437	4.311	81	65	55	42	34,9	0,4	0,712
Duque de Caxias	26.933	20.607	3.676	3.129	6	4	1	0	53,53	0,42	0,753
Engenheiro Paulo de Frontin	6.494	6.512	4.792	3.398	56	50	40	28	15,78	0,4	0,753
Guapimirim	-	-	-	12.359	-	-	-	33	46,21	0,42	0,739
Iguaba Grande	-	-	-	-	-	-	-	-	17,75	0,43	0,796
Itaboraí	51.802	90.897	15.493	10.219	79	79	10	5	59,43	0,39	0,737
Itaguaí	38.339	13.926	16.974	3.795	69	15	15	5	52,93	0,4	0,768
Italva	-	-	6.412	4.010	-	-	50	32	27,65	0,4	0,724
Itaocara	16.595	12.000	9.439	7.075	75	56	41	31	18,82	0,45	0,771
Itaperuna	30.495	24.228	16.258	9.856	50	38	21	11	28,38	0,45	0,787
Itatiaia	-	-	6.242	13.011	-	-	39	53	12,51	0,41	0,8
Japeri	-	-	-	-	-	-	-	-	76,37	0,38	0,724
Laje do Muriaé	6.603	4.731	3.660	2.285	77	63	49	29	48,46	0,41	0,71
Macaé	25.516	20.639	11.559	6.454	39	27	11	5	14,65	0,44	0,79
Macuco	-	-	-	961	-	-	-	20	16,68	0,38	0,769
Magé -	29.355	2.673	19.479	11.637	26	2	10	6	64,02	0,41	0,746

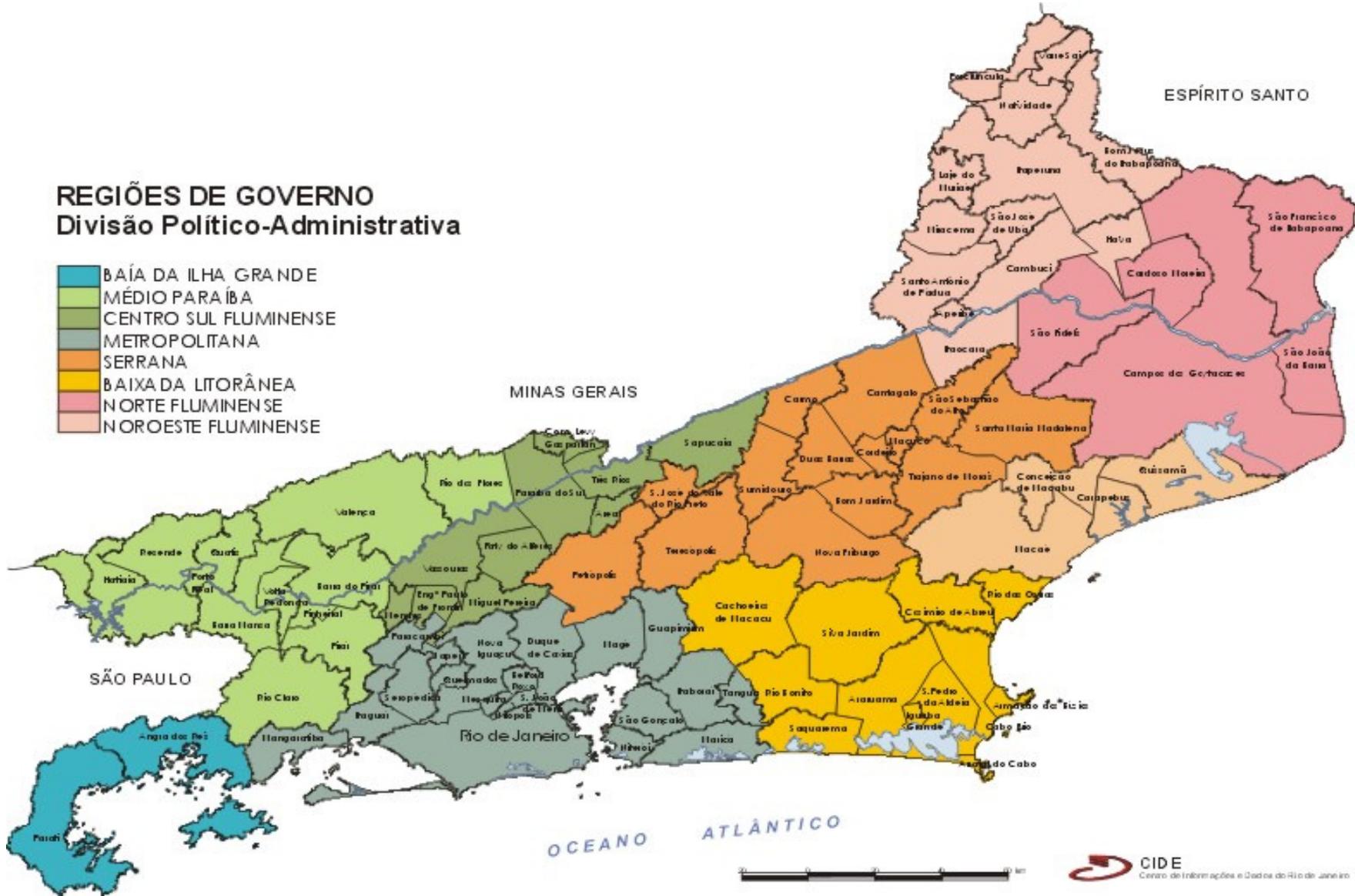
Brasil, Unidade da Federação e Município	População residente (Pessoas)				População residente (Percentual)				Incidência da pobreza	Índice de Gini	IDH-M 2000
	1970	1980	1991	2000	1970	1980	1991	2000			
Mangaratiba	6.177	5.745	4.531	5.041	50	42	25	20	37,2	0,44	0,79
Maricá	17.207	13.030	13.837	13.338	73	40	30	17	38,72	0,44	0,786
Mendes	5.054	5.199	112	166	40	33	1	1	18,07	0,4	0,775
Miguel Pereira	6.322	3.196	3.504	3.821	46	22	18	16	18,62	0,44	0,777
Miracema	7.341	5.388	4.137	3.307	35	24	16	12	44,44	0,48	0,733
Natividade	13.073	11.343	9.629	3.384	65	57	44	22	33,35	0,45	0,736
Nilópolis	-	-	-	-	-	-	-	-	32,48	0,4	0,788
Niterói	32.195	-	-	-	10	-	-	-	12,47	0,46	0,886
Nova Friburgo	15.626	16.287	22.727	21.567	17	13	14	12	13,71	0,42	0,81
Nova Iguaçu	2.834	2.939	3.352	-	0	0	0	-	54,15	0,41	0,762
Paracambi	3.224	2.907	2.907	3.607	13	10	8	9	49,08	0,41	0,771
Paraíba do Sul	11.134	6.949	6.156	4.722	42	24	18	13	30,83	0,43	0,771
Parati	11.760	11.810	12.463	15.478	74	57	52	52	34,45	0,55	0,777
Paty do Alferes	-	-	8.128	8.175	-	-	39	33	40,65	0,44	0,718
Petrópolis	34.595	39.804	6.388	16.242	18	16	3	6	15,97	0,44	0,804
Pinheiral	-	-	-	1.809	-	-	-	9	18,51	0,38	0,796
Piraí	13.159	6.970	7.492	4.048	54	24	22	18	16,05	0,43	0,776
Porciúncula	6.726	6.142	5.026	4.075	54	46	35	25	46,67	0,42	0,73
Porto Real	-	-	-	707	-	-	-	6	30,33	0,37	0,743
Quatis	-	-	-	1.261	-	-	-	12	25,71	0,42	0,791
Queimados	-	-	-	-	-	-	-	-	67,52	0,39	0,732
Quissamã	-	-	6.057	5.975	-	-	58	44	19,59	0,41	0,732
Resende	17.541	19.375	16.053	8.586	26	22	17	8	15,72	0,45	0,809
Rio Bonito	16.687	17.924	17.996	17.241	48	45	40	35	21,52	0,46	0,772
Rio Claro	10.902	6.468	5.021	4.612	76	50	37	28	46,41	0,44	0,737
Rio das Flores	4.940	4.241	2.585	2.261	69	62	40	30	31,01	0,45	0,739
Rio das Ostras	-	-	-	1.867	-	-	-	5	14,28	0,41	0,775
Rio de Janeiro	-	-	-	-	-	-	-	-	23,85	0,48	0,842
Santa Maria Madalena	9.224	7.518	6.223	4.946	74	68	57	47	38,24	0,48	0,734
Santo Antônio de Pádua	17.897	14.142	11.575	9.277	57	42	29	24	31,53	0,48	0,754
São Francisco de Itabapoana	-	-	-	21.737	-	-	-	52	32,53	0,46	0,741
São Fidélis	23.355	19.710	12.421	10.276	66	56	36	28	62,65	0,44	0,688
São Gonçalo	-	-	-	-	-	-	-	-	39,86	0,41	0,782
São João da Barra	45.894	33.522	29.770	8.051	83	61	50	29	30,94	0,42	0,723
São João de Meriti	-	-	-	-	-	-	-	-	47	0,4	0,774
São José de Ubá	-	-	-	4.087	-	-	-	64	25,12	0,39	0,718
São José do Vale do Rio Preto	-	-	8.280	10.271	-	-	54	53	24,91	0,41	0,72
São Pedro da Aldeia	21.361	8.380	8.330	11.086	77	22	17	18	24,56	0,4	0,78
São Sebastião do Alto	8.592	7.360	5.163	4.725	85	82	64	56	32,63	0,4	0,723
Sapucaia	8.254	6.978	5.449	4.996	51	47	35	29	35,26	0,42	0,742
Saquarema	13.498	7.110	2.625	2.039	55	25	7	4	33,51	0,45	0,762
Seropédica	-	-	-	13.363	-	-	-	20	50,85	0,4	0,759

Brasil, Unidade da Federação e Município	População residente (Pessoas)				População residente (Percentual)				Incidência da pobreza	Índice de Gini	IDH-M 2000
	1970	1980	1991	2000	1970	1980	1991	2000			
Silva Jardim	13.543	11.954	8.348	7.050	79	71	46	33	52,09	0,42	0,731
Sumidouro	9.672	9.986	10.966	11.842	88	88	85	84	24,3	0,42	0,712
Tanguá	-	-	-	3.609	-	-	-	14	68,12	0,39	0,722
Teresópolis	19.502	19.710	19.490	22.883	27	20	16	17	21,89	0,44	0,79
Trajano de Moraes	9.853	7.941	7.251	6.501	77	75	68	64	34,55	0,47	0,723
Três Rios	18.276	13.285	7.957	4.629	33	19	10	6	27,01	0,43	0,782
Valença	19.067	13.758	10.520	8.985	39	26	17	14	27,2	0,44	0,776
Varre-Sai	-	-	-	3.722	-	-	-	47	39,21	0,4	0,679
Vassouras	25.689	25.184	11.185	11.565	62	57	39	37	22,29	0,46	0,781
Volta Redonda	4.671	3.496	208	10	4	2	0	0	10,9	0,41	0,815

Fonte: População residente por domicílio: IBGE - Censo demográfico (2000)
Índice de pobreza e Gini: Mapa de pobreza e desigualdade - Municípios Brasileiros 2003. IBGE, Portal das Cidades (<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>)

REGIÕES DE GOVERNO Divisão Político-Administrativa

- BAÍA DA ILHA GRANDE
- MÉDIO PARAÍBA
- CENTRO SUL FLUMINENSE
- METROPOLITANA
- SERRANA
- BAIXA DA LITORÂNEA
- NORTE FLUMINENSE
- NOROESTE FLUMINENSE







Vista de lavoura com aglomerado de casas, São Pedro da Serra



Agricultores na lavoura de inhame
Fonte: <http://www.ufrj.br/cpda/cinais/imagens.htm>